UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA

CAMILA DE LIMA VEDOVELLO

NOVAS FORMAS DE ENCARCERAMENTO?
OS JOVENS E O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO.

Imagem: Beaoufort West Prison - África do Sul
Fotógrafo: Mikhael Subotzky

MARÍLIA
2008

CAMILA DE LIMA VEDOVELLO

NOVAS FORMAS DE ENCARCERAMENTO?
OS JOVENS E O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO.

Texto apresentado como Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília.

Orientador: Prof.ª Dra. Ethel Volfzon Kosminky.

MARÍLIA
2008

Vedovello, Camila de Lima.
V416n Novas formas de encarceramento? : os jovens e o centro de ressocialização / Camila de Lima Vedovello – Marília, 2008.
182 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2008.
Bibliografia: f. 178 -182
Orientador: Profa. Dra. Ethel Volfzon Kosminsky

1. Prisões. 2. Jovens. 3. Centro de ressocialização. 4. Controle social. 5. Pobreza. I. Autor. II. Título.

CDD 365.66

CAMILA DE LIMA VEDOVELLO

NOVAS FORMAS DE ENCARCERAMENTO?
OS JOVENS E O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO.

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, sob a avaliação da banca examinadora:

_____
Prof.ª Dra. Ethel Volfzon Kosminsky
Orientadora

_____
Prof. Sérgio Fonseca

_____
Prof.ª Marisa Feffermann

Suplentes:

_____
Prof.ª Célia Aparecida Ferreira Tolentino

_____
Prof.ª Leila Sollberger Jeolás

Marília, 17 de abril de 2008.

AO MEU PAI E À MINHA MÃE QUE COM SEUS BRAÇOS FORTES SUSTENTARAM MEUS SONHOS E A TODOS PASSAM SEUS DIAS ATRÁS DAS GRADES, CUMPRINDO PENA IMPUTADA PELO ESTADO E/OU TRABALHANDO.

Agradecimentos

Ao finalizar esse trabalho, finalizo também uma trajetória acadêmica de oito anos na Unesp de Marília. Trajetória permeada por descobertas - tanto teóricas quanto existenciais - por profundas alegrias e tristezas. Nesse lugar me desconstrui e me reconstrui diversas vezes e, muitas pessoas foram responsáveis por essas mudanças, pelo meu amadurecimento intelectual e pessoal.

Agradeço à minha família que nunca mediu esforços para que eu chegasse até aqui. Agradeço à minha mãe e meu pai - sempre guerreiros - ao Gustavo, Mariana - companheira de vida e de luta-, Tio Lú, Tia Lê, Tio Mário, Tia Nilva, Marcelo e ao meu avô - que com seus devaneios sempre nos leva a mundo de sonhos.

Agradeço à Prof. Ethel que desde 2001 me orienta, acreditando sempre na minha trajetória acadêmica, pelas orientações, puxões de orelha e amizade. Aos professores convidados para a banca Marisa Feffermann e Sérgio Fonseca e ao Prof Luís Antônio pelas importantes considerações no momento da qualificação. A CAPES pelo financiamento de parte desse trabalho.

Aos funcionários da Unesp que não só fornecem estrutura para nossos estudos com seu trabalho, mas também, amizade, apoio, cafezinhos e conversas: Norico, Aline, Dirceu, Zé Luís, Celso, Amilton, Dito, Marlene, Santana, Clarice e Seu Valentin.

Agradeço aos meus companheir@s, pessoas que me fazem forte na luta cotidiana contra esse mundo opressivo: Paulinha, Tânia, Simone, Michele, Ginha, Márcio, Zé, Lequinho, Ronan, Jussara, Bárbara, Fernando, Maurício, Willians, Roni, Jú, Pati.

Aos meus amigos novos e antigos, pela amizade e compreensão: Dri, Tati Lazarini, Tati Pacanaro, Lívia, Ádima, LP, Jonnhy, Clélia, Pik, Fê, Carol, Mayra, Ana E., Wagner, Diego Pessoa, Wilton, Botão, Joana, Fábio Maia.

Mesmo que o tempo e o espaço nos pareçam muitas vezes efêmeros, as relações construídas nunca são. Agradeço por quererem construir algo maior comigo.

Sobre a violência

A corrente impetuosa é chamada de violenta
Mas o leito de rio que a contém
Ninguém chama de violento.
A tempestade que faz dobrar as bétulas
É tida como violenta
E a tempestade que faz dobrar
Os dorsos dos operários na rua?

(Bertold Brecht)

RESUMO

A prisão enquanto principal forma de punição aparece nas sociedades num período recente. Ela surge como a forma de punição por excelência a partir do século XIX com a sociedade industrial. No Brasil e no Estado de São Paulo, é com o advento da República e as idéias de progresso advindas com ela que se começa a pensar a prisão com uma maior acuidade; pois existia um forte pressuposto de que o desenvolvimento estava acoplado ao controle da criminalidade por meio da punição prisional. Nos últimos anos, o Governo do Estado de São Paulo vem implantando uma política de descentralização e de ampliação do número das unidades prisionais, acompanhando a política de mais encarceramento implementada em diversos países do ocidente. Uma das formas de descentralização ocorreu através da implantação dos chamados Centros de Ressocialização (CR), sendo que cada unidade abriga poucos detentos, com baixo grau de periculosidade. Nesse sentido, o trabalho aqui exposto aborda os jovens encarcerados em uma das unidades do CR no interior do Estado de São Paulo, onde entrevistamos doze detentos - com idades entre 18 e 21 anos -, além de funcionários da instituição. Com isso descortinamos as práticas institucionais, assim como as vivências desses detentos, relacionando essas questões ao modelo prisional no qual estão inseridos, ao controle social dos pobres conjugados com a política de mais encarceramento, para entendermos quem são esses presos e se existem diferenças desse modelo prisional frente aos presídios comuns e se o discurso da ressocialização se efetiva na prática.

Palavras-chave: prisões, jovens, Centro de Ressocialização, política de mais encarceramento, controle social da pobreza.

ABSTRACT

The prison as main form of punishment appears in societies in a recent period. It arises as a punishment form par excellence since the 19th century with the industrial society. In Brazil and State of Sao Paulo, is with the advent of Republic and the progress ideas that came with them that starts to think the prison with more accuracy; it was a strong thought that the development was connected to criminality control by the prison punishment. In the latest years the Sao Paulo Government have been introducing a decentralization policy and increase the number of unities, following the more imprisonment policy implemented in many occident countries. One of the forms of the decentralization happens with the introduction of the Centro de Ressocialização (CR), where each unity shelters little number of convicts with low grade of dangerous. In this direction, the work here exposed broach the convicts in one the unities of CR in State of Sao Paulo inland, where we interviewed twelve convicts – with ages between 18 and 21 years old- and workers of the institution. With this we try to argue institutional practices, and the living of these convicts, connecting this questions to the prison model that they are in, social control of the poverty, united to the more imprisonment policy to understand who these convicts are and if exist differences of the prison model to the ordinary prison and if the speech of re-socialization works in practice.

Key-words: prisons, young, Centro de Ressocialização, more imprisonment policy, social poverty control.

SUMÁRIO

Introdução **p. 11**

PRIMEIRA PARTE- Reflexões sobre violência, jovens, punições e prisões. **p. 17**

I.I- Violência e crime **p. 18**

I.II – Os jovens **p. 27**

I.III – A lei e a punição. **p. 33**

I.IV - As Prisões **p.44**

SEGUNDA PARTE – Olhando para o Centro de Ressocialização: as vivências e discursos dos protagonistas que trabalham e/ou vivem entre as grades. **p. 66**

II.I - Os Centros de Ressocialização. **p. 67**

II. II- *"[...] Pessoas normalmente primárias, ou até reincidentes, porém que tenham uma justificativa para ter praticado o delito [...]"*: meandros do Centro de Ressocialização pesquisado. **p. 74**

II.III- *"[...] é uma proposta de humanização do Sistema Penitenciário. [...]"*: a ONG entre princípios e realidade. **p. 84**

II.IV- *"[...] A gente vê parte de segurança, disciplina, revista de reeducando, ordem."*: o papel do Estado na gestão do CR. **p. 92**

II. V- *"Nós enfrentamos muitas dificuldades [...]"*: a relação entre a ONG e os funcionários ligados a SAP. **p. 94**

II. VI- As vidas atrás das grades: o perfil dos presos pesquisados. **p. 95**

II.VII – *"Trabalhava como pintor, ajudante de pedreiro, serviços de construção civil em geral"*: os "bicos" como trabalho antes do cárcere. **p. 99**

II.VIII - *"Eu fiz a quarta, ia para a quinta [...]". "Minha família são todos quinta, sexta série [...]"* : a questão da escolaridade inacabada entre os detentos e seus familiares. **p. 101**

II.XIX- *"[...] eu acho que a principal é a família desagregada, um lar que já vem desagregado desde o início [...]"* : os discursos oficiais do CR

sobre a correlação "família desagregada e criminalidade" e a relação dos presos com suas famílias. **p. 103**

II. X- *"[...] fui acusado de vender droga." "Me acusaram de 157."*: questões sobre o crime cometido, punição e reincidência. **p. 107**

II. XI – *"[...] não tiveram um lar, não tiveram estudo certo na época certa [...]"; "[...] A droga mais conhecida como crack está trazendo muita população para cá [...]"; [...] Por causa da polícia, a polícia persegue muito."; [...] Falta de serviço [...]"*: vozes dissonantes sobre o crime e seu caminho. **p. 118**

II. XII- *"Na verdade bóia, burra e só. Durmo e como"; "Trabalho de dia e durmo a noite"; "[...] É chegar de manhã, "bater chave", liberar preso [...]"; "[...] o meu cotidiano é muito cansativo, mas eu fico realizada [...]"; "[...] tenho uma rotina burocrática que eu não gosto, que eu não estava preparada [...]":* os vários cotidianos do CR. **p. 125**

II. XIII- *"[...] você tem que saber com quem anda, porque tem uns aí que atrapalha a gente [...]";"Eu os trato com muita dignidade, com muito respeito [...]"; "[...] sempre tem um para dar problema, né? Aí a gente tem que ser um pouquinho mais rígido [...]":* percepções sobre o tratamento recebido e o tratamento dado no CR, enveredando as práticas institucionais. **p. 151**

II. XIV- *"Estar preso é assim uma recuperação [...]"; "[...] É uma gaiola [...]"; "[...] É perder os espaços da rua, perde tudo na vida [...]"; "[...] Estar preso é estar sem a liberdade [...]"; "[...] logo mais vitória: sair,vencer, liberdade."*: visões sobre o encarceramento e a liberdade. **p. 164**

II.XV- *"Acredito sim, eu acredito e já temos constatado.[...]"; "[...] mais de 90% da população jovem é muito difícil eles não voltarem, por causa da droga [...]";[...] Eu acho que não se consegue na maioria, porque há muita reincidência[...]"*: a ressocialização entre metas e realidade. **p.170**

Considerações Finais **p. 174**

Referências Bibliográficas **p. 178**

Anexos **p.183**

Introdução

Ao andar pelas cidades, ou mesmo nas estradas, ao observar as paisagens urbanas e rurais, uma construção acaba por chamar a atenção daqueles que com ela se deparam. Essa construção é a prisão. Ela é encarada, muitas vezes, como o local que guarda o perigo, que impede a manifestação do crime na sociedade. Seus muros altos, suas guaritas, as pessoas que lá dentro estão e que parte da população não enxerga - a não ser pela televisão ou por fotos de jornais - são vistas como símbolo do mal, da crueldade e trazem à prisão um certo ar de mistério e de medo. A prisão se mostra como um dos símbolos da violência urbana.

Há poucas décadas, pesquisadores brasileiros começaram a se interessar mais profundamente em pesquisas sobre a violência urbana, em razão do sentimento de medo e de insegurança provindos da percepção do aumento da criminalidade urbana. Adorno (1991, p. 10) relata como esse interesse se relaciona com a sensação de uma realidade cada vez mais violenta.

> [...] Nas duas últimas décadas, mudou e vem se alterando a percepção coletiva da violência criminal. Nas diferentes instâncias de produção discursiva, de produção de poder e de produção de saber [...] – como sejam as universidades e centros de pesquisa, os gabinetes executivos onde se formulam e implementam políticas públicas penais, as equipes técnicas que promovem peritagens criminológicas, os meios de comunicação de massa que tornam o crime próximo, os saberes instituídos (médico, sociológico, psicológico, psicanalítico, estatístico) – a nostalgia de um passado idílico cede lugar a um presente percebido como muito violento e perigoso.

Com a percepção do aumento da criminalidade há, portanto, um aumento em pesquisas sobre esse tema no Brasil, abordando os meandros que envolvem a criminalidade urbana, a violência e temas decorrentes dessas questões, como é o caso das prisões.

Adorno (2002, p. 100) coloca que existe uma preocupação crescente com o aumento da participação de jovens na criminalidade. Acredita-se que cada vez mais os jovens estão enveredando pelo caminho do crime. "[...] Seja o que for, hoje, cada vez mais, consolida-se a opinião de que o crime está crescendo e que parte da responsabilidade desses crimes se deve ao envolvimento dos jovens com o mundo do crime.". Essa percepção do aumento da participação dos jovens na criminalidade pode

ocorrer pelo fato de muitas interpretações acerca da juventude exaltarem essa categoria enquanto naturalmente portadora de ímpetos de transgressão.

Apesar de jovens também serem protagonistas de atos considerados criminosos, não podemos afirmar que essa participação é realmente crescente entre esse segmento da população. Não trabalharemos com esse possível aumento, mas sim com a ampliação do encarceramento e suas finalidades e causas.

No entanto, como deixa explícito Furukawa (2006, p. 14), os dados oficiais, relatam um grande aprisionamento de jovens: "[...] Quanto ao perfil, a grande maioria é constituída de pessoas cada vez mais jovens, uma faixa que vai de 18 a 28 anos. [...]". É com base nessa constatação que buscamos entender quem são esses jovens que participam da criminalidade. Nos restringiremos, porém, a analisar os jovens que estão presos no novo modelo prisional do Estado de São Paulo, o Centro de Ressocialização (CR) e a entender o que vem a ser essa instituição considerada por alguns estudiosos e pelo governo enquanto uma forma de encarceramento inovadora.

O CR inaugura um novo discurso sobre o encarceramento e a reabilitação do homem recluso no Estado de São Paulo: é através de um tratamento humanizado, de um local menor, mais asséptico e de uma gestão dividida entre o Estado e ONG's que se propulsiona uma intenção de ressocialização daqueles detentos que lá se encontram.

Entre os encarcerados no CR pesquisado, encontra-se uma população significativa de jovens; cerca de 26% dos que lá estavam detidos em junho de 2006 tinham idade entre 18 e 22 anos, segundo dados da própria instituição[1]. Por quais motivos tantos jovens cumprem suas penas nessa instituição? Quais as políticas que permeiam a expansão dessa forma prisional, o CR? E quais as intenções? Quem são esses jovens que lá se encontram reclusos e como travam suas relações nesse local? Essas são as questões que transpassam nosso trabalho.

Os jovens pesquisados têm entre 18 e 21 anos. Eles foram escolhidos, pela idade e pelo regime, de forma aleatória. Com a listagem dos detentos em mãos, selecionamos pelos critérios pré-estabelecidos aqueles que fariam parte do universo da pesquisa. Assim, ao todo entrevistamos doze jovens detentos do CR, para tentarmos entender de onde eles provinham, quais suas histórias anteriores à prisão, os motivos do encarceramento, como se travam as relações cotidianas no CR, quais

[1] Dados obtidos em entrevista com a direção do C.R.

relações estabelecem entre seus pares e entre os funcionários, como concebem o "estar preso", entre outras questões relativas ao aprisionamento.

Além desses jovens, entrevistamos a direção local, funcionários ligados ao Estado, o presidente da ONG que gere a parceria administrativa do CR, assim como demais funcionários ligados a essa entidade, com a finalidade de entender o funcionamento dessa instituição prisional, bem como as relações estabelecidas entre esses funcionários e entre eles e os encarcerados. Para contemplarmos todas as discussões e as reflexões realizadas a partir da pesquisa de campo, dividimos esse trabalho em duas partes.

A primeira parte se divide em quatro temas, nos quais discutimos a questão da violência e da criminalidade, conceituando sociologicamente essas duas questões e relacionando-as à criminalidade urbana, à espetacularização da violência via meios de comunicação, ao sentimento de medo frente à violência e ao "outro", considerado portador de conflito. Discutimos também a juventude, transformando os sujeitos denominados de jovens em categoria social e, portanto, sociologicamente analisáveis. Não trabalhamos com adolescentes, mas sim com jovens; aqueles que apesar de responderem juridicamente enquanto emancipados, estão ainda na fronteira entre as responsabilidades adultas e as vivências de quem ainda não é considerado socialmente completamente adulto.

Trabalhamos com a lei e a punição através de uma perspectiva histórico-sociológica, observando as formulações jurídicas e punitivas, verificando como algumas dessas idéias chegam e são recebidas no Brasil e a existência de certos preconceitos frente ao "outro", que permanecem ainda no discurso jurídico. Além disso, debatemos as prisões, seu surgimento e mudanças que tiveram durante a história na sociedade ocidental e no Brasil, o papel que elas desempenham, seu uso político e as atuais políticas de mais encarceramento no mundo, no Brasil e no Estado de São Paulo coadunadas com uma política de controle da pobreza por parte do Estado.

Na segunda parte, tratamos mais especificamente da análise das entrevistas, contrapondo as falas com teorias sobre os temas de que se tratam. Assim, dividimos essa segunda parte em quinze temas relacionados tanto à criação, gestão, desenvolvimento do CR, e descrição do local, quanto ao perfil dos presos participantes da pesquisa e suas práticas cotidianas, a vida antes do cárcere, crimes

cometidos, além das relações estabelecidas entre os presos e seus pares e entre os presos e os funcionários do local.

Ao trabalharmos com entrevistas, temos a compreensão que trabalhamos com sujeitos que proferem, pelos seus discursos, suas agruras, verdades, ânsias, alegrias, aflições. Para Foucault (1996, p. 49): "O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos [...]". E é através desses discursos, dessas verdades que elaboramos nossas análises, através das diversas vozes, muitas vezes dissonantes, contraditórias, que desenhamos as respostas às questões que nos são pertinentes.

As entrevistas foram realizadas mediante o uso de gravador, para assim garantir que as palavras proferidas não se perdessem nos desvãos das memórias da pesquisadora em questão. Acerca da técnica da entrevista como meio de obter informações, Queiroz diz (1988, p. 20):

> [...] A entrevista supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador; o tema ou o acontecimento sobre o que versa foi escolhido por esse último por convir ao seu trabalho. O pesquisador dirige, pois, a entrevista; esta pode seguir um roteiro previamente estabelecido, ou operar aparentemente sem roteiro, porém na verdade se desenrolando conforme uma sistematização de assuntos que o pesquisador como que decorou. [...] Na verdade, a entrevista está presente em todas as formas de coleta de relatos orais, pois estes implicam sempre num colóquio entre pesquisador e narrador.

As questões para as entrevistas realizadas foram elaboradas anteriormente, de forma semi-estruturada. Assim, conforme a conversação fosse se dando perguntas poderiam ser incrementadas ao roteiro original.

É notável pelas falas que enquanto os funcionários pronunciam em sua maioria discursos longos cheios de verdades e argumentações para referendar o CR e as práticas estabelecidas, assim como para falar sobre os encarcerados, esses homens presos falam pouco, proferem poucas palavras, cheias de receios, medo de que o que vierem a falar possa prejudicá-los em alguma medida. Poucos foram os detentos que expuseram um pouco mais sobre si mesmos, suas vivências e seus crimes. As diferenças recorrentes nas falas mostram o lugar que ocupam nessa instituição penal, assim como as relações de poder estabelecidas. Fala muito aquele que tem legitimidade para isso; fala pouco o considerado malévolo que deve expiar a sua falta.

Levando em consideração que os detentos poderiam se expressar pouco nas entrevistas, investimos em uma técnica de pesquisa completar com eles. Utilizamo-nos assim da fotografia enquanto uma forma de obter maiores informações sobre suas vivências no CR, pois acreditamos que a fotografia é, assim como expõe Sontag (1983, p. 86): "[...] uma prova não só do que está ao nosso redor, mas também do que o indivíduo vê, não só um registro, mas uma avaliação do mundo. [...]".

As fotografias encerram junto com o olhar de quem as tiram, a visão de mundo, as percepções e vivências do que é importante para os sujeitos. Assim, sendo de determinado grupo, o indivíduo fragmentará a realidade social de acordo com seus valores. Elas são um fragmento de um todo no qual o indivíduo se insere. Leite (1993, p. 44), explicita que: "Até certo ponto, a fotografia produz as diferentes partes de uma cultura que, ainda que seja composta dessas diferentes partes, é vivida como um todo. [...].". Dessa forma, os jovens encarcerados do CR registraram com uma câmera digital, pedaços do lugar onde traçam suas vivências cotidianas, assim como imagens de pessoas que são importantes nesse meio onde estão inseridos.

Com as fotografias em mãos, realizamos as entrevistas. Não tínhamos o ímpeto de inserir nesse trabalho uma discussão aprofundada acerca da antropologia visual. A partir do uso das fotografias, conseguimos adentrar um pouco mais nas vidas desses homens reclusos. Conforme Collier (1973, p. 70):

> As fotografias estimulam a memória e dão à entrevista um caráter de proximidade com os objetos. [...] A oportunidade projetiva das fotografias oferece um sentido agradável de auto-expressão, enquanto o informante é capaz de explicar e identificar o conteúdo e instruir o entrevistador com seu conhecimento.

Essas fotografias foram importantes para compreendermos um pouco mais sobre as experiências, os sonhos e a vida desses sujeitos, visto que os signos impregnados nas fotografias estão carregados de significados para quem as tirou. Elas estão postas despretensiosamente durante esse trabalho, seguidas das falas dos encarcerados sobre essas imagens.

Desvelaremos no decorrer desse trabalho, como se configura o CR, como essa instituição trata os seus encarcerados, as disfunções entre o discurso oficial e as práticas estabelecidas no local e como esses encarcerados vivenciam essa experiência do aprisionamento, como constituem suas vidas entre os muros, qual a vida pregressa ao aprisionamento e suas expectativas de liberdade. Estabeleceremos ligações que

mostram como o encarceramento de jovens nesse local está muito mais ligado a questões políticas do que de polícia, ou seja, como o aumento do número de jovens nas prisões insere-se não necessariamente em um aumento da criminalidade por parte destes, mas sim num aumento de encarceramento daqueles que são vistos enquanto "outros" e não semelhantes pela elite e pelo Estado: os pobres.

PRIMEIRA PARTE - REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, JOVENS, PUNIÇÕES E PRISÕES

[...]
Oh senhor cidadão,
eu quero saber, eu quero saber
com quantos quilos de medo,
com quantos quilos de medo
se faz uma tradição?

Oh senhor cidadão,
eu quero saber, eu quero saber
com quantas mortes no peito,
com quantas mortes no peito
se faz a seriedade?
[...]
(Tom Zé- Senhor Cidadão)

[...]
Coro: São Paulo, São Paulo
Em algum lugar da tua violência és domingo
Coro: Domingo, domingo
Em algum lugar do teu domingo
Tens um útero de idéias
Coro: Idéias, idéias
Cafuas, guetos e santuários
Vêm hoje aqui na periferia
Procurar o ouro das cabeças
Coro: Cabeças, cabeças
[...]
(Tom Zé- Cafuas Guetos)

I.I- Violência e crime

Quando pensamos na violência e no crime muitas vezes associamos esses fatos com as cidades e as populações urbanas. A cidade transforma-se no locus do perigo, no lugar onde habita o medo. Tratando das várias "ameaças", fontes de medo, percebidas pelos sujeitos, Tuan (2005, p. 251), expõe:

> [...] Durante sua história, a cidade tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos. Dentre os muitos intrincados temas desta história, merecem especial atenção os seguintes: conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada paisagem do medo; perigo e ansiedade em relação aos estrangeiros no meio urbano; medo de anarquia e revolução, isto é a queda de uma ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis; aversão e medo dos pobres, como uma fonte potencial de corrupção moral e de doença; e medo dos imigrantes pobres.

Tuan nos apresenta vários elementos que suscitam medo nos sujeitos que habitam as cidades. Entre o que gera medo, figuram a violência, o crime e o "outro", ou seja, aquele que é estranho, que é diferente. A pesquisa aqui apresentada trata de sujeitos que são vistos enquanto "outros" e não como semelhantes, pois, são jovens encarcerados no CR, que cometeram crimes e como punição, foram imputados a estarem entre os muros de uma instituição penal. Esses muros que isolam espacialmente os sujeitos trazem, para a população fora das grades, um olhar diferenciado para os sujeitos que lá se encontram. Eles são vistos como os portadores da violência, do crime, do medo.

Tratando da realidade social brasileira, Zaluar (1998, p. 248) revela que o discurso que caracteriza o "outro" enquanto o portador da violência reveste-se na nossa sociedade de um caráter ideológico.

> O caráter ideológico dos discursos fica mais claro quando o adjetivo violento é utilizado sistematicamente para caracterizar o "outro", o que não pertence ao seu estado, cidade, raça, etnia, classe social, bairro, família ou grupo. Em algumas cidades, o crime e a violência são como um artifício ou um idioma para se pensar sobre o "outro". [...]

O não reconhecimento desse "outro" enquanto parte integrante da sociedade, ou seja, a visão sobre ele enquanto um estranho, facilita que lhe seja imposto as responsabilidades pelos "males" sociais, criando estereótipos sobre o imigrante, o favelado, os negros etc. Os jovens detentos são, neste caso, esse outro. Os sujeitos participantes da pesquisa são provindos, em sua maioria, das classes populares, de bairros periféricos, e carregam consigo esteriótipos atribuídos por muitos que estão de "fora" e olham para "dentro" do CR.

Mas para além de refletir sobre esse "outro", a intenção empreendida na primeira parte é traçar um esboço acerca da violência nas cidades, de sua espetacularização que gera o medo e o sentimento de insegurança, da conceituação da violência, do crime e da criminalidade e das possíveis transformações históricas que esses conceitos sofreram.

A cidade aglomera uma ampla variedade de habitantes, proveniente de várias classes sociais, de várias origens diferentes, de diversas etnias e raças etc. Concentram-se nas cidades uma diversidade de "outros" que nesse meio urbano travam suas relações sociais, suas vivências, sobrevivências e experiências. As experiências e visões da cidade enquanto *locus* da violência diferem em relação ao local no qual esses sujeitos habitam. Zaluar (1998, p. 252) relata:

> [...] Nos anos 90, a generalização de imagens da cidade como um ambiente violento e os sentimentos de medo e insegurança dela decorrentes passaram a fazer parte do cotidiano dos seus moradores, mas atingiram particularmente os que vivem nas favelas e bairros pobres. Essas ameaças à segurança, quebram o equilíbrio das tensões em que se monta a paz social, vindo alimentar os círculos viciosos da violência cotidiana em que os pobres tornaram-se os mais temidos e os mais acusados, justificando a injusta repressão que sofrem.

Dessa forma percebemos como, apesar da violência ser sentida por todos os moradores da cidade, ela é experimentada e vivida mais intensamente pelos moradores das favelas; ou seja, esses moradores considerados como "outros" sofrem, além da violência, uma repressão maior por serem considerados como os portadores dessa mesma violência. Percebemos isso, ao olharmos para os jovens encarcerados no CR e apreendermos de onde eles vêem - bairros periféricos e favelas da cidade na qual a pesquisa foi realizada - pois, apesar da escolha desses

sujeitos ser aleatória, não trabalhamos com nenhum detento que habitasse bairros considerados da elite.

Apesar dos moradores de bairros periféricos e da favela vivenciarem mais a violência, esta é sentida por todos os habitantes das cidades e nem sempre se revela como uma experiência direta; mas está no cotidiano deles, de forma impetuosa, pois diariamente os jornais, os telejornais e outros meios de comunicação os colocam frente a um cenário recheado de violência, fazendo com que essa questão torne-se tema diário.

Com essa recorrência cotidiana da violência na vida dos sujeitos, há uma percepção de aumento da violência que chega a alusões de imagens de uma sociedade à beira da barbárie e, embora aquela possa realmente ter aumentado, a sua espetacularização vai mais além gerando medo e insegurança. Tratando desse tema, Zaluar (1998, p. 246) relata como a violência começou a figurar na vida cotidiana das pessoas a partir da última década.

> O tema da violência, embora já preocupasse então a população, ficou quase esquecido até os últimos anos dessa década, quando se tornou um dos que mais ocupa o debate público na grande imprensa, e o acadêmico em seminários e congressos. Passou a fazer parte das conversas cotidianas na casa, na rua, na escola, nos estabelecimentos comerciais, nos jornais, nas rádios, em todos os canais de televisão, nos inquéritos e processos judiciais, onde quer que se comentasse o que acontecia e o que poderia acontecer.[...]

Os meios de comunicação, buscando a atenção de seu público alvo, traçam um panorama a partir de notícias sobre atos violentos que faz do tema um espetáculo à parte[2]. O medo e a insegurança em virtude da violência não decorrem, porém, simplesmente das imagens transmitidas pelos veículos midiáticos. Adorno e Lamin (2006, p. 168) colocam que outra forma de espetacularizar o crime seria a sua instrumentalização pelos políticos profissionais.

2 Ao referir sobre a espetacularização da violência, Zaluar (1998, p. 247) expõe que: [...] As notícias de violência tornaram-se mercadorias. Elas vendem bem o veículo, quanto mais sensacionalistas e impactantes forem. [...]

> [...] Nas diferentes sociedades, as campanhas eleitorais têm sido palco da polarização de posições em torno das políticas públicas de segurança. De um lado, alinham-se as posições que apostam em políticas destributivas, isto é, em políticas capazes de promover justiça social e respeito aos direitos humanos, inclusive para aqueles que cometeram crimes, foram processados, julgados, condenados à pena de reclusão. De outro, estão aqueles que defendem políticas retributivas, quer dizer, a contenção da criminalidade depende da aplicação de lei e ordem, em particular leis draconianas que tornem caro o custo do crime, desestimulando os criminosos e evitando a reincidência. [...] Estes últimos têm tido mais êxito na manipulação dos sentimentos coletivos de medo e insegurança.

Assim, o medo e a insegurança em relação à violência se dilatam no imaginário social a partir da utilização espetacular desse tema por políticos e pela mídia, tanto para conseguirem votos, quanto para venderem as notícias. Fora esse quadro dramático sobre a violência que é exposto pela mídia e utilizado por políticos, é certo que a violência que gera medo e insegurança faz parte da nossa realidade social, sendo uma questão de suma importância a ser tratada. Como expõe Adorno e Lamin (2006, p. 169):

> [...] O medo do crime, expresso através das narrativas e das falas, das sondagens de opinião e das pesquisas de vitimização, diz respeito a sentimentos coletivos muito profundos, enraizados nos domínios mais recônditos da consciência e do imaginário coletivo, sobrepostos por camadas legadas de geração a geração pelo tempo histórico. Ela traduz o modo como lidamos, na contemporaneidade, com nossas angústias e incertezas, mas também com nossas crenças nas leis, na justiça, na ordem e na democracia.

Existe assim, para além da violência, uma percepção sobre a violência. Nas diversas sociedades e tempos históricos diferentes, os sujeitos apreendem o que é a violência de maneiras díspares. Dentro de uma mesma sociedade, os sujeitos podem ter percepções diferentes sobre a violência, dependendo da classe social em que se encontram inseridos. Caldeira (2000, p. 57) ao trabalhar com a percepção da violência de indivíduos de diversos locais da cidade de São Paulo, afirma que:

> [...] Embora todos os grupos sociais sejam vítimas do crime, elas são

> vítimas de diferentes tipos de delitos, sendo as classes trabalhadoras as mais vitimizadas pelos crimes violentos. É óbvio que essas diferentes experiências marcam a percepção que cada classe tem do crime. [...]

Mas, embora existam percepções diversas acerca do crime, que variam historicamente e de cultura para cultura e dependendo da classe social em que os sujeitos estão inseridos, Caldeira (2000, p. 57) relata que algumas percepções são partilhadas, mesmo os sujeitos sendo de classes distintas.

> [...] No entanto, paulistanos de diferentes grupos sociais [...] compartilham algumas concepções sobre o crime e o mal. Eles parecem achar que os espaços do crime são espaços marginais, como as favelas e cortiços, e que seus habitantes, criminosos em potencial são pessoas que estão o limite da sociedade, da humanidade e da comunidade política. Eles ainda vêem o crime como algo associado ao mal, que se espalha e contamina facilmente, e que requer instituições fortes e autoridades para controlá-lo. [...]

Assim, notamos que, apesar de algumas percepções serem distintas, existe um imaginário social construído sobre o que seria a violência e onde ela se encontra. A violência, enquanto ocorrência, figura no cotidiano das pessoas, mas para um trabalho de cunho acadêmico faz-se necessário transformar a violência em um conceito sociológico[3] a fim de que se possa analisá-lo.

Para adentrarmos na realidade cotidiana daqueles que são vistos enquanto "outros", portadores do mal por terem praticado atos considerados criminosos e estarem reclusos, e também para entender a instituição na qual estão encarcerados, ou seja, o CR, fez-se necessário transformar tanto a violência, quanto o crime, a prisão e os jovens em objetos de análise sociológica.

A construção do objeto de pesquisa constitui-se em um processo de fazer sociológico baseado em uma reflexão metodológica. A inexistência de uma vigilância epistemológica faz com que o sociólogo acabe por praticar o que

3 Porto (2002, p. 3), expõe que: "Faz-se necessário, [...], que o fenômeno da violência seja construído como objeto teórico, de modo a que sua utilização, no interior do discurso científico, adquira força explicativa e sentido."

Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p. 48) chamam de "sociologia espontânea".

> [...] Por mais parcial que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma *problemática teórica* que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada.

Dessa forma, podemos afirmar que todo objeto é social, porém não é sociológico. Para não incorrer em uma sociologia espontânea, o objeto deve ser construído através de pressupostos teóricos que o relacionem com os mais diversos aspectos da realidade inter-relacionados entre si.

A abordagem sociológica da violência parte de uma construção dessa enquanto objeto. Para tanto, deve-se reconhecer a violência como algo que faz parte das relações sociais estabelecidas e que se mostra em diversas épocas e sociedades de maneiras distintas. Gullo (1998, p. 106), afirma que: "[...] a violência é inerente às relações sociais e varia de acordo com a particularidade dessas relações em diferentes grupos e sociedades historicamente considerados.".

Analisando a violência, através das suas mudanças paradigmáticas durante a história, Wieviorka (1997, p. 11) relata que muitas escolas sociológicas contribuíram para a compreensão da violência, mas ressalta que determinadas épocas históricas tiveram grande influência sobre a percepção e prática da violência.

> Há diversos raciocínios suscetíveis de constituir instrumentos de compreensão da violência, diversas tradições sociológicas, e pode-se mesmo considerar que não há teoria geral que não seja capaz de contribuir com um enfoque específico para a análise da violência. Mas, se é possível apresentar os principais modos de abordagem da violência, indicando para cada um sua quota de contribuição e seus limites, e refletir sobre as possibilidades que há de acumular conhecimentos, logo integrando as diversas proposições disponíveis em teorias complexas, é talvez ainda mais interessante ver como, segundo as épocas, certas idéias exercem uma influência ou têm um impacto predominante.

Dessa forma, a violência não pode ser considerada como algo imutável, durante a história ela foi percebida de diversas formas, mudando os significados e as formas de expressá-la. Michaud (2001, p. 11) define a violência como uma situação onde uma ou várias pessoas causam danos a outros, tanto na sua integridade física quanto em relação a seus bens.

> [...] Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Assim, como expõe Michaud, trata-se de uma ação individual ou coletiva na qual um ou mais sujeitos são lesados por outros, tanto em relação ao corpo, quanto em relação à moral ou aos bens. A violência pode ter sentidos diversos dependendo da cultura e da época histórica em que se insere. Mendes (2003, p.90) relata "[...] entende-se que a percepção de um ato como violento varia, histórica e culturalmente, em função da percepção do limite de força que demanda, da perturbação gerada e/ou do sofrimento que promove. [...]".

Alguns sujeitos que praticam atos considerados violentos podem ser punidos através das leis nas sociedades. Veremos, porém, que a punição não se aplica necessariamente a todos que cometem o que é legalmente considerado crime. A noção de crime, não é algo imutável histórica e socialmente; ela variou durante os tempos e as necessidades sociais e econômicas de determinadas parcelas da sociedade, assim como a punição. Entre o final do século XVII e início do século XIX, houve uma reorganização do sistema judiciário e penal em vários países da Europa[4], como explana Foucault (2005, p.79).

A partir dessa reorganização do sistema judiciário e penal, o crime deixa de ser uma falta moral[5] e religiosa e passa a se configurar enquanto uma ruptura

4 Essa reorganização seria uma das causas do que Foucault chama de "sociedade disciplinar". Foucault (2002, p.178-179) relata quais as características dessa "sociedade disciplinar": [...] Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade[...] a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo um tática das forças e dos corpos.[...]

5 Notamos no Brasil a percepção de crime enquanto falta moral, quando Paixão (1983, p. 199) ao relatar sobre os crimes do Código Penal de 1890 diz que: "No Código Penal de 1890, prevê-se apenas a

com uma lei civil estabelecida através de um poder político exercido pelo legislativo.

> [...] Para que haja infração é preciso haver um poder político, uma lei e que essa lei tenha sido efetivamente formulada. Antes da lei existir, não pode haver infração. Segundo esses teóricos, só pode sofrer penalidade as condutas efetivamente definidas como repreensíveis pela lei[6].

Essa nova lei não deve mais ser regida pela moral, mas sim simbolizar o que é útil para a sociedade, repreendendo atos considerados socialmente perniciosos. Foucault (2005, p. 81) relata que a partir dessas reformulações sobre o crime, este passa a ser demarcado de forma evidente e simples. "[...] O crime não é algo aparentado com o pecado e com a falta; é algo que danifica a sociedade; é um dano social, uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade."

O crime, que até o final do século XVIII, tinha entre suas características a lesão moral, determinada por uma lei divina, religiosa, passa a ter como princípio a própria lei. O crime não é mais um ato relacionado à quebra de uma conduta moral, mas sim uma ruptura com uma lei estabelecida, através do poder político na figura dos legisladores, e que causa prejuízo à sociedade. Ao atentar para as distinções entre o crime e a criminalidade, Boris Fausto (2001, p. 19) expõe:

> [...] "criminalidade" se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes; "crime" diz respeito ao fenômeno na sua singularidade, cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.

---

punição de um certo tipo de "desordem", assimilada à vadiagem através de uma identificação aparentemente estranha [...] Trata-se, no caso, de um claro exemplo de criminalização de um comportamento com o propósito de reprimir uma camada social específica.

6 Foucault (2005, p.80) relata que teóricos como Beccaria, Bentham e Brissot, além de alguns legisladores, ajudaram a definir esse novo sistema teórico sobre a lei penal.

A criminalidade, portanto, constitui-se genericamente, é um termo que designa o fenômeno no qual se insere o crime, que se constitui na prática de ação violenta contra um patrimônio ou contra uma pessoa. O crime na sociedade moderna é, como expõe Foucault, determinado através de códigos internos, das leis prescritas na sociedade.

A pena imposta a quem comete atos lesivos é reformulada a partir do momento em que é reformulada a noção de crime. A pena aplicada ao indivíduo, que lesou a sociedade e rompeu com a lei, já não é a mesma que lhe era atribuída anteriormente.

> [...] A deportação desapareceu bem rapidamente; o trabalho forçado foi geralmente uma pena simplesmente simbólica, em sua função de reparação; os mecanismos de escândalo nunca chegaram a ser postos em prática; a pena de talião desapareceu rapidamente, tendo sido denunciada como arcaica para uma sociedade suficientemente desenvolvida.

Percebemos, portanto, como a punição e a noção de crime transmutaram-se historicamente. Com a emergência da modernidade, da sociedade disciplinar, surgem novas concepções sobre o que é o crime e como esse deve ser punido.

É através das leis que determinados atos são considerados crimes. É a partir da idéia de direitos, que as leis são formuladas a fim de organizarem a sociedade de determinado modo. Um exemplo disso é a pratica proibicionista em relação às drogas e a seu tráfico. Um olhar mais esmiuçado sobre como essa proibição foi se espandindo na sociedade ocidental entre o século XX e XXI, revela como historicamente o uso e comercialização de drogas[7] tornaram-se crime.

A violência e o crime aparecem como uma ruptura com a ordem estabelecida na sociedade através das leis. Pensando no crescimento da criminalidade e na percepção desse crescimento pela população, Adorno (2002, p. 100) relata que " [...] hoje, cada vez mais, consolida-se a opinião de que o crime está crescendo e que parte da responsabilidade desses crimes se deve ao envolvimento dos jovens com o mundo do crime.". Assim como coloca Adorno,

[7] Trabalharemos mais detalhadamente sobre essa questão na Segunda Parte da dissertação.

o medo da violência instaurado na população parte de uma concepção de que seu aumento é gerado por jovens. Em matéria jornalística vinculada na Folha de São Paulo, Scolese (2007, p. C1) revela que:

> O ritmo de entrada de jovens na prisão (68, 4 mil/ano) é 58% superior ao de saída (43, 2 mil jovens/ano). Isso significa que 187 jovens entram a cada dia em unidades prisionais, contra 118 que deixam o sistema.

Esse número de jovens, que são imputados anualmente a cumprirem suas penas no sistema prisional brasileiro, revela que os jovens cometem crimes e as estatísticas apontam que eles estão cada vez mais sendo levados ao sistema prisional do que saindo. Mas será que os jovens estão realmente cometendo mais crimes ou isso se dá pelo aumento do sistema prisional? Longe de querermos sanear essa questão sobre a relação entre o aumento da violência vinculado à participação dos jovens em crimes, lembramos que Abramo (1997, p. 25) coloca que:

> [...] Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos "adultos", no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos "problemas sociais", como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas.

Trabalhando com jovens encarcerados no CR, buscamos analisá-los para além de "problemas sociais", transformando essa questão em "problema sociológico". Para minimamente tentar entender esses jovens encarcerados faz-se necessário levantar a questão: o que é o jovem?

I.II – Os jovens

Este trabalho não busca refletir como a violência se instala na sociedade, mas trabalhar com sujeitos autores de crimes que encontram-se reclusos no CR. Esses sujeitos, no caso, são jovens, com idades entre dezoito e vinte e dois anos

que cumprem pena nos regimes: provisório, fechado e semi-aberto.

Esses jovens, que enveredam pela criminalidade, podem ser vistos como "problemas sociais" e muitas pesquisas, historicamente, trabalharam a questão da juventude através de um olhar sobre esses sujeitos vinculados à "problemas sociais", assim como coloca Abramo (1997, p. 29):

> A tematização da juventude pela ótica do "problema social" é histórica e já foi assimilada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social-; seja porque um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural.

Trabalhando com a juventude enquanto uma categoria social e historicamente construída, recorremos a Pais (2003, p. 27) para tratar das diferenças entre os "problemas sociais" e os "problemas sociológicos", que segundo o autor:

> Os "problemas sociais" são problemas que emergem de uma realidade material e social (real-social), para cuja solução é forçoso pensar uma realidade distinta: a solução dos apregoados problemas vividos pela juventude (droga, delinqüência, desemprego, etc.) passa pela liquidação desses problemas, pela projecção de uma modificação do real-social. Completamente diferentes são os "problemas sociológicos", dirigidos essencialmente à interrogação da realidade: será esta o que parece ser? Porque se fala em problema da juventude? Sempre os houve? Como surgiram?

Tentando responder essas questões e entender a construção social e histórica da categoria juventude, muitos estudiosos das Ciências Sociais se debruçaram sobre o assunto em busca de esclarecimento para as indagações e definições desses sujeitos denominados "jovens". Pais, Cairns e Pappamikail, (2005, p.111) tratam dessa questão:

> A resposta à pergunta "o que define a condição juvenil?" seria por si

> só suficientemente complexa se a multiplicidade de respostas dadas pelos pesquisadores nas últimas décadas servisse de indicador dessa complexidade. [...]

Para entendermos esses sujeitos, faz-se necessário, portanto, pensarmos a juventude, como ela se configura na sociedade enquanto uma categoria analítica. Trabalhando com essa questão, Bourdieu (1983, p.113) traz à tona a questão da juventude enquanto uma construção social dada no embate entre jovens e velhos.

> [...] Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objeto de manipulações. [...] O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a biológica são muito complexas. [...]

Carregando as possibilidades futuras com o aprendizado recebido pelos velhos, Dayrrel (2003, p. 40-41) diz que essa visão da juventude é dada de uma perspectiva da negatividade.

> [...] o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações do presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, *o que ainda não chegou a ser* (Salem, 1986), negando o presente vivido. [...]

Essa perspectiva de análise da juventude que vê o jovem como um "vir a ser", que o olha como algo inacabado acaba desconsiderando toda a complexidade desses jovens, suas vivências e experiências, olhando para esses sujeitos como se fossem protótipos de adultos. Dayrrel (2003, p.24) refuta esse "vir a ser" da juventude, atentando para as suas especificidades.

> [...] A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. [...]

As experiências e vivências dos jovens têm uma importância para além

de um rito de passagem. A juventude adquire corpo e começa a ser pensada enquanto uma categoria social[8], quando a partir dos "problemas sociais" referentes aos jovens se começou a notar um prolongamento da passagem da infância para a vida adulta, assim como nos lembra Pais (2003, 40).

> Em suma, a noção de juventude somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar um prolongamento – com os conseqüentes "problemas sociais" daí derivados- dos tempos de passagem que hoje em dia continuam a caracterizar a juventude, quando aparece referida a uma *fase de vida.*

Enquanto categoria social a juventude tem um lugar definido na sociedade e, segundo Abramo (1994, p. 03), é uma categoria especialmente destacada nas sociedades industriais modernas, devido à complexidade desta, que pede papéis mais definidos:

> A acentuada divisão do trabalho e a especialização econômica, a segregação da família das outras esferas institucionais e o aprofundamento das orientações universalistas agudizam a descontinuidade entre o mundo das crianças e o mundo adulto, implicando um tempo longo de preparação que, comparado aos das sociedades primitivas, é menos institucionalizado e com papéis menos definidos.

A juventude existe na medida em que se relaciona com o que chamamos velhice. Ela não é somente um fator biológico, é construída social e culturalmente. Relatando acerca da juventude, Abramo (1997, p. 29) expõe que:

> De um modo geral, pode-se dizer que a "juventude" tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade.

8 Machado Pais (2003, p.40) esclarece ainda que a categorização social da juventude em determinada época não significa que não existia juventude anteriormente, mas que a partir desse momento ela passou a figurar enquanto grupo social, ou nas palavras do autor: "Não quer isto dizer – [...] – que jovens e adolescente não tenham antes existido, mas não com o estatuto nem com a autonomia ou a força de grupo social.[...]"

> Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura.

Percebemos através do que Abramo relata uma das formas de análise da juventude, ou seja, através de um olhar geracional sobre esses sujeitos. Para Pais (2003, p. 48), a corrente teórica geracional trata a juventude enquanto uma fase da vida, de caráter homegêneo e unitário, tendo como questão essencial a continuidade/descontinuidade dos valores entre as gerações.

> [...] O quadro teórico dominante da corrente geracional baseia-se nas teorias de socialização desenvolvidas pelo funcionalismo e na teoria das gerações. No quadro das teorias funcionalistas da socialização, os conflitos e descontinuidades intergeracionais são vistos, na maior parte dos casos, como "disfunções" nos processos de socialização que respeitam à juventude tomada no sentido dedas e de vida [...] para os defensores da teoria das gerações, se não existissem descontinuidades intergeracionais não existiria uma teoria das gerações.

Assim, os teóricos da corrente geracional viam a juventude enquanto algo homogêneo, como existindo uma cultura juvenil e, quando admitido que entre os jovens haveria diferenças que romperiam com essa homogeineidade, essas diferenças eram vistas como subculturas da cultura juvenil. Os jovens seriam uma fase intermediária entre a infância e a vida adulta que teriam expectativas coerentes e divergentes com a geração adulta, conservando ou não os valores da geração anterior.

A análise que Pais (2003, p. 75) faz da juventude transcorre um caminho onde se vê a cultura juvenil como heterogênea, a juventude como um movimento e um processo, um movimento de passagem para a vida adulta e um processo de produção e reprodução social, ou, nas palavras do autor:

> Embora, à partida, tomasse a juventude como um conjunto cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma determinada fase da vida, encarei as trajectórias dos jovens como um movimento (passagem da infância para a vida adulta) e como um processo (de reprodução e de produção social) [...] É uma tentação seguir a linha ziguezagueante dos cursos de vida; seu brote obscuro;

> seu crescimento; suas vacilações; seus retrocessos; suas súbitas, precárias ou paulatinas consolidações. Mas as trajectórias dos jovens não devem apenas ser encaradas como um movimento. São também um processo: de socialização e de juvenilização.

Assim, Pais analisa a juventude a partir de uma perspectiva onde o ser jovem não é uma fase imutável, mas dinâmica, onde a juventude tem várias facetas, continuidades e descontinuidades e produz e reproduz as relações sociais. Chamando socialização e juvenilização, Pais (2003, p. 75-76) explica:

> [...] O conceito de socialização utilizado cobre, portanto, o processo através do qual a sociedade produz a juventude. O processo de juvenilização refere-se em contrapartida, ao processo de influência dos jovens sobre a sociedade[...]

É, portanto, através desses pressupostos que o autor traça sua análise sobre a juventude, a partir das vivências cotidianas desses jovens, tendo suas culturas como heterogêneas, entendendo as diversidades juvenis aliadas ao contexto social. A juventude para Pais, ao mesmo tempo em que é produzida pela sociedade, influencia a sociedade e suas experiências e formas de ver o mundo adquirem toda uma complexidade dentro do contexto em que estão inseridas e não são simplesmente um "vir a ser", um protótipo do homem adulto. Nessa perspectiva, as análises de Pais coadunam-se com as de Dayrrel (2003, p. 24) na medida em que afirma:

> Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. [...]

Ao analisarmos os jovens que se encontram encarcerados no CR, a nossa perspectiva é de compreendê-los enquanto uma juventude diversa de outros segmentos de jovens, vivendo em uma realidade social distinta, em uma instituição prisional, onde suas práticas são permeadas pelo contexto social que os rodeia, ou seja, o aprisionamento, os muros, as grades, as relações

estabelecidas com outros encarcerados e com funcionários do local.

Tentamos observar esses doze jovens que fizeram parte da pesquisa através de suas características culturais, sua classe social e dentro de uma realidade social específica, pois todas essas questões entrelaçadas fazem com que esses sujeitos tenham determinada percepção sobre sua vida e sua realidade. Para efeito de esclarecimento, destacamos que apesar de terem maioridade perante a lei, não tratamos esses sujeitos enquanto plenamente "adultos", mas como jovens que se encontram no limiar da vida adulta.

Esses jovens pesquisados se encontram encarcerados no CR, pois transgrediram leis da sociedade e passaram por um processo punitivo que essa mesma sociedade determina a alguns que rompem com as leis preestabelecidas. Ressaltamos, porém, que, como veremos, a punição não se mostra como igual para todos. Pois, apesar de todas as classes sociais cometerem crimes, com a pesquisa ficou claro que as classes populares são mais punidas.

I.III – A lei e a punição.

As leis e o direito são construções sociais e históricas que visam normatizar a sociedade. A sociologia jurídica, enquanto ciência, trabalha questões relacionadas entre as normas estabelecidas pelo direito e as conexões entre essas normas e a ordem social, como elas se relacionam e influenciam uma à outra. Nas palavras de Baratta (1999, p. 21):

> Partindo-se da distinção entre a comunidade, como organização compreensiva da vida humana em comum, e o direito como uma parte dela, pode-se dizer que o objeto da sociologia jurídica é, por um lado, a relação entre mecanismos de ordenação do direito e da comunidade, e por outro lado, a relação entre o direito e outros setores da ordem social. Portanto, a sociologia jurídica tem a ver tanto com as estruturas normativas da comunidade, em geral, como também com as condições e efeitos das normas jurídicas, em especial. [...]

Assim, a sociologia jurídica não estuda somente como são estabelecidas

as leis na sociedade, mas quais os efeitos dessas na sociedade e as relações entre as normas sociais e as jurídicas. Para esse trabalho, no qual buscamos analisar os jovens detentos do CR, assim como essa instituição prisional, traçamos um caminho teórico de entendimento das normas jurídicas referentes à criminalidade, especialmente no Brasil, tentando ver como essas se estabeleceram historicamente em nossa sociedade e para quem servem essas normas. Trabalhamos, além da historicidade das práticas jurídicas no Brasil no que se refere ao crime, com os estudos do teórico Foucault, por entendermos que as práticas jurídicas estabelecem relações de poder.

Pensando na questão das leis e dos direitos, Foucault (2005, p.8), em seu trabalho *A Verdade e as Formas Jurídicas*, nos apresenta como práticas sociais conceberam saberes que fizeram emergir a partir do século XIX outras configurações de sujeitos de conhecimento.

> [...] gostaria particularmente de mostrar como se pôde formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais, das práticas sociais de controle e vigilância. E como, de certa maneira, esse saber não se impôs a um sujeito de conhecimento, não se propôs a ele, nem se imprimiu nele, mas fez nascer um tipo absolutamente novo de sujeito de conhecimento.[...]

Entre as práticas sociais que a partir do século XIX fizeram nascer esses novos sujeitos de conhecimento, Foucault (2005, p. 11) situa as práticas judiciárias como uma das mais importantes. Entre o final do século XVIII e início do XIX houve uma mudança acerca das leis penais. Teóricos como Bentham e Beccaria ajudaram a fundar essa nova forma de pena. Foucault (2005, p. 82) relata que esses autores partiam de quatro pressupostos para punir os criminosos.

> [...] Primeiramente, a punição expressa na afirmação: "você rompeu o pacto social, você não pertence mais ao corpo social, você mesmo se colocou fora do espaço da legalidade; nós o expulsaremos do espaço social onde essa legalidade funciona". [...]

Desse modo, vê-se a punição como um afastamento do criminoso da sociedade; é o que Foucault chama de deportação. Ao romper com o pacto social estabelecido, o sujeito não merece mais conviver junto àqueles que vivem nessa sociedade e que não o fizeram. O segundo pressuposto é o isolamento dentro da sociedade: o sujeito não é enviado para fora dela, mas isolado dentro dela.

> [...] Seu mecanismo não é mais a deportação material, a transferência para fora do espaço social, mas o isolamento no interior do espaço moral, psicológico, público, constituído pela opinião. É a idéia das punições no nível do escândalo, da vergonha, da humilhação de quem cometeu uma infração. [...]

Essa humilhação é conseguida pela opinião pública, o sujeito é isolado através do desprezo produzido pela publicização de seu ato. Assim, seu corpo não é isolado da sociedade, mas através da aversão provocada sua alma é isolada. Como a partir dessa nova concepção de penalidade, considera-se que o criminoso causou mal ao corpo social e, não mais à figura de um soberano. O terceiro pressuposto coloca que o criminoso deve reparar esse dano à sociedade através de seu trabalho. É através de seu trabalho que o criminoso vai repor o mal que fez, trabalho esse que não é voluntário, mas sim exigido pela lei.

> [...] Ela consiste, em forçar as pessoas a uma atividade útil ao Estado ou à sociedade, de tal forma que o dano causado seja compensado. Tem-se assim uma teoria do trabalho forçado.

A quarta pena a ser aplicada ao criminoso busca evitar que esse dano que o indivíduo causou à sociedade não seja mais repetido e deve servir de exemplo para que outros sujeitos não queiram cometer o mesmo ato. Conforme o autor relata, essa é a pena de talião.

> [...] a pena consiste em fazer com que o dano não possa ser novamente cometido; em fazer com que o indivíduo em questão ou os demais não possam mais ter vontade de causar à sociedade o dano anteriormente causado; em fazê-los repugnar para sempre o crime que cometeram.[...]. Mata-se quem matou; tomam-se os bens de quem roubou; [...]

O indivíduo que cometeu o crime é punido de forma semelhante ao crime cometido. Essa pena de talião é uma pena exemplar na medida em que a punição não só deve fazer com que o indivíduo não queira mais cometer tal crime, ao mesmo tempo, em que serve de exemplo aos que porventura iriam praticar ato semelhante.

Esses quatro pressupostos de penalidade formulados pelo teórico Beccaria e outros legisladores caíram em desuso de forma muito rápida, sendo substituídos por uma outra forma de penalidade: as prisões. Assim expõe Foucault (2005, p. 84):

> Esses projetos bem precisos de penalidade foram substituídos por uma pena bem curiosa de que Beccaria havia falado ligeiramente e que Brissot mencionava de forma bem marginal: trata-se do aprisionamento, da prisão.

Esses teóricos, como Beccaria e Bentham, que ajudaram a formular a nova penalidade que se ergueu a partir do final do século XVIII, olhavam para o crime enquanto um ato contra a sociedade que deveria ser punido e reparado.

De outro lado, aparece o criminologista Cesare Lombroso que não olha somente para o crime, mas para o criminoso, traçando semelhanças físicas entre aqueles que cometeram o crime a fim de descobrir um "perfil" dos indivíduos criminosos. É por meio da antropometria[9] que Lombroso baseia suas teorias, o estudo sobre o crime passa do ato criminoso para o sujeito que o cometeu, com o intuito de identificar disposições para o crime através de características físicas.

Beccaria e Bentham faziam parte da chamada Escola Clássica que visava através das leis e punições demover o crime, enquanto Lombroso fazia parte da Escola Positiva que descartava uma visão sobre o crime somente através das leis, buscando na figura do criminoso características que o fariam propensos ao

9 Na segunda parte de seu livro "O Homem Delinqüente", Lombroso (2001, p. 159) coloca que: "Um estudo antropológico sobre o homem delinqüente deve, necessariamente, ter como ponto de partida caracteres anatômicos. [...].".
Nesse pequeno fragmento, Lombroso esclarece qual o paradigma de sua teoria sobre os sujeitos que cometem crimes.

crime. Alvarez (1996, p. 42) esclarece como a Escola Positiva e a Escola Clássica se opunham:

> [...] de um lado, a Escola Clássica, que define o crime em termos legais, ao enfatizar a liberdade individual e os efeitos dissuasórios da punição. De outro, a Escola Positiva, que rejeita uma definição estritamente legal do crime, ao enfatizar o determinismo ao invés da responsabilidade individual e ao defender um tratamento científico do criminoso, visando proteger a sociedade.

Através de seus estudos sobre os criminosos, conforme explicita Tomasini e Garcia (2001, p. 518), Lombroso inaugura a Antropologia Criminal e o tipo delinqüente, embora antes dele tenham existido estudiosos que trabalharam com essa questão, mas de forma desordenada.

> [...] Desde a antiguidade, médicos, filósofos, literatos, artistas preocuparam-se em descrever e caracterizar o criminoso. A esses os chamou Antonini "os precursores de Lombroso", produtores de idéias e observações assistemáticas passíveis de serem interpretadas como antecedentes da Antropologia Criminal, ciência esta que todavia só nasce com César Lombroso, o criador do tipo criminal. [...]

As teorias de Lombroso tiveram durante algum tempo muito sucesso na Europa, como relata Alvarez (1996, p. 44), fazendo parte das discussões jurídicas e penais, mas logo caíram em descrédito. Essas teorias, porém, encontraram na América Latina seguidores, tendo grande repercussão, e isso ocorreu também no Brasil, como coloca Alvarez (1996, p. 51)

> No Brasil, as teorias de Lombroso e as idéias da escola positiva de direito penal obtiveram ampla repercussão nos meios jurídicos e intelectuais, principalmente nas primeiras décadas do regime republicano. Muitos juristas no Brasil saudaram as novas teorias criminológicas como uma revolução sem precedentes no campo do direito penal, e propuseram que as principais reformas institucionais defendidas pelos autores da escola positiva fossem aqui rapidamente implementadas.

Assim, no início da república no Brasil, as teorias lombrosianas adentraram o espaço dos debates dos juristas. O eco das teorias de Lombroso no Brasil fez com que os juristas e teóricos propusessem o combate ao crime através também da análise do criminoso. Alvarez (1996, p. 67) nos revela que a

criminologia se coloca como uma forma de enfrentamento ao crime e de estabelecimento de uma "nova ordem social".

Relatando sobre o Código Penal de 1890, Alvarez (1996, p. 73) expõe que esse Código era permeado pela Escola Clássica do Direito Penal, ou seja, ali estavam expressos os paradigmas do combate à punição através das instituições penais.

> O Código Penal de 1890, com sua concepção principalmente clássica, em termos das doutrinas penais, representou, apesar dos dispositivos anteriormente citados, voltados para a repressão e o controle social de determinados segmentos da população, sobretudo uma ruptura com as práticas penais do passado escravista, ao instituir a generalidade e a imparcialidade dos critérios penais [...]

Esse Código Penal foi fonte de debates por aqueles que compartilhavam das teorias lombrosianas, pois acreditavam que essa perspectiva clássica não daria conta da realidade social brasileira, ou como coloca Alvarez (1996, p. 73):

> [...] a aplicação desses critérios mostrou-se imediatamente inviável, frente a um contexto político e social onde novas formas de desigualdade foram colocadas. Como afirmam os juristas ao longo da Primeira República, o grande desafio é "*tratar desigualmente os desiguais"*, e não estender a igualdade de tratamento jurídico-penal para toda a população. [...]. Principalmente para os adeptos das teorias criminológicas, o Código Penal republicano não era capaz de dar conta das novas funções que o direito penal e as instituições penais deveriam desempenhar frente a uma sociedade desigual como a brasileira.[...] (grifo do autor)

Dessa forma, como explicita o autor, o Código de 1890 era visto como inábil ao tratar da realidade brasileira. Muitos juristas abraçaram então a criminologia, principalmente a partir da perspectiva Lombrosiana. A antropologia criminal ganha impulso no Brasil através do debate entre esses juristas[10]. A sociologia criminal é vista no Brasil como uma extensão da

10 Alvarez (1996, p. 76) referindo-se à recepção das teorias da criminologia que foi primeiramente bem recebida no Recife, depois expandindo-se, relata: [...] inúmeros outros juristas, ao longo da Primeira República, passam a divulgar as novas abordagens "científicas" acerca do crime e do criminoso: Clóvis Beviláquia, José Higino, Paulo Egídio, Raimundo Pontes de Miranda, Viveiros de Castro, Aurelino Leal, Cândido Mota, Moniz Sodré de Aragão, Evaristo de Moraes, José Tavares Bastos, Esmeraldino Bandeira, Lemos Brito, entre outros, publicam artigos e livros em que são discutidos os principais conceitos e autores da criminologia e da escola penal positiva. [...]

antropologia criminal, conforme explica Alvarez (1996, p. 79). Os conceitos sociologia criminal[11] e antropologia criminal se mesclavam nos discursos dos juristas.

> [...] E é também seguindo as orientações de Lombroso que a maioria dos autores nacionais pensa a sociologia criminal quase como um prolongamento da antropologia criminal, de tal maneira que os aspectos sociais aparecem como causas entre outras capazes de explicar a fraqueza moral dos criminosos. [...]. Para explicar essa freqüente indiferenciação, basta mencionar como autores que, ainda no final do Império, defendem a necessidade de incorporação da *antropologia criminal* pelo pensamento jurídico nacional, defendem que essa incorporação se dê sobretudo através da criação da cadeira de *sociologia* nas faculdades de direito.

Os juristas[12] procuraram estudar e debater a antropologia criminal e a sociologia criminal, analisando como através dessas teorias poder-se-ia abordar o "problema social" da criminalidade no Brasil. Desses debates surgiu a teoria da "Nova Escola Penal", segundo a qual a ação jurídica deveria enveredar-se por estudos acerca do criminoso enquanto um sujeito anômalo e não por estudos sobre o crime, como coloca Alvarez (1996, p. 81):

> [...] Mais que a concordância em torno da contribuição de Lombroso, o principal ponto de convergência do discurso da criminologia no Brasil, ou da "*nova escola penal"* como é chamado com mais propriedade pelos autores nacionais, é a idéia de que o objeto de ação jurídica e penal deve ser não o crime, mas o criminoso, considerado enquanto um indivíduo anormal. [...]

Percebe-se assim que a "nova escola penal" refuta as teorias clássicas,

11 A sociologia criminal é erguida principalmente através dos estudos de Durkheim e Gabriel Tarde. (vide Alvarez, 1996)

12 Alvarez (2002, p. 687), ao relatar como a antropologia criminal e a sociologia criminal eram mescladas pelos juristas brasileiros, diz que: "Como resultado da recepção eclética e conciliadora das teorias criminológicas européias pelos juristas brasileiros, o crime e o criminoso passam a ser pensados como problemas complexos demais para serem observados de um ponto de vista único. Tanto os aspectos biológicos quanto o meio social devem ser estudados pelas disciplinas criminológicas. [...]" Dessa forma, a criminologia brasileira não simplesmente exporta as teorias européias, ao contrário, elas são adaptadas às singularidades brasileiras.

que vêem a punição pelo olhar sobre o crime e não sobre o criminoso. Mas para esses autores era preciso analisar a realidade social brasileira através de outro viés, visto as singularidades existentes. Era necessário que o jurídico perpetrasse sua ação a partir do criminoso, tratando "desigualmente os desiguais". Assim como expõe Alvarez (2002, p. 694):

> [...] Para os criminologistas, a igualdade jurídica não poderia ser aplicada aqui tendo em vista as particularidades históricas, raciais e sociais do país. Os ideais de igualdade não poderiam afirmar-se em face das desigualdades percebidas como constitutivas da sociedade brasileira. [...]

Dessa forma, as ações jurídicas e penais brasileira alocaram a sua atuação trabalhando sobre o "outro" que, como já visto anteriormente, é o estranho, aquele que causa medo, o causador de conflito.

O jurista brasileiro Paulo Egídio conduziu os seus estudos de sociologia criminal, analisando a criminalidade através da obra do sociólogo Durkheim[13]. Trabalhando com o crime, Durkheim (1978, p.119-120) relata que o crime é algo normal dentro das sociedades. Pois ele se encontra instaurado em todas as sociedades, portanto se configura como um fato social normal no corpo social.

> [...]Classificar o crime como um fenômeno de sociologia normal não significa apenas que seja um fenômeno inevitável, ainda que lastimável, provocado pela incorrigível maldade dos homens; é afirmar que é um fator da saúde pública, que é parte integrante de qualquer sociedade sã. Este resultado é à primeira vista tão surpreendente que nos desconcertou durante muito tempo. Contudo, a partir do momento em que se consegue dominar esta primeira impressão de surpresa, não é difícil encontrar as razões que explicam esta normalidade e ao mesmo tempo a confirmam.

O crime, portanto, na análise de Durkheim só se torna patológico quando tem um aumento ou diminuição muito acima do esperado. Paulo Egídio analisa a

13 Uma questão de fundamental importância no pensamento de Durkheim é a concepção de que existem fatos sociais que são normais e fatos sociais que são patológicos.

teoria de Durkheim sobre o crime, em seu livro Estudos de Sociologia Criminal, em que refuta as idéias durkheiminianas acerca do caráter de normalidade do crime, aproximando sua argumentação das teses de Lombroso, como expõe Alvarez (1996, p. 101- 102):

> Ao longo do texto, fica evidente que Paulo Egídio toma partido dos adeptos da escola antropológica, ao refutar as críticas que Durkheim dirige a Garofalo em especial, e ao reafirmar que o crime é um fenômeno anormal, pois o criminoso é aquele que se afasta das leis e das normas sociais. Logo, ainda segundo Egídio, Lombroso tem razão contra Durkheim ao indicar que o criminoso se desvia profundamente do homem comum, constituindo um tipo próprio, uma natureza anormal.

Ao refutar as teorias de Durkheim sobre o crime, conforme explica Alvarez (1996, p. 106), Paulo Egídio se aproxima das teorias de Lombroso e da antropologia criminal, utilizando desse conhecimento para elaborar reformas no sistema penitenciário do Estado de São Paulo, como veremos posteriormente.

> [...] Assim, ao defender o caráter anormal do crime a partir do ponto de vista da antropologia criminal, Paulo Egídio está defendendo também uma política científica de combate à criminalidade. E esta defesa não ficou apenas no plano teórico, pois Paulo Egídio, ao longo da sua atividade como senador em São Paulo, utilizou seus conhecimentos acerca da criminologia para justificar amplos projetos de reformas das instituições penais do Estado. [...]

Paulo Egídio, portanto, foi um dos importantes nomes que defendeu reformas nas instituições prisionais no Estado de São Paulo. É interessante notar que Paulo Egídio mescla, nessa busca pela reforma das prisões, as teorias de Bentham sobre a prisão - como ponto principal da punição - e as teorias de Lombroso - nas quais o estudo sobre a criminalidade deve-se debruçar sobre o homem criminoso e não sobre o crime.

Ao tratar do sistema de justiça na atualidade, Adorno (1999, p. 319) expõe a intrincada rede de relações sociais nessa instância, na qual se estabelecem relações de poder e construções de verdades jurídicas. A crença no discurso jurídico, que coloca a justiça enquanto cega, cai por terra quando o

olhar sobre o sistema judiciário sai da esfera das aparências e se envereda pelos meandros dos discursos e dos processos. Nas palavras de Adorno (1999, p. 319,320):

> [...] As questões burocráticas e processuais cedem lugar a uma "vontade de saber" que sonda minuciosamente a vida "pregressa" e os antecedentes de agressores e vítimas, manipula o teor da confissão e das provas orais, imagina situações e circunstâncias, deduz prováveis comportamentos de vítimas e agressores, desenha a gravidade dos fatos a partir de documentos e certidões oficiais. Neste território não mais está em pauta a severidade dos procedimentos judiciários ou a justeza das leis, porém sutis jogos revestidos de saber jurídico que, decodificados, deixam entrever a conversão dos fatos em acontecimentos (Veyne, 1971).

O sistema de justiça, portanto, é enredado por relações de poder e construções de verdades sobre os réus e as vítimas e por disputas entre os magistrados. Toda essa complexa rede propicia que os juristas tomem suas decisões a partir de estereótipos, de preconceitos e, nesse sentido podemos colocar que mesmo de forma velada, teorias lombrosianas podem continuar em voga quando um juiz decide se o réu é culpado ou inocente. Acerca dessa questão, Adorno (1999, p. 320) revela:

> [...] A criação judiciária contém igualmente um peso não desprezível de incontáveis preconceitos que grassam sobre a população suspeita de ser perigosa e violenta. Algumas dessas teorias parecem mesclar-se com a interpretação racional dos códigos. Conversas informais com promotores públicos e magistrados permitem identificar três dessas teorias: a do três pês, a do MIB e a da nordestinidade. Pela primeira, réus são preferencialmente recrutados entre pobres, pretos e prostitutas. Pela segunda, o que leva a pessoa a delinqüir são a miséria, a ignorância e a bebida. Pela terceira, os réus e vítimas são infelizes migrantes nordestinos que não conseguem se adaptar aos padrões civilizatórios da metrópole. [...]

Percebemos, assim, como o sistema de justiça trabalha a partir de estereótipos, e como a punição do criminoso depende de suas características físicas, de sua posição social e de sua origem[14]. Segundo Adorno, podemos

14 Analisando as diferenças entre o sistema judiciário brasileiro e o americano, Kant de Lima (1999, p. 34) relata sobre o sistema judiciário brasileiro: "[...] podemos dizer que o sistema de produção de nossa verdade judiciária criminal não é universal nem unívoco, como afirmam muitas vezes os que o

constatar que sujeitos provindos das classes populares podem ser mais facilmente elencados enquanto réus e punidos com maior rigor em relação aos sujeitos procedentes da elite[15]. Assim, as ações condenatórias do sistema judiciário recaem mais em determinados sujeitos que em outros. O sistema judiciário tem, dessa forma, um público alvo para as condenações e como coloca Adorno (1999, p.333):

> [...] A distribuição desigual de sentenças condenatórias não é efeito de um desconhecimento profundo das regras e princípios que regem os procedimentos legais e normativos. Tudo revela uma outra origem: a de uma justiça penal incapaz de traduzir diferenças e desigualdades em direitos, incapaz de fazer da norma uma medida comum, [...]. Razões dessa ordem concorrem para que o privilégio da sanção punitiva sobre determinados grupos – negros, migrantes e pobres em geral – se transforme de drama pessoal em drama social.

Essa diferença, segundo Adorno, demonstra como o sistema judiciário brasileiro ainda trabalha a partir de uma criminologia lombrosiana. É claro que não podemos afirmar que os magistrados utilizam essa teoria da mesma forma que os juristas utilizavam no passado; mas o princípio de olhar para o criminoso e não para o crime permanence, levando para as prisões um numero muito mais elevado de sujeitos provindos das classes populares do que das elites. Isso ficou claro quando realizamos a pesquisa de campo e percebemos de onde advém os participantes da pesquisa.

---

descrevem, teoricamente. Pois não só os princípios de produção da prova são distintos, como também aplicam-se diferentemente a tipos de crimes e de criminosos."

15 Não podemos, porém, deixar de expor que embora as condenações recaiam mais sobre sujeitos das classes populares, o crime não é algo exercido somente pelas classes populares, a elite também comete crimes, ou como expõe Adorno (1999, p. 331-332): [...] os ilegalismos populares diferenciam-se com clareza dos ilegalismos das classes médias e altas da sociedade, estes classificados como crimes do colarinho branco e sujeitos a uma série infindável de imunidades que torna mais difícil a aplicação universal das leis penais. Se o crime não é privilégio de classe, a punição parece sê-lo. [...]

I.IV - As Prisões

A punição através do encarceramento mostra-se, na sociedade moderna capitalista, como a principal forma punitiva. Mas as prisões não são uma invenção da modernidade; elas existiram em outras épocas. Porém, sem as características que adquirem a partir do século XIX. Ao trabalhar com a historicidade das prisões, Lemgruber (2002, p.72) coloca que:

> Na Antiguidade e na Idade Média, não se conhecia a privação de liberdade como sanção penal e autônoma, embora haja referências à existência de prisões na Grécia e Roma Antigas, no Egito, na Mesopotâmia e na Assíria. O que se sabe é que até a Idade Moderna, a prisão vai servir, basicamente, como local de custódia para manter aqueles que seriam submetidos a castigos corporais e à pena de morte, garantindo, dessa forma o cumprimento das punições. A prisão moderna surge com o capitalismo e vai-se constituir na pena por excelência do capitalismo industrial. [...] Na sociedade feudal existia a prisão preventiva e a prisão por dívidas.

Assim, enquanto em outras épocas, como no feudalismo, a prisão era um meio punitivo por onde poderiam desaguar outras penas, na sociedade capitalista ela é a forma punitiva por excelência. Foucault (2003, p. 153) relata que a prisão, enquanto ponto principal da punição na sociedade moderna, ecoava a ideologia da sociedade capitalista que estava emergindo.

> [...] A proporcionalidade das penas para os delitos refletia e reflete ainda a nova ideologia capitalista da sociedade: para um trabalho, um salário proporcional; para os delitos, penas proporcionais.

Assim, essa nova estrutura econômica da sociedade traz à tona novas formas punitivas, desaparecendo o suplício ao corpo[16]. A punição através do

[16] Para Foucault (2002, p.31-32): "[...] O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas.[...] Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função "purgar" o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; [...]E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo.[...]".

encarceramento mostrou-se como algo necessário para a burguesia visto que, como demonstra Foucault (2003, p. 154-155), durante a monarquia, vários ilegalismos populares passavam impunes, coisa que não poderia mais ser tolerada.

> [...] no final do século XVIII a burguesia, com as novas exigências da sociedade industrial, com uma maior subdivisão da propriedade, não pôde mais tolerar os ilegalismos populares; ela buscou novos métodos de coação do indivíduo, de controle, de enquadramento e de vigilância. [...]

A punição, através do encarceramento prisional, não era um projeto que existia no século XVIII. A prisão toma outros rumos no século XIX. De acordo com as palavras de Foucault (2005, p. 84):

> Não só a prisão - pena que vai efetivamente se generalizar no século XIX – não estava prevista no programa do século XVIII, como também a legislação penal vai sofrer uma inflexão formidável com relação ao que estava sendo estabelecido na teoria.

Assim, a partir da Revolução Industrial a prisão começou a se transformar em um local de encarceramento. Ao mencionar que, com a emergência da Revolução Industrial, a prisão se transformou, Perrot (2001, p. 236) expõe:

> Fazendo da pena privadora da liberdade o ponto de sustentação do sistema penal, ela tece as primeiras malhas dessa imensa rede – casas de justiça, de detenção, de correção, centrais, departamentais...- que aos poucos iria recobrir todo o país. História dramática e profundamente contraditória. Feita para punir, mas também para reintegrar os delinqüentes à sociedade, "corrigir os costumes dos detentos, a fim de que seu retorno à liberdade não seja uma desgraça nem para a sociedade, nem para eles mesmos", a prisão acaba por excluí-los.

A prisão não somente exclui os chamados delinqüentes; mas, como

mostra Foucault (2003, p. 161-162), ela é um instrumento de controle, não só de quem infringiu a lei, mas também dos que podem ou estão no prenúncio de infringi-la.

> [...] a prisão foi desde sua origem, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Tem-se o hábito de acreditar que a prisão era uma espécie de esgoto de criminosos, [...]. Isso não é verdade: os textos, os programas, as declarações de intenção aí estão. Desde o começo, a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola ou a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos.

Assim, a prisão é para Foucault um instrumento da "sociedade disciplinar", servindo para alterar e vigiar os indivíduos. As instituições fabricam os corpos, tornando-os dóceis e úteis para a sociedade, como relata Foucault (2002, p.119):

> [...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". [...]

A sociedade disciplinar descrita por Foucault, que se forma a partir da modernidade, trabalha os corpos de modo que estes se ajustem às necessidades dessa sociedade. Esses mecanismos de poder que perpassam os corpos fazem parte da biopolítica, ou seja, dessa mecânica de poder que manipula, fabrica e dociliza os corpos.

Analisando as prisões, Foucault (2002, p.78) expõe como as relações do poder e da disciplina foram se transmutando historicamente na sociedade a partir do "Sistema Panóptico de Bentham"[17]. Trata-se de uma prisão-modelo, onde a

17 O Sistema Panóptico de Benthan, era a figura arquitetural do novo tipo de instituição de vigilância e controle total. Os presos passaram a ser colocados em celas dispostas perifericamente em forma de anel e voltadas para o centro com uma torre vigilante, com um funcionário que não era visto, mas que vigiava todos os presos. Descrevendo o Sistema Panóptico de Bentham, Foucault (2002, p.78) diz: "O panóptico é

vigilância sobre os indivíduos é feita de forma a garantir uma visibilidade efetiva sobre os encarcerados: eles são vigiados e não sabem quem os está vigiando.

Foucault (2002, p. 16) mostra como a partir da modernidade a punição sai da esfera do corpo, ou seja, do castigo através de suplícios, mudando as formas de repressão penal. A punição corpórea se torna mais velada, fazendo com que a vigilância no cumprimento da pena prisional se coloque como norteadora dos sistemas punitivos.

> Desaparece, destarte, em princípios do século XIX, o grande espetáculo da punição física: o corpo supliciado é escamoteado; exclui-se do castigo a encenação da dor. Podemos considerar o desaparecimento dos suplícios como um objetivo mais ou menos alcançado, no período compreendido entre 1830 e 1848.

A partir do momento em que o suplício do corpo começa a ser velado, as prisões aparecem como punição principal. A prisão é assumida enquanto uma nova forma punitiva, uma nova tecnologia do poder. Foucault mostra como essa nova tecnologia de poder substitui o poder soberano do Antigo Regime, o qual era centralizado pelo poder disciplinar. Esse poder cria visibilidade sobre o indivíduo, possibilitando regulamentar o tempo, a localização dos indivíduos no espaço, exercendo maior controle sobre ele.

Na sociedade do século XVII, o corpo do rei se fazia necessário para a manutenção da monarquia. Era a representação do poder: o rei era o poder soberano. A partir da República, o corpo do rei se "dissolve" na sociedade, no sentido de que não há mais um poder soberano centrado no monarca, agora é na sociedade que o poder se encontra, na forma de instituições. A sociedade é pensada como um organismo funcional, dando espaço a um corpo social, onde o poder se dá de forma disciplinar[18]. Acerca dessa questão, Foucault (1979,

---

uma máquina de dissociar [...] sem ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto". E, para o autor, a sociedade disciplinar tem as mesmas características do Sistema Panóptico de Benthan, há uma vigilância que é exercida na sociedade, e essa sabe que está sendo vigiada, sem saber ao certo quem a vigia, e dessa forma, tenta se disciplinar ao máximo de acordo com o que o Estado pretende, assim há para Foucault um panoptismo estabelecido na sociedade.

18 Para Foucault (1999, p.35) o poder não é algo que se detém, o poder é relacional, sendo que as relações de poder perpassam o corpo social, nas palavras do autor: "[...] O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais

p.145), relata:

> Não há um corpo na República. Em compensação, é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. É este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinqüentes

Há, na sociedade moderna, uma nova forma de poder estendida por todo o corpo social. Esse novo modo é o panoptismo, constituído em uma forma de poder disciplinar, onde se conjugam as construções dos saberes, as relações de poder e as instituições, compreendendo todos os domínios da vida humana. Existe uma vigilância constante sobre o indivíduo, vigilância posta de uma maneira não centralizada.

Para Foucault (2002, p. 18) durante o Antigo Regime, a punição se dava ao nível corporal, onde se supliciava o condenado em público. Era o espetáculo da punição. Com a modernidade, o suplício é extraído do corpo. Não é o corpo o alvo da punição, mas sim a alma.

> Se não é mais o corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos [...] é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.

A legitimidade dessa forma de poder, estabelecida durante a modernidade, só foi possível através da construção de saberes e verdades sobre a sociedade. Segundo Foucault (1979, p. 180),

> [...] existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam

---

ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também a exerce-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles."

> e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. [...]. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.

Nesse sentido, a verdade é construída por meio das relações de poder e submete a sociedade a determinado poder. As prisões – que são instituições disciplinares de caráter repressor - somente são aceitáveis porque, através de saberes, foi produzida uma verdade constituída pela necessidade de encarcerar pessoas que cometem atos infracionais, com a finalidade de ressocializá-las, diminuindo, pois, a criminalidade. Os discursos proferidos pelos funcionários do CR, como veremos adiante, mostram claramente a produção de uma verdade – consistindo na premissa de que encarcerar no CR é necessário pela oferta de um tratamento humanizado que recupera o criminoso – que tem o intuito de legitimar a existência dessa instituição penal.

Porém, Foucault (1979, p. 133) contesta essa ressocialização prometida pelas prisões. Para o autor, a função da prisão na sociedade não é recuperar e integrar os setenciados ao mundo social, mas outra: tornar o condenado em delinqüente e fabricar criminosos, pois os criminosos são necessários para a sociedade.

> [...] A partir do momento que alguém entrava na prisão se acionava um mecanismo que o tornava infame, e quando saía, não podia fazer senão voltar a ser delinqüente. Caía necessariamente no sistema que dele fazia um proxeneta, um policial ou um alcagüete. A prisão profissionalizava.

A sociedade industrial precisava proteger sua riqueza e buscava mão-de-obra barata que trabalhasse sem exigir que os lucros estivessem em suas mãos. A prisão se mostrou, nesse momento, como a melhor alternativa para que os trabalhadores se distinguissem dos delinqüentes, tivessem medo destes, trabalhando esforçadamente para demonstrar sua honestidade e dignidade, permitindo que fossem explorados a esmo. Podemos correlacionar essa emergência de uma moral sobre os trabalhadores, com uma atual visão dos encarcerados e também de favelados enquanto “outros” e não semelhantes aos

que os vêm de fora.

Com essa moral estabelecida na sociedade, tanto os donos do capital, quanto os trabalhadores tinham que de alguma forma se distinguir dos delinqüentes. Assim, como expõe Foucault (1979, p. 132-133) as pessoas que cometiam crimes, ao adentrar o sistema penitenciário, passavam a carregar consigo um estigma de criminoso, tornando-se através da passagem pela prisão, do estigma imputado por ela e do aprendizado sobre crimes conquistado através do convívio, realmente um delinqüente.

> Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos não daqueles que a possuem mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger esta riqueza? Evidentemente por uma moral rigorosa: daí esta formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. [...]. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo de delinqüentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos.

Portanto, para Foucault, a prisão faz o delinqüente e não recupera o sujeito delinqüente transformando-o em cidadão ressocializado; e, além da mão-de-obra barata, a delinqüência também legitima o uso da força e da vigilância pelo Estado. É através do discurso da proteção contra a violência que a sociedade permite a circulação de policiais entre os cidadãos, controlando e vigiando a todos.

Deste modo os delinqüentes fabricados através do sistema prisional são úteis tanto econômica quanto politicamente, além de legitimarem a vigilância da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da chamada sociedade disciplinar. Relatando sobre o que seria a sociedade disciplinar, Passetti (1999, p.57) explica que as punições existentes na modernidade servem para deixar os corpos docilizados, as relações de poder perpassam esses corpos fazendo com que se adaptem à nova ordem nascente com a industrialização.

> Em linhas gerais, a sociedade disciplinar acomoda o sistema de castigos à utilidade dos corpos de maneira normalizadora, com vista a

> deles obter maiores docilidades. Trata-se de uma sociabilidade orquestrada por sanções que dinamizam a centralidade do poder, educando em função da adaptação. Persuadir e adequar são meios para a pacificação das tensões, o aumento de riqueza e regras de poder pretendendo agir preventivamente com o objetivo de conter a proliferação dos sujeitos perigosos à coesão social.

Assim, as sanções punitivas da modernidade cumprem o papel de manipular corpos para que esses se adaptem à ordem estabelecida, mas esse preceito de moldar corpos, não se restringia às punições de criminosos, ele estava presente em toda a sociedade, através de suas instituições. A punição através do encarceramento, surgida a partir do século XIX, era uma das faces da sociedade disciplinar[19].

No Brasil, as punições existentes até o Império se baseavam também em suplícios do corpo do condenado, onde o grau de castigos corpóreos dependia da posição social do indivíduo que cometia o crime. Salla (1997) considera que durante todo o período colonial até 1830, quando se estabelece o Código Criminal do Império, as punições se baseavam no Livro V das Ordenações Filipinas. Ao descrever as penas ditadas pelas Ordenações Filipinas, Salla (1997, p. 20) expõe:

> As penas ali previstas eram: morte natural, morte natural para sempre, morte natural cruelmente, morte pelo fogo, açoites, degrego para galés, degredo para outros lugares (Índia, África, Brasil, vila, termo, bispado), mutilação de mãos, língua, etc, queimaduras com tenazes, "capella de chifres na cabeça" (para os maridos condescendentes com o adultério da esposa), polaina ou enxaravia vermelha na cabeça (insígnia usada pelas mulheres alcoviteiras enquanto aguardavam o desterro), confisco de bens e multas. No entanto, o recurso à prisão como pena para os crimes é inexistente nas Ordenações.[20]

19 A partir do século XX, a sociedade disciplinar incorporou outros aspectos, surgindo assim a sociedade de controle, como expõe alguns intelectuais (entre eles Deleuze). Os aspectos da sociedade disciplinar não desaparecem com a sociedade de controle, eles são incorporados à outros elementos. Nos apresentando o que seria essa sociedade de controle, Passetti (1999, p. 57-58) expõe: "A sociedade de controle, característica do século XX, não suprime nem substitui a sociedade disciplinar, mas reescalona prioridades soberanas. [...] Assistimos a ultrapassagem da era do corpo-espécie como alvo dos governos para a do corpo-planeta em que a biopolítica da população transmuta-se em ecopolítica planetária."

20 Segundo o autor, as expressões como "morte natural", "morte natural para sempre" e "morte natural cruelmente", se referiam respectivamente a penas como o enforcamento e posterior sepultamento; enforcamento sem sepultamento, onde o enforcado permanecia pendente no local do enforcamento até

A pena prisional era utilizada como recurso coercitivo para o cumprimento de outras penas, utilizada como um instrumento de ameaça e de exercício de poder no mundo colonial. Portanto, também no Brasil, como explicita Salla, era empregado como punição o suplício do corpo. A punição prisional, como discorre o autor, não constava como pena no documento que regia as punições da época.

Ao relatar acerca das prisões no Brasil, Motta (2003, p. XXXI), explana que as análises de Foucault se confirmam na história das prisões e do poder disciplinar na sociedade brasileira.

> A análise de Foucault é confirmada pela história da prisão e do poder disciplinar no Brasil. Na sociedade brasileira, a passagem do cárcere-centrismo começou a se implantar na primeira metade do século XIX, logo depois da abdicação de D. Pedro I, durante a regência. A idéia de instauração de uma nova ordem carcerária, consagrada no Código Penal, que estabelece a prisão como sua pena principal, toma conta da elite de dirigentes da corte. Planeja-se a instalação de uma Casa de Correção, que deverá seguir o modelo do Panóptico de Bentham.

No Brasil, anteriormente à República, os encarceramentos eram executados pela Câmara ou em pequenas casas alugadas, e as cadeias eram partes constitutivas do poder municipal. Não havia, nessa época, um sistema prisional formado como o atual sistema prisional do Estado de São Paulo. Salla e Alvarez (2000, p. 107), revelam que:

> O quadro das prisões herdado do Império era bastante incômodo. Somente o Rio de Janeiro e São Paulo haviam construído casas de correção para abrigar os condenados à pena de prisão com trabalho, conforme previa o Código Criminal do Império, de 1830. [...]

Após a emergência da República, vários juristas e políticos começaram a preocupar-se com as prisões brasileiras, como expõem Salla e Alvarez (2000,

---

cair ao solo e à morte por esquartejamento, envenenamento, queimado vivo ou enterrado vivo, entre outras. Essas punições são exemplos do que era o suplício ao corpo do condenado.

p.108). No Estado de São Paulo, Paulo Egídio[21] foi um dos que mais se destacou, buscando projetos de reforma das prisões no Estado.

> [...] A luta contra o crime, desenvolvida por meio das prisões bem organizadas, limpas ou com boas condições de higiene e salubridade, era encarada como um elemento de avanço, de progresso da sociedade que promovia tais empreendimentos. Assim, quando Paulo Egídio , no início da década de 90 do século passado, defende a reforma das prisões e principalmente a criação de várias instituições que comporiam uma rede de prevenção e tratamento ao crime, o seu apelo e argumento são de que o estado acertaria contas com o progresso, com o "*adiantamento moral da espécie humana"*.

A partir do pressuposto de que o progresso da sociedade brasileira e, principalmente paulista, dependia de um controle do crime através de instituições, com condições de higiene e de salubridade, Paulo Egídio empenhou-se em projetos de reforma das prisões paulistas.

Um dos marcos da busca da civilidade, através do controle do crime por meio de prisões asseadas e em condições estruturais que garantissem aos detentos recuperação, foi a construção da Penitenciária do Estado. A construção da Penitenciária começou no ano de 1911 e teve seu término em 1920, como relatam Salla e Alvarez (2000, p. 119). Em 1907, o então Secretário de Justiça, Washington Luís, que não via possibilidades de reforma da Penitenciária, conseguiu verbas para que essa fosse demolida e reconstruída, com capacidade para 1200 condenados.

> Ao longo da década de 20, as elites que governaram São Paulo tornaram a Penitenciária do Estado um monumento que expressava a capacidade do estado em dar uma solução "civilizada" para a questão prisional e, conseqüentemente, para a assim chamada "questão social". Visitada por milhares de pessoas, ilustres ou desconhecidas, era sempre apresentada aos olhos da nação e mesmo do exterior como uma obra que dignificava a ousadia e o arrojo das elites que governavam o estado e em grande medida o país na Primeira República. [...]

21 Salla e Alvarez colocam que Paulo Egídio buscava nos estudos de John Howard e Jeremy Bentham, os argumentos para referendar suas propostas de reforma das prisões, embora fosse adepto da antropologia criminal.

Percebemos, portanto, como a elite paulistana entre o final do século XIX e início do XX parte da conjectura que um maior controle sobre o crime e, conseqüentemente, sobre os indivíduos que o cometem, é um avanço no sentido do progresso pretendido.

Nesse momento, tanto as prisões reformadas e ampliadas em sistemas, quanto outras instituições, inauguram a sociedade disciplinar no Brasil e no Estado de São Paulo. No caso do CR, percebemos que essa instituição penal nasce também da necessidade de prisões mais asseadas e com melhor estrutura para ressocializar o condenado. Assim, as reformas prisionais empreendidas a partir daquele momento continuam acontecendo, com os mesmos argumentos; com um discurso que prevê a mesma finalidade – a ressocialização – apesar de se darem em períodos históricos diferentes.

Outro importante momento das prisões no Brasil e no Estado de São Paulo ocorreu durante as ditaduras no Brasil. Na década de 1930, muitas pessoas foram presas por serem consideradas "comunistas", ameaçando a ordem social estabelecida. Graciliano Ramos, importante escritor brasileiro, foi detido no ano de 1936 e relatou sua vivência na prisão no livro Memórias do Cárcere, ao expor como era sua rotina em uma das muitas prisões por onde esteve encarcerado, Ramos (1970, p. 83) expôs:

> [...] Arrastávamos as pernas ociosas; uma vez por dia deixávamos a gaiola, - um, dois, um, dois – alcançávamos o banheiro, o limite do mundo; regressávamos à sonolência e à imobilidade. Conversas repetidas, graças e anedotas repetidas, o abandono de hábitos sociais indispensáveis.[...]

Em uma passagem de seu livro de memórias sobre a prisão, Ramos (1970, p 109) relata acerca dos maus-tratos e sobre torturas muitas vezes utilizadas como meio de obter informações do interrogado.

> [...] Está visto que não se punem os grandes atentados, mais ou menos legais, origem das fortunas indispensáveis à ordem, mas os pequenos delinqüentes sangram nos interrogatórios bárbaros e nunca mais se

> reabilitam [...]

Dessa forma, observamos como a prisão pode ser utilizada não só para contenção de criminosos, mas para sobrepujar idéias e pessoas que são consideradas politicamente perigosas para a ordem preestabelecida. Trata-se dos chamados presos políticos.

Durante a ditadura militar, entre as décadas de 1960 a meados de 1980, as instituições prisionais foram novamente utilizadas não só para controlar os criminosos, mas também para controlar sujeitos com idéias políticas divergentes das que estavam em voga. Nesse momento, aparece com mais força os chamados presos políticos e espaços como o DOPS e o DOI - CODI ganham destaque enquanto lugares da repressão política. Pinheiro (1991, p. 46) coloca que, apesar das mudanças políticas acontecerem, mesmo com o fim das ditaduras no Brasil, as práticas de controle da violência e as relações de poder continuam se dando de forma autoritária.

> Os governos civis que saem da transição política, terminada a etapa da mobilização da dissidência e da crítica da ditadura, têm uma enorme dificuldade em transformar o discurso da lei que assegura a normalização e o controle. A prisão e todas as "tecnologias políticas" do exercício do poder não são afetadas. Ao contrário, na democratização se vêem muitas vezes reforçadas, como demonstram as políticas de segurança pública colocadas em prática depois de 1983.

Dessa forma, Pinheiro expõe como, apesar da volta à democracia, o exercício do combate ao crime continuou se dando de maneira autoritária; pois elementos da estrutura autoritária, baseada em relações de dominação e poder, continuam impregnados nas práticas policiais. As práticas ilegais de violência exercidas pelo Estado, contrariando a Constituição, permaneceram após 1984 e alcançam os dias de hoje. Para Pinheiro (1991, p.51), os aparelhos policiais têm cristalizado em suas práticas todo o legado autoritário da história brasileira e os governos de transição trataram esses aparelhos como se fossem neutros e não resguardassem em sua estrutura resquícios ditatoriais:

> No caso brasileiro, a repressão se reveste de conteúdos hierárquicos autoritários indispensáveis à reprodução das relações de poder (que a transição põe em questão). O caso da proteção dos direitos humanos é emblemático para se entender essa compatibilidade entre continuidade das pautas ilegais de violência e transição: apesar das lutas de resistência durante a ditadura e a transição, os governos eleitos instalados não conseguem levar até as últimas conseqüências as exigências dos movimentos de direitos humanos formuladas, a princípio, em relação às dissidências políticas e, depois do final da ditadura, alargadas para toda a sociedade.

Para Pinheiro (1991, p. 51) existe um agravante no caso brasileiro: trata-se da Constituição de 1988, que reiterou a organização dos aparelhos repressivos formulada durante a ditadura e, nesse sentido, o Estado legitimou a estrutura autoritária que a ditadura havia colocado em prática.

O discurso democrático instaurado no Brasil após 1985 não conseguiu intervir na autonomia do funcionamento dos aparelhos repressivos, fazendo com que continuasse existindo, por parte desses aparelhos, a violência ilegal, como a tortura, por exemplo. Essas práticas ilegais se manifestam de forma velada através da ação de grupos militares de extermínio, das torturas sofridas pelos presos, da intimidação de civis realizada de forma violenta. Apesar de serem práticas conhecidas pela população são práticas quase "invisíveis". Pois, na maioria das vezes, não há punição para os policiais que fazem desse tipo de violência uma prática.

> [...] O combate contra o crime comum segue as linhas convencionais e anteriores à ditadura, enriquecidas pelas ilegalidades, agregadas durante esse período, como a militarização do policiamento ostensivo, aliás, consagrado pela Constituição de 1988. O Estado brasileiro jamais renunciou a nenhuma das "conquistas" – desde o cassetete de borracha, passando pelo "pau-de-arara", até a bateria de choques elétricos – no que diz respeito à ilegalidade da violência dos regimes autoritários.

Nesse sentido, para Pinheiro (1991, p. 56), o autoritarismo dos períodos ditatoriais se tornou um "autoritarismo socialmente implantado", configurando-se em práticas arraigadas nas instituições encarregadas de conterem a criminalidade e reabilitarem criminosos, sejam as prisões, seja o sistema judiciário. Desse modo, percebemos que as práticas autoritárias permanecerão

enquanto existirem as práticas ilegais desses aparelhos. Uma efetivação democrática só se daria caso, entre outras questões, se extinguisse esse autoritarismo socialmente implantado.

> [...] A transição política para a democracia somente se tornará efetiva a partir do momento em que a desmontagem dessa intrincada rede de microdespotismos a que estão historicamente submetidas as classes populares na sociedade brasileira seja desvendada.

Ao trabalhar com a questão da democracia no Brasil, principalmente após a redemocratização, Caldeira (2000, p.343) parte da concepção do que chama de "democracia disjuntiva". Essa chamada democracia disjuntiva seria caracterizada pela expansão dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros após a redemocratização do país, acoplados a um processo de desqualificação dos direitos civis.

> [...] A cidadania brasileira é disjuntiva porque, embora o Brasil seja uma democracia política e embora os direitos sociais sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania são continuamente violados.

Além da democracia disjuntiva, Caldeira (2000, p. 344) trabalha com o conceito de corpo incircunscrito, que seria o corpo manipulável, manuseável que pode sofrer intervenções de outros sem que isso seja considerado problemático. É um corpo que se torna público e, por esse mesmo motivo, passível de punições que o marque. Esse corpo incircunscrito é, para a autora, a concepção de corpo existente no Brasil. Para justificar sua argumentação Caldeira utiliza exemplos que estão para além da punição dos corpos dos sujeitos que praticaram crimes, como as cirurgias plásticas e a sensualidade dos corpos em eventos como o carnaval.

> A peculiaridade do uso brasileiro desses elementos vem do fato de que os direitos sociais (e secundariamente os direitos políticos) são historicamente muito mais legitimados do que os direitos civis e individuais de que a violência e as intervenções no corpo são amplamente toleradas. Essa tolerância em relação à manipulação de

> corpos, a proliferação da violência e a deslegitimação da justiça e dos direitos civis estão intrinsecamente ligadas. (2000, p. 344)

A autora, portanto, correlaciona corpos manipulados no Brasil, a deslegitimação de direitos civis, com a proliferação da violência e a deslegitimação da justiça. Com relação aos direitos, Caldeira (1991, p. 162) afirma que o debate acerca dos direitos humanos teve uma posição central nos últimos quinze anos e no processo de redemocratização da sociedade brasileira. A população muitas vezes confundiu as noções de direitos e de direitos humanos nesse debate. No entanto, em determinado momento, essas duas vertentes se separaram, quando a noção de direitos humanos foi tomada como direitos dos prisioneiros - pelo menos em São Paulo - assim como descreve Caldeira (1991, p. 165):

> [...] Até hoje, a população de São Paulo considera o atendimento médico, a educação, as creches, etc. como seus direitos mais caros. A noção de direitos humanos, contudo, foi dissociada desses direitos sociais e passou a vincular-se de modo cada vez mais forte e exclusivo ao grupo de prisioneiros comuns, a ponto de que hoje em dia em São Paulo falar em direitos humanos, é remeter-se aos prisioneiros. [...]

Isso se deve, entre outras razões, como explicita Caldeira (1991, p. 164), ao debate acerca dos direitos humanos para prisioneiros comuns, durante a década de 1980. De um lado havia os que se posicionavam a favor dos direitos humanos para presos - como a Igreja Católica e o então governador Franco Montoro - e de outro havia posicionamentos contrários à defesa de direitos humanos para presos - como alguns representantes da polícia e alguns meios de comunicação de massa.

Relatando como se deu a política de Franco Montoro frente à questão prisional, Adorno (1991, p. 17) demonstra como o então governador, através de uma política de humanização dos presídios, fez com que a sociedade se mobilizasse em discussões acerca de sua postura política; além de promover, por maio de suas propostas, o interesse dos pesquisadores de olharem para a questão prisional.

> [...] Logo batizada de "política dos direitos humanos do preso", a nova orientação impressa à questão penitenciária suscitou debates apaixonados e polêmicas acirradas, ao mesmo tempo em que acolheu a realização de pesquisas sobre as condições de vida, sobre as práticas institucionais nas prisões e sobre as políticas penais formuladas e implementadas por diferentes gestões governamentais ao longo das quatro últimas décadas.

Assim, apesar do autoristarismo socialmente implantado, como relatou Pinheiro, houve após a redemocratização do Brasil, tentativas de salvaguardar os direitos humanos dos presos. A grande querela que instaurou-se a partir disso, resulta da carência de direitos sociais que sofre a população. Como admitir direitos àqueles considerados como portadores do perigo, que fazem parte da massa de encarcerados no sistema penitenciário enquanto grande parte da população não consegue usufruir de direitos mínimos? Essa questão envolve não só uma visão do preso enquanto o "outro", o que não faz parte, mas de uma falta de implementação dos direitos sociais. Essa questão dos direitos é deveras importante, mas consideramos aqui, que os direitos são destinados e usufruídos por apenas uma parcela da população e isso se dá, pois, os direitos servem tanto econômico quanto socialmente às elites.

Tratando das prisões no Brasil na atualidade, Silva (2001, p.48) afirma que não existe um sistema penitenciário federal, mas sim sistemas penitenciários estaduais.

> Não é correto falarmos de um sistema penitenciário brasileiro, porque o que temos, em verdade, são sistemas penitenciários estaduais, sendo que em um mesmo Estado podem coexistir dois ou mais sistemas.[...]

Além do sistema penitenciário, existem os sistemas carcerários que se distinguem entre si. Como relata Silva (2001, p. 48-49), os sistemas penitenciários são aqueles designados para presos com condenação e os sistemas carcerários seriam destinados para presos em fase de instrução, de inquérito e provisórios. Os sistemas carcerários normalmente são anexos às delegacias de polícia. Em algumas prisões, porém, encontram-se reclusos tanto presos

condenados quanto presos em regime provisório, sendo que o CR enquadra-se nesse modelo prisional.

Ao analisar as prisões, Wacquant (2001, p. 11) relata que as prisões no Brasil encontram-se entre as piores do mundo em relação às condições de encarceramento e que assemelham-se ao Primeiro Mundo pelo imenso número de presídios.

> [...] O sistema penitenciário brasileiro acumula com efeito as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo, mas levadas a uma escala digna do Primeiro Mundo, por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público: entupimento estarrecedor dos estabelecimentos [...]; negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde, [...]; violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus-tratos, extorsões, sovas, estupros e assassinatos, em razão da superlotação superacentuada, da ausência de separação entre as diversas categorias de criminosos, da inatividade forçada [...] e das carências de supervisão.

Ao dizer que no Brasil as prisões têm uma escala digna de primeiro mundo, Wacquant está remetendo ao crescimento vertiginoso de estabelecimentos prisionais no país, tendo como modelo a expansão carcerária dos Estados Unidos. Wacquant (2001, p.25) parte do pressuposto que, o crescimento das instituições carcerárias nos Estados Unidos, tem como pano de fundo o controle dos pobres[22].

O controle ostensivo do crime, inclusive com a política da "tolerância zero"[23] legitimada através do discurso científico do Manhattan Institute,

[22] A correlação direta entre pobreza e criminalidade há muito é refutada pelas Ciências Sociais, pois essas análises acabam por criminalizar a pobreza, mostrando-se como uma teoria perversa que faz por recair sobre os setores mais pauperizados da população um estigma que legitima uma maior vigilância e repressão sobre eles. Acerca dessa questão, Zaluar (1998, p.252) relata: "[...] Nos anos 90, a generalização de imagens da cidade como um ambiente violento e os sentimentos de medo e insegurança dela decorrentes passaram a fazer parte do cotidiano dos seus moradores, mas atingiram particularmente os que vivem nas favelas e bairros pobres. Essas ameaças à segurança quebram o equilíbrio das tensões em que se monta a paz social, vindo a alimentar os círculos viciosos da violência cotidiana em que os pobres tornam-se os mais temidos e os mais acusados, justificando a violenta e injusta repressão que sofrem." Podemos perceber, porém, que a pobreza é criminalizada pelas políticas de segurançacom a finalidade de contenção.

[23] Explicitando o que seria a política de "tolerância zero", Wacquant (1999, p.51) coloca em seu trabalho um discurso do primeiro ministro britânico sobre essa política: "[...] para evitar qualquer equívoco sobre o alvo visado por essas medidas, o primeiro-ministro britânico sustentava seu apoio à "tolerância zero" nos seguintes termos, que não podem ser mais claros: "É importante dizer que não toleramos mais as infrações menores. O princípio de base aqui é dizer que, sim, é justo ser intolerante

escamoteiam a verdadeira razão dessas políticas, que não seria a diminuição da violência mas a perseguição aos pobres. Para Wacquant (2001, p. 50): "[...] a "tolerância zero" é o complemento policial indispensável do encarceramento em massa,[...]" e, ainda sobre as singularidades da contenção em massa nos Estados Unidos, revela:

> [...] De fato, em 1998, a quantidade de condenados por contenciosos *não –violentos* reclusos nas casas de detenção e nos estabelecimentos penais dos Estados Unidos rompeu sozinha a cifra simbólica do milhão. Nas prisões dos condados, seis penitenciários em cada 10 são negros ou latinos; menos da metade tinha emprego em tempo integral no momento de ser posta atrás das grades e dois terços provinham de famílias dispondo de uma renda inferior à metade do "limite da pobreza" (p 83)

A partir desses dados empíricos, Wacquant demonstra como a expansão das prisões e, conseqüentemente, dos sujeitos reclusos, revela uma política de controle da pobreza. Ao encontro das colocações de Waquant, Bauman (1999, p. 123-124) expõe que a existência de um aumento do encarceramento não é limitado a alguns países. Para o autor esse crescimento parte de um caráter mais amplo e intimamente relacionado à globalização.

> Uma vez que o crescimento não se limita a um grupo selecionado de países, mas é quase universal, seria provavelmente equivocado – senão completamente fútil – buscar a explicação nas políticas estatais ou nas ideologias e práticas desse ou daquele partido político [...] Somos tentados a concluir, portanto, que as causas do crescimento acima abordado devem ser de natureza suprapartidária e extra-estatal – [...] Com toda probabilidade, essas causas estão relacionadas de forma mais do que contingente ao amplo quadro de transformações conhecidas pelo nome de globalização.

Assim, enquanto Bauman nos aponta um quadro de crescimento prisional que não se limita aos Estados Unidos, mas que está presente em muitos países e tem como motivo a globalização, Wacquant envereda seu trabalho para um aumento prisional no mundo, relacionado a diminuição do Estado Previdência com o conseqüente aumento do Estado Prisional.

---

para com os sem-teto na rua.". [...]"

Bauman (1999, p. 114) vê a prisão como o lugar do isolamento espacial, sendo o encarceramento um método básico de controlar os setores da população que historicamente foram e os que na atualidade são vistos como problemáticos. A prisão é então, a forma mais radical de isolamento espacial do outro[24].

> O isolamento é a função essencial da separação espacial. O isolamento reduz, diminui e comprime a visão do outro: as qualidades e circunstâncias individuais que tendem a se tornar bem visíveis graças à experiência acumulada do relacionamento diário raramente são vistas quando o intercâmbio definha ou é proibido [...]

Para Bauman existe um crescimento acelerado na punição de crimes através da prisão e, esse crescimento está posto de forma global. Por quais razões esse crescimento da pena prisional está se dando concomitantemente em várias partes do globo? Bauman (1999, p. 123) relata que:

> O que sugere a acentuada aceleração da punição através do encarceramento, em outras palavras, é que há novos e amplos setores da população visados por uma razão ou outra como uma ameaça à ordem social e que sua expulsão forçada do intercâmbio social através da prisão é vista como um método eficiente de neutralizar a ameaça ou acalmar a ansiedade pública provocada por essa ameaça.

Assim, a prisão serve como neutralizadora dos considerados males sociais, aplacando o medo do crime e a insegurança sentida pela população, isolando e tirando de perto do olhar da população os setores que causam ameaça. De qualquer forma, os dois autores vêem a prisão como um local de encarceramento de uma determinada parcela da população, ou seja, a parcela pobre. Assim percebemos, como a aplicação das leis diferenciam-se de acordo com a camada social em que o sujeito está inserido, a lei serve para alguns e não para outros. Dessa forma, as leis e os direitos fornecem instrumentos para dominação e controle de determinados indivíduos.

---

24 O outro, para Bauman (1999, p. 115), é o estranho, é aquele despojado de suas singularidades individuais, tornando as especificidades das pessoas e dos casos que os envolve desconsideradas, o que faz com que as estereotipagens continuem fazendo parte da lei criminal, ou nas palavras do autor: "[...] o outro -[...] é além disso mantido na categoria de estranho, efetivamente despojado da sua singularidade individual, pessoal, a única coisa que poderia impedir a esteriotipagem e assim contrabalançar ou mitigar o impacto subjugador da lei – também da lei criminal."

Esse aumento no número das prisões vem ocorrendo não só nos Estados Unidos e em países da Europa, no Brasil, há também uma expansão do sistema carcerário. Macaulay (2006, p.16) revela números sobre essa expansão:

> Entre 1995 e 2005, a população prisional no Brasil cresceu abruptamente de 148.760 para 361.420, mais que o dobro em uma década. Isso foi acompanhado de um acentuado crescimento da taxa encarceramento, de 95.5 para 190 por 100.000 habitantes. [...]

O aumento prisional no Brasil começa a se efetivar no mesmo ano em que toma posse o presidente Fernando Henrique Cardoso do PSBD, sendo que se estende por seu governo, adentrando e sendo levado adiante pela gestão de Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

Conforme dados da própria Secretaria de Administração Penitenciária, no Estado de São Paulo, a população carcerária passou de 31.842 pessoas em 1994 para 125.523 pessoas reclusas em 2006[25]. Levando em conta o aumento de encarcerados nos últimos dez anos e, também de presídios, e coadunando com as administrações estaduais nessa última década, apreendemos que no Estado de São Paulo, essa política de mais encarceramento vem sendo empregada pelo governo do PSDB.

Percebe-se, portanto, a existência de uma política de encarceramento que vem se expandindo no Brasil e no Estado de São Paulo na última década. O número de prisões e de pessoas presas vem aumentado de forma a transformar o Brasil e o Estado de São Paulo em estados policialescos. Ao tratar da política de encararceramento, instalada no Brasil, Macaulay (2006, p. 16) expõe:

> Esse aumento da população prisional, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, é menos o reflexo do crescimento das taxas criminais *per se* e mais o resultado de políticas e sentenças judiciais ou provimentos legais que aprisionam suspeitos e criminosos de forma rotineira. [...]

O crescimento do encarceramento no Brasil, não revela necessariamente um crescimento proporcional da violência urbana, esse crescimento está no bojo das políticas de encarceramento nos Estados Unidos e em outras partes do globo. Assim, o maior número de encarcerados não se mostra enquanto uma questão de

[25] Fonte: http://www.sap.sp.gov.br/common/dti/estatisticas/populacao.htm. acessado em: 20/06/2006

aumento de punição de crimes cometidos, mas sim de uma política de controle social da pobreza, como estratégia reguladora do mercado[26].

Relatando acerca da política de encarceramento, das condições dos presídios e de como essas questões tornam-se perniciosas, Macauly (2006, p.17) coloca que essas questões facilitam a organização de grupos criminosos como o Primeiro Comando da Capital (PCC).

> Talvez o aspecto mais perigoso dessa prática de encarceramento em massa, condições alarmantes de detenção e falta de regimes significativos de reabilitação é que ela torna mais fácil para grupos como o PCC recrutar seus membros. A oferta de milhares de novatos no sistema prisional garante ao PCC uma audiência cativa. [...]

O Primeiro Comando da Capital, é uma organização criminosa que formou-se no interior de um presídio[27], o Presídio de Segurança Máxima de Taubaté durante a década de 1990. O Presídio de Segurança Máxima de Taubaté era conhecido como Piranhão, pois lá estavam detidos os criminosos mais perigosos do Estado de São Paulo, as condições estruturais não eram adequadas, além das denúncias de maus-tratos aos presos. Barros (2006, p.10) expõe:

> Na década de 1990, o anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, presídio de segurança máxima, abrigava os presos mais perigosos do Estado, chamados de piranhas - daí o apelido de "Piranhão" do presídio. A lei que vigorava lá era a do "cano de ferro", instrumento com o qual os agentes penitenciários distribuíam cacetadas nos quase 160 encarcerados que viviam nas masmorras solitárias.[...]

---

[26] Sobre a política de mais encarceramento enquanto reguladora do mercado e acoplada ao neoliberalismo, Wacqquant (2008, p. 11) expõe: "[...] Longe de contradizer o projeto neoliberal de desregulamentação e degradação do setor público, a ascensão irrefreável do estado penal [....] constitui, por assim dizer, o seu negativo [...] uma vez que evidencia a implementação de uma *política de criminalização da pobreza, que é o complemento indispensável à imposição de ofertas de trabalho precárias e mal remuneradas* na forma de obrigações cívicas para aqueles que estão cativos na base da estrutura de classes e castas, bem como a reimplantação concomitante de programas de welfare reformulados com uma face mais restritiva e punitiva. [...]"

[27] Salla (2006, p. 297) demonstra como não só o Primeiro Comando da Capital, mas vários outros grupos criminosos surgiram a partir dos presídios e atuam dentro e fora dos mesmos: "Embora as facções mais antigas e poderosas que atuam nas prisões se tenham formado nos estados do Rio de Janeiro (Comando Vermelho, Amigos dos Amigos, Terceiro Comando) e São Paulo (Primeiro Comando da Capital, Comando Democrático da Liberdade, Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade), por todo o Brasil esses grupos têm surgido nas prisões. É o caso de estados como o Rio Grande do Sul (Manos e Brasas), Mato Grosso do Sul (Primeiro Comando da Liberdade), Minas Gerais (Primeiro Comando Mineiro, Comando Mineiro de operações Criminosas), Paraná (Primeiro Comando do Paraná), Pernambuco (Comando Norte/Nordeste), entre outros. [...]"

Levando em conta as afirmações de Macauly e as considerações de Barros, podemos crer que as condições existentes no Presídio de Taubaté ajudaram na formação do Primeiro Comando da Capital, que atua dentro e fora dos presídios, comandando rebeliões e tendo como principal fonte de renda o tráfico de drogas[28]. Para Macauly (2006, p. 24-25), o Estado de São Paulo está rompendo com as condições adversas existentes nos presídios que permitem a formação desses grupos a partir do modelo do CR.

> O Brasil tem, porém, um outro modelo que é pouco conhecido e inovador. No Estado de São Paulo, há atualmente mais de vinte pequenos presídios conhecidos como Centros de Ressocialização (CR), cada um com 250 presos, administrados em uma parceria inovadora entre as autoridades responsáveis pela administração penitenciária e organizações não-governamentais locais, baseada em acordos formais de cooperação assinados com o estado.[...] Isso faz dos CR tanto efetivos quanto eficientes.

O CR é um novo modelo prisional que vem sendo instalado no Estado de São Paulo a partir da década de 2000. Esses CR's estão no bojo da política de aumento carcerário implementada pelo PSDB no Estado de São Paulo.

Como esta pesquisa trabalha com jovens encarcerados em um determinado CR do interior do Estado de São Paulo, faz-se necessário entender o que vem a ser o CR e como esse novo modelo prisional do Estado de São Paulo trata os presos que lá estão detidos. Essas questões serão tratadas logo a seguir, onde adentraremos mais profundamente não só o CR e como se estruturou, mas também os detentos que lá se encontram, sua rotina, suas penas, seus crimes e os entremeios das relações entre seus pares e entre os funcionários do local.

[28] Analisando o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, Zaluar (1994, p.144-145), relata como nessa atividade ilícita, articulam-se o modelo empresarial e a ilegalidade: "O tráfico de drogas, principal atividade criminosa dos bandidos de hoje nos bairros pobres do Rio, não pode ser equiparado à ação romântica ou revoltada dos bandidos sociais, analisados por Hobsbawn (1969), e tão presentes na literatura de folhetim nos países europeus do século passado. Isto porque trata-se de uma atividade empresarial altamente lucrativa, moderna e baseada numa ideologia individualista. É uma criminalidade que participa ao mesmo tempo do setor informal da economia por não obedecer às regras e injunções do setor formal, nem tampouco às leis trabalhistas do país, e do setor formal porque se organiza como uma empresa, embora ilegal. [...]"

SEGUNDA PARTE - OLHANDO PARA O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO: AS VIVÊNCIAS E DISCURSOS DOS PROTAGONISTAS QUE TRABALHAM E/OU VIVEM ENTRE AS GRADES.

> Quando, um dia, o guarda me disse que eu estava preso havia cinco meses, acreditei, mas não compreendi. Para mim era sempre o mesmo dia, que caía na minha cela, e era sempre a mesma tarefa, que eu perseguia sem cessar. Nesse dia, depois do guarda ter saído, olhei-me na minha bacia de esmalte. Pareceu-me que o meu rosto ficava sério, mesmo quando tentava sorrir. Agitei-a diante de mim. Sorri, mas a imagem conservou o mesmo ar severo e triste. O dia acabava e era a hora que eu não quero falar, a hora sem nome, em que os ruídos da noite subiam de todos os andares da prisão, num cortejo de silêncios. [...] Não, não havia saída possível, e ninguém, ninguém pode imaginar o que são as noites nas prisões.
> (O Estrangeiro- Camus)

II.I - Os Centros de Ressocialização.

Os Centros de Ressocialização (CR) são presídios de pequeno porte instalados no Estado de São Paulo, que se apresentam como uma nova experiência na prática de encarceramento. Atualmente, existem cerca de vinte e dois (22) Centros de Ressocialização (CR) espalhados pelo interior do Estado, sendo quatro deles unidades femininas. Os atuais C.R's localizam-se em: Bragança Paulista, Sumaré, Limeira, Itapetininga, Mococa, Piracicaba, Rio Claro (um feminino e um masculino), Lins, Avaré, Marília, Araraquara (um feminino e um masculino), Araçatuba, Presidente Prudente, Birigui, São José dos Campos (feminino), Jaú, Atibaia, Mogi Mirim, Ourinhos e São José do Rio Preto (feminino)[29].

No dia 05 de outubro de 2000, o então governador Mário Covas estabeleceu, pelo Decreto n° 45.271, a criação desses Centros, que funcionariam em parceria com entidades de assistência ao preso. Tais entidades deveriam responder pelos serviços assistenciais da instituição, como determinou o Decreto Estadual n° 45.271 de 05 de outubro de 2000:

> [...] essa parceria compreenderá a responsabilidade das entidades pela prestação, mediante convênio, de serviços assistenciais nas áreas de saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e de trabalho.

Assim, esses C.R.'s se caracterizam por serem estabelecimentos penais destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdade em regimes fechado e semi-aberto e à custódia de presos provisórios. O seu surgimento se deu por meio de uma experiência de administração prisional instaurada na Cadeia Pública de Bragança Paulista, como relata a direção do Centro de Ressocialização – onde fora realizada esta pesquisa - em entrevista:

> O Centro de Ressocialização foi implantado pelo secretário atual, que é o Doutor Nagashi Furukawa. Ele teve essa experiência de trabalho em Bragança Paulista. Ele implantou esse trabalho em uma cadeia pública onde era o juiz. [...]

29 Fonte: http://www.admpenitenciaria.sp.gov.br/

A Cadeia Pública de Bragança Paulista passou a ser administrada segundo técnicas de gerenciamento empresarial. Silva (2001, p. 59) expõe que essa forma de gerência não tinha um caráter de privatização ou de terceirização. O autor coloca como se deu a implantação desse sistema em Bragança Paulista:

> A experiência construída em Bragança Paulista tem a participação ativa do juiz das execuções criminais, do Ministério Público, do Delegado Seccional, que é também o diretor da cadeia local, da OAB- SP, de empresários, de comerciantes e populares, que explorando as possibilidades criadas pelo Artigo 80 e seu parágrafo único da Lei de Execução Penal, criaram o Conselho da Comunidade, com o nome de Associação de Proteção e Assistência Carcerária (APAC), com o objetivo único de prestar assistência aos presos da cadeia pública local.

A partir desse momento a comunidade local passou a trabalhar junto com a direção da cadeia, a fim de proporcionar aos detentos os direitos que deveriam ser garantidos a eles pelo Estado.

Segundo Silva (2001, p. 59), ao final do ano de 1995 a ONG (Associação de Proteção e Assistência Carcerária) propôs ao governo do estado de São Paulo um convênio, que se basearia no repasse das verbas destinadas para a alimentação dos detentos, com o intuito de, com essa verba, administrar a Cadeia Pública de Bragança Paulista. Esse acordo foi firmado no ano de 1996.

> Com o repasse da referida verba à [...], esta conseguiu diminuir o custo da alimentação de cada preso de R$10,00 para R$ 4,80 por dia. Essa economia, somada às contribuições resultantes de campanha coordenada pela Câmara Municipal da cidade, permitiu a construção de um prédio anexo para instalação de oficinas e das salas dos serviços de assistência, bem como a contratação de um gerente, um advogado, um psicólogo, um assistente social, um médico, um professor alfabetizador, um professor de educação física, dois auxiliares de escritório e oito trabalhadores da construção civil.

Aqui percebemos claramente como a APAC da Cadeia Pública de Bragança Paulista trabalhava a partir de um modelo empresarial, de reduzir custos para a otimização de recursos. O autor, porém, não explicita de que forma a APAC trabalhou para reduzir os custos da alimentação, nem tampouco se a qualidade da refeição melhorou ou não.

Outra mudança no funcionamento da cadeia de Bragança Paulista, conforme relata Silva (2001, p. 60) foi a permissão para uma organização dos

presos, que denominou-se "Conselho de Sinceridade e Solidariedade", sendo presidido por um detento, contando com dois presos como representantes de suas celas. Tanto o detento que presidia o Conselho quanto os representantes de cela eram responsáveis por prestar assistência e orientação aos demais detentos, assim como intermediar o acesso dos presos a qualquer tipo de serviço dentro da cadeia, inclusive os profissionais.

> A permissão para que se constituísse uma comissão de presos, com funções bem definidas na operacionalização das rotinas carcerárias é um diferencial importante que alterou de modo significativo a dinâmica carcerária, possibilitando que eles desenvolvessem uma liderança positiva, respeitada e acatada por todas as instâncias do universo prisional.

Essa permissão para uma organização de detentos na Cadeia Pública de Bragança Paulista mostrou-se uma experiência inovadora, admitindo-se que, durante a história do sistema penitenciário brasileiro, as formas de organização dos presos se deu por meio da criminalidade, por mais que no seu início elas tivessem um caráter político. Essa comissão trabalhava em parceria com a administração da Cadeia Pública de Bragança Paulista e com a APAC e, conforme exposto por Silva (2001, p. 61), ela estabeleceu outros parâmetros de tratamento entre os presos e seus pares e entre os presos e os funcionários do local.

> O trabalho desenvolvido pela *Comissão de Sinceridade e Solidariedade*[30], entretanto não teria sido possível mudar radicalmente a cultura de opressão, medo e exploração reinante dentro das prisões sem que se estabelecessem novos parâmetros para as relações entre os presos e entre estes e os funcionários.

Assim, Silva afirma que, para que a Comissão de Sinceridade e Solidariedade pudesse trabalhar a fim de acabar com a opressão que existia na Cadeia Pública de Bragança Paulista, fez-se necessário estabelecer outras formas de sociabilidade entre os sujeitos que circulavam naquele local e, ainda segundo Silva (2001, p. 62), essa experiência obteve resultados.

> Os resultados mais visíveis do trabalho da comissão é a inexistência de fugas ou rebeliões, inexistência de mortes ou violências entre os presos, diminuição do tráfico e do consumo de drogas, diminuição da

[30] Grifo do autor.

> tensão e do medo na vida carcerária, maior limpeza e organização da cadeia e preocupações mínimas ao diretor, policiais e funcionários, além de relações amigáveis entre suas famílias e o pessoal carcerário.

Experiências como essa, de conceder aos presos a formação de comissões para se auto-organizarem e a gestão compartilhada entre o Estado e o Terceiro Setor, podem ser consideradas como políticas públicas penais.

As políticas públicas penais surgem na história quando se retira o meio de punição do suplício ao corpo, sendo que, a partir da implementação dessas políticas, a natureza das prisões mudam substancialmente, assim como coloca Paixão (1987, p.20)

> [...] o Estado quer mais do que o castigo. A natureza de "empresa transformadora" da prisão explicita-se quando ela se transmuta em penitenciária, onde o preso vai se expor a técnicas sociais de disciplinamento e reconstrução moral.[...]

Desse modo, a partir do momento em que se altera o caráter da pena e a reclusão em presídios passa a ser introduzida como forma principal de punição, começa a existir a necessidade de estabelecer políticas públicas penais que respaldem a instituição e legitimem suas proposições.

Percebe-se, durante a história, que em decorrência das más condições de vida e dos horrores ocorridos nos presídios, as políticas públicas penais começam a ser implantadas a fim de solucionar os problemas dessas instituições; o intuito dessas políticas é a higienização e maior ordenamento dentro da instituição. Paixão (1987, p.22-23), acerca dessa questão, expõe:

> [...] Ocorre, precisamente em Norfalk, o primeiro caso que iremos relatar. Em 1840, o capitão A. Maconochie, após uma experiência bem-sucedida de administração penal na Tasmânia, foi designado para administrar aquela colônia onde a morte era tão bem recebida pelos internos. Lá, institucionalizou o "sistema de marcas", o qual teve grande influência em políticas penais posteriores. Esse novo sistema era engenhoso: consistia na substituição de sentenças temporalmente definidas por sentenças de trabalho. Assim, um dia de trabalho equivalia a dez marcas e eliminava um dia de sentença.

As mudanças ocorridas em Norfalk, por meio das políticas públicas penais implantadas por Maconochie, não se restringiram apenas ao sistema de marcas. Esse princípio pode ser comparado ao de remição de um dia de pena por

três trabalhados que existe no Brasil e expresso pelo artigo 126 da Lei de Execução Penal.

> Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.
>
> § 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.
>
> § 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.
>
> § 3º A remição será declarada pelo Juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

Norfalk mostrou-se como uma prisão inovadora ao implantar primeiramente políticas penitenciárias que tiveram grande repercussão, e posteriormente foram instaladas em outras penitenciárias, assim como coloca Paixão (1987, p. 24-25):

> [...] estão presentes, na experiência de Norfalk, além das grandes inovações em políticas públicas penais que hoje se difundiram pelas sociedades modernas, ou seja, regime progressivo, liberdade condicional, individualização e indeterminação da pena (uma concepção paradigmática de objetivos das políticas), o preso e sua dignidade como fins morais em si mesmos [...]

Assim, Maconochie foi pioneiro na instituição de políticas públicas penais, sendo que as inovações introduzidas por ele no presídio de Norfalk ainda hoje são colocadas em prática em diversos sistemas penitenciários.

Após sua implantação por Maconochie houve, nas primeiras décadas do século XX, inovações nas políticas públicas penais que surgiram no sistema penitenciário americano, sendo que o autor dessas inovações foi Thomas M. Osborne.

Conforme expõe Paixão (1987, p. 25):

> [...] Ele inovou, antes de tudo, a metodologia de avaliação de políticas penais. Acreditava serem necessárias informações mais "profundas" e "internas" sobre o sistema, que revelassem sua realidade existencial apenas entrevista nas estatísticas e depoimentos de seus membros e autoridades judiciárias ou políticas. Osborne é, ao

> que sabemos, o primeiro observador participante intencional de sistemas penitenciários. Adotando o codinome de Tom Brown, ele experimentou pessoalmente as agruras da vida carcerária em Auburn, New York.

Tomas M. Osbone ficou durante uma semana, com o codinome de Tom Brown, instalado na penitenciária de Auburn, convivendo como detentos e observando o cotidiano dos presos e as condições do local.

Assim, por meio da convivência com os internos, Tomas M. Osbone observou os mecanismos de sociabilidade que regiam esse espaço. Paixão (1987, p.26) relata como Tomas, trabalhando com o ponto de vista dos detentos, conseguiu observar como se davam algumas políticas públicas penais que foram utilizadas nas experiências de Maconochie em Norfalk, instaladas em Aubur.

> Como político, Osborne intriduziu em Auburn o controle comunitário do regime disciplinar. Cada oficina de trabalho elegia seu representante numa comissão que cuidava tanto da resolução de disputas e conflitos entre presos, como deliberava sobre as condições de trabalho dos internos. [...]

Dessa maneira, começou a existir em Auburn organizações dos próprios internos para melhorias das relações estabelecidas e das condições de vida no encarceramento.

No ano de 1916, após ter administrado Auburn, Osborne passou a administrar o presídio de Sing- Sing, onde aprofundou as experiências anteriores e instalou naquele local as Ligas, que também se baseavam na organização de detentos para arbitrarem sobre o controle e organização dos internos. Em Sing-Sing a organização dos detentos, denominada de Liga do Bem- Estar Coletivo, trabalhava não só com os conflitos internos e as questões referentes ao regime de trabalho dos detentos; trabalhavam, também, com outras instâncias da vida carcerária, como coloca Paixão (1987, p.26):

> As ligas, além de arbitrar conflitos entre presos e regular condições de trabalho, julgavam infrações disciplinares dos internos e opinavam sobre conflitos de interesse entre eles e a administração. Não eram, entretanto, instâncias decisórias finais nessas esferas de atividade. Os internos podiam recorrer a um tribunal administrativo, composto por Osborne e um médico, em audiências públicas, onde representantes da Liga tinham que justificar suas razões e procedimentos punitivos.

Essa experiência de organização dos internos é uma das políticas públicas penais instaladas na cadeia pública de Bragança Paulista por Nagashi Furukawa - diretor do local na ocasião da implementação.

Pelos relatos de Paixão (1987, p. 28), em Sing-Sing essa experiência alterou o comportamento dos detentos, assim como as relações estabelecidas entre os presos e os funcionários, alterando o papel dos funcionários e a estrutura de autoridade vigente até então.

> [...] os guardas não seriam mais representantes de uma ordem social punitiva e excludente junto à massa carcerária, mas, pelo contrário, agentes de uma empresa de reforma moral, "amigos tentando ajudar os esforços daqueles homens de encontrar seus lugares na sociedade".[...]

Assim como em Sing-Sing, a experiência do Conselho de Sinceridade e Solidariedade, instalado na Cadeia Pública de Bragança Paulista, fez com que as relações já sedimentadas entre os detentos e os funcionários começassem a se estabelecer baseados em novos parâmetros. Dessa forma os papéis desempenhados pelos atores que constituem o universo prisional se alteraram, modificando todas as relações e o cotidiano das prisões nas quais foram instaladas essas políticas públicas penais. Apesar de ter existido em Bragança Paulista a experiência do Conselho de Sinceridade e de Solidariedade, ele já não existe no C.R onde a pesquisa foi realizada.

Os presos que ameaçavam a ordem estabelecida na Cadeia Pública de Bragança Paulista, pautada nas premissas das políticas públicas, eram transferidos para outras prisões. De acordo com Silva (2001, p. 63) tal prática se apresentava como uma forma de punição.

> Os presos de Bragança Paulista se sentiam vulneráveis e conceitualmente desaparelhados para viver em uma prisão comum onde prevalece a "lei da selva".[...]Transferência para outra cidade ou outra unidade prisional passou a ser, portanto, a forma mais dura de punição àqueles que se recusam a submeter-se ao código disciplinar coletivamente construído.

Assim, os presos que não se adaptavam às novas formas de relações sociais que foram estabelecidas, eram transferidos para outras prisões, nas quais as relações se davam da forma tradicional.

O modelo de gestão da Cadeia Pública de Bragança Paulista foi visto como um sucesso frente ao Governo do Estado de São Paulo e, como relata Silva (2001, p.64- 65), Nagashi Furukawa foi convidado a implantar esse novo modelo prisional no Estado.

> O sucesso deste empreendimento suscitou o desejo da Secretaria de Segurança Pública em replicá-lo em outras cadeias públicas sob sua responsabilidade e para isto o Dr. Nagashi Furukawa, juiz de execuções mentor e gestor do projeto, foi convidado, após sua aposentadoria a ocupar um cargo naquela secretaria. [...]

Nagashi Furukawa, portanto, expandiu esse novo modelo de encarceramento no interior do Estado de São Paulo e, entre as vinte e duas unidades inauguradas, encontra-se o Centro de Ressocialização aqui pesquisado.

II. II. *"[...] Pessoas normalmente primárias, ou até reincidentes, porém que tenham uma justificativa para ter praticado o delito [...]"*: meandros do Centro de Ressocialização pesquisado.

O Centro de Ressocialização (CR) onde a pesquisa foi realizada foi inaugurado no dia 11 de setembro de 2001. Essa instituição localiza-se em um distrito de uma cidade de médio porte no interior do Estado de São Paulo. O CR encontra-se ao lado de uma rodovia e de uma Penitenciária.

Imagem: Vista aérea do Centro de Ressocialização.
Fonte: http:// admpenitenciaria.sp.gov.br. acessado em: 05/03/2004

Pesquisar instituições como presídios é considerada, por alguns estudiosos, uma tarefa demasiadamente difícil por diversas razões. Lemgruber (1983, p. 20) ao relatar sobre sua pesquisa na Penitenciária feminina Talavera Bruce, expõe as problemáticas em relação ao acesso à instituição e como o processo de pesquisa pode sofrer entraves devido às intenções do local de não querer demonstrar os problemas existentes.

> [...] o temor de que as mazelas da instituição sejam expostas ao público faz com que as direções rejeitem propostas de estudos, ou só autorizem se o pesquisador restringir sua investigação conforme os limites estabelecidos pela administração. [...]

Para realizarmos a pesquisa primeiramente tivemos que enviar, pela direção do presídio, o projeto de pesquisa para ser analisado pela Secretaria de Administração Penitenciária. O projeto foi enviado em março de 2006 e aprovado no mês subseqüente.

O acesso ao CR se deu através da direção do local. Durante a Iniciação Científica trabalhávamos com a proposta de pesquisar a FEBEM (agora chamada de Fundação CASA) e os internos daquele local. A instituição, porém, negou nosso acesso e a partir desse momento procuramos um local onde seria possível encontrar egressos da instituição. Deste modo, contatamos a Vara da Infância e da Juventude que nos colocou em contato com CR, revelando que nessa instituição haveria egressos da FEBEM. Portanto, antes de começar a pesquisa do mestrado já tínhamos contato com a direção do CR, o que facilitou nosso acesso para a realização do presente trabalho.

Mesmo com a pesquisa aprovada pela Secretaria de Administração Penitenciária, enfrentamos situações parecidas com as descritas por Lemgruber (1983, p. 20). A direção do local viu na pesquisa a possibilidade de promover positivamente o trabalho desenvolvido no CR, sendo que, por várias vezes em reuniões com a direção da instituição, fomos informados que a pesquisa passaria sempre por aprovação da direção e que nenhum passo poderia ser dado sem consulta prévia.

A direção do local, porém, acabou por não se preocupar com o andamento da pesquisa e, ao longo do tempo em que o trabalho foi realizado, não houve intervenções no sentido da obtenção de informações relacionadas às

perguntas que compunham os roteiros das entrevistas e tampouco qualquer forma de censura. Mas como havia uma intenção clara de utilizar a pesquisa para fazer uma propaganda do CR, por muitas vezes fomos chamados para reuniões com a direção, nas quais nos era "indicado" que fizéssemos determinadas questões aos detentos.

As questões propostas poderiam, entretanto, enviesar as respostas no sentido de torná-las mais positivas em relação à instituição, além de "indicações" para que não entrevistássemos alguns funcionários que a direção não gostava. Para manter uma maior autonomia em relação à pesquisa, não nos pautamos pelas "indicações" postas pela direção. Portanto, não incluímos questões que poderiam enviesar as respostas dos detentos e não nos eximimos de entrevistar funcionários que a direção não achava pertinente.

A pesquisa iniciou-se em abril de 2006 e teve seu término em maio de 2007. Durante esse período, realizamos visitas constantes à instituição. No mês de maio de 2006 a pesquisa foi interrompida devido aos ataques realizados pelo PCC em diversos locais do Estado de São Paulo, bem como aos motins e rebeliões arquitetados por essa facção criminosa em vários presídios. No CR não houve qualquer evento como este durante os ataques; mas uma rebelião na Penitenciária localizada ao lado do CR, deixou o clima dentro da instituição muito tenso.

Em visita realizada no mês de maio, era perceptível que os funcionários do local trabalhavam em meio ao medo e à tensão de que algo pudesse acontecer a eles. Cheguei a ouvir comentários de detentos pelos corredores do CR, onde relatavam que, durante os ataques, os presos ficavam assistindo a televisão para ver os noticiários acerca das ações do PCC e comemoravam a cada nova notícia de ataque da facção. Devido a isso resolvemos não adentrar ao CR durante o mês, para que a pesquisa pudesse ser realizada com maior prudência, visto que as entrevistas continham perguntas acerca da possível existência de facções criminosas no local (tanto nas entrevistas com os presos quanto nas com o Diretor de Segurança e Disciplina, Direção e Agentes de Segurança Penitenciária) e tais questões, diante da conjuntura instalada no Estado de São Paulo, poderia prejudicar a pesquisa[31].

[31] Mesmo observando que na época dos ataques do PCC, os funcionários trabalhavam em meio à tensão e ouvindo relatos que expunham certa euforia dos detentos com os fatos, resolvemos questionar a

A instituição tem capacidade para 210 detentos. Eles não ficam presos em celas; dormem em alojamentos com portas venezianas que ficam abertas e, assim, podem circular dentro da instituição dentro, porém, de uma área restrita. Os detentos não podem, por exemplo, ir até a área administrativa sem pedir permissão a algum Agente de Segurança Penitenciária, mesmo porque há grades que separam o local onde ficam os detentos do local onde trabalham os funcionários. Assim como os demais, o CR no qual a pesquisa foi realizada trabalha em parceria com uma ONG[32]. Portanto dentro do CR existem funcionários tanto da ONG quanto do Estado.

Há três alas no Centro de Ressocialização onde fora realizada a pesquisa, referentes aos três regimes existentes na instituição; ou seja, existe uma ala para os detentos do regime fechado, uma para os do semi-aberto e uma para os do regime provisório. Em cada ala existem cinco alojamentos com doze camas de concreto distribuídas em forma de beliches, e um banheiro com chuveiros quentes para uso coletivo.

Os presos que cumprem sua pena ou estão esperando julgamento, adentram a unidade através de uma triagem realizada semanalmente em Cadeias Públicas de cidades adjacentes. A Diretora do local descreve o perfil daqueles que entram na unidade como presos, em sua maioria, da própria cidade ou região e considerados de baixa periculosidade.

> [...] Pessoas que não tenham praticado o ato com crueldade, pessoas que residem na comarca de [...][33] ou muito próxima a ela. Pessoas normalmente primárias, ou até reincidentes, porém que tenham uma justificativa para ter praticado o delito [...]

Essa triagem é realizada em conjunto com a ONG e o Estado, na figura do Diretor de Segurança e Disciplina, e tem por objetivo selecionar os presos que se encaixam no perfil da unidade. Há, pois, uma entrevista e o

---

Direção sobre possíveis mudanças na rotina do CR com os ataques. Segue a resposta: "Não, não houve não. A gente nenhum dia deixou de trabalhar, a gente não sentiu alteração no comportamento deles e a gente tem conversado muito, com assembléia, com reunião com todos, falando do compromisso deles e aqui é outra realidade e, do não envolvimento com isso daí e, até o presente momento a gente percebe que não há alteração em nenhum sentido, em comportamento, em postura. Em nenhum sentido a gente percebeu alteração.".

[32] O nome da referida ONG não será divulgado nesse trabalho como meio de impedir a identificação do local.

[33] Nome da comarca retirado para impedir identificação do local.

preenchimento de um questionário[34]; os presos são analisados por uma assistente social, uma psicóloga e o Diretor de Segurança e Disciplina. A assistente social nos relatou da seguinte forma o processo de triagem:

> [...] eu faço as triagens semanalmente nas cadeias públicas, tanto em [...] quanto [...] e Penitenciárias. Toda semana eu vou para lá avaliar junto com a psicóloga e o diretor de segurança e disciplina. A gente faz um diagnóstico rápido, um perfil do reeducando para ver se ele tem condições de vir para o CR ou para a Penitenciária. Depois a gente participa da comissão de classificação, onde ali a gente define entre nós se a vinda dele vai ser favorável ou não [...]

Dessa forma, os presos devem preencher determinado perfil para poderem cumprir sua pena na instituição. São escolhidos entre a massa de homens reclusos que estão nas cadeias onde é realizada a triagem e, relatando ainda acerca da triagem, mais especificamente sobre o perfil desejado, a assistente social revela:

> A triagem a gente faz uma entrevista junto com a psicóloga e a gente tenta detectar o quê? O interesse deles de vir para cá, as condições familiares, uso de drogas, a periculosidade do delito, a crítica dele em relação ao delito. É uma triagem feita rapidamente, ninguém tem bola de cristal, a gente tem que ir meio pelo que todo mundo percebeu [...] a gente vê a questão da primaridade, das passagens que ele já tem, da reincidência, do interesse, do envolvimento, para poder estar sendo favorável ou contrário.

Com o parecer favorável esses homens são levados ao CR, onde ficam por alguns dias em observação e, caso apresentem problemas de adaptação ou indisciplina, como expõe o Diretor de Segurança e Disciplina, são transferidos para Penitenciárias.

> [...] Ele chegando aqui, fica em observação por volta de uma semana mais ou menos, depois dessa semana a gente vai reavaliar ele, vai entrevistar para ver se ele não tem nenhum problema na unidade, se ele tiver problema de inimigo na unidade, a gente remove para a Penitenciária. O preso que comete uma falta grave aqui no CR [...], por exemplo, se ele é pego com alguma quantidade de droga aqui dentro, ou tentando entrar com droga na unidade, nós removemos para a Penitenciária [...], se ele brigar dentro do CR, ele será removido para a Penitenciária [...] também, ou Penitenciária da

[34] Consta do questionário, informações sobre dados pessoais, escolaridade, uso de drogas, passagem anterior por Instituições Correcionais, presença de doenças, relacionamento com outros setenciados, se possui inimigos e quem são eles, se é ou não reincidente, o total dos anos de pena, os artigos pelos quais foi condenado e por quais prisões passou. O questionário da triagem segue em anexo.

> região. Então nós não admitimos indisciplina aqui dentro, a gente procura ser bem rigoroso nessa parte.

A administração nega a existência de facções criminosas dentro do CR. Segundo as falas oficiais, se houver qualquer suspeita de presos envolvidos com facções, eles são transferidos para que não atrapalhem o trabalho desenvolvido, conforme explica a Diretora do local.

> [...] Às vezes até chega para a gente que pode ter pessoas que podem ter algum envolvimento com a facção, só que a gente até hoje não encontrou ninguém que faça parte. Quando a gente tem dúvida, não é certeza, a gente nem deixa entrar na unidade para ter certeza mesmo, então a gente tira da unidade porque nós não podemos ter ninguém de facção aqui, senão pode atrapalhar todo o trabalho que vem sendo construído nestes cinco anos [...]

Percebemos dessa maneira que, para cumprir pena no CR, o preso deve preencher uma série de requisitos e caso tenha algum problema dentro da unidade, é sumariamente transferido para Penitenciárias. Essa transferência pode ser considerada uma segunda punição aos detentos que contrariam a ordem estabelecida na instituição, além de servir de exemplo aos outros.

Existem diversas diferenças entre o CR e as Penitenciárias. Até mesmo a forma de tratamento é diferenciada: os detentos que se encontram no CR são denominados pela direção, pelos funcionários e pela ONG de "reeducandos". Quanto à estrutura, também se difere das demais instituições carcerárias. Ao adentrar o Centro de Ressocialização em questão, vemos uma janela que liga a sala dos funcionários administrativos ao hall de entrada; ao lado existe uma recepção onde trabalham duas agentes penitenciárias, que têm por função controlar a entrada e a saída das pessoas e abrir e fechar os portões.

Para adentrar a instituição é obrigatório o preenchimento de uma ficha cadastral em meio eletrônico, realizado pelas Agentes de Segurança Penitenciária. Essa ficha controla a entrada e a saída de pessoas. Ao lado da recepção existe um detector de metais, na entrada de um corredor com salas de revistas de um lado e a sala do Diretor de Segurança e Disciplina do outro, após esse corredor há uma grade que separa a administração.

Na área administrativa, as salas estão dispostas ao redor de um jardim. As salas que lá existem são: um guarda- volumes, uma sala de atendimento médico, uma sala de dentista, a sala da assistente social, a sala do atendimento

psicológico, a sala do advogado, uma sala de informática, uma copa, um banheiro masculino, um banheiro feminino, a sala da ONG, a sala da diretoria geral e a sala da administração.

Do hall de entrada para o alojamento onde ficam os detentos, existem duas grades, que formam quase uma gaiola: de um lado há uma parede e do outro existem duas portas por onde os detentos saem da revista assim que adentram o Centro de Ressocialização e a "inclusão", que é uma cela com uma porta de chapão - inteiriça de ferro - com uma pequena abertura para passar a comida. Essa cela é destinada aos que estão sendo transferidos para CR e para aqueles que cometem indisciplina.

Existe uma cantina, administrada por um detento, onde os presos podem comprar coisas variadas, desde cadernos a refrigerantes. Essa cantina faz com que seja eliminada do Centro de Ressocialização parte do comércio realizado pelos presos em presídios.

Muitos dos detentos trabalham, alguns em fábricas e outros na administração, na faxina, na cozinha, na lavanderia e outros serviços internos. Existem diferenças entre os presos que trabalham na área administrativa e os que trabalham em outros serviços internos do CR, existe um padrão estabelecido para trabalhar na área administrativa, sendo que os presos que lá trabalham são geralmente de cor branca e com uma linguagem quase isenta de gírias.

Os detentos que trabalham na área administrativa realizam diversos trabalhos, tais como servir café e água em bandejas para os demais funcionários do local. Permanecem com a cabeça baixa, chamando a todos que não estão na condição de encarcerado de "senhor" e "senhora".

Imagem: Fábricas no entre-muros do Centro de Ressocialização.
Fonte: Camila de Lima Vedovello.

Imagem: Fábricas no entre-muros do Centro de Ressocialização.
Fonte: Camila de Lima Vedovello.

Os presos não fazem suas refeições diárias nos alojamentos, mas sim no refeitório onde trabalham uma cozinheira e alguns outros presos. No refeitório existem algumas mesas extensas de concreto. Os presos comem em bandejas com garfos; só não lhes é permitido o uso de facas nas refeições. Os utensílios da cozinha são da instituição. Os funcionários fazem suas refeições no mesmo local, só que em horário diferente dos presos. Primeiro os funcionários comem, depois os detentos.

Adentramos a área restrita aos detentos apenas uma vez, com acompanhamento de um Agente de Segurança Penitenciária. Observamos

algumas fábricas, alguns alojamentos e a quadra, onde os detentos tomam o banho de sol e praticam esportes. Relatando as diferenças estruturais do C.R. em relação às Penitenciárias, a Assistente Social expõe que:

> [...] O CR foi uma estrutura diferenciada, voltada para a ressocialização, e a começar pela estrutura física mesmo, o reeducando pode circular, o reeducando preserva um pouco mais a dignidade tendo o seu armário, estando em alojamentos onde existem portas e não grades, pode realizar as refeições em refeitório, sentado, tendo a sua bandeja, o seu talher, enfim, ter uma melhor condição de humanização. Tomando banho em um chuveiro quente, onde é chuveiro. Então, esses mínimos detalhes na estrutura física já fazem diferença, porque numa Penitenciária eles não tem condições nenhuma de ressocialização, são aglomerados dentro de celas, não existe circulação, trabalho, desenvolvimento de potencial, nada.[...]

As diferenças estruturais do CR em relação às Penitenciárias são visíveis. Questionamos, porém, a direção do local a respeito das diferenças existentes entre o CR e outras instituições prisionais do Estado de São Paulo, assim como as Penitenciárias, as Unidades de Segurança Máxima (o chamado RDD-Regime Disciplinar Diferenciado), os Centros de Detenção Provisória, entre outros. E, segundo a direção:

> [...] o Centro de Ressocialização, ele tem uma característica de trabalhar só com reeducandos da comarca. O objetivo é fazer com que os reeducandos fiquem bem próximos à família e pessoas que a gente investe muito, pessoas de baixa periculosidade, pessoas que a gente acredita na sua recuperação. Errou, não está ainda envolvido na vida do crime, está iniciando e o trabalho é para que ele não se estruture na vida do crime [...]

O discurso da direção acerca das diferenças entre outras unidades prisionais no Estado e o CR atribuiu as diferenças à população que é levada pelo Estado a cumprir pena nesse local, sem fazer menção à estrutura ou ao "tratamento humanizado".

O Diretor de Segurança e Disciplina também relata as diferenças entre o CR e as Penitenciárias vinculando-as aos presos que cumprem pena no CR e ao grau de periculosidade deles.

> [...] é um modelo de trabalho totalmente diferente porque a unidade penitenciária [...] é de regime fechado e com um grau de

> periculosidade bem maior do que o do CR. No CR nós escolhemos através de entrevistas os presos que vem cumprir pena aqui. Nós tiramos todos da Cadeia Pública [...] e, o trabalho nosso aqui é diferente, que são com presos de baixa periculosidade.

Dessa forma tanto a direção local como o Diretor de Segurança e Disciplina atribuem aos presos e ao seus níveis de periculosidade o diferencial entre o CR e outras unidades prisionais. Por serem considerados menos perigosos, são vistos como ressocializáveis; portanto, merecedores de cumprir pena nesse local e de um melhor tratamento.

Um dos Agentes de Segurança Penitenciária entrevistado expõe que a diferença entre o CR e as penitenciárias se coloca pelo "sistema mais brando"; pela tranqüilidade e pouca violência existente no local.

> Aqui o sistema é mais brando, aqui visa realmente à reabilitação, a gente quase não vê aqui índices de criminalidade como acontece nas penitenciárias, não encontra facção, entendeu? Aqui realmente, uma das poucas coisas que o governo nosso conseguiu acertar foi na construção desse Centro de Ressocialização, mesmo.

Enquanto esse Agente de Segurança Penitenciária realça a ausência de facções e o baixo número de violência para explanar quais diferenças percebia entre o CR e as demais penitenciárias, outro Agente de Segurança Penitenciária responde a essa questão nos mesmos moldes da direção local e do Diretor de Segurança e Disciplina apontando que a diferença está na população encarcerada.

> [...] digamos assim: o sistema, a forma de trabalho aqui é bem diferente de lá. O relacionamento entre preso e funcionário é outro. No Presídio o preso não pode vir conversar como funcionário se não tiver autorização de um outro preso chefe, aqui no CR não. Aqui você conversa com qualquer um. Aqui nem parece que é preso, parece que é tudo um grande conglomerado de pessoas, que estão trabalhando para um bem comum, um objetivo só.

Esse Agente de Segurança e Disciplina expõe que a forma de trabalho dentro do CR é diferente, mas não especifica as diferenças e se atem mais em revelar que a sociabilidade entre funcionários e detentos se dá de maneira mais direta do que nos presídios. Fica claro na fala desse Agente que, por essa outra sociabilidade, sua percepção sobre o preso se abranda, percebemos claramente

isso em sua frase: *"[...] Aqui nem parece que é preso [...]"*. Essa frase é singular porque desvela uma possível percepção do Agente em relação aos presos que estão cumprindo pena em outros estabelecimentos prisionais.

A Gerente da ONG também foi questionada em relação às diferenças entre o CR e os presídios. Sua resposta não enveredou a uma correlação entre a população encarcerada como o diferencial do CR, mas sim a uma proposta de trabalho diferenciado nessa instituição.

> [...] há uma diferença sim entre CR e presídio. Agora, entre um e outro, pelo que eu vejo as filosofias são bem diferentes. O CR tem a filosofia da ressocialização e Presídio, eu creio que seja mais um lugar assim para guardar as pessoas. Aqui a gente tem um propósito diferente.

Assim, para a Gerente da ONG, a diferença reside no que ela chama de "filosofia", acreditando que enquanto os presídios são depósitos de gente, o CR cumpre o que seria a sua "missão": a ressocialização dos detentos. Para a Assistente Social do CR, as diferenças são muitas e segundo ela: *[...] isso é uma inovação, isso é novidade para o Sistema Penitenciário Brasileiro.*

O CR é realmente uma novidade para o Sistema Penitenciário Brasileiro, visto que é gerido em parceria com o terceiro setor e que para cumprir pena nessa instituição deve-se passar por um processo de triagem; ou seja, os presos que lá cumprem suas penas são "escolhidos" na massa de homens reclusos em Cadeias Públicas.

Levando em conta que o CR é administrado com uma parceria entre o Governo Estadual e uma ONG faz-se necessário esclarecer sobre o papel de cada uma e traçar as diferenças entre a ONG e o Estado na gerência dessa instituição.

II.III- *"[...] é uma proposta de humanização do Sistema Penitenciário. [...]"*: a ONG entre princípios e realidade.

Em 16 de novembro de 2000, a ONG estabeleceu junto à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, por meio do Decreto n° 45.403, um convênio com o referido Centro de Ressocialização. A entidade

mudou seu nome, substituindo a última palavra que anteriormente era Carcerária para Cidadania[35].

Segundo documento oficial da ONG, a entidade teve seu começo articulado por meio do Núcleo de Direitos Humanos existente na cidade em parceria com uma universidade, com a Delegacia Regional de Polícia e com cidadãos, a fim de proporcionar uma mudança na Cadeia Pública local que vivia superlotada e não oferecia condições de segurança e cidadania para o preso. O interesse da ONG, segundo o documento era:

> O interesse de todos os envolvidos era fazer uma Cadeia Pública nos moldes de Bragança Paulista. Entregamos o Projeto ao governador Mário Covas, quando em visita na cidade.

E, ainda segundo o documento:

> Por coincidência o governador também, naquela época, conheceu o projeto de Bragança, junto com o Secretário Dr. Nagashi Furukawa e através de um Decreto, [...] foi contemplada com a construção de um Centro de Ressocialização. [...]

O surgimento do Centro de Ressocialização onde a pesquisa foi realizada se deu, portanto, pelo interesse de um grupo da cidade em acabar com as mazelas existentes na Cadeia Pública local, bem como pelo interesse do governo do Estado de São Paulo em implantar uma pretensa nova forma de unidade prisional baseada na experiência - já aqui mencionada - da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

O trabalho conjunto entre o Estado e as entidades de assistência ao preso, nos Centros de Ressocialização que estavam sendo implantados, foi possibilitado através do Decreto n° 45.403 onde, segundo o artigo 1° desse documento:

> **Artigo 1º** - Fica o Secretário da Administração Penitenciária autorizado a, representando o Estado, celebrar convênios com

[35] Em 20 de agosto de 2004, a ONG promulgou através de Estatuto a mudança de nome, assim, conforme consta no Artigo 1°, a última palavra da instituição passou de Carcerária para Cidadania. A ONG, surge em setembro de 2000 e logo no mês subseqüente firma convênio com o Governo Estadual de São Paulo, questionamo-nos até que ponto essa entidade não teria surgido somente para a finalidade de trabalhar junto ao CR. A mudança de nome da ONG, não mudou, porém, seu caráter. As atribuições continuaram as mesmas, sendo somente alterado o significado da última sigla, de Carcerária para Cidadania.

> entidades privadas, sem fins lucrativos, que tenham por finalidade estatutária auxiliar as autoridades judiciárias e policiais do município, em todas as tarefas ligadas à readaptação dos sentenciados, presidiários e egressos dos presídios, tendo por objeto a prestação de serviços inerentes à proteção e assistência carcerária, em especial as previstas no artigo 11, da Lei de Execução Penal, com vista à reabilitação do preso.

Dessa forma, a função da ONG no Centro de Ressocialização seria garantir ao preso boas condições para cumprimento da pena para que, ao final da sentença, se encontrasse ressocializado. O presidente da ONG, em entrevista, destacou que essa organização tem como proposta humanizar o sistema penitenciário e prestar assistência ao preso.

> [...] a proposta de trabalho que existe aí há cinco anos com a criação das ONG's, que é uma parceria entre o Estado e a sociedade civil, tem por objetivo a recuperação, é uma proposta de humanização do Sistema Penitenciário. O princípio geral é esse e, ela presta assistência em diversas áreas, saúde, jurídica, educacional, na geração de emprego, psicológica, então a gente procura através dessa parceria estar inserindo o reeducando na comunidade quando ele sair de lá.

A ONG trabalha em parceria com o Estado, tendo como função trabalhar com a assistência ao preso, enquanto o Estado se encarrega da disciplina e segurança do local, como relata o presidente da instituição.

> [...] Existem as atribuições da ONG e do Governo Estadual, da Secretaria de Segurança Pública. Ela é responsável pela parte da disciplina, dos processos que chegam até lá, da triagem, mas isso é feito também em parceria com a ONG. A ONG cuidaria mais dessa parte de assistência ao reeducando, à sua família.

O artigo 1° do Decreto n° 45.403, expõe que essas entidades teriam como finalidade cumprir o artigo 11 da Lei de Execuções Penais (LEP), sendo que o referido artigo trata da assistência ao preso e, conforme ele essa assistência seria:

> Art. 11. A assistência será:
> I - material;
> II - à saúde;
> III -jurídica;
> IV - educacional;
> V - social;
> VI - religiosa.

A ONG teria, portanto, que trabalhar com a assistência ao preso, dando-lhe condições materiais para o cumprimento da pena. Cabe lembrar que, segundo a LEP, essa assistência que nos Centros de Ressocialização são prestadas pelas entidades, são, de fato, deveres do Estado conforme explicito no artigo 10 da LEP. "Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade". O governo do Estado de São Paulo tem, por conseguinte, se eximido da responsabilidade da assistência ao preso expressa pela LEP, transferindo-a para a ONG.

Para garantir essa assistência ao preso a entidade recebe uma verba do Governo Estadual, por meio do que o presidente da ONG chama de pactuação. Para sua firmação, é realizada uma reunião entre a ONG, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e a coordenadoria de Segurança Pública – com periodicidade anual - onde é apresentado um plano de trabalho que, caso seja aprovado, renova o convênio de parceria entre a entidade e o Governo Estadual; ou nas palavras do presidente da ONG ao responder se o Governo Estadual repassa verba à instituição:

> Isso. Existe um plano de trabalho, isso a cada ano. É feito uma reunião de avaliação entre a diretoria da ONG com os representantes da SAP local, onde existe o CR e os representantes da coordenadoria da Segurança Pública. É feito uma pactuação, é feita uma avaliação do trabalho que foi desenvolvido durante o ano e é feito uma nova pactuação para renovação ou não do convênio, aí deve-se cumprir alguns critérios: o plano de trabalho. Então, tudo isso é verificado nesse momento que é feita a renovação do convênio e durante o processo. [...]

Com a verba destinada anualmente à entidade pelo governo do Estado de São Paulo, mediante a renovação do convênio, a ONG garante a assistência ao preso e, para isso conta com um corpo de profissionais que estão vinculados diretamente a essa entidade e não ao governo. Esses profissionais não passam por concurso público, não têm nenhum vínculo com o governo; só com a ONG. A ONG conta com um corpo de dezesseis profissionais que atuam no CR, como expõe o presidente.

> [...] nós temos hoje, por volta, um corpo formado por dezesseis profissionais. São dois psicólogos, dois assistentes sociais, uma professora, a gerente, tem um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, dois funcionários da cozinha, duas cozinheiras, um funcionário encarregado da produção e três escriturários, tem o psiquiatra e o dentista.

Além desse corpo de funcionários que atuam em diversas áreas e são contratados pela ONG, a entidade conta com uma diretoria que, conforme o documento oficial trabalha de forma voluntária no CR.

> Toda a diretoria [...] é voluntária, não recebem remuneração e tampouco ajuda de custo, e toda doação que ela recebe é repassada para a SAP, conforme item Das Doações do convênio, então a ONG não tem bens, dinheiro ou qualquer patrimônio.

As ONGs que trabalham nos Centros de Ressocialização, são legitimadas por um discurso de que é necessário trazer a sociedade civil para perto dos problemas sociais existentes. Nas palavras da direção do Centro de Ressocialização pesquisado, a parceria serviria para:

> [...] trazer a sociedade civil para dentro das unidades para ver a dificuldade que é trabalhar com os reeducandos, vivenciar esse período que eles estão aqui retidos, porque quando eles retornarem para a sociedade eles voltam para a própria comunidade [...] então se eles estiverem participando, trabalhando junto com o Estado na recuperação desse homem aqui recluso, dessa pessoa reclusa quem vai ganhar é a comunidade [...] principalmente.

Temos, portanto, a preleção formulada de que essa união seria necessária. No entanto, se analisarmos com maior cautela para as vantagens que o Estado tem a partir dessa parceria, poderíamos facilmente desarticular o primeiro discurso. A própria entidade em documento, expõe que:

> A parceria com Entidades sem fins econômicos é muito vantajosa para o Estado (SAP), além de envolver a comunidade, a manutenção do CR. É mais econômica, seu custo diminui em mais de 50% [...]

Para além do discurso humanizador e ressocializador, entidades como a referida ONG servem para reduzir os gastos que o Estado teria na manutenção dos encarcerados. E, conforme expõe Boito Jr.(s/d, 83-84), essas Organizações

Não- Governamentais, operam com uma aparência de participação democrática, de trazer a responsabilidade dos problemas sociais para a sociedade civil. Entretanto acabam por desinstitucionalizar serviços que são de ordem governamental.

> A focalização, com o envolvimento de ONGs e associações filantrópicas, tem criado uma aparência de participação democrática e logrado, inclusive, cooptar direções de movimentos populares. [...] A participação de ONGs e associações filantrópicas na aplicação da política social tem desprofissionalizado e desinstitucionalizado os serviços sociais tornando-os precários e incertos [...]

Podemos dizer que a participação democrática da sociedade civil na ressocialização dos detentos do CR é aparente, visto que a entidade trabalha muito mais no gerenciamento de recursos do governo a fim de diminuir os custos e ainda, conforme expõe a direção do local:

> [...] quando o CR foi criado o objetivo do Doutor Nagashi era o quê? Fazer com que a sociedade civil participasse efetivamente do nosso trabalho e isso não vem ocorrendo, desde o início. É muito pouco trabalho, é muito pouco a sociedade participando e isso dificulta, não corresponde os anseios do objetivo do CR mesmo: trazer a sociedade civil para dentro das unidades para ver a dificuldade que é trabalhar com os reeducandos, vivenciar esse período que eles estão aqui retidos [...]

Dessa forma, a direção do local nos coloca como efetivamente vem trabalhando a ONG, através do gerenciamento dos recursos do Governo Estadual a fim de redução de gastos com a população carcerária. Podemos colocar que para o Estado essa parceria se faz necessária nesse momento devido, entre outras coisas, à política de ampliação do encarceramento que vem se instalando em São Paulo e a uma busca de mais mão-de-obra encarcerada.

Além de gerir recursos, a ONG é responsável dentro do CR pelo angariamento de empresas que queiram instalar suas fábricas lá. O C.R. estabeleceu convênios com algumas empresas privadas que oferecem empregos aos presos. A instituição chama essa atividade desenvolvida com as empresas de laborterapia, ou seja, seria uma terapia pelo trabalho. Sobre essa prática a direção local diz que:

> [...] Consiste em todo o trabalho desenvolvido na unidade, não só o trabalho remunerado como também os reeducandos, os que prestam o serviço na lavanderia, na limpeza da unidade, o barbeiro, o que cuida da cantina. Todos esses trabalhos são chamados de laborterapia.

No entre-muros encontram-se algumas fábricas que produzem desde piscinas, cadeiras de vime, até materiais com concreto. Outras fábricas e oficinas estão instaladas dentro do Centro de Ressocialização. Como já apontado, o trabalho é coordenado pela entidade e, conforme exposição da Gerente da ONG, os funcionários dessa associação responsabilizam-se por empregar os presos do local e por realizar o pagamento.

> [...] Nós temos duas pessoas que coordenam a parte de produção, eles são responsáveis por estar arrumando os reeducandos para trabalhar e são responsáveis pelo pagamento, então como se fosse uma parte de recursos humanos de uma empresa, eles fazem aqui dentro da ONG, tratando dessa parte de trabalho.

O trabalho nas fábricas instaladas no C.R. é remunerado; já os detentos que trabalham em setores como a faxina, a cozinha, a lavanderia e a administração da unidade não recebem salário fixo. Eles recebem uma remuneração realizada através do que chamam de "rateio", ou seja, aqueles que trabalham nas fábricas repassam 25% do valor recebido para a ONG. Desse montante, 15% é dividido entre os detentos que não trabalham nas fábricas, mas que exercem outra atividade dentro da instituição, os outros 10% são recolhidos pela entidade, como um fundo social dessa organização. Segundo a direção local do CR:

> [...] Do trabalho dessas pessoas que recebem o salário, é tirado 25% para a ONG, a ONG repassa 15% para o rateio, para todos que trabalham, que fazem os serviços para o bem estar de todos os reeducandos. 10% vai para o Fundo Social, que é revertido em cursos profissionalizantes e cestas básicas para as famílias de alguns reeducandos mais necessitados.

Assim, a Laborterapia é interessante tanto para o Estado quanto para as empresas. Para o Estado, o emprego da mão-de-obra encarcerada é importante porque com o chamado "rateio", realizado pela ONG, os próprios presos acabam por contribuir com a diminuição dos gastos visto que parte do salário é

destinado a gastos que deveriam ser do Estado. De outro lado, esses convênios são interessantes para as empresas porque, ao instalarem-se nos estabelecimentos prisionais, ficam isentas de encargos sociais além de não estabelecerem, obrigatoriamente, vínculos empregatícios com os presos, uma vez que o vínculo entre empregado e empregador é estabelecido através da Lei de Execuções Penais e segundo o parágrafo 2° do artigo 28 da LEP: "2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho."

O que rege, portanto, o trabalho encarcerado é a LEP e a lei estabelece que o salário do preso não pode ser inferior a ¾ do salário mínimo. Para o empregador é extremamente vantajoso contratar a mão-de-obra encarcerada visto que, além de pagar salário inferior ao salário mínimo, os trabalhadores encarcerados não fazem greves para reivindicar melhores condições de trabalho e melhores salários; ou seja, não atravancam a produção para conseguirem trabalhar recebendo mais e em melhores condições.

A produção só é parada nos presídios quando ocorrem motins e rebeliões, que geralmente têm como reivindicação um tratamento mais humano, quando não são realizadas para demonstrar força de determinadas facções criminosas como o PCC e o Comando Vermelho.

Podemos supor que os detentos não façam greves para buscarem melhores salários e melhores condições de trabalho e sim rebeliões e motins para garantir um melhor tratamento do Estado para com os presos; pois se reconhecem entre si não enquanto trabalhadores, mas enquanto presos[36]. A discussão acerca do trabalho encarcerado no CR será retomada posteriormente, ao abordarmos os discursos dos detentos e dos funcionários sobre essa questão.

Enquanto a ONG trata da assistência ao preso em diversas áreas, com o intuito de garantir a ressocialização do detento e do angariamento de empresas para atuarem dentro do CR, buscando mão-de-obra para essas fábricas que lá se

[36] Relatando acerca de como os trabalhadores ingleses reconheceram-se enquanto uma classe, a classe operária, Thompson (s/d, p.304), afirma que: "[...] a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos [...].". Os trabalhadores reconhecem-se portanto enquanto classe a partir das experiências vividas enquanto trabalhadores, os encarcerados, por encontrarem-se nessa situação dividem suas experiências a partir da criminalidade, que foi o que os levou a prisão, não conseguindo reconhecer-se e portanto, articular-se enquanto trabalhadores.

instalam, o Governo trabalha, através de seus funcionários, com a parte da segurança e disciplina do local.

II.IV- *"[...] A gente vê parte de segurança, disciplina, revista de reeducando, ordem.":* o papel do Estado na gestão do CR.

Os funcionários do Estado são ligados à Secretaria de Administração Penitenciária[37] (SAP) e são responsáveis por questões técnicas, pela disciplina e pela segurança do CR. Na parte administrativa, conforme o Decreto n° 45.271, os funcionários são divididos hierarquicamente entre os ligados aos Serviços e os ligados à Seção. Conforme o Artigo 4° desse Decreto a administração dos CR's assim subdividem-se:

> Artigo 4° - As unidades dos Centros de Ressocialização de que trata esse decreto têm os seguintes níveis hierárquicos:
> I- de Serviço:
> a) Núcleos de Segurança e Disciplina;
> b) Núcleos Administrativos;
> II- de Seção:
> a) Equipes de Controle de Prontuários;
> b) Equipes de Segurança e Disciplina.

Nessa pesquisa, nos ativemos a pesquisar os funcionários que teriam um maior contato com os presos e, devido a isso, entrevistamos somente funcionários que trabalhavam com a segurança e disciplina da instituição e não aqueles que cuidavam da parte burocrática. Entrevistamos, portanto, a Direção do local, o Diretor de Segurança e Disciplina e dois Agentes de Segurança Penitenciária que fazem parte do Núcleo de Segurança e Disciplina.

O Núcleo de Segurança e Disciplina desenvolve o trabalho de recepção dos presos, controle da população carcerária, escolta dos presos, fiscalização das visitas e outras atribuições correlacionadas à disciplina dos presos e à segurança da instituição; ou conforme expôs em entrevista um Agente de Segurança Penitenciária: *"Eu abro e fecho porta, revisto preso, faço revista diária. A gente vê parte de segurança, disciplina, revista de reeducando, ordem."*.

[37] A SAP foi criada em 1993, através da Lei Estadual n° 8209, anteriormente à essa data, as unidades prisionais do Estado de São Paulo estavam submetidas até 1991 à Secretaria de justiça e entre março de 1991 e dezembro de 1992 à Secretaria de Segurança Pública.

Os Agentes de Segurança Penitenciária fazem parte do Núcleo de Segurança e Disciplina e são subordinados ao Diretor de Segurança e Disciplina que, por sua vez, é subordinado à Direção do CR.

O papel do Diretor de Segurança e Disciplina é o de coordenar todas as ações da equipe do Núcleo correspondente; ou seja, os Agentes de Segurança Penitenciária. Conforme posto pelo Decreto n° 45.271:

> Artigo 11 – Aos Diretores dos Núcleos de Segurança e Disciplina, no âmbito dos Centros de Ressocialização de que trata este decreto, compete:
> I- elaborar a escala de serviço do pessoal civil de vigilância;
> II- informar, diariamente, ao Diretor do estabelecimento as alterações na população de presos e sua movimentação;
> III- manifestar-se, quando for o caso, sobre a seleção, orientação e indicação dos trabalhos dos presos, bem como sobre a elaboração da escala de serviço dos mesmos;
> IV- autorizar visitas aos presos, assinando a respectiva ficha de identificação;
> V- sindicar as faltas disciplinares dos presos;
> VI- aplicar penalidades disciplinares aos presos, dentro de suas competências regimentais.

Dessa forma, ao ocupante do referido cargo compete coordenar a equipe responsável pela segurança e tomar decisões em relação à segurança e disciplina dos presos, ou nas palavras do próprio Diretor encarregado da tarefa:

> [...] a minha função é a diretoria de segurança e disciplina. Nós que fazemos as entrevistas com os presos para trazer eles para cá, nós que coordenamos toda a movimentação dos presos dentro da unidade, a entrada e saída deles e é a gente que organiza todo o setor de segurança junto com os agentes de segurança.

Ele é, no entanto, subordinado à Direção geral do Presídio. Enquanto os Agentes de Segurança Penitenciária e o Diretor de Segurança e Disciplina são funcionários concursados, a Direção do CR é indicada pela SAP.

II. V: *"Nós enfrentamos muitas dificuldades [...]"*: a relação entre a ONG e os funcionários ligados a SAP.

As atribuições dos Funcionários da ONG e dos Funcionários ligados à Secretaria de Administração Penitenciária dentro do CR são diferentes; mas a proposta é que o trabalho seja em conjunto para que se efetive um tratamento humanizado aos presos.

A fim de verificar como se dava a relação entre a ONG e os funcionários do Estado na efetivação do trabalho em conjunto e se havia discordâncias ou disputas internas entre essas duas esferas que gerem o CR, ao entrevistar a direção da instituição, fizemos a seguinte pergunta: "Como é o seu relacionamento com a ONG?". Ao responder a pergunta, a direção demonstrou que houve problemas em relação à ONG.

> Nós enfrentamos muitas dificuldades porque eu sou uma pessoa que sabendo das responsabilidades grandes que a ONG tem e, vendo que essas responsabilidades não estavam sendo cumpridas, me preocupava muito. Por isso que, muitas coisas, nós mesmo do Estado passamos a fazer e cobrava muito e, mesmo assim era difícil das providências serem tomadas, então eu não tenho um mau relacionamento não, mas porque eu cheguei a uma conclusão que discutir, brigando, eu não resolveria nada. Eu informava meus superiores e procurava fazer o que fosse necessário para que a unidade caminhasse bem porque o objetivo é o bom encaminhamento da unidade e para a gente conseguir isso a gente batalhou muito. Tivemos duas administrações muito complicadas. A última administração colaborou mais, ajudou muito, muito mesmo perto da primeira administração, agora a segunda está, essa última que está iniciando agora, a gente está vendo a pessoa, o presidente tem muita vontade, tem muito envolvimento com o trabalho da comunidade de [...], porém, é uma pessoa muito ocupada e tem pouco tempo para se dedicar aqui para o nosso trabalho e isso está me preocupando muito porque se não houver um bom envolvimento não podemos conseguir os nossos objetivos [...]

A direção do CR expõe, dessa forma, que administrações anteriores da entidade não cumpriram seu papel da forma esperada, chegando a haver brigas e discussões entre a direção do CR e a ONG. Em relação à atual administração da associação, a direção demonstra preocupação com a presidência da ONG, pois alega que é composta de pessoa muito ocupada, o que poderia prejudicar o trabalho a ser desenvolvido na unidade.

Em contrapartida, ao ser questionado sobre o relacionamento travado entre ele com os demais funcionários do CR, a resposta proferida pelo presidente da ONG foi:

> A relação de um modo geral é boa, como eu disse, estou há dois meses, vai para três meses na presidência, eu não tenho tanto contato com os funcionários da SAP, meu maior contato tem sido com o conjunto dos funcionários da ONG. Da SAP a gente tem eventualmente participado de uma reunião, mas eu posso dizer que as relações são boas.

Tal exposição revela, portanto, que considera a relação com os funcionários ligados a SAP boa; mas transparece que não há um contato constante, ensejando que se apresenta quase de modo esporádico.

Ainda no que confere às competências da ONG, cabe questionar se há como desenvolver na unidade um "tratamento humanizado" com os detentos; se a entidade se encarrega das ações que abrangem a questão efetiva da ressocialização e os funcionários do Estado, que se responsabilizam da disciplina e da segurança, têm pouco envolvimento nesse processo.

No tópico seguinte traçaremos um perfil dos presos pesquisados, além de discutir questões como o tratamento recebido, a rotina diária tanto dos presos quanto dos funcionários, entre outras questões pertinentes.

II. VI- As vidas atrás das grades: o perfil dos presos pesquisados.

A presente pesquisa trabalhou com um grupo de doze detentos do CR por meio de entrevistas e do uso de fotografias que eles próprios fizeram, buscando desvelar quem eram esses sujeitos e como estabeleciam suas relações sociais dentro do CR. Tentamos compreender também se o CR consegue, na prática, efetivar as principais proposições pontuados pelo seu discurso oficial: oferecer tratamento mais humanizado aos detentos e, ao final do cumprimento da pena, conseguir ressocializá-los.

Inicialmente pesquisaríamos quinze detentos, sendo cinco de cada regime (semi-aberto, fechado e provisório). Solicitamos para a direção do local a listagem de todos os presos que lá se encontravam. Com a listagem em mãos,

selecionamos quinze com idade entre 18 e 21 anos. Conversamos com cada um, particularmente, para convidá-los a participar da pesquisa.

A cada visita conversávamos com um ou dois detentos, mas como a população é muito flutuante, antes mesmo de conversarmos com todos, alguns dos selecionados já não estavam no local. Tivemos que realizar nova seleção com outros detentos. Para evitar que esse fato se repetisse, à medida que o detento aceitava participar da pesquisa, realizávamos de imediato o trabalho fotográfico e a entrevista com ele a fim de evitar que o trabalho fosse prejudicado em decorrência das saídas e das transferências dos detentos.

Após um ano de idas ao CR e entrevistas com funcionários e detentos, tivemos que lidar com a negação por parte dos detentos do sistema fechado em participar da pesquisa. Durante o período do desenvolvimento do trabalho apenas dois detentos aceitaram participar. Com as constantes negações dos detentos do sistema fechado em participar da pesquisa, resolvemos encerrar a pesquisa com os presos do regime fechado. Não tivemos nenhum problema em pesquisar os presos do regime semi-aberto e do provisório; todos os selecionados aceitaram participar da pesquisa.

A fim de tornar mais clara as narrações e considerações que traçaremos nas próximas páginas, segue uma tabela que contém alguns dos dados coletados entre os presos que compuseram essa pesquisa. As falas dos detentos estão expostas de forma aleatória, sem identificação de quem vem a ser o preso ou os presos que forneceram as informações, para mantermos a integridade destes. O mesmo acontece com as falas dos funcionários locais.

Tabela única: Informações sobre os presos participantes da pesquisa.

	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Filhos	Crime	Regime	Reincidência
Detento 01	20	Amasiado	02° ano Ensino Médio	03	Tráfico	Provisório	Sim
Detento 02	18	Solteiro	04° ano Ensino Fundamental	-	Tráfico	Provisório	Não
Detento 03	18	Casado	05° ano Ensino Fundamental	02	Tráfico	Provisório	Não
Detento 04	21	Solteiro	06° ano Ensino Fundamental	-	Assalto	Provisório	Não
Detento 05	18	Solteiro	Ensino Fundamental completo	-	Tráfico	Provisório	Sim
Detento 06	20	Amasiado	05° ano Ensino Fundamental	-	Assalto	Fechado	Não
Detento 07	21	Solteiro	01° ano Ensino Médio	-	Assalto	Fechado	Sim
Detento 08	20	Solteiro	03° ano Ensino Médio (sem concluir)	-	Tráfico	Semi-aberto	Não
Detento 09	21	Solteiro	05° ano Ensino Fundamental	-	Tráfico	Semi-aberto	Não
Detento 10	21	Casado	06° ano Ensino Fundamental	-	Assalto	Semi-aberto	Não
Detento 11	19	Casado	07° ano Ensino Fundamental	03	Tráfico	Semi-aberto	Não
Detento 12	19	Amasiado	Ensino Fundamental completo	01	Assalto	Semi-aberto	Não

Dos doze presos pesquisados, três tinham 18 anos, dois 19, três 20 e quatro 21 anos. Cinco dos detentos estavam em regime provisório, cinco em regime semi-aberto e dois em regime fechado. Os três detentos que estavam no regime provisório tinham a idade de 18 anos, um tinha 20 e um com 21. No regime fechado havia um com idade de 20 anos e outro com 21 e, no semi-aberto havia dois com idade de 21 anos, dois com idade de 19 e um com 20 anos.

Dois dos presos se declararam casados e três amasiados. Apesar da pouca idade, quatro deles já eram pais. Um detento aos 20 anos já era pai de três filhos, um detento de 18 anos era pai de dois filhos. Um dos detentos, com idade de 19 anos respondeu:

> P- Tem filhos?
> Tenho.
> P- Quantos?
> Dois, encaminhando outro.
> P- Quantos anos têm seus filhos?
> Um está com um ano e oito meses e o outro está com seis meses.

Com apenas 19 anos, esse detento já tinha dois filhos e apesar do seu filho mais novo ter apenas seis meses, sua esposa estava grávida do terceiro. Outro preso com essa mesma idade declarou ser pai de uma menina.

> P- Tem filhos?
> Sim.
> P- Quantos?
> Uma.
> P- Uma menina?
> Sim.
> P- Quantos anos ela tem?
> Vai fazer um ano agora em dezembro.

Esses detentos, além de estarem presos, contam também com a responsabilidade da paternidade estando ainda no limiar da vida adulta. Ao saírem da prisão, provavelmente terão que prover o sustento de seus filhos e, para isso, deverão enfrentar um mercado de trabalho competitivo carregando em seus currículos o estigma de ex-presidiários. Em breve trecho, Ramalho (2002, p. 174) expõe as dificuldades que um egresso do Sistema Penitenciário pode enfrentar ao sair da prisão carregando consigo o estigma de ex-presidiário:

> Quem já esteve preso carrega consigo um estigma que praticamente o impede de conseguir emprego; [...] Diz-se a meia verdade, que a forma como é tratado o ex-preso incita-o a reincidir no *crime*. [...]

Nesse fragmento, Ramalho expõe que o estigma que o egresso do Sistema Penitenciário carrega faz com que esse não consiga trabalho e por vezes reincida em crimes. Não temos dados que nos possibilite estabelecer uma estatística acerca do número de reincidência no CR - até porque a própria instituição não havia computado tais números desde a sua inauguração – todavia, com base nos discursos dos funcionários e presos sobre reincidência e ressocialização, discutiremos, ainda nesse capítulo, as condições apontadas pela preleção oficial do CR para a sua provável efetivação.

Apesar das possíveis dificuldades encontradas pelos egressos das prisões para encontrar trabalho depois do cárcere, muitos deles tinham alguma atividade produtiva remunerada antes do encarceramento para cumprimento de pena nos Presídios e Cadeias.

II.VII – *"Trabalhava como pintor, ajudante de pedreiro, serviços de construção civil em geral":* os "bicos" como trabalho antes do cárcere.

Exploramos a temática do trabalho durante a pesquisa, buscando desvelar quais ocupações os presos pesquisados se inseriam anteriormente ao encarceramento e perscrutamos acerca do trabalho que empreendem dentro do CR. Porém, discutiremos esse último mais adiante, ao abordarmos a rotina dos reclusos.

Dos doze detentos, oito declararam que trabalhavam antes da prisão, sendo que um deles esclareceu que no momento em que foi preso não estava empregado. Somente quatro, portanto, disseram que não desempenhavam atividade antes de entrar no sistema penitenciário.

As ocupações que tinham antes da prisão limitavam-se, na maioria das vezes, aos chamados "bicos" - ocupações de caráter temporário e ligadas à informalidade. Dentre os relatos, seguem as falas de quatro detentos estiveram inseridos em atividades que se enquadram nestas características:

P- E você trabalhava antes de entrar aqui no Centro de Ressocialização?
Se eu trabalhava?
P- É
Trabalhava olhando carro.
P- Onde?
Na Praça[38] [...].
[39]
_____

P- E antes de entrar aqui no CR, você trabalhava em algum lugar?
De vez em quando eu ajudava meu pai, mas era de vez em quando.
P- E ele fazia o quê?
Ele trabalha com pintura de parede.

_____

P- E você trabalhava antes de entrar aqui no CR?
Trabalhava.
P- Aonde?
[...] de servente.
P- Servente de pedreiro?
É.

_____

P- Antes de entrar aqui no Centro de Ressocialização você trabalhava?
Sim.
P- Onde?
Trabalhava como pintor, ajudante de pedreiro, serviços de construção civil em geral.

Somente três detentos alegaram que seus ofícios eram regulares, sendo formalmente introduzidos no mercado de trabalho em fábricas da própria região. Portanto, a maior parte deles não tinha atividade regular. Para Passetti (1999, p. 26), essas pessoas empregadas na informalidade, servindo de mão-de-obra barata, e usufruindo de modo precário do mercado de bens e consumo e transitando entre a linha tênue que separada a ilegalidade da legalidade (no caso, por exemplo, dos camelôs vendedores de produtos pirateados), se inserem na categoria chamada por ele de "novos miseráveis".

[38] Nome de uma Praça central da cidade. O nome dessa praça foi excluído para garantir anonimato.
[39] As falas dos diversos presos que contribuíram com a pesquisa encontram-se separadas pelo referente traço. Dessa forma, sempre que utilizarmos o discurso de mais de um preso no mesmo espaço, repararemos com traços.

> Hoje, os miseráveis não são mais os andejos maltrapilhos, pedintes e, às vezes, filósofos da embriaguez na madrugada, abandonados à própria sorte. Não são, também, como se pretende afirmar, os desempregados constantes ou sazonais. [...] . São novos miseráveis porque habitam o mercado ilegal e, por vezes, co-habitam o mercado legal.

Esses novos miseráveis não seriam somente os desempregados, mas também aqueles que desempenham atividades informais nos chamados "bicos", e estão inseridos de modo demasiadamente precário no mercado de bens-de-consumo e de serviços.

Grande parte dos presos ou estava na informalidade ou não trabalhava antes de ser preso. Provavelmente, concomitantemente aos "bicos" havia a prática de atos criminosos por parte deles, visto que expuseram em suas falas que estavam desempenhando alguma função na ocasião da prisão. Reforça-se, pois, a tese de que o trabalho informal - muitas vezes perto ou totalmente imerso na ilegalidade - pode ter uma tênue linha entre a informalidade ou ilegalidade do trabalho que se aproxima de atos considerados criminosos como o tráfico de drogas.

Despossuídos de qualificação profissional, ao saírem da prisão, provavelmente retornarão ao mercado informal e, quiçá à criminalidade. Uma questão relevante que se conjugando com a qualificação profissional poderia auxiliá-los na saída da criminalidade, caso quisessem, seria a escolaridade.

II.VIII - *"Eu fiz a quarta, ia para a quinta [...]". "Minha família são todos quinta, sexta série [...]"* : a questão da escolaridade inacabada entre os detentos e seus familiares.

Além do trabalho precário, a escolaridade formal inacabada foi algo que emergiu nessa pesquisa. Nenhum dos detentos pesquisados chegou ao fim do Ensino Médio, sendo que muitos não terminaram o Ensino Fundamental.

Ao investigar o grau de escolarização desses presos, verificamos que oito dos doze presos não haviam terminado o Ensino Fundamental. Duas falas dos presos em relação a sua escolaridade são demonstrativas dessa realidade de abandono da escolarização formal existente entre eles:

P- E qual é a sua escolaridade?
Eu fiz a quarta, ia para a quinta, mas não fiz a quinta.

_____

P- E qual a sua escolaridade?
Meu grau de escolaridade?
P- É.
Ensino Fundamental.
P- Até que série?
Até a sexta.

Os outros quatro tinham concluído o Ensino Fundamental e dado início ao Ensino Médio; mas nenhum chegou a concluir seus estudos.

P- E a sua escolaridade?
Eu cursei até o terceiro colegial,mas eu parei no terceiro colegial.
P- Você não se formou então?
Não.

Além de nenhum dos detentos ter concluído seus estudos, grande parte de seus familiares também não havia terminado a escolarização formal. Assim, a grau de instrução e qualificação deficitário se mostra como algo recorrente não só entre os presos, mas também entre seus familiares. Questionando acerca da escolaridade dos familiares dos presos, recebemos respostas como:

P- E a sua família?
Minha família são todos quinta, sexta série. Só a minha irmã que terminou os estudos.

_____

P- E a de seus familiares? Seu irmão, seus pais, sua esposa...
Um irmão cursou até ensino médio, minha mãe fundamental também, meu pai fundamental.

_____

P- E a de seus familiares?
Só tem um que terminou.

_____

P-E seus irmãos e seus pais? Chegaram a se formar?
Meu pai e minha mãe estudaram até a quarta série. Meu irmão está acabando e minha irmã já acabou.

O quadro que se instala demonstra uma dificuldade de finalização da escolaridade formal. A evasão e a não permanência nos estudos é, portanto, corriqueira entre esses sujeitos. A família é vista, muitas vezes, como uma das causas que podem levar os sujeitos à criminalidade. Tentando entender esses discursos e as relações entre os presos e seus familiares, percorremos as falas oficiais do CR e as falas dos presos para desvelar como se estabelecem essas relações familiares e qual a percepção do CR sobre o papel da família na criminalidade dos sujeitos.

II.IX- ***"[...] eu acho que a principal é a família desagregada, um lar que já vem desagregado desde o início [...]"*** **: os discursos oficiais do CR sobre a correlação "família desagregada e criminalidade" e a relação dos presos com suas famílias.**

Muitos dos discursos dos funcionários referentes à criminalidade remetem que as pessoas se inserem em atividades criminosas devido às famílias desestruturadas; ou seja, a falta de uma família nuclear seria uma das causas responsáveis pela criminalidade dessas pessoas.

A instituição família como concebemos atualmente tem seu nascimento marcado na história. Essa concepção de família nuclear surge como um fenômeno burguês, assim como coloca Ariès (1981, p. 278) :

> [...] Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originalmente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, [...] conservaram por mais tempo as boas maneiras tradicionais, e permaneceram indiferentes à pressão exterior. As classes populares mantiveram até quase nossos dias esse gosto pela multidão. [...]

Essa nova compreensão de família surgida com a burguesia e que se estendeu à sociedade ocidental tem como premissas o lar, a vida privada e os parentes consangüíneos vivendo junto - pai, mãe e filhos convivendo na mesma casa -, além de uma valorização da educação formal. Tal concepção é colocada enquanto uma "norma" para uma compreensão do que deve ser a família, numa acepção bastante conservadora.

No editorial de um jornal produzido pelo CR, a direção expõe sua visão sobre as possíveis causas da criminalidade e entre elas faz alusão a uma correlação entre família desestruturada e crime.

> Entendemos que nosso trabalho é difícil, que a sociedade se preocupa muito com a violência que hoje assola nosso país, mas, sabemos também, que as causas desta violência se iniciam fora da prisão; *geralmente em lares desagregados por convivência familiar desajustada*[40], pela falta de trabalho, pelo baixo grau de escolarização, o uso de drogas e alcoolismo, dentre outras causas. (2007; p 02)

Dessa forma, em documento oficial do C.R. a direção assume um discurso apontando a chamada "convivência familiar desajustada" entre as causas da criminalidade, e elenca os lares desagregados como a primeira causa no seu rol de motivos que levam as pessoas ao crime.

Essa "convivência familiar desajustada" e "lares desagregados", conforme considera a direção, levam a crer que a criminalidade acontece por uma desorganização familiar. Mello (2000, p. 57) tenta desmistificar essa tese da desorganização familiar, relatando como essa concepção de família nuclear, organizada, não passa de uma idealização da instituição família.

> [...] Não é razoável falar de ausência de organização, mas de polimorfismo familiar. Despidos da rigidez das fórmulas e sem olhos preconceituosos, podemos ver as famílias como elas são, e não como deveriam ser, segundo modelos abstratos, pois são históricos e presos às diferentes perspectivas das classes sociais. [...]

Com isso podemos afirmar que a direção do CR parte de um modelo "ideal" do que seria a família; modelo esse que, efetivamente, inexiste, visto que não há desorganização familiar, mas sim formas diversas de organização da instituição família, com arranjos, rearranjos e significados que transmutam dependendo do lugar que essa família ocupa na sociedade.

Para Fonseca (2005, p. 51), o conceito de "família" assume distinções nas diferentes camadas sociais existentes, ou nas palavras da autora:

> [...] o valor "família" tem grande peso em todas as camadas da população brasileira. No entanto, significa coisas diferentes dependendo da categoria social. Enquanto, entre pessoas da elite,

[40] Grifo nosso.

> prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua.

Ainda apontando a família como a principal causa que leva os jovens à criminalidade, a Gerente da ONG que atua junto ao CR coloca em seu discurso que a família desagregada seria a causa fundamental não só da criminalidade, mas do abandono aos estudos; ou seja, essa família desagregada seria fonte de diversas mazelas sociais.

> [...] eu acho que a principal é a família desagregada, um lar que já vem desagregado desde o início, então é um pessoal que já se dirige para o vício, para certos problemas assim desde a infância, mas eu acredito que mais por esse fator, inclusive a gente tem casos aqui, muitos, de rapazes que abandonaram o estudo com oito anos [...] Eu acredito que a base de tudo está na família, a família que não deixa ele chegar no estudo. Eu acredito nisso.

Para ela, do lar desagregado surgiriam os vícios, a evasão escolar, que desencadearia a criminalidade. Essa falta da família nuclear seria, portanto, o motivo que levaria as pessoas ao cometimento de crimes. Essa é uma tese encontrada não somente nos discursos dos gestores do CR, mas em teorias científicas, como explicita Mello (2000, p. 57):

> [...] É freqüente encontrarmos, mesmo na literatura especializada, a assim chamada "desorganização familiar" como a única responsável pelo fracasso escolar e adaptativo das crianças. Mais ainda, ela aparece também como fonte da violência, do abandono de crianças e da marginalidade dos jovens, ou seja, a família é responsável pelo que aparece como fracasso moral de seus membros.

Essas teorias amplamente difundidas, que correlacionam o crime e outras mazelas à família desagregada, podem fazer parte de um arcabouço que auxilia na construção dos discursos oficiais do CR, respaldando a criação de uma percepção idealizada da família e incita a formulação de uma visão preconceituosa das poliformias familiares.

Entre as questões feitas aos detentos, tentamos entender alguns aspectos das suas relações com familiares e como se davam os seus arranjos familiares.

Dos doze detentos pesquisados, cinco colocaram que seus pais são casados e cinco afirmaram que seus pais são separados/divorciados; um detento afirmou não ter pai e outro disse que seu pai era falecido e sua mãe havia casado de novo. Constatamos que o número de separações/divórcios entre os pais dos encarcerados é o mesmo número de pais que continuam casados. Dois presos tinham um irmão, três presos tinham dois irmãos, três outros presos tinham três irmãos e três presos tinham mais de cinco irmãos, apenas um detento era filho único.

A grande maioria deles expôs que considerava bom o relacionamento travado com os familiares.

> É boa. No lugar que a gente está aqui, até a família desanima, mas a hora que começa, eles vão acompanhando a gente, porque a única força que a gente tem aqui mesmo é a família.

Esse detento demonstra claramente que, além de não ter problemas de relacionamento com sua família, essa serve de apoio para que ele cumpra sua pena.

A maioria dos detentos respondeu a essa questão com frases curtas, ou apenas uma palavra: *boa*. Um deles declarou que seu relacionamento como familiares: *"É às mil maravilhas"* e outro disse que: *"Nós nos relacionamos super bem"*. Poucos foram os presos que expressaram em suas falas que o relacionamento com suas famílias não era bom; um dos detentos mencionou que a relação com os familiares escasseou após sua prisão: *"Bem pouca agora, né."*. Outro, em sua fala, expôs que a relação era boa com sua esposa e filhos, e declarou não ter pai nem irmãos: *"Com a mulher e com os meus filhos é boa."*.

Um dos detentos questionados chegou a expor que seu relacionamento com a família melhorou após a prisão, pois essa fez com que ele amadurecesse.

> Relação com minha família agora é bem. Melhorou mais depois desse tempo que eu fiquei preso aqui. O amadurecimento assim foi...está mais da hora assim o relacionamento.

Nenhum dos presos mencionou problemas familiares que pudessem nos fornecer elementos que referendassem as teorias que correlacionam as chamadas "famílias desajustadas" à criminalidade. Como exposto, apenas um mencionou

não ter pai nem irmãos. Todos os presos, porém, tinham vínculos familiares estabelecidos; pois, mesmo esse que era órfão, possuía vínculos familiares com sua esposa e seus dois filhos.

Se levarmos em conta que todos os presos provêm de bairros periféricos, onde residem, em sua maioria, as classes populares e retornarmos ao que Fonseca (2005, p. 51) relata acerca dos significados e dos entendimentos do que é a família e como elas se organizam, podemos entender, por meio dos relatos apresentados, que as relações familiares deles baseiam-se nas redes de ajuda mútua; são os familiares (sejam esses pais, mães, esposas, irmãos, filhos, ou outro parente consangüíneo), que dão apoio e que os visitam muitas vezes semanalmente, não os deixando totalmente isolados de suas redes de parentesco.

Os discursos dos presos em relação às suas famílias, confrontados com os discursos oficiais do CR acerca do papel da família e com teorias que discutem o tema, demonstraram não só que essa correlação direta entre família desestruturada e criminalidade não corresponde à realidade, mas também que essa concepção de família estruturada e nuclear não passa de uma idealização; pois, os arranjos, rearranjos e os significados dessa instituição são mutáveis.

II. X- *"[...] fui acusado de vender droga." "Me acusaram de 157."*: questões sobre o crime cometido, punição e reincidência.

Ao questionarmos os presos acerca dos crimes que os levaram ao CR, obtivemos duas respostas: tráfico e assalto. Sete presos estavam cumprindo pena no CR ou esperando sua sentença por tráfico e cinco encontravam-se no CR por roubo. Nove presos eram primários, e os outros três, reincidentes.

> P - E qual o motivo de sua entrada aqui?
> O motivo foi tráfico de entorpecentes.
> P- E foi a primeira vez que você foi preso?
> Não, sou reincidente por porte de drogas, mas por tráfico eu nunca tinha sido preso.
> P- E a primeira vez você ficou onde?
> Fiquei aqui.
> P- Aqui no CR?
> É, fiquei três dias. Aí o [...] me deu o alvará de soltura porque eu estava no provisório, aí eu fiquei um ano e nove meses na rua, aí eu não sei o que aconteceu, eu tive uma audiência com ele e eu saí. Aí eu falei: nossa. Só que foi diferente, veio o 16.

> P- Da outra vez veio o12?
> Essa que eu caí é um 12, da outra vez veio um 16, graças a Deu, senão eu pegava 18 anos de cadeia.

Esse detento reincidente havia sido preso anteriormente por porte de droga. Em sua fala ele se reporta ao artigo 16 da Lei n° 6. 368 de 1976, promulgada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel. Esse artigo 16 expressa que:

> Art. 16. Adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
>
> Pena – Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de (vinte) a 50 (cinqüenta) dias-multa.

Esse Lei, porém, foi revogada por meio da Lei n° 11. 343, de 26 de agosto de 2006, promulgada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. O artigo 16 da Lei n° 6. 368 foi substituído pelo artigo 28 da Lei n° 11. 343 que diz:

> Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:
>
> I - advertência sobre os efeitos das drogas;
>
> II - prestação de serviços à comunidade;
>
> III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
>
> § 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.
>
> § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Assim, esse preso, por ter cometido como primeira infração o *porte de drogas*, não ficou detido para cumprimento de pena; pois, respondeu não ao artigo 16 da Lei n° 6. 368, mas sim ao artigo 28 da Lei n° 11. 343. O artigo 12, ao qual o preso se refere ao relatar o crime que o levou a prisão, também está contido na Lei n° 6. 368, que foi revogada em 2006.

> Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;
>
> Pena – Reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinqüenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

Esse artigo acima citado foi substituído pelo artigo 33 da Lei n° 11. 343, sendo que em decorrência desse artigo, que vigora desde 2006, a pena por tráfico torna-se mais rígida. Observamos claramente uma maior rigidez na punição por tráfico de drogas, pois o referente artigo estabelece maior tempo de pena para aqueles que incidem no crime de tráfico de drogas.

> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
>
> **Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa[41].**

Ainda a respeito da maior rigidez na punição contra traficantes, analisamos através do artigo 44 dessa nova lei, que crimes referentes ao tráfico de drogas tornaram-se a partir de sua promulgação inafiançáveis.

> Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

[41] Grifo nosso.

Mais da metade dos presos pesquisados estavam detidos no CR pelo crime de tráfico. Abaixo, colocamos alguns dos depoimentos destes detentos:

> P- Qual o motivo da sua entrada?
> É vender droga, fui acusado de vender droga.
> P- Tráfico?
> De tráfico.
>
> _____
>
> P- Qual o motivo da sua entrada?
> Posso falar o artigo?
> P- Pode.
> 12.
>
> _____
>
> P-E o motivo da sua entrada aqui, qual foi?
> Tráfico de drogas. O artigo 12.
>
> _____
>
> P- Qual o motivoda sua entrada?
> Tráfico de drogas.
> P- Te pegaram com o quê?
> Meio quilo de crack.

A repressão ao tráfico de drogas vem se tornando cada vez mais rigorosa não só no Brasil, como pudemos observar pela modificação da lei que tornou o tráfico de drogas um crime inafiançável, mas também em outras partes do mundo. Fefferman (2006, p. 20), relata como o tráfico e o consumo de drogas é algo que existe há longa data.

> Uma das questões mais polêmicas da sociedade atual, o tráfico de drogas não é um fenômeno recente. O consumo de drogas sempre existiu, desde os primeiros tempos da humanidade, para fins religiosos, terapêuticos ou mesmo alimentícios. O problema é a dimensão que o comércio de drogas atingiu nas últimas décadas e sua importância política e estratégica. [...]

Apesar do consumo de drogas existir há tempos, a restrição a algumas dessas substâncias que alteram o corpo psicologica e biologicamente[42],tem seu

[42] Lembramos aqui que existem substâncias químicas que também alteram o funcionamento psíquico e biológico do corpo e, no entanto, são legais, como o caso das bebidas alcoólicas e do cigarro de tabaco, além de outras que têm sua venda permitida a para uso medicinal por meio de receitas médicas.

lugar marcado na história. Os países foram proibindo o uso dessas substâncias ao longo do tempo. Através de Convenções Internacionais muitos países firmaram, entre o final do século XIX e início do século XX, a proibição dos chamados narcóticos, assim como afirma Forte (2007, p. 195):

> A proibição ao comércio de drogas remonta ao final do século XIX e início XX. [...], o excessivo consumo de ópio pelos ingleses levou a Inglaterra a promover, em 1909, uma conferência internacional, em Shangai, com a participação de treze países (a Opium Commission). O resultado foi a Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia em 1912, visando ao controle da produção de drogas narcóticas, convenção com a qual o Brasil se comprometeu, mas, na prática, até 1921, tolerava "os vícios elegantes" dos boêmios ricos, quando sobreveio a primeira lei proibicionista de ópio, morfina, heroína e cocaína (Rodrigues, 2002). Em 1914,os Estados Unidos adotaram o Harrison Narcotic Act, proibindo o uso da cocaína e heroína fora de controle médico. Severas penas contra o consumo foram adotadas em convenções internacionais das décadas de 1920 e 1930.

Remontando ao Brasil, o proibicionismo em relação às drogas também se deu por meio das Convenções Internacionais nas quais esse assunto era pontuado. Forte (2007, p. 195) relata como as medidas, tomadas em âmbito Internacional, eram transformadas em diretrizes nacionais e incorporadas em forma de lei.

> A Convenção Única de 1961 da ONU ampliou o alcance das medidas proibicionistas, além de burocratizara estrutura regulatória internacional das drogas ilícitas, convenção essa incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 54.216/1964, servindo de instrumento para justificar a atualização da legislação interna brasileira que resultou na lei de tóxicos (Lei n. 6.386/1976, recentemente revogada pela Lei n. 11.343/2006), donde "o procedimento de ratificação de tratados, ato de incorporação de um acordo internacional de ordenamento legal nacional, foi instrumento primordial utilizado para atualizar as disposições vigentes no país", fornecendo ao Estado "maiores artifícios" para acionar os aparatos de coerção aos traficantes, a exemplo das Convenções de Genebra de 1931 e 1936 que justificaram a adoção do Decreto-Lei n. 891/38.

Dessa forma, as leis brasileiras que tratam da proibição dos narcóticos são derivadas e legitimadas historicamente pelas Convenções Internacionais. A rigidez na proibição e repressão a essas substâncias e a quem as produz e/ou comercializa articula-se concomitantemente com a expansão da produção e

venda dessas substâncias a partir da década de 70. Esse advento se deu, segundo Batista (2003, p. 84), a partir de questões econômicas que impulsionaram a indústria das drogas.

> Para compreender o impacto da cocaína nos anos setenta nos EUA e a formação da grande indústria na América Latina da década de oitenta, é importante mencionar a crise de superprodução da economia mundial a partir de 1967 e o modelo recessivo que se segue até 1982,com o aumento da inflação e do desemprego, gerando uma reestruturação da economia mundial. A cocaína, mercadoria de alta rentabilidade, passa a contar com um sistema de divisão internacional de trabalho; algumas regiões da América Latina se especializam na produção das folhas, outras no fabrico das pastas, outras na comercialização, etc.

Batista (2003, p. 84) ainda explicita como a partir dos anos setenta o consumo da cocaína se expande na cidade do Rio de Janeiro. Uma das razões dessa expansão é que, a partir da década de 70, o tráfico de drogas conjuga-se com o Crime Organizado, como o Comando Vermelho, que emergia enquanto facção criminosa nessa mesma época, assim como coloca Leeds (2004, p. 239):

> Nos anos 70, o advento da cocaína como nova mercadoria lucrativa modificou radicalmente as oportunidades para o crime organizado a partir da prisão. [...] Depois que o tráfico de cocaína se tornou o principal negócio, um destacado membro da liderança do Comando (morador de uma favela da Zona Norte) declarou: "agora somos auto-suficientes".

O tráfico de drogas[43] é um dos braços das atividades empreendidas pelo crime organizado, sendo que esse se estabelece através de um modelo empresarial, onde a ilegalidade do tráfico de drogas liga-se a uma gestão formal desse investimento nos moldes das empresas legais, ou como coloca Zaluar (1994, p. 144-145):

> O tráfico de drogas, principal atividade criminosa dos bandidos de hoje nos bairros pobres do Rio, não pode ser equiparado à ação romântica ou revoltada dos bandidos sociais, analisados por Hobsbawn (1969), e tão presentes na literatura de folhetim nos países europeus do século passado. Isto porque trata-se de uma atividade empresarial altamente lucrativa, moderna e baseada numa ideologia

[43] Acerca do mercado do tráfico de drogas, Fefferman (2006, p. 25) expõe que: "A indústria de drogas ilegais movimenta mundialmente cerca de 400 bilhões de dólares por ano, que corresponde a 8% do comércio internacional, valor maior que a exportação total da indústria automobilística. No ano de 2000, o tráfico de drogas movimentou no mundo um trilhão e meio de dólares."

> individualista. É uma criminalidade que participa ao mesmo tempo do setor informal da economia por não obedecer às regras e injunções do setor formal, nem tampouco às leis trabalhistas do país, e do setor formal porque se organiza como uma empresa, embora ilegal. [...]

Apesar da prisão por tráfico, não foi questionado aos sete detentos que alegaram responder por esse crime, se fora da prisão algum deles pertencia a alguma facção criminosa; mas, de acordo com as informações que recebemos, o CR não aceita integrantes de facções na sua massa de detentos. Uma das questões feitas aos presos, porém, dirigia-se a perscrutar sobre seu conhecimento da existência de alguma facção criminosa dentro do CR. Essa questão será explorada mais adiante.

Os outros cinco detentos pesquisados, que responderam que cumpriam ou aguardavam julgamento por assalto, estavam presos por roubo - referente ao artigo 157 do Código Penal, que é definido da seguinte forma:

> **Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:
>
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.
>
> § 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
>
> § 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:
>
> **I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;**[44]
> II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;
> III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.
> IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro
> Estado ou para o exterior;
> V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.
>
> § 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa.

[44] Grifo nosso.

Dos que respondiam por delitos que se enquadravam neste artigo, obtivemos as seguintes declarações:

> P- qual o motivo da sua entrada?
> Assalto.
> P- Que artigo que é?
> 157.
>
> _____
>
> P- Qual o motivo da sua entrada aqui?
> Me acusaram de 157.
> P- E 157 é o quê?
> Assalto.
> P- À mão armada?
> É.
>
> _____
>
> P- Qual o motivo da sua entrada aqui?
> Assalto.
> P- Assalto à mão armada?
> À mão armada.
> P- Qual é o artigo? 157?
> 157.
>
> _____
>
> P- Qual o motivo da sua entrada?
> É assalto.
> P- Assalto à mão armada?
> Assalto à mão armada.
>
> _____
>
> P- E qual o motivo da sua entrada?
> Envolvimento com assalto.

Nem todos os presos pelo crime de roubo responderam que a infração foi praticada com o uso de armas de fogo. No entanto, parte deles expressaram, em suas falas, que portavam armas para realizar o crime. O porte de armas para o cometimento de roubos implica em aumento da pena, conforme explicita o inciso I, do capítulo 2° do artigo 157 acima exposto.

O uso de armas de fogo em crimes confere aos sujeitos um *ethos* de masculinidade; um maior respeito do criminoso entre seus pares. É, conforme coloca Zaluar (1994, p. 138-139), por meio do uso da arma de fogo que o sujeito praticante de crime muitas vezes alcança *status* e é reconhecido pelas outras

pessoas enquanto bandido. Entre os criminosos, segundo a autora, "bandido" é aquele que utiliza arma de fogo, mostrando assim uma disposição para matar.

> [...] Entre os envolvidos no mundo do crime "bandido" corresponde a uma identidade social construída em torno de característica pessoal e interna: a disposição para matar.

Assim, ao utilizar arma de fogo em seus crimes, os pesquisados provavelmente sabiam que além da coerção que esse objeto impõe aos outros sujeitos, às vítimas, em qualquer fato que fugisse aos seus planos iniciais, essa poderia ser utilizada, tanto para se defender quanto para vitimizar outrem que recusasse às ordens dadas por quem estava em posse da arma e cometendo o crime.

Cinco dos presos que estavam encarcerados no CR e participantes da pesquisa, encontravam-se no regime Provisório, esperando sua condenação. Estar no regime Provisório, entretanto, não significa estar há pouco tempo encarcerado. Entre os presos pesquisados que encontrava-se no Regime Provisório, encontramos três que estavam presos faziam entre sete e oito meses, aguardando durante esse tempo sua condenação, estando diante da morosidade do sistema de justiça.

> P- E há quanto tempo você está aqui?
> Vai fazer oito meses. Fez oito meses, oito meses e três dias.
> _____
>
> P- E há quanto tempo você está preso?
> Sete meses.
> _____
>
> P- Há quanto tempo você trabalha na faxina?
> Vai fazer sete meses, **quando eu cheguei** já comecei a trabalhar.

Os dois presos do Regime Fechado que foram pesquisados estavam cumprindo pena de cinco anos e quatro meses pelo artigo 157 do Código Penal, ou seja, pelo crime de roubo. Um estava preso há nove meses e outro há um ano e seis meses, como revelam em suas falas:

P- E há quanto tempo você está preso aqui?
Nove meses.
P- De quanto tempo é a sua pena?
Cinco anos e quatro meses.

_____

P- Há quanto tempo você está aqui?
Um ano e seis meses.
P- De quanto tempo é a sua pena?
Cinco anos e quatro meses.

A maioria dos outros cinco presos que entrevistamos e que eram do Semi- aberto, estavam no CR há menos de um ano. Um deles estava preso lá há três anos e outro há pouco mais de um ano.

P- E quanto tempo que você está aqui?
Fazem onze meses e um dia.
P- E de quanto tempo é a sua pena?
Quatro anos. Quatro anos e cinco meses.
P- Mas você vai ficar os quatro anos aqui?
Não. Vou ficar um ano e quatro meses.

_____

P- E faz quanto tempo que você está aqui?
Um ano e cinco meses.
P- De quanto tempo é a sua pena?
Quatro anos.

_____

P- Há quanto tempo você está aqui?
Três anos e sete dias.
P- De quanto tempo é a sua pena?
Dez anos e oito meses.

_____

P- E há quanto tempo você está preso aqui?
Aqui no CR fazem oito meses.
P- De quanto tempo é a sua pena?
Três anos e cinqüenta dias.

_____

P- Quanto tempo que você está aqui preso?
Nove meses.
P- De quanto tempo é a sua pena?
Cinco anos e quatro meses.

Apesar de estarem em regimes diferenciados, a maioria dos presos que estavam detidos no CR, encontravam-se nesse local em período inferior a um ano. Cabe lembrar que antes de irem para o CR eles estavam em Cadeias

Públicas e de lá foram angariados através de entrevistas para cumprirem suas penas ou esperarem por elas no CR.

Em relação à reincidência, constatamos que dos doze pesquisados, apenas três eram reincidentes. Acreditamos que esse baixo número de reincidência entre os pesquisados ocorra devido à baixa idade destes e também ao fato do CR através das triagens, buscar entre os presos das Cadeias Públicas, aqueles que são primários para cumprirem pena nessa instituição prisional. A fala de um dos presos reincidentes já foi exposta aqui. Abaixo segue a fala dos outros dois:

> P- A primeira vez que você foi preso?
> Não, a terceira.
> P- Nas outras vezes você ficou aonde?
> As outras vezes eu saí.
>
> _____
>
> P- É a primeira vez que você é preso?
> Já estive preso outras vezes e na Febem também.
> P- Em que lugares você ficou preso?
> Na Febem, em [...][45] e agora estou passando aqui pelo CR.

Além da questão da reincidência, questionamos à esses presos se eles tinham ou não parentes que encontravam-se presos também. Três presos responderam que tinham seus irmãos e cunhado presos.

> P- Tem mais alguém da sua família preso?
> Não. Só o meu irmão mesmo.
> P- Seu irmão está aqui no CR também?
> Está.
> _____
>
> P- Mais alguém da sua família está preso?
> Meu irmão.
> P- Está preso onde?
> Aqui.
> P- Aqui no CR?
> Isso.
> _____
>
> P- Mais alguém da sua família está preso?
> Meu irmão.
> P- Porquê?
> Homicídio. Meu irmão e meu cunhado.

[45] Referiu-se ao nome da cidade onde estava localizada a Cadeia onde esteve preso.

> P- Seu cunhado também? Os dois participaram do homicídio?
> O mesmo B.O.
> P- E eles estão aonde?
> Um está em São Paulo, [...][46] e o outro em [...][47]

Dois dos detentos que responderam que seus irmãos estavam presos, disseram que esses cumpriam pena no mesmo local que eles, ou seja, no CR. O outro detento que tinha um irmão e um cunhado preso por homicídio revelou que seus parentes encontravam-se detidos em outros lugares. Como o CR só aceita presos considerados de baixa periculosidade, os parentes desse detento dificilmente poderiam cumprir sua pena nessa instituição. Fora esses três detentos, nenhum outro preso revelou ter parente preso

O que leva uma pessoa a cometer crime? Já exploramos aqui os discursos que relacionam a criminalidade à falta de uma família estruturada, mas dentre as diversas vozes ouvidas, tivemos também diversas respostas sobre o caminho do crime.

II. XI – ***"[...] não tiveram um lar, não tiveram estudo certo na época certa [...]"; "[...] A droga mais conhecida como crack está trazendo muita população para cá [...]"; [...] Por causa da polícia, a polícia persegue muito."; [...] Falta de serviço [...]"*****: vozes dissonantes sobre o crime e seu caminho.**

Em meio às várias questões que fizemos aos presos e também aos funcionários do CR, perguntamos a eles o que achavam que levava os jovens ao crime, nos referimos aos jovens visto que a população encarcerada trabalhada estava na faixa etária de 18 a 21 anos.

Em resposta à nossa questão, a direção do CR respondeu:

> É a falta de expectativa de vida, eles [...] não tiveram um lar, não tiveram estudo certo na época certa, não tiveram uma família estruturada, então hoje ele não tem expectativa de vida, não tem um trabalho. Então o que acontece? Ele parte para o uso de droga, necessitando da droga ele vai virar um pequeno traficante que vai roubar, que tem necessidade de adquirir essa droga, para o consumo também. [...]

[46] Nome da prisão retirado para não identificação.
[47] Nome de cidade do interior do Estado de São Paulo, retirado para não identificação.

A direção reforça pela entrevista o discurso vinculado pelo documento oficial e analisado no tópico onde discutimos a correlação entre família desestruturada e criminalidade. Além da direção, o discurso da Gerente da ONG também remeteu à essa correlação. A assistente social da ONG ao ser questionada sobre as razões da criminalidade entre os jovens expôs essa mesma correlação, utilizando-se de argumentos científicos para referendar seu discurso.

> Então, foi minha tese de conclusão de curso, meu TCC, [...] e hoje, assim, a vulnerabilidade desses jovens, eu acredito, em relação à droga, é um fator assim, muito considerado, eu penso que a desestrutura familiar também, mas hoje eu acredito que os pais perderam o controle, [...] hoje eu percebo que muito do que leva o jovem a entrar nessa é a falta mesmo de estrutura, que a gente tem que cobrar sim do poder público [...] Se você procurar de repente uma casa de recuperação para internar o menor, não tem. Um trabalho terapêutico, um trabalho preventivo, um trabalho que te dê condição desse jovem desenvolver as suas capacidades é muito difícil, eu penso que a escola pública é um pouco ineficaz, eu acho que deveria haver mais atrativos para que o jovem prefira não ficar na rua, não ficar em panela, não ficar em maus lugares, mas ter condições alternativas de desenvolvimento, entendeu? Investir nesses jovens, eu acho que não tem. E aí eu acho que a família se perde, a evolução, a tecnologia, o celular que é de última geração, o computador que é de última geração, tênis de última geração, sugam os nossos jovens, entendeu? Então os valores hoje dos jovens são muito distorcidos, eles dão mais interesses à essas coisas do que à família, do que à escola, do que à educação, então eu penso que é assim muito macro essa questão que leva hoje, não só o pai, porque o filho foi preso, porque o pai foi preso, o filho foi preso porque não temo que comer. É toda uma estrutura, são esses e mais aqueles que estão envolvidos numa sociedade vulnerável que a gente vive hoje.

O discurso proferido pela assistente social da ONG sobre o caminho da criminalidade elenca diversos fatores e reveste-se de um discurso que contém verdade, através do argumento da cientificidade, visto que ao discorrer sobre esses caminhos que levam ao crime, remete-se aos seus estudos acadêmicos. Assim como expõe Foucault (Microfísica, p. 71), essa assistente social coloca sua verdade muda sobre os outros, seu discurso reveste-se de "verdade" e estabelece relações de poder com aqueles que ela atende no CR. Pois para a assistente social esses jovens que inserem-se em atividades criminosas têm seus valores distorcidos, são provindos de famílias desestruturadas, além se envolverem com o crime pelo consumo de drogas. Assim, ela elenca sua moral e

seus valores como pontos referenciais para falar do outro, que mostra-se para ela como moralmente frágil.

Assim, a assistente social parte de percepções pré-concebidas sobre aqueles que cometem crimes. Refere-se à tese da família desestruturada, à uma perda de controle dos pais sobre seus filhos, mostrando certa nostalgia como se no passado os pais tivessem um controle total sobre seus filhos. Além disso, devemos lembrar que a ideologia do consumo não é algo novo e não atinge somente os jovens, mas a todos.

Sobre os caminhos que levam os jovens à criminalidade, os Agentes de Segurança Penitenciária do CR, nos responderam associando o crime à droga e à falta de investimento do setor público.

> Olha, a minha idéia é falta de oportunidade. Uma falta maior de investimento social do nosso governo em cima disso. Um alto consumo de droga. A droga mais conhecida como crack, está trazendo muita população para cá. Mas o básico é isso, falta de investimento social, tem que investir mais na educação, principalmente na educação e no esporte.
>
> _____
>
> Drogas. Se não existisse droga e, isso não é declaração minha, isso são os verdadeiros bandidos que falam. Se não existisse drogas, não iria existir um terço das cadeias que existem hoje. Isso não é meu não, isso é deles mesmo. Os bandidão, bandidão mesmo que falam.

Sobre essas falas questionamo-nos se é o alto consumo de drogas que leva as pessoas à criminalidade ou se é essa política proibicionista em relação às drogas que vêm se enrijecendo nos últimos tempos que faz com que as cadeias e penitenciárias fiquem abarrotadas de pequenos traficantes.

Levantamos essa questão levando em conta as políticas que vêm sendo tomadas no Brasil, como a Lei n° 11.343 de 26 de agosto de 2006, que de um lado abranda a abordagem sobre os consumidores de drogas e, de outro enrijece ainda mais as punições para os traficantes, mostrando-se como coloca Forte (2007, p. 196) dualista:

> O fato é que o governo brasileiro não foge à política padronizada de repressão ao comércio de drogas. A tão decantada nova Lei de Drogas (Lei n.11.343/2006) adota a "teoria dualista do sistema penal com regras de imputação e princípios de garantias processuais de dois níveis" (Bonho, 2006): na prática, apenas protege os consumidores de

> drogas, em geral filhos da classe média e alta que não devem ter a ficha criminal manchada.

Ao mesmo tempo essa lei abranda as punições aos consumidores de drogas, por outro lado e concomitantemente à política de mais encarceramento que vêm paulatinamente se instalando no Brasil, os traficantes de drogas tiveram suas penas tornadas mais duras.

Sobre o consumo de drogas a Lei n° 11.343 diz que:

> Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:
>
> I - advertência sobre os efeitos das drogas;
>
> II - prestação de serviços à comunidade;
>
> III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Já os traficantes, como demonstrado anteriormente, têm suas penas tornadas mais densas, tendo-se tornado a partir do artigo 44, inafiançáveis. Cabe lembrar aqui que os sujeitos pesquisados e que estavam presos por tráfico configuram-se enquanto pequenos traficantes. Sobre a rigidez da pena de reclusão aos traficantes, Forte (2007, p. 2002) discorre:

> Por que a pena de reclusão aos traficantes é injusta? Por várias razões: primeiro, não acaba o tráfico; segundo, quem vai preso, salvo uma ou outra exceção, são os pobres soldados e operários do tráfico; [...] quarto, mesmo que todos os traficantes fossem presos, do rico ao pobre, ainda existiria gente disposta a pagar pela droga e, conseqüentemente, fornecedores dispostos a atender à demanda; quinto, a superpopulação carcerária é resultado direto da repressão ao tráfico de drogas com todas as mazelas que acarreta[...]

Assim é fato que as drogas levam as pessoas para as prisões, mas não só porque são "viciados", mas porque existe uma política proibicionista que vem ampliando sua rigidez no trato com traficantes, essa política liga-se com a política de mais encarceramento e aqueles que são presos são os pequenos vendedores de drogas e não os grandes produtores. Raro é se deparar com informações sobre grandes produtores e chefes do tráfico presos.

A questão sobre o caminho do crime foi feita aos presos, as vozes desses sujeitos podem ajudar a elucidar um pouco sobre esse assunto, visto que suas experiências e caminhos foram empreendidos em determinado momento pelo crime.

> Ah, porque não sabe o que quer da vida. Que nem, você já sabe. Às vezes não teve oportunidade, às vezes foi sem-vergonhice, tem vários motivos. O meu foi sem-vergonhice, eu tinha tudo para crescer e me deixei levar pela droga.
>
> _____
>
> Por causa da polícia, a polícia persegue muito.
>
> _____
>
> Falta de serviço.
> P- Falta de serviço? Falta de trabalho?
> É.
> P- E você acha que o tráfico pode ser uma forma de trabalho?
> Sim e também não.
> P- Porquê sim e também não?
> Porque em um momento você ganha dinheiro e no outro você está preso.
>
> _____
>
> As dificuldades da vida, mesmo. Têm um monte de coisa. Revolta às vezes.
>
> _____
>
> Muitas coisas, primeiro que também tem pessoa que já entra porque não têm muita alternativa, já veio de família pobre, já não tem alternativa, muitos entram pelo dinheiro também, dinheiro fácil, ou até mesmo pela emoção, por gostar, a amizade, má influência. Vários estilos de entrar no crime.
> P- Você acha que pode ser uma forma de ganhar a vida?
> Pode ser sim, tem esse jeito também.
>
> _____
>
> Dificuldade, desemprego.
> P- É uma forma então de ganhar a vida?
> Pelo menos no meu ponto de vista, quando eu fui fazer tudo isso, fui vender droga, foi.

Dentre as causas elencadas pelos presos como as que levam à criminalidade, encontram-se uma gama grande de fatores, desde a chamada "sem-vergonhice", má influência, dinheiro fácil, dificuldades da vida, revolta e até a perseguição empreendida pela polícia.

Sobre essa chamada perseguição da polícia relatada por um dos detentos, Ramalho (2002, p.20) expõe como realmente há uma vigilância exarcebada exercida pela polícia, onde o alvo dessa vigilância são as classes populares.

> [...] a pretexto de vigiar o *crime* dentro e fora da cadeia, se exerce a repressão sobre os mais pobres, colocados sempre sob suspeição. A ação da polícia, por exemplo, deixa isto bem claro. Sua atividade está voltada acima de tudo para repressão dos grupos sociais mais pobres, e ver neles características da *delinquência* lhes dá o "direito" a essa vigilância constante.

Se conjugarmos essas colocações de Ramalho (2002) com os estudos de Wacquant (2001) acerca do aumento do encarceramento e o controle social da pobreza por trás do aumento do número de prisões e de encarcerados, chegamos à conclusão de que as colocações do detento que relata a existência de uma perseguição policial correspondem à realidade, sendo que esse sujeito vivenciou essa experiência.

Uma resposta que figurou em alguns dos depoimentos foi a correlação feita entre criminalidade e trabalho. A entrada no crime foi posta mais de uma vez como uma forma de obtenção de recursos financeiros para se manter.

Os presos que responderam que a entrada no crime se deu por "falta de serviço" e por "desemprego", estavam presos por tráfico. O que respondeu que a entrada no crime se dava por falta de serviço afirmou não estar trabalhando antes de ser preso e, o que respondeu que sua entrada no crime se deu pelo desemprego disse que antes de ser preso, trabalhava como servente de pedreiro.

O tráfico de drogas pode ter se mostrado para esses presos como um trabalho, uma forma de ganhar a vida. O preso que respondeu que a falta de serviço o moveu para o crime considerou que o tráfico é e não é ao mesmo tempo uma forma de trabalho, visto que embora essa atividade lhe garanta dinheiro em determinado momento, em outro ela lhe tira a liberdade. O outro preso que disse ser movido pelo desemprego expôs que no seu caso o tráfico foi posto como uma forma de ganhar a vida.

Como já dito anteriormente, partimos da compreensão assim como Zaluar (1994) e Fefferman (2006), de que o tráfico de drogas - muitas vezes conjugados com o crime organizado – configura-se enquanto um mercado ilegal que move quantias exorbitantes de dinheiro em todo o mundo. Assim, para que

esse mercado se efetive, faz-se necessário que pessoas "trabalhem" para o tráfico. Acerca disso, relata Fefferman (2006, p. 210):

> Os traficantes de drogas buscam lugares para instalar o seu "comércio", seus pontos de venda e distribuição, tendo como critério determinante a dificuldade de acesso do aparato repressor. Nessas áreas, geralmente na periferia, é montado um esquema para garantir o progresso do "negócio". Existe uma hierarquia e os jovens que "trabalham" com o comércio varejista de drogas são a parte mais visível do tráfico. [...]

A gigantesca indústria e mercado do tráfico angariam exércitos de pessoas nos lugares onde se instala para "trabalharem" em diversas funções nessa empresa ilegal, tais como gerência, comercialização, além dos chamados "olheiros" que vigiam as possíveis ações policiais, entre outros. Muitos daqueles que "trabalham" para o tráfico são de bairros periféricos, onde se instalam as chamadas "bocas" que são os pontos de comércio.

É certo que muitos dos que "trabalham" no tráfico são presos, aumentando assim a massa carcerária do país. O possível grande número de pequenos traficantes presos é resultado de um lado da extensão desse mercado e de outro das políticas repressivas a ele[48].

Mas para além do tráfico de drogas, como disse um dos presos pesquisados, existem: *"[...] Vários estilos de entrar no crime."*. Os caminhos que levam à criminalidade, portanto, são diversos, múltiplos. É de acordo com o local onde se está inserido, com suas perspectivas de vida, com as relações sociais que estabelece e outras determinações que as pessoas escolhem e/ou são levadas a cometerem crimes.

[48] Acerca dessa questão Zaluar (2003, p. 47) expõe: "No Brasil, as drogas ilícitas continuam criando focos de conflito sangrento nos territórios da pobreza. O governo sempre adotou medidas repressivas no combate ao uso de drogas e a polícia tem um enorme poder em determinar quem será ou não, processado e preso como traficante, crime considerado hediondo. No que se refere à administração da justiça, jovens pobres e negros ou mulatos são presos como traficantes o que ajuda a criar a super-população carcerária [...]"

II. XII- ***"Na verdade bóia, burra e só. Durmo e como"; "Trabalho de dia e durmo a noite"; "[...] É chegar de manhã, "bater chave", liberar preso [...]"; "[...] o meu cotidiano é muito cansativo, mas eu fico realizada [...]"; "[...] tenho uma rotina burocrática que eu não gosto, que eu não estava preparada [...]":*** **os vários cotidianos do CR.**

Para além de questões como o crime cometido e seu caminho, o perfil dos presos, as percepções dos funcionários sobre a entrada no crime, tentamos compreender como se dava a rotina dos diversos sujeitos que cotidianamente estão dentro do CR, seja para cumprirem ou esperarem suas penas, seja para trabalharem para o funcionamento dessa prisão.

Assim como aqueles que se encontram presos no CR, os funcionários do local também passam grande parte de seus dias entre as grades da prisão, gerenciando o andamento dessa instituição, garantindo que a disciplina e ordem pretendidas pelo Estado se efetivem. Os funcionários que trabalham na parte administrativa do local, como a direção, passam o dia dentro do CR, saindo da prisão à noite. Sobre sua rotina diária no CR, a direção expôs:

> O meu trabalho é muito envolvido com os reeducandos, eu chego logo pela manhã às oito horas, normalmente. Entro, percorro a unidade, visitando as oficinas e o trabalho que está sendo desenvolvido. Acompanho também o trabalho do grupo técnico. [...] fica o diretor geral que aqui sou eu para estar acompanhando todo esse trabalho para que tenha êxito, porque senão a gente não consegue levar uma unidade com trabalho, com projetos, que ainda eu acho que nós temos o desenvolvimento de poucos projetos e a gente pelo fato de não ter esse diretor responsável por isso sobrecarrega muito o diretor geral, **então o diretor geral tem que acompanhar como eu faço, tanto o que existe da parte da Ong como da responsabilidade nossa**[49] que é o acompanhamento efetivo na aula de cultura, pocilga. Então é um trabalho muito envolvente e eu acompanho totalmente isso daí, tanto que criei a pocilga, implantei a horta, foi tudo um envolvimento da diretora geral, tive apoio dos Agentes de Segurança, é, apoio nosso. **Dificilmente nós incorporamos apoio da Ong nesse sentido, então sobrecarrega muito o diretor geral da unidade**. Então meu cotidiano é muito cansativo, mas eu fico realizada porque a gente percebe o caminhamento da unidade e o apoio dos técnicos então chega o final do dia a gente se sente realizado e dever cumprido.

[49] Grifos nossos.

A direção geral do CR passa, portanto, o dia inteiro dentro da prisão, chegando pela manhã e saindo no final da tarde. Percebemos por meio da fala da direção geral do CR que existem ainda mais conflitos entre a direção e a ONG, sendo que a direção expressa em seu discurso que há uma ineficiência da ONG no cumprimento de suas atribuições. Enquanto a direção geral expõe que o acompanhamento diário da horta e da pocilga é por ela realizado, e que a implantação desses tiveram o apoio dos Agentes de Segurança, ficando as atribuições do andamento da unidade centrados na direção geral, a Gerente da ONG relata que a coordenação do CR é de responsabilidade dela, até mesmo a pocilga e a horta.

> Bom, aqui eu tenho uma rotina burocrática, que eu não gosto,que eu não estava preparada, mas que me foi colocada. Eu faço compras, eu tenho que fazer pesquisa de preço, cotação, eu faço a compra de todo material que é consumido aqui, toda alimentação que é consumida, todo material que é comprado eu tenho que fazer pesquisa de preço e eu que adquiro e também supervisiono o trabalho de toda a equipe. São quinze pessoas sob a minha coordenação: as assistentes sociais, psicólogas, médico, enfermeiro, pessoal da produção e eu tenho que supervisionar até o trabalho da faxina dos presos, a parte da produção, as oficinas que existem lá fora, o trabalho deles, a pocilga, a horta. **Tenho que estar coordenando tudo, é tudo sob a minha responsabilidade.**

Percebemos, pelas falas, que há uma disputa entre a direção geral do CR e a entidade no que concerne à coordenação e à efetivação de trabalhos dentro do CR. Enquanto a direção local expõe que trabalhos como a pocilga e a horta são se sua coordenação, a Gerente da ONG de outro lado, expõe que essas responsabilidades ficam sob seu encargo. A entidade e a direção geral não trabalham, portanto, em conjunto, de maneira articulada; mas sim disputam a gerência dessa instituição no cotidiano de trabalho no CR.

Entrevistamos também outros funcionários, a fim de elucidar o trabalho cotidiano desses dentro do CR, e percebemos, através de suas rotina, como estabelecem e tratam de suas atribuições diárias. Acerca de seu cotidiano no CR, colocou a Assistente Social:

> Um dia por semana eu saio para avaliar, fora isso são os atendimentos que a gente realiza através da solicitação dos reeducandos, todos aqueles que precisam de atendimento mandam uma cartinha para a gente, a gente agenda. Eu tenho dias que eu realizo visita domiciliar,

> dias que eu realizo atendimento às famílias aqui, porque todas as amásias, elas só podem entrar para visita mediante um relatório que a gente faz [...]. Todos que entram aqui a gente faz a entrevista de reclusão, a gente tem que cadastrar no portal que é do sistema, eu tenho que cadastrar essas entrevistas lá. Todos os contatos telefônicos a gente que faz, tanto faz para fora quanto recebe, o externo também,que a família liga, quer uma orientação. Então, kit de higiene a gente que distribui, que faz o acompanhamento com eles. Todo o processo a gente está aqui,tudo que é necessário a gente participa, tem dias de reuniões, tem os dias que eu faço atendimento, temos dias que eu saio, temos dias de visita de família, aí depende da rotina, amanhã mesmo eu não estou aqui, que eu vou para a Penitenciária, então é de acordo também com as necessidades da instituição. A gente vai se adequando.

Para exercer seu trabalho enquanto assistente social, a funcionária da ONG que trabalha no CR, não necessita estar todos os dias dentro da prisão. Dentre as suas atribuições, existem trabalhos que devem ser realizados fora dos muros do CR, como o atendimento às famílias, às amásias e a triagem realizada semanalmente em uma Cadeia Pública da Comarca. Assim, seus dias de trabalho não são necessariamente passados entre as grades do CR. Porém, em sua rotina de trabalho, o contato com os presos e seus familiares é constante.

As duas psicólogas da ONG também relataram os pormenores de suas rotinas dentro do CR e como é realizado o trabalho nesse local. Em suas falas, elas também deixam claro que existem dias que não passam dentro do CR, mas trabalham entre as grades de outras instituições penais - os Presídios e as Cadeias Públicas onde a triagem é realizada.

> [...] ela trabalha de manhã e eu trabalho à tarde e a gente se encontra por duas horas por período, das onze à uma. Ela sai às onze e eu entro à uma, então nesse momento a gente troca algumas informações e a gente acha isso importante porque antigamente não era assim. Mas na rotina existe um dia da semana que é sagrado, que nós vamos para [...], o acordo com a Secretaria, fechou a Cadeia Pública [...] tem esse acordo: uma vez por semana nós vamos, entrevistamos e o que vem para cá e o restante que não é favorável, eles vão para a Penitenciária. Então o restante dos dias é fazer inclusão desses que estão chegando, porque toda semana está chegando. Fazer inclusão, fazer o primeiro contato, fazer orientações e atendimentos de rotina mesmo que são as orientações porque às vezes a pessoa logo que ela chega aqui é um choque muito grande, então existem pessoas que precisam desse acompanhamento até ela se familiarizar, entender o que está acontecendo com ela [...] Nesse percurso tem pessoas que recebem condenação, a gente tem que trabalhar muito, porque por mais que eles estejam esperando é um choque entender tudo isso.

> [...] eventualmente nós fazemos grupos e a gente trabalha alguns temas, o último foi auto-estima, então nós fazemos um trabalho com os alojamentos, alojamento por alojamento, que nós achamos que é mais fácil um grupo menor [...]

O trabalho empreendido cotidianamente pelas psicólogas também não requer que elas estejam todos os dias no CR. Uma vez por semana elas se deslocam para uma Cadeia Pública juntamente com a assistente social e o Diretor de Segurança e Disciplina. Elas trabalham em horários alternados e utilizam a hora do almoço para dialogarem sobre o encaminhamento de seus atendimentos. Os atendimentos realizados vão desde trabalhos em grupo, até atendimentos para aqueles que são imputados a cumprirem penas no CR - com suas condenações recebidas; que passam para o regime Semi-aberto; que recebem a possibilidade de saída temporária, entre outras orientações que se fazem necessárias no dia-a-dia do CR.

Além dos funcionários ligados à ONG e da direção geral do CR, fizemos essa questão sobre a rotina aos funcionários ligados a SAP e que trabalhavam com a disciplina e a segurança do presídio. Assim, inferimos sobre a rotina do Diretor de Segurança e Disciplina e de dois Agentes de Segurança Penitenciária. De tal modo recebemos a resposta do Diretor de Segurança e Disciplina:

> A rotina diária, a gente chega de manhã, a gente faz atendimentos diários com os internos, nós despachamos os benefícios que vão ao Fórum, às terças-feiras a gente vai até [...] fazer entrevistas com os presos que estão na Cadeia Pública e no decorrer do dia a gente vistoria os setores, a gente anda por dentro da unidade para ver se está tudo em ordem, a gente orienta os Agentes para o trabalho, despacha quando o preso é do regime Semi-aberto para trabalhar [...] ou aqui na área externa e orienta os presos quando vão para o Fórum. Assina as saídas para o Fórum e outros serviços, incluem os presos quando chegam [...]. Todo esse procedimento é feito pela gente, fora outros.

O trabalho exercido diariamente pelo Diretor de Segurança e Disciplina relaciona-se com a coordenação do trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária, além das vistorias para garantir a ordem no local e a triagem. Fora o tempo em que se desloca para a Cadeia Pública a fim de fazer a triagem, em um dia da semana, o Diretor de Segurança e Disciplina passa cerca de dez horas diárias entre as grades e muros do presídio.

> P- Você entra e sai que horas daqui do presídio? Qual o seu horário de entrada e de saída?
> Do CR?
> **Eu entro por volta de oito horas da manhã e saio entre as dezessete e trinta e dezoito horas.**
> P- Todos os dias?
> **Todos os dias.** Aos domingos pelo menos uma vez por mês eu venho trabalhar no dia de visita aqui para dar plantão.

O Diretor de Segurança e Disciplina passa, portanto, cerca de cinqüenta horas por semana dentro da prisão. O tempo em que passa fora do CR corresponde a apenas um terço de seu dia.

Os Agentes de Segurança Penitenciária também passam boa parte de seus dias no interior do CR. A diferença entre eles e o Diretor de Segurança e Disciplina, é que esse diretor está no CR todos os dias, enquanto os Agentes de Segurança Penitenciária trabalham em turnos, como eles mesmos expõem:

> P- Você trabalha todo dia ou faz turno?
> Não, faço turno. Doze por trinta e seis.
> P- Você entra e sai que horas aqui do CR?
> Entro às seis da manhã e saio às dezoito horas.
>
> _____
>
> P- Você entra e sai que horas aqui do CR?
> Entro às seis e saio às dezoito.
> P- Todos os dias ou não?
> Dia sim, dia não.

Esses funcionários, portanto, trabalham a partir de turnos; não é todo dia que ficam em meio às grades da prisão, diferentemente do Diretor de Segurança e Disciplina, da Gerente da ONG, da direção geral e também dos funcionários da parte administrativa.

Em seu dia-a-dia na prisão os Agentes de Segurança Penitenciária têm, entre suas atribuições, que garantir a ordem do local. São eles que abrem e fecham as grades do CR, que liberam os presos para o trabalho, para irem ao refeitório e à quadra. Eles são os responsáveis pelos passos que os detentos dão de seus alojamentos, onde o circular não é restrito, para os espaços que necessitam de permissão para circular.

> Olha é uma coisa muito monótona, viu? Acho que em todo o sistema. Tem nossos postos predeterminados. Uma coisa entediante.

> Infelizmente o sistema faz com que a gente cai numa rotina terrível. É chegar de manhã, "bater chave", liberar preso para trabalhar, para almoçar, jantar e nada mais do que isso. É o nosso papel.
>
> _____
>
> Eu abro e fecho porta, revisto preso, faço revista diária. A gente vê parte de segurança, disciplina, revista de reeducando, ordem.

Os Agentes de Segurança Penitenciária em conjunto com o Diretor de Segurança e Disciplina são os sujeitos que trabalham diretamente com o disciplinamento dos corpos daqueles que estão encarcerados, ou como coloca Foucault (2002, p. 121): [...] A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço.[...]. É através da sua vigilância e das restrições que impõem cotidianamente, que os encarcerados são disciplinados, acostumando-se muitas vezes a andar somente onde lhes é permitido.

Mas, ao mesmo tempo em que exercem relações de poder para com os detentos, disciplinando seus corpos, eles mesmos têm seus corpos disciplinados, pelo horário de entrada, pelas prestações de contas com seus superiores, pela rotina estabelecida e cumprida rigorosamente. Acerca desse disciplinamento coloca Foucault (2002, p. 118):

> [...] movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. [...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". [...]

Os corpos dos funcionários e gestores do CR são maquinarias disciplinadas e ao mesmo tempo disciplinadoras de outros corpos – os dos próprios encarcerados. Tendo seu espaço restrito, sua movimentação vigiada, como se dá o cotidiano desses presos? Até que ponto eles conseguem encontrar fissuras na maquinaria disciplinadora e até que ponto seus corpos são realmente docilizados?

Levamos em conta possibilidades dos detentos encontrarem fissuras nas relações de poder que tendem a discipliná-los, visto que além do poder exercido a eles, há um contra-poder que os presidiários podem vir a exercer. Esse contra-poder seria, nas palavras utilizadas por Foucault (2005, p. 96) ao relatar a chamada *lettre – de – cachet,* uma ordem que o soberano poderia dar a outrem:

> [...] De forma que a *lettre – de – cachet* se apresenta, [...] investida de uma espécie de contra-poder, poder que vinha de baixo e que permitia a grupos, comunidades, famílias ou indivíduos exercer um poder sobre alguém. Eram instrumentos de controle, de certa forma espontâneos, controle por baixo, que a sociedade, a comunidade, exercida sobre si mesma. [...]

Assim, ao mesmo tempo em que existe uma relação de poder exercida pelos funcionários para com os presidiários, esses podem exercer um contra-poder, um controle sobre si mesmos dentro do cotidiano estabelecido, que rebate o controle hierárquico. Ele é estabelecido através de micropoderes que governam o tempo dos presidiários, seu ir e vir e suas atitudes dentro CR, ou nas palavras de Câmara (2001, p. 155):

> [...] As instituições se responsabilizam pelo uso do tempo dos indivíduos e de toda a sua dimensão temporal. [...] Os seus dirigentes adquirem um micropoder, semelhante ao judiciário, de punir e premiar, estabelecer normas, criar regimentos, aceitar ou expulsar pessoas [...]

Sabendo que as relações de poder não são unilaterais e que existem contra-poderes que se contrapõe e rebatem os poderes vindos de cima, pensarmos o cotidiano desses presos e contrapô-los ao exercício de dominação do tempo e vigilância realizados pelos funcionários, nos esclarecerá como essa dinâmica de disputas e contradições pode se dar dentro do CR.

As questões relativas ao dia-a-dia dos encarcerados se enveredaram por temas sobre o trabalho encarcerado, a escolarização dentro do CR, as visitas, os cultos religiosos, o lazer e, propriamente, a rotina diária de cada um. Além disso, eles fotografaram lugares e pessoas no CR que lhes são significativas. Não exploraremos as imagens postas, mas sim o discurso sobre essas imagens.

Explorando sobre o dia-a-dia dos detentos, obtivemos as seguintes respostas:

> P- Como é a sua rotina aqui no CR? A rotina de estar preso?
> A rotina de estar preso, eu vou falar para você, em dia de semana até que é um pouco corrido. A semana passa rápido de segunda a sexta. Você trabalha e tem a escola, volta tem o evangelho, que é a Igreja.
> _____

P- E você poderia falar qual é a sua rotina aqui dentro? Como ela é?
Eu levanto cedo, vou para a escola, volto, faço faxina, vou para o sol, volto, faço boné, que eu faço artesanato também, vou para o almoço, volto, descanso, quer dizer, durmo, aí depois eu fico andando por aí até as cinco de novo, aí faço faxina.

_____

P- E como é sua rotina aqui dentro?
Normal. Vou para a escola, aí faço faxina de manhã, depois vou jogar um futebol na parte da tarde.

_____

P- Você pode falar um pouquinho sobre como é a sua rotina aqui dentro?
A minha rotina aqui é fazer faxina de manhã, depois eu jogo bola e depois eu faço faxina a tarde, só.

_____

P- Como é a sua rotina diária aqui?
Eu trabalho de dia e de noite faço uns trampinhos[50] manuais: cestas, uns negócios que aprendi a fazer na FEBEM.

_____

P- E você pode falar um pouco sobre a sua rotina? Como é sua rotina aqui dentro?
Aqui de dia semana eu acordo às seis horas, que é a hora da contagem. Vou, tomo um banho e aí começo fazer o manual, que é o boné. Depois, lá pelas oito eu vou para a [...] trabalhar, paro às onze para ir para o almoço, volto uma hora, aí fico até as cinco. Depois das cinco faço mais um pouco de boné, assisto um pouco de televisão, vou para a escola e volto.

_____

P- E qual é a sua rotina aqui?
Faço boné o dia inteiro, jogo bola, durmo e por aí vai.

_____

P- E você pode falar um pouco como é a sua rotina diária, da cadeia?
Agora não tem como falar muito porque eu estou na rua, então dia de sábado eu venho, bem dizer véspera de visita, dia de descansar da semana que eu trabalhei, no domingo a visita e na segunda-feira eu vou para a rotina do trabalho na rua.
P- Você levanta cedo, vai para a rua e volta que horas para cá?
Volto às sete horas.
P- Volta só para dormir?
Só para dormir.

_____

P- Qual a sua rotina aqui?
Trabalho de dia e durmo a noite.

_____

[50] Gíria utilizada para designar trabalhos manuais.

> P- Como que é a sua rotina aqui no CR?
> Eu levanto, vou para o trabalho, chego, tomo banho e vou dormir. Todos os dias, só muda no sábado. Daí a gente tem menos tempo de trabalho, a gente trabalha só até as onze e meia da manhã, aí a gente tem o dia para jogar futebol, fazer uma coisa diferente, tem o culto, aí vem umas pessoas fazer o culto aí.

A maioria dos encarcerados segue as normas preestabelecidas pelo CR. Eles ocupam seu dia-a-dia com trabalho, educação, cultos religiosos, lazer e trabalhos artesanais como a confecção de bonés de lã a fim de comercializar. Apenas dois dos presos responderam que somente dormem e comem.

> P- Como é sua rotina aqui?
> Na verdade, bóia, burra e só. Durmo e como.
> P- Você pode explicar para mim? Bóia é comida, e burra?
> É a cama.
>
> _____
>
> P- Como é a sua rotina diária aqui?
> Durmo, só durmo.

Levando em conta o baixo número entre os presos pesquisados que no seu cotidiano não seguem as normas do CR, averiguamos que possivelmente não existe um contra-poder formado entre a massa carcerária que lá se encontra. Não há necessariamente um poder estabelecido de baixo que se confronta com o poder constituído pelos funcionários. Não conseguimos observar ações coletivas de resistência frente à ordem estabelecida. Bernardo (1998, p. 08) ao relatar acerca dos conflitos sociais e as formas de luta e contestação, esclarece que essas resistências dividem-se entre ativas e passivas e entre individuais e coletivas, podendo combinar-se de várias formas. Para o autor: "[...] Assim, por exemplo, a preguiça, em todas as suas inúmeras variantes, é uma forma de contestação *individual* e *passiva.*[...]". As resistências contra a disciplina estabelecida se mostram, portanto, enquanto resistências individuais e passivas no CR. Percebemos, portanto, que a maioria dos detentos obedecem as ordens, sendo que alguns internalizam o discurso institucional.

Sendo a maioria dos pesquisados obedientes às regras, poderíamos inferir que o disciplinamento de seus corpos ocorre quase de forma exemplar, não fosse os poucos que disso escapam e, além disso, o bom comportamento se dá também

pelo medo que os presos têm de serem transferidos do CR para outros presídios, visto que essa prática se constitui nessa instituição como uma punição exemplar àqueles que saem das regras. Mas, se olharmos mais atentamente às razões que os levam a estudar, por exemplo, descortinaremos que para determinados sujeitos que estão encarcerados, a freqüência às aulas dentro do CR não se dá simplesmente por uma vontade de aprender, mas como colocou um dos presos, para "matar cadeia":

> P- Porque você estuda?
> Para falar a verdade é para matar a cadeia mesmo, para passar o tempo, não arrumar briga, para esquecer o mundo lá fora. Se for para se preocupar lá fora, nós vamos acabar pirando a cabeça, arrumando confusão. Nós seguimos em frente.

Assim para esse preso, o freqüentar a escola não trava uma relação com o querer aprender ou com querer completar os estudos; mas sim com passar o tempo do aprisionamento de maneira mais calma, com o esquecimento da vida que transcorre fora das grades.

Metade dos presos pesquisados não freqüentam a escola dentro do CR e, assim sendo, continuarão com a sua escolaridade inacabada. Possivelmente não terminarão seus estudos após saírem. Um dos presos, que estudava no CR, ao realizar o trabalho fotográfico, utilizou como cenário a sala de aula instalada nessa instituição.

Relatou, posteriormente que, havia tirado essa fotografia porque: “Ah, a educação né, é uma oportunidade para você ir trampar e ir aprendendo mais.”. Dessa forma, enquanto uns utilizam-se do tempo da sala se aula para “matar cadeia”, outros acreditam que seguindo seus estudos, poderão conseguir além de mais conhecimento, possibilidades de emprego. Apenas um dois dos presos pesquisados afirmaram que não trabalhavam dentro do CR, sendo que um deles havia trabalhado durante um tempo em uma fábrica instalada na instituição.

Ao tratar da questão do trabalho encarcerado, a Lei de Execução Penal, prevê em seu Art. 28, que: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.”. Assim, o trabalho encarcerado é, do ponto de vista legal, um pressuposto para educar o condenado, tornando-o digno de viver em sociedade e, esse trabalho, deve dar ao condenado uma formação profissional, conforme exposto na LEP, através do Art. 34. “O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.”.

Todo trabalho carcerário efetuado dentro do CR é chamado de “Laborterapia” e seria uma forma de tratar o criminoso, de ressocializá-lo. Dessa forma, a proposta de terapia através do trabalho posta pelo CR conjuga-se com a LEP, na medida em que visam o resgate da dignidade humana do encarcerado, preparando-o para o mercado de trabalho. Mas há de se questionar se o trabalho realizado dentro do CR realmente cumpre o que expõe em discurso.

Dentro do CR quatro dos presos trabalham nas fábricas, três na faxina, um na lavanderia, um na cozinha e um preso do semi-aberto trabalhava em uma escola da cidade. Nenhum dos presos que entrevistamos trabalhava na área administrativa.

Há uma diferença entre os presos que trabalham na área administrativa da prisão, seja servindo café ou mesmo auxiliando nos serviços administrativos, e os que trabalham na faxina, cozinha ou lavanderia. Os que trabalham na área administrativa são todos brancos e pouco se utilizam de gírias para se comunicar, enquanto aqueles que trabalham nessas outras áreas acima citadas são, em sua maioria, negros e comunicam-se utilizando de muitas gírias.

Ao tratar da questão do trabalho interno na Casa de Detenção de São Paulo, e da seleção realizada pela administração para eleger aqueles que trabalhariam nos serviços burocráticos, Ramalho (2002, p. 121) elenca que essa escolha era realizada pelo delito cometido.

> [...] A seleção dos presos para desempenho dessas tarefas, por parte da administração, variava conforme o tipo de delito do qual o preso era acusado. O delito em que estava enquadrado e o passado do preso caracterizavam sua "periculosidade" e informavam se ele estava apto ou não para ser requisitado pela administração.[...]

A seleção dos presos que vão trabalhar nos setores como administração e lavanderia é realizada pelo Diretor de Segurança e Disciplina, enquanto que os trabalhadores das fábricas são encaminhados pela ONG, assim como afirma o Diretor de Segurança e Disciplina:

> [...] A gente só encaminha presos para o setor de lavanderia, esse é um encaminhamento que eu faço, encaminhamento para o setor de administração, encaminhamento para o setor de área externa que são os presos do regime Semi-aberto. [...]

Dessa forma, o Estado - na figura do Diretor de Segurança e Disciplina - é quem "escolhe" aqueles que servem para trabalhar nas várias funções de prestações de serviços dentro do CR e, através das nossas observações nessa instituição, e vendo que durante todo o tempo da pesquisa não era mudado o padrão de quem trabalhava na área administrativa apesar da grande rotatividade existente pelas saídas e transferências dos presos, chegamos a conclusão de que os presos são escolhidos para trabalhar nas referidas áreas através de seus esteriótipos e não como acontecia na Casa de Detenção de São Paulo, onde a "periculosidade" era o critério. Deste modo, no CR, apesar da premissa de humanização no tratamento ao preso, as práticas para delimitar em que local cada preso deve trabalhar segue a premissa do "tratamento desigual aos desiguais".

Os presos que trabalham na faxina, na cozinha e na lavanderia, relataram acerca do trabalho desempenhado dentro do CR.

> P- Você trabalha aqui dentro?
> Trabalho.

P- Onde você trabalha?
Na lavanderia.
P- Há quanto tempo você trabalha na lavanderia?
Vai fazer sete meses que um mês eu fiquei parado. Agora fez sete já.
P- E qual o salário que você recebe?
Nós ganhamos juntando com as firmas aí. Nós tiramos um pouquinho de cada firma para a gente.
P- E dá quanto mais ou menos por mês?
Dá uns vinte reais, trinta reais, não tem quantidade certa.

Esse detento resolveu fazer seu trabalho fotográfico mostrando seu local de trabalho, ressaltando em sua fala que a escolha da foto se deu pelo fato da lavanderia ser o local onde ele passa a maior parte de seu dia.

Para esse preso essa fotografia é significativa porque:

> É o setor onde a gente trabalha, onde a gente passa a maioria do dia, esquece das coisas porque é um trabalho corrido. Estende, põe, já vai recolher, vai passar a roupa, tem que fazer de tudo, então aí é o nosso passa tempo, onde fica só em quatro trabalhando. Aí a gente fica conversando, joga um baralhinho para desbaratinar a cadeia, passa o tempo.

O trabalho na lavanderia para esse detento não representa simplesmente uma forma de sobrevivência, visto que seu salário é irrisório; mas sim uma maneira de ocupar seu tempo enquanto encontra-se encarcerado. Outros dois detentos que trabalham na faxina expuseram alguns dados acerca dessa função desempenhada dentro do CR.

P- Você trabalha aqui?

Trabalho.
P- Trabalha onde?
Eu estou trabalhando na faxina da galeria.
P- Há quanto tempo você está trabalhando?
Desde que eu cheguei.
P- Qual é o salário que você recebe?
Aqui ou lá fora?
P- Aqui.
Sessenta reais.

_____

P- E você trabalha aqui dentro?
Trabalho.
P- Trabalha onde?
Na faxina.
P- E há quanto tempo você está trabalhando aqui dentro?
Desde quando eu cheguei.
P- E qual o salário que você recebe pela faxina?
Entre vinte e vinte e cinco reais por mês.

Os baixos salários dos detentos que trabalham em serviços internos do CR, como faxina, lavanderia e cozinha, se deve pelo fato de que tais remunerações provem de um "rateio" efetuado pela ONG entre os presos, como já citado anteriormente. Não conseguimos observar como esses trabalhos desempenhados no interior do CR com pagamentos de valores ínfimos conseguem ressocializar o detento, resgatando sua dignidade e preparando-o para o mercado de trabalho após a saída do cárcere.

Além desses presos que trabalhavam em serviços internos como a faxina, a lavanderia e a cozinha, entrevistamos detentos que trabalhavam em firmas instaladas dentro do CR.

P- Você trabalha aqui?
Trabalho.
P- Onde?
Na [...][51].
P- Há quanto tempo você trabalha na [...]?
Dois meses.
P- E qual o salário que você recebe?
Uns cento e cinqüenta reais.

_____

P- E você trabalha aqui dentro?
Trabalho.

[51] Nome da fábrica retirado para não identificação do local. Segundo a gerente da ONG, existem cinco empresas trabalhando no CR: uma de fabricação de pastas, uma de fabricação de cadeiras, uma do segmento de concreto, uma de fabricação de caixas. Não nos foi relatado em que segmento trabalhava a quinta empresa.

> P- Trabalha onde?
> Na [...]. Eu estava até trabalhando agora, mas você me chamou para a entrevista.
> P- E há quanto tempo você está trabalhando aí na [...]?
> Ah, quase desde quando eu cheguei. Uns oito meses. Porque nos três meses antes eu trabalhava no doce que tinha aqui.
> P- E o que você faz lá na [...]? O que a [...] faz?
> É pasta, aquela pasta de escola, aquelas de grampo.
> P- E qual o salário que você recebe para trabalhar lá?
> É por produção. Depende do tanto que o serviço rende, como rende a produção lá dentro.
> P- Por mês qual é a média?
> Se você trabalhar bastante tira uns duzentos reais, duzentos e cinqüenta, mas não tem um preço certo, depende da produção.
>
> _____
>
> P- E você trabalha aqui?
> Trabalho.
> Onde?
> Na [...]
> P- Quanto você recebe de salário por mês?
> Cento e setenta.
>
> _____
>
> P- Você trabalha aqui dentro do CR?
> Sim.
> Onde?
> Aqui dentro não, na firma, na [...][52].
> P- De quanto é o salário que você recebe?
> Por enquanto está saindo cento e setenta, livre.
> P- Você trabalha quantas horas por dia mais ou menos?
> Eu entro as sete e meia e saio as vinte para as cinco.

O trabalho prisional nas fábricas dentro do CR ocupa a maioria do tempo dos encarcerados que trabalham nesses lugares. Fábricas como as que fazem as pastas e que trabalham por produção tomam ainda mais tempo; pois, os detentos levam trabalho para seus alojamentos a fim de receberem mais. Segundo Foucault (2002, p. 203-204), o trabalho prisional tem como função "ocupar" o tempo dos detentos:

> O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. A prisão não é uma oficina; ela é, ela tem que ser em si mesma uma máquina de que os detentos- operários são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos; ela os "ocupa" [...]

[52] A referida firma está instalada no entre-muros do CR.

E, ainda:

> A utilidade do trabalho penal? Não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção.

Concordamos com Foucault que o trabalho prisional não tem como premissa a formação de uma habilidade útil, visto que os relatos, tanto dos funcionários (embora em seus discursos também postulem o trabalho como terapia de recuperação) como dos encarcerados, nos mostram que o trabalho realizado nas fábricas existentes no CR, são atividades baseadas em busca de mão-de-obra barata, onde não há interesse em qualificar o trabalhador, mas sim de obter uma maior lucratividade a partir desse trabalho. Acerca dessa questão a direção local do CR relatou:

> P- Porque essas empresas se interessam em ter oficinas no CR?
> Para obter vantagens como o pagamento, eles têm isenção dos encargos sociais, e isso daí onera muito o trabalho para eles e essa facilidade e também da mão-de-obra estar à disposição [...]

Os detentos do CR passam grande parte de seu dia-a-dia trabalhando nas fábricas, ganhando muito pouco por isso. As atividades laborais desempenhadas por eles não requerem qualificação e, portanto, ao saírem do CR não terão em seus horizontes a possibilidade de tentar um trabalho qualificado. Não têm escolarização e o trabalho desempenhado, ao contrário do que rege os discursos sobre a "Laborterapia", não desempenha um papel terapêutico - além do estigma que lhes será imputado. Assim, como coloca Foucault, esses detentos saem do CR ajustados a um aparelho de produção. Talvez a única vantagem para os detentos em trabalhar nessas fábricas é a remição de pena – a cada três dias trabalhados um dia é reduzido da pena - e a possível avaliação positiva do juiz sobre o detento que trabalha, em caso do julgamento. Nos colocando sobre as "vantagens" das empresas estarem instaladas no CR, a direção local expôs:

> [...] é muito vantajoso para as empresas e para nós mais ainda porque o reeducando além de trabalhar, ele tem a remição de pena, a cada três dias trabalhados diminui na pena deles, então isso daí é muito importante para eles e eles sabem que se eles estiverem trabalhando é até um julgamento diferente mediante ao juiz.

Enquanto para os presos, o trabalho encarcerado mostra-se como uma possibilidade de diminuição da pena e uma avaliação positiva do juiz, para as fábricas instaladas no local, é extremamente interessante trabalhar com a mão-de-obra encarcerada. Afinal, as empresas contratantes são isentas de estabelecerem vínculo empregatício com os presos, além de não terem que pagar os encargos sociais. Ou como posto pala FUNAP[53] (Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel") :

> As empresas que alocam mão-de-obra prisional não possuem vínculo empregatício com o trabalhador que está em cumprimento de sua pena, não incidindo sobre o salário os encargos sociais.[54]

Os presos não trabalham em regime CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) - pois o vínculo entre o empregado e o empregador é estabelecido através da LEP - não gozam de direitos trabalhistas, recebem como base de pagamento um salário mínimo quando o contrato não for por produção - o que pode reduzir esse salário.

Wacquant (2001, p. 97) estabelece uma ponte entre o encarceramento em massa e o trabalho carcerário, mostrando como, ao saírem das prisões, os detentos não têm possibilidades de buscar um trabalho que não seja aviltante.

> [...] Daí o segundo efeito do encarceramento em massa sobre o mercado de trabalho [...], que é o de acelerar o desenvolvimento do trabalho assalariado de miséria e da economia informal, produzindo incessantemente um grande contingente de mão–de-obra submissa disponível: os antigos detentos não podem pretender senão os empregos degradados e degradantes, em razão de seu status judicial infamante. [...]

Sabendo que o CR nasce no bojo da política de mais encarceramento posta pelo PSDB no Estado de São Paulo e que tem como proposta a busca pela ressocialização pautada, entre outras coisas, na "Laborterapia" que nada mais é do que a instalação de fábricas que buscam mão-de-obra barata. Os detentos que lá se encontram trabalhando nas fábricas, ao saírem, provavelmente, ocuparão os

[53] No Estado de São Paulo, as empresas são instadas a instalarem-se nas prisões por intermédio da FUNAP.
[54] Retirado de: http://www.funap.sp.gov.br/. Acesso: 04/03/2008.

postos que lhes é destinado e a que já se acostumaram durante seu tempo passado no cárcere: trabalhos desqualificados e por vezes inseridos na ilegalidade.

Além do trabalho nas fábricas instaladas no CR e dos trabalhos na prestação de serviços dentro da instituição, como a faxina, a cozinha e a lavanderia, os detentos do local também trabalham com artesanato, além de alguns dos presos do Semi-aberto trabalharem na cidade.

Sobre o artesanato realizado por alguns dos presos, obtivemos relatos de dois presos que fazem bonés de lã no CR para venderem. Um deles já havia trabalhado em uma das fábricas instaladas no CR, mas no momento da pesquisa só fazia bonés de lã. Segundo um dos detentos, os bonés são vendidos na rua e dentro do CR:

> P- Esses bonés que você faz você vende? Vende aqui dentro mesmo?
> Vendo. Vendo para a rua também.
> P- Quanto você recebe por cada um, mais ou menos?
> Quinze reais.

Assim, mesmo não trabalhando nos outros locais acima citados, existem presos no CR que trabalham de forma autônoma, obtendo recursos financeiros através de trabalhos manuais. Para além desses trabalhos realizados nos alojamentos, há uma oficina de trabalhos manuais que foi retratada por um dos presos.

Relatando porque havia escolhido essa imagem dentre tantas existentes no CR para representar a instituição, o detento respondeu:

> P- E sobre a fotografia, por qual motivo você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
> Por que eu acho muito legal esse trabalho que o pessoal faz.
> P- Você faz esse trabalho?
> Esse não, eu faço boné.

Assim, o detento que tirou essa fotografia, a escolheu para representar o CR, por gostar do trabalho artesanal que outros presos fazem. Podemos inferir que, pelo fato dele também trabalhar com atividades artesanais, ele se sente representado pelas afinidades existentes entre esses dois trabalhos.

O detento do Semi-aberto que trabalha fora das grades do CR nos colocou que trabalhava em uma escola estadual da cidade e que não recebia salário pela atividade empreendida.

> P- Você trabalha aonde na rua?
> Trabalho numa escola.
> P- Quanto tempo você trabalha lá?
> Dois meses.
> P- E qual o horário do seu trabalho?
> Das oito às cinco.
> P- Você recebe salário?
> Não.
> P- Nem do "rateio"?
> Só do rateio.

Esse trabalho realizado pelo detento do Semi-aberto não é remunerado; é considerado por lei como prestação de serviços à comunidade como posto pelo Art. 30 da LEP: "Art. 30. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.". Esse preso, assim como aqueles que trabalham na prestação de serviços, recebe uma quantia todo mês que advém do "rateio".

O contingente de presos do CR que trabalham é alto, segundo a Gerente da ONG:

> A maioria trabalha. Nós temos aqui, de uma população de 185. Estava variando de 185 a 190, o último mês. [...]. No último relatório que chegou aqui são 157 trabalhando. [...]

Por tudo visto, consideramos que para esses presos é importante trabalhar devido à remição da pena e também porque o trabalho é um fator que influencia na percepção dos gestores locais sobre os encarcerados, aqueles que trabalham

são bem vistos pela administração e, assim, torna-se mais difícil uma possível transferência por punição. Ao trabalhar, os presos mostram-se adaptados e adequados aos moldes do CR.

Uma questão importante da rotina desses presos é a religião e os cultos que ocorrem no local. Cinco dos presos pesquisados afirmaram ter alguma ligação religiosa. Três se colocaram enquanto evangélicos e dois como católicos. É importante colocar que não questionamos se os presos tinham religião, mas se participavam de algum grupo religioso dentro do CR.

> P- Você freqüenta algum grupo religioso aqui?
> Então, quando tem missa aqui eu vou, mas nas missas só.
>
> _____
> P- E aqui dentro você freqüenta algum grupo religioso?
> Não. Só vou de vez em quando no culto.
> P- Mas é católico ou evangélico?
> Evangélico, mas às vezes também vem padres rezar missa aqui.
> _____
>
> P- Você vai no culto?
> Vou.
> P- Você é evangélico?
> Sou.
> P- Você virou evangélico aqui dentro ou já era lá fora?
> Eu já ia para a igreja coma minha mãe.
> P- O culto aqui é quantas vezes por semana?
> Eles vem quarta e sábado, mas eu só posso ir de sábado, porque de quarta eu trabalho.

Uma das declarações de um dos detentos que se tornou evangélico no CR, se revelou extremamente interessante, pois não relata somente os dias de culto ou sobre seu batismo e o "aceitar Jesus", mas mostra muito como os cultos podem ser importantes para ocupar o tempo desses detentos.

> P- Você se tornou evangélico aqui dentro?
> É. Fui batizado no evangélico, quando eu aceitei Jesus. Fui batizado no evangélico.
> P- E faz quanto tempo que você virou evangélico aqui?
> Seis meses.
> P- E de quando é o culto?
> Quarta e sábado. Sábado de manhã, sábado à tarde e sábado à noite. **Então até de sábado você faz o dia também, você aproveita o dia.**
> A gente faz entre a gente, não fica olhando para a televisão porque bate uma agonia, uma tristeza. Dá um desespero, você olha para as quatro paredes, vê que não tem saída, pensa em fazer besteira, então se você está na rotina a semana inteira, trabalha, volta, estuda, tudo,

> quando voltar vai jogar um baralho para dormir, **é só assim, para passar a cadeia, não tem a mente para ocupar, a mente vai acabar usando droga, vai acabar brigando com os outros.**

Dessa forma, esse detento nos mostra que, para além de um rito de fé, o culto religioso pode ser considerado, no âmbito de uma prisão, como um ponto de fuga, um local onde se possa "ocupar a cabeça". Ao sair da rotina de trabalho da semana, esse detento "ocupa sua mente" com a rotina dos cultos nos finais de semana, evitando, como nas palavras correntes em meio às grades, que sua mente vire "oficina do diabo".

Nos finais de semana, além dos cultos há o dia de visitas, onde os parentes dos encarcerados dirigem-se até o CR. Nesse dia, aos domingos no CR e aos sábados na Penitenciária, saem ônibus do Terminal Urbano diretamente para esses locais. Muitas mulheres e crianças dirigem-se a essas instituições durante os finais de semana para verem seus familiares presos. Durante uma ida ao CR para pesquisa em um sábado pudemos observar, na volta à cidade, uma grande movimentação na Penitenciária ao lado da instituição pesquisada: era dia de visita nesse presídio. O ônibus que nos levava ao Terminal Urbano da cidade estava abarrotado de mulheres das mais variadas idades, além de crianças. O encontro semanal com parentes representa um contato importante para os presos, como coloca Lemgruber (1983, p. 47):

> A importância do contato com a família é múltipla – ela representa antes de mais nada, o vínculo com o mundo exterior e, quando este vínculo não pode ser mantido, acarreta imenso sofrimento: - "Quem não tem família ou quem não recebe visita da família vive aperreada na cadeia".

Dos entrevistados, todos declararam que recebem visitas no CR. Os presos pesquisados, portanto, em alguma medida, mantêm vínculo com o mundo exterior à prisão a partir das visitas.

> P- Você recebe visita aqui de final de semana?
> Recebo. Vem minha esposa, minhas filhas, meu pai. De vez em quando vem minha irmã, mas minha irmã é meio difícil de vir porque ela não gosta da revista aqui não.
>
> ———————
>
> P- Você recebe visita de fim de semana?
> Recebo.

P- Quem vem te visitar?
Minha mãe, minha irmã.
P- Elas vêm todo final de semana?
Todo final de semana.

_____

P- Você recebe visita de final de semana?
Recebo.
P- Quem vem te visitar?
Minha esposa.

_____

P- Você recebe visitas de final de semana?
Recebo.
P- Quem vem te visitar?
Minha mãe e minhas irmãs.

_____

P- Você recebe visita todo final de semana?
Recebo.
P- Quem vem te visitar?
A minha mãe e o meu pai.
P- Eles vem todo final de semana?
Todo final de semana.

_____

P- Você recebe visitas de final de semana?
Recebo.
P- Seus parentes vem todo final de semana te visitar?
Todo final de semana.

_____

P- Você recebe visita de fim de semana?
Recebo. Recebo quase todo domingo.
P- Quem vem te visitar?
Vem minha mãe, minha irmã. Tem uma pessoa que é de menor, só que não pode. Estou trocando só uma idéia, é menor, mas por pouco tempo. Já está para ficar de maior, já.

_____

P- Você recebe visitas aqui de fim de semana?
De quinze em quinze dias a minha mãe vem me ver.

_____

P- Você recebe visitas de final de semana?
Recebo.
P- Seus familiares?
Isso.
P- Eles vem todo final de semana?
Vem.

_____

P- Você recebe visitas aqui de final de semana?
Recebo.
P- Quem vem te visitar?

> Mais a minha esposa mesmo.
> _____
>
> P- Você recebe visita aqui de final de semana?
> Recebo.
> P- Quem vem aqui te visitar?
> Minha esposa, minha mãe, meus filhos.
> _____
>
> P-E você recebe visitas de final de semana?
> Todo fim de semana, graças a Deus.
> P- Quem vem te visitar?
> Normalmente a minha esposa e de vez em quando vem minha mãe.
> P- A sua filhinha também vem?
> Vem.

Os relatos dos presos nos mostram duas coisas: uma é que além de todos receberem visitas, elas são realizadas quase todos os finais de semana; outra é que a grande maioria das pessoas que vão visitar os presos é mulher; sejam elas mães, esposas ou namoradas, sendo que muitas esposas, namoradas ou as chamadas amásias levam consigo os filhos resultantes da união afetiva entre elas e seus companheiros encarcerados. Assim como coloca Perrot (2001, p. 219) ao relatar sobre a circulação das mulheres na cidade de Paris: "[...] Na cidade do século XIX, a mulher é o espetáculo do homem.", nos dias de visita no CR, as mulheres são também o espetáculo dos encarcerados, pois são elas que estão lá presentes, circulando nesse espaço onde durante toda a semana, circulam em sua grande maioria, homens.

Uma das possíveis razões para ocorrer esse "espetáculo feminino" nos dias de visita deve-se ao fato de que o "cuidar" dos filhos e maridos é posto como uma função das mulheres. Enquanto para os encarcerados lhes é imputado o aprisionamento, para as donas-de-casa, companheiras dos encarcerados, lhes é imputada a missão de cuidadora dos filhos e esposos. Perrot (2001, p. 214) expõe como as mulheres, donas-de-casa, têm historicamente, funções pré-estabelecidas:

> A dona-de-casa está investida de todos os tipos de função. Primeiramente, dar à luz e criar filhos, que leva consigo e, a partir do momento em que sabem andar, acompanham-na por toda parte. [...]. Segunda função: a manutenção da família, os "trabalhos domésticos", expressão que tem um sentido mais amplo, incluindo a alimentação, o aquecimento, a conservação da casa e da roupa, o transporte de água etc. [...]

Embora Perrot esteja falando das mulheres do século XIX na cidade de Paris, podemos correlacionar esse comportamento, ao comportamento das mulheres brasileiras no século XXI, pois, levamos em conta que nossa sociedade continua patriarcal[55] e estabelece papéis definidos aos homens e mulheres. Nesse sentido, as mulheres brasileiras continuam desempenhando o papel da cuidadora, ou seja, daquela que é responsável pelos cuidados com a família, com os filhos e marido. Assim, elas enchem os pátios do CR nos dias de visita, levando comida e atenção aos seus filhos e maridos presos. Levam também os filhos dos presidiários para esses visitarem seus pais, colorindo o pátio com a algazarra das crianças.

A rotina dos encarcerados não se faz somente de trabalho, religião, visitas, etc., mas muito da sua rotina é travada pelo contato com os funcionários e principalmente com os outros presos. Essa relação dos detentos com seus pares ficou registrada pelo olhar de três presos que, ao escolherem uma imagem para representar o CR, elegeram como cenário outros presos e o alojamento.

P- Porque você escolheu essa imagem para representar o CR?
Eu escolhi essa imagem porque são os companheiros que eu moro junto, então para mim é uma família. Então a forma que eu tive de representar nessa foto foi os caras que eu convivi direto, que eu fico lá direto com os caras.

[55] Entendemos o patriarcado como uma relação de dominação do homem sobre a mulher instalada historicamente na sociedade brasileira. O patriarcado, faz parte de um tripé antidemocrático, onde se assenta a sociedade brasileira, ou, nas palavras de Saffioti (2004, p. 49): "[...] a sociedade brasileira repousa sobre um tripé contraditório, que inclui relações de gênero com primazia masculina, racismo contra o negro e relações de exploração –dominação de uma classe social sobre outra, em detrimento dos menos privilegiados, e que esses fatos são antidemocráticos. [...]"

P- E que situações vivenciadas aqui dentro você lembra quando vê essa foto?
Não tenho como explicar não.
P- Não? Essa foto que você tirou dos seus amigos não te remete à nada?
Se me lembra?
P- É . Situações aqui dentro da cadeia.
Eu tirei foto dos caras que são companheiros meu. Eu convivo com os caras lá direto, todo dia, então foi a forma que eu tirei essa foto.

P- Porque você escolheu essa foto para representar o CR?
São os moleques que moram comigo e, principalmente os mais ligados a mim.
P- Vendo essa fotografia que situações vivenciadas aqui dentro você lembra?
Preso, principalmente preso. Sofrimento, como um deles da foto estava no Semi-aberto, foi a primeira saidinha mas, infelizmente chegou mais uma cadeia dele de dois anos, fechada.

P- Por que motivo você escolheu essa imagem para representar o CR?
Porque aí é o alojamento onde eu moro e, é o seguinte: por mais que a gente está preso aqui nesse lugar, isolado do mundo, é a amizade, a cooperação e o companheirismo que ajuda bastante para a gente ir matando o tempo aí e vencendo essa cadeia. Um ajudando o outro, um dando força para o outro. Por isso que eu escolhi os rapazes que moram comigo para a gente estar tirando essa foto aí, para mostrar a união que a gente tem aqui, apesar de estar nesse lugar.
P- E o que representa essa foto para você?
Como eu disse para a senhora, para mim representa união, uma certa união entre a gente, apesar de estar preso, por isso que eu já tirei dentro da cela.

Para esses detentos a rotina diária é permeada pela convivência com os presos que "moram" com eles, ou seja, que dividem os alojamentos. São considerados como "companheiros", "família"; a vivência entre esses presos e aqueles que dividem os alojamentos é marcada, segundo suas falas, pela amizade. É através dos companheiros de alojamento que eles conseguem "vencer a cadeia" e que têm o apoio necessário que perderam por causa dos muros e que só conseguem resgatar por poucas horas nos fins de semana, durante o horário de visita.

Para Coelho (1987, p. 63) a trajetória dos presos no encarceramento, é vivida por um aprendizado no que ele chama de "sociedade dos cativos"; faz-se necessário, para os presos, aprender uma série de regras e normas de convivência para manterem-se nesse universo.

> [...] Ainda assim é possível à média dos internos "tirar cadeia" em relativa segurança: basta que se tornem membros competentes desta sociedade *sui generis*[56], observando seus códigos, valores, normas e hábitos e aprendendo a gramática de sua articulação. [...]

Pelos discursos expostos dos presos sobre os "moradores" de seus alojamentos e pela concepção de que esses são, dentro do CR, sua família, podemos inferir que esses homens encarcerados têm essas normas incorporadas, conseguindo movimentar-se entre a massa encarcerada, tendo sua identidade dentro da prisão reconhecida pelos seus pares. A partir do momento em que esses presos se consideram enquanto uma família, eles se reconhecem enquanto grupo por estarem na mesma situação; ou seja, em meio às grades, com seu ir e vir restrito, conseguem dividir suas experiências e "tirar cadeia" com mais tranqüilidade.

II. XIII- ***"[...] você tem que saber com quem anda, porque tem uns aí que atrapalha a gente [...]";"Eu os trato com muita dignidade, com muito respeito [...]"; "[...] sempre tem um para dar problema, né? Aí a gente tem que ser um pouquinho mais rígido [...]":*** **percepções sobre o tratamento recebido e o tratamento dado no CR, enveredando as práticas institucionais.**

As expressões "tirar cadeia", "matar cadeia" ou "vencer a cadeia" tanto utilizadas pelos detentos, referem-se a uma passagem tranqüila pela prisão; a uma trajetória livre de riscos pelo tempo de punição, de maiores punições provenientes de sindicâncias abertas por mau comportamento e uso de drogas e livre de agressões. O tratamento recebido pelos funcionários é também um fato importante para "tirar", "matar" ou "vencer" bem a cadeia.

Para entendermos a relação entre os presos e os funcionários, questionamos os primeiros acerca do tratamento recebido, e os segundos sobre a relação com os detentos. Além disso, para compreendermos melhor os entremeios dessa relação, fizemos questões que permeiam temas como fugas, rebeliões e motins.

[56] Grifo do autor.

A direção local, ao ser questionada sobre como se dava a relação entre a direção e os detentos, nos relatou que o tratamento dado baseia-se na dignidade dos encarcerados.

> Eu os trato com muita dignidade, com muito respeito e também exige que o tratamento seja esse porquê sendo o CR um trabalho que tem uma nova metodologia, que tem uma filosofia de trabalho, tem que ser respeitada e, isso eles sabem e eles respeitam muito e, com isso a gente consegue dar uma tranqüilidade para os reeducandos e dar segurança a ele, então o meu relacionamento é muito bom e como autoridade, mesmo porque quando é o momento também de cobrar as normas, a disciplina, isso também é cobrado e eles sabem que se não seguirem a disciplina que é determinada eles são cobrados e remanejados da unidade, então eu mantenho um bom relacionamento, mas um relacionamento de respeito e de cumprimento dos nossos deveres e dos deveres deles e, é exigido e é conseguido e eu tenho muito respeito e sou bastante respeitada entre eles.

Se, por um lado a direção local expõe que o tratamento para com os detentos é baseado na premissa de "tratamento humanizado" - que é a chamada filosofia de trabalho de CR - por outro mostra que o respeito é conseguido através da coerção; ou seja, os presos respeitam as normas e a disciplina imposta pelo temor de serem transferidos de unidade e irem para presídios, onde a estrutura e o tratamento são piores. O que aparece nas entrelinhas do discurso da direção local é que o respeito não é algo conquistado, mas sim conseguido por meio do medo da punição da transferência.

O Diretor de Segurança e Disciplina ao narrar acerca do tratamento dado aos presos locais, diz que sua relação é a melhor possível, ou nas suas palavras:

> A minha relação com os internos é a melhor possível, a gente procura passar para eles um clima bem tranqüilo quanto à estadia deles aqui na unidade para que eles cumpram a pena de uma forma bem adequada e transcorra todo o processo de cumprimento de pena de uma forma bem adequada, sem transtornos para a unidade, para eles, para a família deles, para que eles cumpram a pena de uma forma bem adequada.

Para os Agentes de Segurança Penitenciária o relacionamento entre eles e os detentos é considerado calmo, embora em uma das falas apareçam relações conflituosas entre um dos Agentes e os presos, ou como ele mesmo diz: "os meninos".

> Tranqüila, viu? Até hoje, como até nas Penitenciárias nunca tive nenhum, nunca sofri nenhum desacato. Tranqüilo.
>
> _____
>
> É boa, a gente tem um relacionamento bom, a não ser aqueles... sempre tem um para dar problema. Aí a gente tem que ser um pouquinho mais rígido, um pouquinho mais exigente. Exigir um pouquinho mais de disciplina para poder conter a ansiedade dos meninos aí.

Uma das palavras mais ouvidas durante as entrevistas foi: disciplina. Ao abordarmos a questão do tratamento essa palavra aparece em algumas das falas como uma premissa ao bom relacionamento. Aqueles que seguem a disciplina à risca são bem tratados dentro da unidade. Para alguns funcionários, como a gerente da ONG, bom relacionamento é sinônimo de ocupação. Manter os presos ocupados seja com trabalho ou cursos significa tratá-los bem. Isso foi o que demonstrou ao responder sobre a questão de como se dava o relacionamento com os internos.

> [...] eu procuro estar trazendo bastante curso para manterem ocupados, inclusive aqueles que eu estava falando anteriormente que não tem ocupação. [...] pedi que fizesse um levantamento de quem não estava fazendo nada. Quem não estava estudando, porquê é obrigatório estudar também, só que tem gente que não vai nessa obrigatoriedade. Então eu pedi que fizesse um levantamento do pessoal que estava sem estudar e sem trabalhar e pedi para a diretoria que fizesse uma coisa até autoritária, mas que eu achei necessária no início, de colocar esse pessoal dentro da sala de aula para pelo menos eles conhecerem, falarem assim: não quero fazer, mas com conhecimento de causa. [...] A gente convive com eles diariamente, são pessoas. Eu procuro, nem assim: ah, o que fez? Não. Eu vejo o ser humano do jeito que ele está ali e vem e me respeita e eu respeito também.[...]

Assim, de um outro modo, a questão da disciplina como premissa para um bom tratamento aparece nas entrelinhas do discurso da gerente da ONG. Os presos são bem tratados na medida em que estão se ocupando de algo; o "ficar parado" não é visto com bons olhos pelos funcionários e gestores do CR. Esses funcionários e gestores da instituição proferem um relacionar-se bem, um tratamento digno e humano. Mas, em suas práticas, escolhem aqueles que serão tratados com tais pressupostos, fazendo dessa "filosofia de trabalho" algo para determinados sujeitos e não para todos.

Além de um entendimento de tratamento humano relacionado à disciplina, obtivemos resposta acerca do tratamento dado aos detentos que relaciona uma boa convivência a serviços prestados por esses presos aos funcionários.

> Muito profissional e, uma relação assim muito tranqüila. Eu nunca tive problema com nenhum reeducando, tem reeducando que trabalha aqui comigo, é o reeducando que limpa a minha sala, é o reeducando que traz o café,é o reeducando que formata os relatórios e, tanto no contato com eles lá dentro eu nunca tive problemas, eu acho que é uma relação de respeito, a gente tenta passar isso para eles.

Ainda relatando sobre sua relação com os detentos do local, a assistente social expõe que o bom tratamento se dá também pelo reconhecimento do detento enquanto sujeito e não enquanto número, assim, diz que os chama pelo nome, do mesmo modo que eles a chamam pelo nome.

> Eu tenho um compromisso muito ético: ouvi-los, eles têm necessidade de falar, eles são pouco ouvidos às vezes, compreendidos, então eu não estou aqui para julgar, eu preciso ouvir e nesse ouvir já vai amenizando a ansiedade dele, ele já vai ficando mais desarmado para que eu possa fazer uma intervenção mais eficaz, então eu tenho um relacionamento muito profissional e de muito respeito com eles, eles me tratam por Dona [...], eu chamo eles de senhor, nunca de matrícula, trato pelo nome, sei o nome de todos os reeducandos que eu atendo, sei a situação de todos os reeducandos que eu atendo, procuro dar também possibilidade deles virem, deles confiarem, deles falarem e a gente tentar resolver, dentro da ética, a melhor forma para que ele possa se manter aqui. Então é uma relação muito tranqüila.

As relações estabelecidas entre os funcionários e os detentos mostram-se muitas vezes complexas, assim, percebemos que na maioria dos discursos prevalece a disciplina enquanto pressuposto para bom relacionamento, mas não podemos negar que determinados relatos, como o exposto acima, mostram que para além da disciplina, as relações se estabelecem também de outra forma.

Enfim, pela maioria dos discursos proferidos, entendemos que as relações baseiam-se em um disciplinamento dos corpos, como já recorrente em outras instituições penais, como exposto por Foucault (2002, p.117). O tratamento estabelecido é considerado bom pelos funcionários na medida em que os corpos dos detentos adequam-se às necessidades do CR, assim os presos devem cumprir

as ordens à risca, manterem regularidades em suas ações e serem nas palavras do próprio Foucault: Homens-máquina. Se levarmos em conta o discurso da assistente social, perceberemos que esse se faz exceção à regra estabelecida e, pouca exceção, visto que para ela, o bom relacionamento também se mostra pelos serviços prestados.

Se, para os funcionários do CR o bom relacionamento é dado pelo exposto acima, para os presos, em seus discursos, o "tirar", "vencer" ou"matar" bem a cadeia se mostra enquanto algo tranqüilo no CR; pois, mesmo sabendo da disciplina que têm que manter nesse local, eles têm como referência os presídios e cadeias por onde passaram.

> Bom, mas é bom assim: você tem que saber com quem anda, porque tem uns aí que atrapalha a gente, você está até andando bem, outros querem te atrapalhar. Até o jeito de falar errado já está te atrapalhando, você assina sindicância, mas andou certo é tranqüilo, você tira cadeia tranqüilo.
>
> _____
>
> Ah, bem. Tirando umas confusões entre a gente mesmo, até que bem.
>
> _____
>
> Bom.
>
> _____
>
> Não posso responder.
>
> _____
>
> É bom, porque aqui ninguém é maltratado e um respeita o outro. Os funcionários respeitam a gente e a gente respeita eles também.
>
> _____
>
> Razoável.
>
> _____
>
> Considero bom. Aqui é diferente das outras penitenciárias. O diferente é que aqui dá para você parar e pensar no que fez de errado e tentar mudar.
>
> _____
>
> Aqui é bom, mas seria melhor se eu estivesse livre.
>
> _____
>
> O tratamento recebido aqui dentro é mais humano que outro lugar, como penitenciária, assim. Então, aqui trata um pouco mais humano, mas não deixa de ser uma cadeia. Não deixa de estar cumprindo o seu regime e ter ordem para cumprir, assim, preso.
>
> _____

> Aqui é minha vida, minha casa, normal.
>
> _____
>
> Em partes é um tratamento bom, de algumas pessoas são tratamentos bons, servem até para você pôr a mente no lugar, estar refletindo, pensando o que você fez, o que vai fazer a hora que sair daqui, se vai mudar ou não, se vai continuar no crime ou não, mas já tem certas situações assim que te revoltam cada vez mais, que te deixam cada vez mais revoltado
> P- Como o quê, por exemplo?
> Como você ser acusado de uma coisa que você não fez ou até pagar por uma coisa que você não fez.

Apesar de não usarem palavra disciplina, em muitos dos relatos dos detentos é perceptível a compreensão por parte deles que devem obedecer a regras para serem bem tratados. Em falas como*: "[...] mas andou certo é tranqüilo [...]" ; "[...] Não deixa de estar cumprindo o seu regime e ter ordem para cumprir [...]"; " [...] pagar por uma coisa que você não fez"*. Transparece a lógica da disciplina versus punição, das regularidades, das normas a serem cumpridas.

Alguns dos detentos que responderam a essa questão utilizaram como referência às penitenciárias e presídios. Nesse momento, as diferenças estruturais do CR em relação a esses outros locais e o perfil da população carcerária escolhida entre a massa das Cadeias Públicas, mostra-se preponderante para uma percepção positiva do tratamento existente no CR.

Para compreendermos as práticas existentes no CR, tanto por parte dos presos, quanto às práticas institucionais, efetivadas pelos funcionários, adentramos por questões como fugas, motins, facções e rebeliões por acreditarmos que os discursos sobre esses assuntos podem desvendar como se travam as relações sociais entre os presos e seus pares, entre os funcionários e seus pares e entre presos e funcionários.

Tanto os funcionários quanto os detentos negam ter existido, em qualquer momento, rebelião ou motim dentro dessa unidade do CR. Eles admitem que existem fugas, mas mesmo assim, os Diretores, tanto o geral quanto o de Segurança e Disciplina, amenizam as fugas, colocando-as enquanto evasão. A existência de facções mostrou-se enquanto um assunto controverso: os funcionários negaram existir facções no CR e entre os presos; alguns dos

encarcerados também negaram, outros não quiseram tocar no assunto e um deles disse existir membros de organizações criminosas no local.

Acerca da questão das rebeliões e motins, a direção geral declarou:

> Não, nunca. E já há quatro anos e dez meses que foi inaugurado e até hoje, graças a Deus, nunca ocorreu assim uma briga, um caso grave. Então isso é fruto do trabalho que é desenvolvido, de um trabalho que há dignidade, que há respeito, onde há respeito com as pessoas que praticaram um erro. [...]

O Diretor de Segurança e Disciplina, ao responder sobre a existência de rebeliões, motins e fugas no CR, assim colocou:

> Nesses quase cinco anos, nós nunca tivemos um movimento subversivo aqui dentro, tá? De fazer rebelião, motim, nós nunca tivemos. Problemas com fuga, nós já tivemos sim, a maioria dos problemas com fuga que a gente tem, não são nem fuga, são evasão. São pessoas do Semi-Aberto que vão para a saída temporária e não retornam, pessoas que vão trabalhar em [...] e não retornam, mas fuga dentro da unidade faz bastante tempo que a gente não tem, são poucas. [...]

A fuga é representada para os diretores por meio de atos como o de pular a muralha, de cavar túneis para sair de dentro da instituição. As evasões seriam o não voltar para a unidade após a saída temporária ou após o término do trabalho, mas para os presos esse não voltar também significa fuga, como veremos abaixo:

> P- Você já presenciou aqui alguma tentativa de fuga, motim ou rebelião aqui?
> Essa semana mesmo fugiu um.
> P- Fugiu como?
> Foi embora, estava no semi-aberto, foi trabalhar e foi embora.

Assim, as representações sobre o que vem a ser uma fuga são diferentes. Enquanto para o Diretor de Segurança e Disciplina esse ato estar no semi-aberto e não voltar para a unidade é uma evasão, para os presos é uma fuga. Quando uma fuga ocorreu, o preso em questão estava trabalhando em uma das fábricas do entre-muros do CR e pulou a pequena cerca que separam as fábricas da rodovia e foi embora. Durante toda a semana diversos relatos e conversas foram propalados onde essa fuga era o centro das atenções. Seguem alguns relatos dos

detentos sobre terem presenciado fugas e, em um dos relatos, um preso admite ter tentado fugir, sem obter êxito.

> Já. Já presenciei uma fuga sim, já.
> _____
>
> Já presenciei fuga.
> Fuga? Faz tempo?
> Há uns dois meses atrás.
> _____
>
> Já.
> P- Já? Foi bem sucedida?
> A minha não.
> P- Você já tentou fugir?
> Já.
> P- Quantas vezes?
> Uma.
> P- E como foi?
> Prefiro não falar no momento não.
> P- Faz tempo isso?
> Dois mil e quatro.
> _____
>
> Já, fuga.
> E faz muito tempo ou não?
> Não.
> E a pessoa conseguiu fugir?
> Sim.

Cinco dos doze presos declararam ter presenciado fugas, sendo que um relatou que tentou fugir. E como os Agentes de Segurança Penitenciária lidam com as fugas? Questionamos se eles já haviam presenciado fuga, motim ou rebelião e, ao relatar sobre as fugas, também relataram como impediram as mesmas.

> Já. Fuga, já. Rebelião, motim, não. Mas fuga eu já tive a oportunidade sim. Inclusive eu consegui até pegar um rapaz tentando pular a muralha, consegui segurar ele pela força, mas fora isso, tudo tranqüilo.
> _____
>
> [...] Fuga já. Já peguei um pelo pé, estava pulando a cerca e eu peguei o bichinho pelo pé.
> P- Trouxe para dentro de volta?
> É assim: tivemos que exercer um pouquinho de atividade física, né? Mas contemos ele trouxemos para dentro da unidade novamente.

A função dos Agentes de Segurança Penitenciária é a de garantir a ordem dentro do CR. Assim, quando ocorrem tentativas de fugas, eles são os responsáveis por contê-las. Segundo Coelho (1987, p. 75) as funções dos Guardas, que são as mesmas dos Agentes de Segurança Penitenciária, têm certa autonomia decisória, portanto, ao perceber tentativa de fuga, eles devem agir de imediato, pois,não há tempo hábil para consultar seus superiores.

> O guarda dispõe, pela própria natureza de suas funções, de considerável autonomia decisória no âmbito de suas atividades. Sua função é a de assegurar que nada ocorra em violação às regras da prisão, sejam as disciplinares ou as de segurança. Seu trabalho é essencialmente preventivo: ele deve manter-se atento e ser capaz de detectar e interpretar corretamente indícios de perturbação da ordem ou de ameaças à segurança.[...]

Assim, ao perceber uma tentativa de fuga e, ter que agir de imediato, os Agentes de Segurança Penitenciária não têm tempo para pensar na "filosofia de trabalho" do CR - que seria o tratamento humanizado - e ao relatar suas experiências com fugas, eles desconstróem todo o discurso oficialmente construído, transformando os detentos sempre chamados de "reeducandos" nos discursos em "bichinhos" como exposto pela fala de um dos Agentes. Desumanizam, assim, os presos e mostram quão frágil é esse discurso humanizador que se desfaz nas práticas. Práticas como a de *"exercer um pouquinho de atividade física"*, demonstram o uso de força, talvez até exacerbada para contenção dos fugitivos.

Enquanto Zaluar (1994, p. 138) relata que criminosos comportam-se através de um *ethos* da masculinidade, estendemos uma ponte e consideramos que os Agentes, ao utilizarem a força física para conter os fugitivos e relatar esse exercício de forma heróica, com gabo, também utilizam o uso de força para contenção como um *ethos* da masculinidade deles. Eles mostram não só a relação de poder estabelecida, mas também demonstram sua força viril ao impedirem que os presos fujam do local.

Como dito anteriormente, a existência de pessoas ligadas a facções criminosas dentro do CR mostrou-se enquanto algo incerto. É sabido que a triagem realizada nas Cadeias Públicas, têm o intuito de "escolher" os presos que irão cumprir pena no CR. Entre os requisitos para o cumprimento de pena

no CR está o não pertencimento a organizações criminosas. Segundo o Diretor de Segurança e Disciplina: *"Não. Não existe grupo de facção criminosa nenhum. [...]"*. Muitos dos detentos do CR também negaram a existência de facção criminosa no local ou então não quiseram responder essa questão.

> P- E gente de facção, tem aqui ou não?
> Não.
> P- Não também?
> Não. Facção aqui não entra. Os caras não vêm para um lugar desses. Mesmo quem é do"Partido"[57], os caras não vêm.
> P- E porque você acha que eles não vêm para cá?
> É que aqui é um Centro de Ressocialização, cumpre pena quem quer, agora quem não quer, aí já sabe o caminho para onde deve ir. [...]
>
> _____
>
> P- E facção, você sabe se existe aqui dentro ou não?
> Não.
>
> _____
>
> P- Você sabe se existe facção aqui dentro?
> Não existe.
>
> _____
>
> P- Você sabe se existe alguma facção aqui dentro?
> Não.
>
> _____
>
> P- Você sabe se existe alguma facção aqui dentro?
> Não posso responder.
>
> _____
>
> P- Você sabe se existe facção aqui dentro?
> Não posso responder.
>
> _____
>
> P- Você sabe se tem alguma facção aqui dentro ou não?
> Não. Não quero comentar.
>
> _____
>
> P- E você sabe se tem alguma facção aqui dentro?
> Não, não tem possibilidade de haver nenhuma devido a fiscalização da diretoria.

A negação em responder sobre a existência ou não de facções criminosas dentro do CR por parte de alguns dos detentos pode demonstrar um indício de uma existência velada dessas organizações no local. Somente um detento afirmou que existem membros de facção criminosa dentro CR e, mesmo assim,

[57] Partido é como é chamado o Primeiro Comando da Capital- PCC, entre os presos.

sua resposta foi dúbia. Ao mesmo tempo em que nega a existência de facção, afirma a existência de membros no CR.

> P- Você sabe se tem alguém de facção aqui dentro?
> Não, esse lugar não tem facção nenhuma, só da oposição só.
> P- Oposição do quê?
> Oposição, do Comando Vermelho.
> P- Tem Comando Vermelho aqui?
> Tem uns três, quatro.

A partir desses discursos, não podemos comprovar inequivocamente a existência de membros de organizações criminosas dentro do CR, mas podemos inferir que se esses membros existem; eles estão "escondidos", ninguém sabe deles, ninguém os vê. Os indícios dessa existência velada se revela nessa única e última fala de um detento que embora de início negue a existência de facções, logo após desvenda possíveis membros.

Apesar das organizações criminosas aparecerem no Brasil, mesmo que midiaticamente, há poucas décadas a história da proeminência da criminalidade organizada no mundo remonta a tempos longínquos. Como exemplo podemos citar as organizações criminosas chamadas tradicionais[58], como a Yakuza - máfia japonesa- e a Máfia Italiana que surge no final do sistema feudal[59]. Sobre o funcionamento da Máfia Italiana, Zaluar (2003, 37) relata:

> Negar o caráter organizado da criminalidade contemporânea é negar a história. Assim apresentou-se desde os seus primórdios, no término do sistema feudal na Itália ainda durante o século XIX. Já então misturava promiscuamente negócios e criminalidade, política e

[58] Existe uma diferenciação entre as organizações criminosas, umas são consideradas tradicionais, outras se assemelham mais ao modelo empresarial. Acerca dessa diferenciação, Mingardi (2006, p. 43-44) expõe: "[...]O primeiro tipo, o tradicional, é uma organização criminosa que possui um modelo de relacionamento entre os membros baseado no apadrinhamento. [...] Diferencia-se também do modelo empresarial pelo sistema de clientela, imposição da lei do silêncio e o controle de força de determinada porção do território. [...]". Ainda segundo Mingardi, essas organizações tradicionais nascem em circunstâncias específicas, como em cadeias, ou pela união de pequenas quadrilhas, para o autor, esse modelo tradicional é o qual corresponde às organizações criminosas brasileiras, como o PCC, o Comando Vermelho, entre outras que surgirão das prisões. Sobre as organizações criminosas nos moldes empresariais, o autor relata: "Já o crime organizado empresarial tem um modelo menos definido, mais difícil de diferenciar das simples quadrilhas ou de uma empresa legal. [...] Outra característica importante é que geralmente são quadrilhas especializadas, ou seja, atuam com determinado tipo de crime. A lavagem de dinheiro, por exemplo, é uma especialidade desse tipo de organização criminosa."

[59] Relatando acerca do surgimento de algumas das organizações criminosas, Mingardi (1998, p. 8) coloca: "Algumas organizações, como a Máfia Siciliana, as Tríades Chinezas, a União Corsa e a Yakuza, são centenárias.[...]"

> favoritismos, clientelismos, fraudes eleitorais e, *last but not the least*, parcialidade na aplicação da lei ou fraude jurídica. Em outras palavras, o crime organizado na Itália seria o resultado de profundas mudanças históricas que provocaram hibridismos culturais, rearranjos da propriedade fundiária e jogos políticos complexos, tudo ao fio da navalha de uma violência sem perdão.

No caso brasileiro, as organizações criminosas mais afamadas aparecem a partir dos anos 70, como já dito anteriormente, do interior das prisões, com as organizações dos presos políticos, como o caso do Comando Vermelho, afim de se protegerem contra os maus-tratos aos presos. Essa forma de organização, porém, espalhou-se entre todos os presos e com o advento da cocaína, a organização que antes tinha o intuito de proteção aos encarcerados, ligou-se ao comércio ilegal do tráfico de drogas.

O PCC, maior e mais forte organização criminosa no Estado de São Paulo na atualidade, está instalado em muitos dos presídios paulistas e também de outros Estados. Ele demonstrou sua força e enraizamento nas prisões no ano de 2001, com a chamada megarrebelião, conforme expõe Salla (2003, p.425):

> O movimento, pela sua dimensão geográfica e populacional, mostrava o quanto as organizações criminosas haviam crescido e se fortalecido no interior das prisões brasileiras. Em poucas horas, por meio de contatos mantidos através de telefones celulares, os líderes da rebelião se comunicaram com os presos das unidades por todo o Estado e articularam as reivindicações e o processo de negociação em cada local. Um dos fatores essenciais para compreender o crescimento das facções criminosas é a sua capacidade de envolver agentes do Estado que atuam como policiais ou que lidam com a custódia de presos. A facilitação de fugas, a conivência com a entrada de armas de fogo, drogas, telefones celulares, dinheiro e outros objetos são as principais formas pelas quais os agentes públicos se envolvem com essas organizações criminosas.

Embora tenha grande inserção nos presídios, não constatamos, porém, a existência de membros do PCC, o chamado, "Partido", no CR, sendo que o único relato sobre possíveis membros de organizações criminosas nesse local, remetem a membros de uma facção denominada Oposição, pertencente ao Comando Vermelho. Assim como o PCC se enraíza em presídios de outros Estados[60], o Comando Vermelho também o faz, tendo membros dessa

[60] Esse enraizamento em presídios de outros Estados ficou perceptível aos olhos da população durante os

organização em vários locais fora dos limites geográficos do Estado do Rio de Janeiro e, devido a isso, é possível sim que existam membros dessa organização no CR, embora essa existência seja velada.

Se realmente houver essa existência de membros de facções criminosas no CR, isso se dá de maneira velada. Pois, sendo o CR uma forma de encarceramento que se pretende diferente e modelo no Estado de São Paulo, admitir que ou PCC, ou Comando Vermelho, ou Comando Brasileiro Revolucionário da Criminalidade ou que qualquer outra organização criminosa se faz presente nesse local, é admitir que, embora tenha uma prática de triagem para aceitação de presos merecedores de cumprir pena na instituição pelo fato de, segundo os funcionários, "querem se ressocializar", essa instituição não consegue exercer na prática o que é posto em discurso. E, se olharmos para os discursos proferidos nesse subcapítulo, fica perceptível que apesar da direção tentar demonstrar o CR como um local diferenciado, as falas mostram que fora as diferenças estruturais, o gerenciamento realizado em conjunto entre o Estado e a ONG e a filosofia proferida de "tratamento humanizado", as práticas institucionais são as mesmas de qualquer outro presídio: disciplina, ordem, desumanização do encarcerado. Os discursos positivos sobre o CR, pronunciados pelos detentos enveredam somente pela não violência exacerbada por parte dos funcionários; ou seja, o não uso de tortura e maus-tratos.

Realmente, as boas condições estruturais e a inexistência de maus-tratos, fazem com que os presos percebam o CR como um local bom para cumprimento de pena. Mas acreditamos que isso se deve ao fato de eles terem os outros presídios, sempre superlotados e onde a violência é corriqueira, como referência. De qualquer forma, apesar dos encarcerados considerarem o tratamento no CR bom, eles não perdem uma coisa de vista: a liberdade. Ou, como disse um detento: *Aqui é bom, mas seria melhor se eu estivesse livre*.

ataques de 2006, quando além dos presídios paulistas, presídios de Mato Grosso do Sul e outros Estados se rebelaram, levantando a bandeira do Primeiro Comando da Capital.

II. XIV- ***"Estar preso é assim uma recuperação [...]"; "[...] É uma gaiola [...]"; "[...] É perder os espaços da rua, perde tudo na vida [...]"; "[...] Estar preso é estar sem a liberdade [...]"; "[...] logo mais vitória: sair,vencer, liberdade."*****: visões sobre o encarceramento e a liberdade.**

O que é estar preso? Como os encarcerados, jovens, do CR, percebem a privação de liberdade que lhes é imposta pelo Estado? Metade dos presos entrevistados escolheram imagens que representariam ou a prisão ou o seu contrário: a liberdade, para realização do trabalho fotográfico. Fora as seis fotografias representativas do cárcere e da liberdade, questionamos aos presos o que era "estar preso". Diante de algumas respostas, delineavam-se sonhos de caminhos futuros.

> Estar preso é assim uma recuperação, eu vou ter que escolher um caminho e se eu não escolher o caminho, eu posso sair. É rápido para eu sair, mas só que eu vou voltar. Agora, se eu quiser tratamento, vai ser demorado, mas eu vou embora, mas essa é a caminhada. Sair na rua não volto para aqui não, você vai ver, minha vida vai melhorar.

Enquanto para esse detento a prisão é um local de recuperação, para outros as grades representam sofrimento, privação, perda dos espaços urbanos e do direito de ir e vir, da companhia e afetividade da família e de pessoas próximas.

Seguem algumas fotografias e seus relatos:

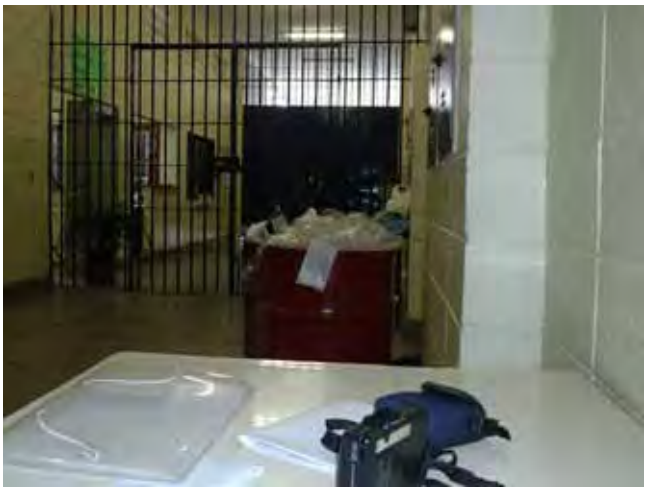
P- Sobre a fotografia por qual motivo você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
Ah, porque é muito duro ficar só vendo grade o dia inteiro, a gente não tem a liberdade da gente.
P- E o que essa fotografia representa para você?
Representa...o que ela quer representar é que depois que a gente está aqui a gente só enxerga o que a gente fez pelo sofrimento, enquanto a gente está lá fora sem pensar nas conseqüências, depois vem aqui, sofre, dá problema para a família, aí quer chorar, quer ir embora.
P- E que situações vividas aqui dentro você lembra quando vê essa fotografia?
Ah, lembro de briga, maldade, trairagem, mas também tem o ponto bom também, né, alguns colegas da gente do mundão, só também porque felicidade aqui não tem.
P- E o que é estar preso para você?
Ah, o que é estar preso é isso aqui. Não tem liberdade, não vê ninguém, não tem como falar com quem a gente gosta, a gente está privado do lado de fora, da rua, né?

P- E sobre a fotografia, por qual motivo você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
Por que é o seguinte: ali é o começo da liberdade. Acho que é o sonho de todo mundo aqui que não vê a hora de passar desse portão para fora para nunca mais voltar.
P- O que essa fotografia representa para você?
Ela representa uma lembrança bem ruim para falar a verdade, quem quer ter isso como lembrança? Ninguém quer.
P- E que situações vividas vêem à sua cabeça quando olha essa fotografia?
Eu só penso que é uma cadeia e um dia eu já passei por ali e não quero voltar a entrar por ali de novo.
P- E o que é estar preso para você?
Estar preso é estar sem a liberdade, o tempo que você fica preso aqui você nunca mais recupera, então depois de ter passado por uma

cadeia tem que pensar mil vezes antes de fazer uma coisa errada para não voltar, mas aí vai da consciência dele.

P- Qual o motivo que te fez escolher essa imagem da grade para representar o CR?
O motivo é o portão da liberdade.
P- E o que essa fotografia representa para você?
Representa liberdade.
P- Quando você olha para essa fotografia você lembra de alguma situação vivida aqui?
Eu lembro que eu estou preso.
P- E o que é estar preso para você?
É uma coisa que eu não passaria. É uma gaiola. Não pode sair para lugar nenhum.

P- Qual o motivo que te fez escolher essa imagem para representar o C.R.? A imagem do jardim?
Porque é um lugar bom, um lugar diferente da vida da prisão.
P-O que essa fotografia representa para você?
não respondeu.
P- Que situações vividas aqui no C.R. você lembra quando vê essa fotografia?
Normal, por ser um lugar melhor que detenção melhor que os outros presídios.
P- E o que é estar preso para você?
Horrível.



P- Qual motivo que te fez escolher essa imagem para representar o CR?
Por que no local aqui só tinha aquele lugar mesmo para tirar, não tinha outro. Se tivesse outro mais bonito eu tirava, lá fora, no jardim[61].
P-E o que a fotografia dessa grade representa para você?
A liberdade mais para frente.
P-Quando você olha essa fotografia, que situações vividas aqui no CR você lembra?
Muitas coisas ruins, se for para falar...melhor ficar quieto.
P- O que é estar preso para você?
É perder os espaços da rua, perde tudo na vida, fica esquecido lá fora.

[61] Esse detento não pode tirar fotografia de espaços como o entre-muros do CR por estar cumprindo pena em Regime Fechado.

P- E sobre a fotografia, qual o motivo que te fez escolher essa imagem para representar o C.R.?
A quadra é o melhor lugar para pensar, você está cheio de problemas, vai para o sol e fica pensando.
P- E o que essa fotografia representa para você?
Na verdade essa fotografia não representa nada, eu só tenho lembranças ruins dessa fotografia, que é estar preso.
P-E quando você vê essa fotografia que situações vem na sua cabeça?
Passa muitas coisas pela cabeça mas não quero ter lembranças, não.
P- E o que é estar preso para você?
É muito ruim. Só sei que eu não quero passar por isso de novo.

As fotografias trazem a representação do sofrimento e da liberdade. Os presos vêem o "estar preso" como uma punição. A prisão é o lugar do sofrimento, da penitência e não da recuperação, da "ressocialização" como pregado pelos discursos oficiais do CR. Mais do que qualquer análise que possamos traçar acerca das fotografias e dos discursos proferidos sobre a liberdade e a prisão, as próprias falas e imagens nos mostram como o CR, mesmo com as diferenças estruturais e os discursos proferidos em favor da ressocialização, marca os presos pela lógica da purgação da culpa.

Para Adorno (1991, p. 13-14), esses discursos sobre dor e penitência articulados pelos presos, são recursos de sedução aos pesquisadores que enveredam-se a trabalhar com essa delicada temática. Assim, os detentos se utilizariam de suas falas para "capturar" o pesquisador a fim de que esse o defendesse, ou nas palavras do autor:

> [...] De modo geral, a situação de encarceramento faz com que os indivíduos sujeitos às grades desenvolvam certas habilidades e particularidades de comportamento. Uma delas é, sem dúvida, a sedução. Durante as entrevistas, mostram-se "humanos", isto é, portadores de sentimentos "nobres" em relação às instituições encarregadas de preservar a ordem pública; expõe suas angústias e arrependimentos. [...]

Para Adorno, é necessário manter uma eqüidistância em relação aos presos e funcionários das instituições prisionais pesquisadas para que, dessa forma, não se criem obstáculos para a observação empírica. A tarefa da eqüidistância é muito árdua, principalmente, em se tratando da pesquisa com detentos.

Mostrar o sofrimento através de imagens de grades, de discursos consternados sobre a falta de liberdade ou o anseio dela; sobre a distância da família e todas as angústias resultantes do aprisionamento pode ser, para os presos, um recurso para se defenderem da imagem impregnada nas pessoas de que o homem preso é a representação do mal, ou para exporem que estão "pagando por seus erros" através do sofrimento da alma.

Acerca dessa questão, bem colocou Câmara (2001, p. 156):

> A figura do preso reveste-se de conceitos estigmatizantes da representação do mal e o seu discurso parece ter sentido apenas nas situações de inquérito para o levantamento detalhado de sua criminalidade. O discurso é defensivo, talvez pela necessidade de sempre estar preocupado em rebater possíveis acusações que possam lhe ser imputadas. [...]

Assim como os crimes cometidos, as angústias e o anseio pela liberdade, desenham-se como figuras cotidianas na vida dos jovens encarcerados do CR. Sabemos que os discursos são construídos, tanto por parte dos presos, como por parte dos funcionário. Mas ao conhecer a história pregressa do preso e tendo um arcabouço teórico sobre a história e a papel das prisões na sociedade contemporânea, acabamos por traçar uma análise sobre esses sujeitos, onde percebemos que, embora sejam ou tenham sido vitimizadores, pela lógica da punição - que escolhe quem vai ou não ser punido - podemos percebe-los também enquanto vítimas de um Estado policialesco e cada vez mais encarcerador e punitivo.

II.XV- ***"Acredito sim, eu acredito e já temos constatado.[...]"; "[...] mais de 90% da população jovem é muito difícil eles não voltarem, por causa da droga [...]";[...] Eu acho que não se consegue na maioria, porque há muita reincidência[...]"*****: a ressocialização entre metas e realidade.**

O discurso oficial do CR trata o aprisionamento como algo necessário para ressocilizar os criminosos, tornando-os pessoas habilitadas ao bom convívio social. Assim, nos enveredamos pelas falas dos funcionários sobre a ressocialização, tentando apreender se eles realmente crêem na tese de que o aprisionamento no CR consegue fazer com que os criminosos, que para lá são levados para cumprirem suas penas, parem de infracionar.

A direção local respondeu a essa questão argumentando que o aprisionamento no CR seria eficiente pela proximidade com a família, pelo trabalho carcerário empreendido – a chamada Laborterapia - pelo acompanhamento terapêutico aos infratores que lá estão encarcerados, entre outras questões, expondo que a ressocialização através do CR é um caminho possível.

> Acredito sim.Eu acredito e nós já temos constatado. É pouco tempo ainda de trabalho, só cinco anos, mas a gente acompanhou muitos reeducandos que trabalharam aqui na unidade, tiveram acompanhamento terapêutico, depois acompanhamento de orientação, laborterápico, acompanhamento nosso, ganhou o Semi-aberto, conseguiu empresa e têm muitos que continuam trabalhando nas empresas. Eles prestam serviço enquanto estão aqui e depois são contratados pelas empresas, mas seria utopia a gente acreditar que vão se recuperar todos, mas é um índice muito acima do índice da Penitenciária, então é muito interessante o governo estar investindo nesse tipo de trabalho que é o do Centro de Ressocialização, pois trabalhamos com menos pessoas, conhecemos mais as pessoas pelo fato de ser da nossa comunidade. A família colabora muito na recuperação porque não existe recuperação sem a participação efetiva da família, ao passo que se trabalhar com reeducandos de comarcas muito longe, de cidades como São Paulo, isso aí, é muito mais complicado a gente seguir e ter esse acompanhamento para ver se deu certo o trabalho, se recuperou ou não.

Apesar de se referir a índices que indicariam essa eficiência na ressocialização, não tivemos acesso aos dados. Para a direção local, a Laborterapia seria uma porta de entrada ao mercado de trabalho para os presos que saem do CR e o chamado acompanhamento terapêutico, que seria o

acompanhamento psicológico, juntamente com o apoio e o acompanhamento da família, resultariam na eficácia da ressocialização do CR.

Enquanto a direção expõe que a ressocialização é uma realidade no CR, os Agentes de Segurança Penitenciária se mostram menos crentes de que essa reabilitação se efetive.

> Olha, alguns sim, alguns não, entendeu? Isso vai muito da personalidade da pessoa, porque não adianta o sistema trabalhar em cima se a pessoa não tem a vontade de se reabilitar, entendeu? Mas aquele que tem vontade de se reabilitar, aqui, o sistema, ele contribui para que isso aconteça.
>
> _____
>
> Aqueles que querem sim, aqueles que tem objetivo sim, senão... mais de 90% da população jovem é muito difícil eles não voltarem, por causa da droga, porque a maioria, 90% daqui é droga, é tudo drogado.

O pressuposto para a ressocialização dado pelos Agentes é a vontade pessoal. Assim, a reabilitação se daria para quem a quisesse e não fosse "drogado" - para utilizar as palavras de um Agente, que, aliás, mostra um estigma imputado aos jovens presos por tráfico. Sabemos, pois, que não é somente a vontade pessoal que faz com que um sujeito pare de infracionar. Existem múltiplas mediações que se fazem necessárias para que a saída do crime ocorra.

Os discursos do presidente e da gerente da ONG se mostraram díspares. Enquanto o presidente da ONG diz acreditar na ressocialização pelo CR, a gerente diz que não acredita que uma maioria dos detentos saia da instituição ressocializados.

> Eu acredito, a experiência pelo menos aqui [...] tem demonstrado. Eu não tenho os números aqui, mas a experiência tem demonstrado que o índice de reincidência é baixo, é muito pequeno em relação ao modelo tradicional. Então eu acredito sim na ressocialização, além do que a parceria tem se mostrado positiva na questão da diminuição do custo para o Estado, eu não lembro os números exatos. Além de ser mais transparente, acredito que através da ONG você tem a sociedade civil organizada, participando de uma coisa que a sociedade como um todo deveria conhecer mais, porque existe um preconceito muito grande em relação ao reeducando de um modo geral, ao detento de um modo geral.
>
> _____

> É complicado falar isso, viu? No pouco tempo que estou aqui eu não tenho dados de reincidência no qual eu possa me basear para dar uma resposta completa, mas eu não acho que o trabalho de ressocialização ele é muito, falta muita coisa ainda, sabe? [...] Eu acho que não se consegue na maioria, porque há uma reincidência, inclusive voltam para cá mesmo, tem pessoas, você vê lá, acho que de mil e setecentas pessoas em cinco e seis anos, por aqui passaram, acho que mil e setecentas pessoas, mil seiscentos e pouco, então tem vários nomes que você vê quando voltaram que tem cinco números de matrícula diferente, que eles voltaram. Então é complicado falar que resolve. Acho que o problema não está bem aí, está em não chegar aqui. Depois que chegou, acho que é complicado não estar voltando.

As falas são dissonantes e, enquanto relata sobre a eficiência do CR em ressocializar os detentos, o presidente da ONG envereda por um discurso de legitimação do CR através dos baixos custos para o Estado, da participação da sociedade civil e da transparência nas contas. Interessante notar que, apesar de afirmar que o CR ressocializa mais do que os presídios tradicionais, o presidente da ONG não expõe números que possam comprovar essa eficácia na reabilitação. Já a gerente da ONG, também não apresenta dados para referendar sua afirmação de que o CR não consegue cumprir sua missão de ressocializar os detentos que lá se encontram, mas coloca que muitos dos que saem voltam para cumprir novamente pena no próprio CR.

Ao falar sobre a ressocialização, a assistente social da ONG diz acreditar que o CR consegue cumprir sua missão, colocando assim como os Agentes de Segurança Penitenciária a vontade pessoal da recuperação, em sua fala. Porém, ela explora as diversas mediações e obstáculos que podem surgir a quem sai da prisão.

> Eu acredito, tem que acreditar. É o que motiva a continuar aqui, a gente sabe que existe a reincidência, que eles vão sair daqui vão ter tudo o que enfrentar: o desemprego, a desestrutura. Mas eu acredito no ser humano, eu acredito que possa surgir às vezes assim, um contato que você faz com ele, em um grupo, numa coisa que você fala. Eu percebo assim a emoção, eu percebo o crescimento, eu percebo que às vezes ele precisa de um conselho, de uma orientação. Então eu acredito no ser humano, enfim, eu sei que são muitas as causas, muitos os obstáculos que eles vão ter que enfrentar,mas eu acredito e isso eu vou continuar acreditando porque senão, não teria porque eu estar aqui. Mas eu acredito na capacidade de cada um e que às vezes uma motivação, uma oportunidade é fundamental e, o CR é uma oportunidade. É oportunidade para que ele possa refletir sobre seus atos com dignidade, com humanização, despertar a motivação que ele tem, o potencial que ele tem.

As falas aqui expostas em sua maioria remetem a ressocialização do encarcerado no CR a uma vontade pessoal do detento em sair da vida do crime, assim, para além da prisão enquanto reabilitadora dos sujeitos, os funcionários acreditam que são os próprios encarcerados que se ressocializam. O CR é visto por esses funcionários como um local onde essa capacidade pessoal de sair do crime pode se efetivar. No entanto, questionamos a eficácia dessa tese da vontade pessoal. No que se refere aos detentos participantes da pesquisa, compreendemos que em sua maioria esses detentos são provindos das classes populares, sendo trabalhadores desqualificados e com a escolaridade inacabada. Além disso carregarão, ao sair do CR o estigma de ex-presidiários, fator que dificultam a inserção no mercado de trabalho de forma satisfatória, auxiliando que deixem o crime ao deixarem a prisão.

Considerações Finais

Compondo o bojo de uma política de mais encarceramento instalada no Estado de São Paulo nos últimos dez anos, pelo governo do PSDB, foram criados a partir dos anos 2000, os Centros de Ressocialização – CR, tendo como referência administrativa a Cadeia Pública de Bragança Paulista. Ao analisarmos os jovens presos no CR e suas práticas cotidianas, assim como suas histórias de vida, comprovamos como a punição mostra-se desigual àqueles que são considerados desiguais.

A punição é desigual e mais rígida aos sujeitos pobres, moradores das periferias. Os presos pesquisados são em sua maioria das classes populares, moradores de bairros periféricos, presos ou por tráfico, ou por roubo. Nenhum deles completou a escolarização formal e poucos trabalhavam em empresas antes de serem detidos; grande parte dos que trabalhavam estavam inseridos na informalidade.

Se sujeitos de todas as classes cometem crimes, é perceptível que a punição recai em maior número sobre os pobres, configurando um controle social da pobreza por parte do Estado, sendo que esse controle é efetivado por motivos sociais e econômicos. É socialmente interessante para o Estado que os presos sejam em sua maioria pobres, pois são esses sujeitos que carregam a imagem do mal-feitor, do bárbaro. Economicamente, levar os pobres para a prisão diminui as cifras do subemprego e do desemprego, além do trabalho prisional fazer com que os presos acostumem-se a trabalhos precários e degradantes fora da prisão, caso parem de infracionar.

Os CR's se pretendem prisões modelo no Estado, legitimando-se pelo discurso do tratamento humanizado. As diferenças estruturais são notadas ao se adentrar essa instituição prisional. O local se mostra mais asséptico, com refeitório, cantina, e portas no lugar das grades nas celas (chamadas no CR de alojamentos). Além de ter capacidade para poucos presos, no CR pesquisado a capacidade era para 210 detentos, sendo que a população encarcerada não chegava a esse limite.

Para cumprir pena no CR, o preso deve passar por uma triagem, ou seja, os encarcerados do CR são escolhidos a partir de entrevistas em Cadeias Públicas e, devem merecer sua estadia nessa instituição prisional; pois desvios

de conduta, indisciplina ou qualquer ato que atrapalhe o bom funcionamento do local é punido com transferência para outros presídios, onde o "matar" a cadeia mostra-se mais difícil ainda mais para esses detentos que são em sua maioria primários e, portanto, não têm internalizado as regras de convivência estabelecida na "sociedade dos cativos", como diria Campos Coelho.

Por todas essas questões como diferenças estruturais, gestão compartilhada com pressuposto da participação da sociedade civil e atendimento a presos que preencham os requisitos do local, com transferência daqueles que não se adequam, o CR se pretende uma prisão modelo no Estado de São Paulo; uma inovação no tratamento do homem recluso, com a ressocialização através do tratamento humanizado enquanto paradigma.

Outra questão importante, relativa ao cotidiano prisional, é a que diz respeito ao trabalho carcerário. O trabalho carcerário no CR se dá nos mesmos moldes degradantes existentes em outros presídios, ou seja, trabalha-se muito, ganha-se pouco – além de parte do salário ser destinado à ONG - e não se tem nenhum vínculo empregatício com a empresa contratante de mão-de-obra. Assim sendo, esse trabalho não auxilia em nada na recuperação do encarcerado, pois, é trabalho precarizado e, apesar disso, o trabalho encarcerado nessa instituição é chamado de "Laborterapia", onde o trabalho reabilitaria o detento para o bom convívio social. Ao sair da prisão, porém, a maioria dos detentos provavelmente conseguirá somente trabalhos degradantes e precários, pois, não são qualificados e carregarão consigo a marca de ex-presidiário.

Grande parte dos presos do CR são jovens, isso se dá pela triagem que preferem réus primários para cumprirem pena no CR. Consideramos esses presos enquanto jovens, suas idades variam entre 18 e 21 anos, estão no limiar da vida adulta, trancafiados entre muros, sem direito de ir e vir.

Ao pensarmos nessa pesquisa, tínhamos como norte: delinear quais as causas que levavam tantos presos jovens ao CR; como se configurava essa instituição que se coloca enquanto inovadora e; como se travavam as relações sociais entre esses presos jovens nesse local.

A primeira questão foi apontada pela triagem que ao "escolher" os presos, preferindo os réus primários, acaba por levar ao CR muitos jovens. A segunda questão é um desdobramento da primeira, pois ao encarcerar muitos jovens, esse local se mostra enquanto uma instituição intermediária entre as

instituições para adolescentes infratores e os presídios comuns, e especializada em presos jovens e com baixo grau de periculosidade. A terceira questão não é somente importante para desvendarmos quem são esses jovens e como se relacionam, mas para descobrirmos a dinâmica do local e se ele realmente alcança o que propõe.

Entre as singularidades que essa instituição penal tem se encontram a gestão dividida do Estado com Ong's e as diferenças estruturais com os demais presídios do Estado de São Paulo. A gestão compartilhada dessa instituição entre o Estado e a ONG é justificada pelo discurso de uma maior participação da sociedade civil na reabilitação do homem recluso, além de garantir mais transparência na aplicação das verbas públicas. Apesar desse discurso, verificamos que essa gestão compartilhada serve, antes de qualquer coisa, para diminuir gastos com os presos além de tirar da esfera do Estado a responsabilidade pela ressocialização e transferi-la para a sociedade civil por meio da ONG, sendo que essa participação se mostra somente aparente, não sendo realmente efetivada.

Além dessa questão exposta acima, fica claro pelas falas tanto da direção do CR quanto do presidente e funcionários da ONG, que existem disputas pelo mérito de quem faz mais pelo CR, sendo que a convivência não se coloca enquanto algo harmônico e propício ao trabalho em conjunto.

Apesar de se pretender modelo, as práticas institucionais se mostraram nos mesmos moldes de qualquer presídio comum, onde a disciplina e o seguimento de normas determinadas são requisitos para os presos. Além disso, em diversos momentos, pudemos constatar que, para alguns funcionários, os presos são carregados de estigmas, ou seja, ainda são vistos enquanto "outros" e não semelhantes. Esses estigmas e essa visão do preso enquanto "outro" derruba por terra o pressuposto do tratamento humanizado, que, permanece somente nos discursos oficiais do CR.

Enquanto para os funcionários as causas que levam à criminalidade estão associadas à falta de uma família estruturada, para os presos as causas são diversas: desde desemprego, revolta, até perseguição policial. Em relação à vivência dos presos, suas falas nos mostram que o trabalho para eles é importante, pois além da remição de pena, a avaliação dos funcionários e do juiz pode ser mais positiva em relação à eles, além do trabalho ocupar suas cabeças.

Assim como trabalham no CR, anteriormente à prisão alguns trabalhavam na informalidade e alguns dos presos que estavam encarcerados por tráfico, consideravam essa atividade ilícita como um trabalho, ou uma "forma de ganhar a vida".

Os presos em sua maioria não contestam o disciplinamento e as ordens estabelecidas, os poucos que o fazem, mostraram que a contestação se dá de maneira individual, no não fazer nada, no só comer e dormir, não indo trabalhar nem estudar. O estudo se mostrou ou enquanto uma forma de "matar cadeia" ou de qualificação para conseguir melhor trabalho após o encarceramento. Para aqueles que freqüentam o culto religioso, esse se pôs enquanto também uma forma de "ocupar a cabeça" durante o tempo do cárcere. Assim, as atividades cotidianas trazem a preocupação de preencher o tempo ocioso no cárcere, fazendo desse tempo produtivo, assim como querem os gestores do local.

Todos os presos disseram receber visitas aos finais-de-semana, sendo que as pessoas que vão até o CR visitá-los são em sua maioria mulheres, essas visitas se mostram enquanto uma ligação existente com os espaços fora da prisão. As fotografias mostram em sua maioria ou os amigos da cadeia ou representações da liberdade ou da falta dela, através das grades. Tanto as visitas quanto as fotografias de amigos e que trazem referências à liberdade ou ao encarceramento, demonstram as relações afetivas estabelecidas dentro e fora da prisão e o desejo da liberdade, do estar solto, do poder ir e vir e ganhar novamente os espaços da rua.

De todas as questões aqui explicitadas, o que observamos é que os presos jovens que encontram-se no CR, provavelmente não sairão ressocializados desse local, pois esse não é o interesse do Estado, ao contrário, para o Estado é importante manter um controle social da pobreza, por questões aqui já discutidas e, embora esses encarcerados estejam no limiar de sua vida adulta e expressem esperanças e desejos de não voltarem à cadeia, inclusive internalizando o discurso oficial da instituição, o despreparo para conseguir um emprego que não seja degradante além do estigma imputado faz dessa reabilitação quase uma quimera.

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis*: *punks* e *darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Rev. Bras. Educ.* Rio de Janeiro, n. 06, 1997.

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas – Itinerário de uma pesquisa**.** *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP. São Paulo, 3 (1-2): 7:40, 1991.

_____. Adolescentes, crime e violência. ABRAMO, H; FREITAS, M.V; SPOSITO, M. P. (org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Editora Cortez, 2002. p. 97-110

_____, LAMIN, C. Medo, violência e insegurança. In: Lima, R.S. , Paula, L (orgs). *Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo o se papel?*. São Paulo: Contexto, 2006

_____. Crime, Justiça Penal e Desigualdade Jurídica. In: Souto, C. e Falcão, J. (orgs). *Sociologia e Direito: Textos Básicos para a Disciplina de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

ALVAREZ, M.C. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, n° 4, 2002.

_____. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. Tese de Doutorado (Doutor em Sociologia). 1996, USP.

ARIÈS. P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BARATA, A. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de janeiro: Freitas Bastos: Instituto Carioca de Criminologia, 1999.

BARROS, J. A Construção do PCC. In: *Caros Amigos. PCC*. Ano X, n° 28, maio de 2006. p. 03-13.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERNARDO, J. *Estado. A Silenciosa Multiplicação do Poder.* São Paulo: Escrituras, 1998.

BOITO JR., A. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Editora Xamã, s/d.

BOURDIEU, P. A "juventude" é apenas uma palavra. In: Bourdieu, P. *Questões de Sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983.

_____; CHAMBOREDON, J-C; PASSERON, J-C. *A Profissão de Sociólogo- Preliminares Epistemológicas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidades de Muros – Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

_____, Direitos Humanos ou "Privilégios de Bandidos"? – Desventuras da Democratização Brasileira. *Novos Estudos- CEBRAP*., São Paulo, n. 30, 1991.

CÂMARA, H. F. *Além dos muros e das grades (discursos prisionais).* São Paulo: Educ-Fapesp, 2001.

CAMUS, A. O Estrangeiro. In: CAMUS, A. *Estado de Sítio; O Estrangeiro*. São Paulo: Abril Cultural,1982.

COELHO, E. C. *A Oficina do Diabo – Crise e Conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo L.T.D.A. IUPREJ- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

CÓDIGO PENAL. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

COLLIER, J. *Antropologia visual*: A fotografia como método de pesquisa. São Paulo: USP,1973.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ***.** , Rio de Janeiro, n. 24, 2003 .

DECRETO ESTADUAL *n° 45.403*, 16 de novembro de 2000. São Paulo.

DECRETO ESTADUAL *n° 45.271*, de 05 de outubro de 2000. São Paulo.

DURKHEIM, E. Regras relativas à distinção entre o normal e o patológico. In: DURKHEIM, E. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ESTATUTO DA ONG.

FAUSTO, B. *Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880- 1924).* São Paulo: EDUSP, 2001.

FEFFERMANN, M. *Vidas Arriscadas- O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis/ RJ: Editora Vozes, 2006.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v.14, n.2, maio-ago 2005, p.50-59.

FORTE, F.A.P. Racionalidade e legitimidade da política de repressão ao tráfico de drogas: uma provocação necessária. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, 21 (61), 2007

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

_____.*Ditos e Escritos. Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GULLO, A. A. S.Violência urbana: um problema social. *Tempo Social*; Ver. Sociol.. USP, São Paulo, 10 (1): 105-119, maio 1998.

JORNAL DO CR. *Informativo do CR*. Março de 2007

KANT, L. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Rev. Sociol. Polit., Curitiba*, 13, p. 23-38, nov. 1999.

LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira- ameaças à democratização em nível local. In: ALVITO, M; ZALUAR, A. (orgs.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LEI ESTADUAL nº 8209, São Paulo, 4 de janeiro de 1993.

LEI FEDERAL n° 6.368, Brasília, 21 de outubro de 1976.

LEI FEDERAL nº 10.792, Brasília, 1º de dezembro de 2003.

LEI FEDERAL n° 11. 343, Brasília, 26 de agosto de 2006.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL. Lei n° 7.210, Brasília, 11 de Julho de 1984.

LEITE, M.M. *Retratos de Família*. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEMBRUGER, J. *Cemitério dos Vivos:* análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983

_____, J. Debate 04 – A questão Penitenciária. In: VELHO, G; ALVITO, M. (org). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 2002.

LOMBROSO, C. *O Homem Delinqüente*. Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Ricardo Lenz Editor, 2001.

MACAULAY, F. Prisões e Política Carcerária. In: Lima, R.S. , Paula, L (orgs). *Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo o se papel?*. São Paulo: Contexto, 2006.

MELLO. S.L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C.B. *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC, 2000.

MICHAUD, Y. *A Violência*. Editora Ática, São Paulo: 2001.

MINGARDI, G. Inteligência Policial e Crime Organizado. In: LIMA, R.S; PAULA, L. *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. O que é crime organizado: uma definição das ciências sociais. In: *Crime Organizado – Revista do ILANUD*, n° 08, São Paulo, 1998.

MOTTA, M.B. Apresentação. In: Foucault, M. *Ditos e Escritos. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

PAIS, J.M. *Culturas Juvenis.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

_____; CAIRNS, David; PAPPAMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo soc.* , São Paulo, v. 17, n. 2, 2005 .

PASSETTI, E. Sociedade de Controle e Abolição da Punição. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo. Vol 13, jul/ago de 1999.

_____, (coord). *Violentados – Crianças, Adolescentes e Justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

PAIXÃO, A. L. *Recuperar ou Punir?* Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

PERROT, M. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, n° 09, março/abril/maio,1991. p. 45- 56.

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMNON, O. M. (org). Experimentos com histórias de vida (Itália - Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v. 5, 1988.

RAMALHO, J.R. *O Mundo do Crime* – A Ordem pelo Avesso. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RAMOS, G. *Memórias do Cárcere*. Vol. 1. São Paulo Livraria Martins Editora SA 1954.

RESUMO DA ASSOCIAÇÃO.

SAFFIOTI, H. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, G; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S. (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLA, F.A. *O encarceramento em São Paulo*: das enxovias à Penitenciária do Estado. (Tese de Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 1997.

_____. Os impasses da democracia brasileira –O balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. *Revista Lusotopie,* 2003 . p .419-435

_____. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, pg. 247-307.

_____ & Alvarez, M.C. Paulo Egídio e a sociologia criminal em São Paulo. *Tempo social*. Ver. Sociol. USP, São Paulo, 12 (1): 101-122, maio de 2000.

SILVA, R. da. *A eficácia sócio – pedagógica da pena de privação de liberdade*. Tese de Doutorado (Doutor em Educação). Junho/2001- USP.

SCOLESE, E. Por hora, 7 jovens entram nas prisões do país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 2007. Caderno Cotidiano, p C 1, 2007.

SONTAG, S. *Ensaios sobre a Fotografia*. Rio de Janeiro: Editora Arbor, 1983.

TOMASINI, M.B. e GARCIA, O.A.C. Biografia de César Lombroso. In: LOMBROSO, C. *O Homem Delinqüente*. Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Ricardo Lenz Editor, 2001.

THOMPSON, E.P., *A Formação da Classe Operária Inglesa III – A força dos trabalhadores*. São Paulo: Paz e Terra, s/d.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 9 (1): 5-41, maio 1997.

WACQUANT, L. *As Prisões da Miséria.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____, O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos Estudos*; nº 80, março de 2008.

ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan – UFRJ Editora, 1994.

_____. Crime organizado e crise institucional. In: *Violência & Sociedade*. São Paulo: Editora Letras & Letras, 2003. p. 35- 54.

_____. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: Schwarcz, L. M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil – 4 – Contrastes da Intimidade Contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes:

http:// admpenitenciaria.sp.gov.br/unid9.htm. Acesso em: 05/03/2004.

http://www.sap.sp.gov.br/common/dti/estatisticas/populacao.htm. Acesso em: 20/06/2006.

http://www.funap.sp.gov.br/. Acesso em: 04/03/2008.

ANEXOS

Anexo 1- Entrevistas com a Administração e Funcionários do C.R.

Diretora do Centro de Ressocialização.

Camila- A senhora poderia falar um pouco sobre o Centro de Ressocialização, como que ele foi constituído e qual a proposta de trabalho desse Centro e como que ela é efetivada?

Diretora- O Centro de Ressocialização foi criado para pessoas cujo o objetivo é deixar a vida do crime, e ter um índice melhor de ressocialização. É uma unidade com filosofia e metodologia de trabalho diferenciado, onde todos são tratados com humanização. Reeducandos que residem na comarca de [...][62] ou próxima dela. Trabalhamos com um menor número de reeducandos com baixa periculosidade e baixa agressividade. São reclusos que recebendo o tratamento digno provavelmente não retornaram para a vida delitiva. È realizado triagem para avaliação biopsicosocial do recluso. Na unidade temos o setor de educação, de laborterapia e o setor de profissionalização que está incluído na laborterapia. Assim preparando-os melhor para o retorno a sociedade e ter maior facilidade de reinserção social positiva. Podemos afirmar que o trabalho com um menor número de reeducandos, e da própria comunidade torna-se o acompanhamento mais efetivo. Todo esse trabalho busca diminuir a reincidência e a violência hoje existente.

C- Qual a sua rotina diária aqui no C.R.?

D – O meu trabalho é muito envolvido com os reeducandos, eu chego logo pela manhã às oito horas, normalmente. Entro, percorro a unidade, visitando as oficinas e o trabalho que está sendo desenvolvido. Acompanho também o trabalho do grupo técnico. O C.R por ser uma unidade pequena e trabalharmos em parceria com uma Ong e nós não temos um responsável do Estado pelo trabalho de ressocialização que seria o diretor de ressocialização e nós não temos um diretor de produção, então essa parte fica para a Ong, mas mesmo assim existe muita dificuldade em relação ao acompanhamento de todo esse trabalho, então fica o diretor geral que aqui sou eu para estar acompanhando todo esse trabalho para que tenha êxito, porque senão a gente não consegue levar uma unidade com trabalho, com projetos, que ainda eu acho que nós temos o desenvolvimento de poucos projetos e a gente pelo fato de não ter esse diretor responsável por isso sobrecarrega muito o diretor geral, então o diretor geral tem que acompanhar como eu faço, tanto o que existe da parte da Ong como da responsabilidade nossa que é o acompanhamento efetivo na aula de cultura, pocilga. Então é um trabalho muito envolvente e eu acompanho totalmente isso daí tanto que criei a pocilga, implantei a horta, foi tudo um envolvimento da diretora geral, tive apoios dos agentes de segurança, é, apoio nosso, dificilmente nós incorporamos apoio da Ong nesse sentido, então sobrecarrega muito o diretor geral da unidade. Então o meu cotidiano é muito cansativo, mas eu fico realizada porque a gente percebe o caminhamento da unidade e o apoio dos técnicos e então chega no final do dia a gente se sente realizado e dever cumprido.

C- E qual a sua relação com os reeducandos daqui?

[62] As chaves existentes nos anexos, foram postas para retirar qualquer referência ao local da pesquisa, como: nomes de cidades, fábricas existentes no CR e da ONG, garantindo assim que as pessoas que auxiliaram na pesquisa (detentos e funcionários do local) tivessem sua imagem preservada.

D – Eu os trato com muita dignidade, com muito respeito e também exige que o tratamento seja esse porque sendo o C.R. um trabalho que tem uma nova metodologia que tem uma nova filosofia de trabalho, tem que ser respeitada e isso eles sabem e eles respeitam muito e com isso a gente consegue dar uma tranqüilidade para os reeducandos e dar segurança a eles então o meu relacionamento é muito bom e como autoridade mesmo porque quando é o momento também de cobrar as normas, a disciplina isso também é cobrado e eles sabem que se não seguirem as normas estipuladas e se não seguirem a disciplina que é determinada eles são cobrados e remanejados da unidade, então eu mantenho um bom relacionamento mas um relacionamento de respeito e de cumprimento dos nossos deveres e dos deveres deles, e é exigido e é conseguido e eu tenho muito respeito e sou bastante respeitada entre eles.

C- E a sua relação com os demais funcionários da unidade?

D – Muito bom, é a gente mantém um relacionamento mesmo e eu acho que hoje um diretor para manter uma unidade funcionando bem ele tem que ser um diretor bem democrático e fazer com que a participação seja, que haja uma participação de todos principalmente em sugestões e os trabalhos a serem desenvolvidos, que façam reuniões, onde nessas reuniões a gente traça as metas e a gente é...qualquer assunto é discutido em colegiado e nós conseguimos manter um bom relacionamento dado essa maneira de ver as coisas e maneira de estar dirigindo, não se colocando assim sendo responsável por tudo, não. Deixando bem claro que todo trabalho positivo ou negativo compete a equipe que aqui trabalha.

C- E como que é o seu relacionamento com a Ong?

D– Nós enfrentamos muitas dificuldades porque eu sou uma pessoa que sabendo das responsabilidades grandes que a Ong tem e vendo que essas responsabilidades não estavam sendo cumpridas, me preocupava muito por isso que muitas coisas, nós mesmos do Estado passamos a fazer e cobrava muito e mesmo assim era difícil das providências serem tomadas, então eu não tenho um mau relacionamento não, mas, porque eu cheguei a uma conclusão que discutir, brigando não resolveria nada eu informava meus superiores e procurava fazer o que fosse necessário para que a unidade caminhasse bem porque o objetivo é o bom encaminhamento da unidade e para conseguir isso a gente batalhou muito, tivemos duas administrações muito complicadas. A última administração colaborou mais, ajudou muito, muito mesmo perto da primeira administração, agora a segunda está, essa última que está iniciando agora a gente está vendo a pessoa, o presidente tem muita vontade tem muito envolvimento com o trabalho da comunidade de [...] porém é uma pessoa muito ocupada e tem pouco tempo para se dedicar aqui para o nosso trabalho e isso está me preocupando muito porque se não houver um bom envolvimento não podemos conseguir os nossos objetivos e quando o C.R. foi criado o objetivo do Doutor Nagashi era o que? Fazer que a sociedade civil participasse efetivamente do nosso trabalho e isso não vem ocorrendo, desde o início. É muito pouco trabalho, é muito pouco a sociedade participando e isso dificulta, não corresponde os anseios do objetivo do C.R. mesmo: trazer a sociedade civil para dentro das unidades para ver a dificuldade que é trabalhar com os reeducandos, vivenciar esse período que eles estão aqui retidos, porque quando eles retornarem para a sociedade eles voltam para a própria comunidade de [...], Oriente então se eles estiverem participando, trabalhando junto com o Estado na recuperação desse homem aqui recluso, dessa pessoa reclusa quem vai ganhar é a comunidade de [...] principalmente.

C – E qual o perfil do reeducando daqui do C.R. ?

D – Bem, são pessoas que a gente acredita que ele tem o objetivo de deixar, de sair, de não voltar a vida do crime. Pessoas que não tenham praticado o ato com crueldade, pessoas que residem na comarca de [...] ou muito próxima a ela. Pessoas normalmente primarias ou até reincidentes, porém que tenha uma justificativa até para ter praticado o delito, que normalmente é o artigo 155, 157, pessoas que a gente acredita que até foi para a vida do crime dada a situação de vida que teve, a falta de um lar, de um estudo, da orientação, pais alcolistas, que não tem expectativa de vida nenhuma, que normalmente partiram para usar drogas e se tornaram as vezes pequenos traficantes, então são essas pessoas que a gente está investindo bastante, até com o trabalho do A.A, N.A. e, a gente acredita que se houver um acompanhamento, um trabalho aqui e esse trabalho der continuidade quando eles estiverem egressos então nós podemos até pensar um índice maior de, ou diminuir o índice de reincidência existente.

C- Existem muitos reeducandos jovens aqui no C.R.?

D – Sim, nós temos um número bem alto de jovens, de 20. De 18 a 22 anos nós temos 26%, de 23 a 27 anos 26% e 28 a 32 17%. Podemos observar que mais de 50% é, não, mais de 60 % dos reeducandos até 32 anos e a faixa etária de 18 a 27 anos 52%. Então é uma faixa etária que deve ser trabalhada muito por quê? Por que ainda vai permanecer muito nas atividades, tanto na criminal como se ressocializado na vida é, na vida normal entre os cidadãos. E esses dados são obtidos numa estatística recente que a gente está concluindo agora.

C- Muitos desses jovens são reincidentes? A senhora sabe se têm muitos reincidentes aqui no C.R.?

D- É nós temos, a gente até traz reincidentes para cá mas a maioria são primários, esses jovens, a grande maioria é primário.

C- O que a senhora acha que leva esses jovens, pois é um número muito alto à criminalidade?

D – É a falta de expectativa de vida, eles não tiveram como eu disse anteriormente, não tiveram um lar, não tiveram estudo na época certa, não tiveram uma família estruturada, então hoje ele não tem expectativa de vida, não tem um trabalho. Então o que que acontece? Ele parte para o uso da droga, necessitando da droga ele vai virar ou um pequeno traficante que vai roubar, que tem a necessidade de adquirir essa droga, para o consumo também. Agora, se nós não investirmos na causa não vamos conseguir através da recuperação diminuir esse índice, a política tem que investir mesmo é na família, é no menor enquanto no seio da família porque a partir do momento que esse menor deixa a família e vai para a rua, já se torna tarde o investimento nessa pessoa, tem que se investir, mas o certo é investir na família porque se a criança não recebe amor, não recebe o apoio necessário em época certa depois é muito mais difícil ser uma pessoa honesta e é muito observado pessoas que tem muita vontade de sair, de deixar a vida do crime, chegando lá fora as dificuldades são imensas, então volta para a vida do crime, então a gente vê que precisamos estar mesmo aumentando esse tipo de trabalho que ocorre no Centro de Ressocialização, é investir mesmo na pessoa e partir para um trabalho de bairro, um trabalho de comunidade com as famílias muito carentes para estar acreditando que a criança bem tratada será um bom cidadão.

C- Quantos reeducandos do C.R. trabalham?

D – Está existindo uma dificuldade muito grande a falta de trabalho na unidade, é uma situação que pertence à Ong também, mas eu tenho batalhado muito nesse sentido e eu vejo a falta, uma necessidade muito grande da Ong estar investindo na busca de trabalho. Nós estamos hoje em dia com 62%

trabalhando é muito pouco, nós temos que ter 100% trabalhando e isso não ocorre. Inclusive para a gente trabalhar numa unidade com os reeducandos, que tem serviço para todos é uma facilidade, enquanto nós, o Estado trabalhar na unidade que 40 e tantos por cento ficam sem trabalho, ociosos, se torna muito difícil e, nem existe a recuperação se não existir o trabalho. Nós não reabilitamos o preso ocioso e isso é de responsabilidade totalmente da Ong, só que a gente, eu tenho procurado, mas meu trabalho ultimamente está dificultando a busca de trabalho, então cabe a Ong estar investindo mais nesse setor e já tenho solicitado muitas vezes e agora com a nova diretoria também está tendo esse objetivo de buscar trabalho para montar o nosso trabalho.

C – Quais empresas atualmente têm oficinas implantadas aqui no C.R.?

D – Nós temos quatro empresas [...]

C- Porque que essas empresas se interessam em ter oficinas no C.R.?

D – Para obter vantagens como o pagamento de...eles têm a isenção dos encargos sociais, e isso daí onera muito o trabalho para eles e essa facilidade e também da mão-de-obra estar à disposição, eles trazem , nós temos reeducandos aí que...um não dá muito certo, a gente troca então isso traz uma vantagem muito grande para as empresas hoje em dia, mas mesmo assim tem as dificuldades deles estarem trazendo as empresas, das empresas estarem trazendo trabalho por quê? Por que como ocorrem rebeliões nas Penitenciárias, aí eles têm essa preocupação porque de repente pode perder todo o material, tem isso, mas é muito vantajoso para as empresas e para nós mais ainda porque o reeducando além de trabalhar ele tem a remissão de pena, a cada três dias trabalhados diminui na pena deles, então isso daí é muito importante para eles e eles sabem que se eles estiverem trabalhando é até um julgamento diferente mediante ao juiz.

C- Qual a média do salário mensal que os reeducandos que trabalham nas empresas instaladas no C.R. recebem?

D – Então, os reeducandos que trabalham nas empresas externas, eles têm como nós temos, vários reeducandos, acho que 22, 23 trabalhando nas empresas de [...]. Eles recebem um salário mínimo e aqui também os que trabalham externamente na [...] e numa que está instalando também, eles recebem o salário mínimo, agora dentro da unidade eles têm o salário por produção que é da [...], é o salário por produção, aí eles tiram em média cento e cinqüenta, duzentos reais por mês.

C- Esse trabalho seria a chamada laborterapia? Em que consiste essa laborterapia?

D- Isso. Consiste em todo o trabalho desenvolvido na unidade, não só o trabalho remunerado como também os reeducandos que prestam o serviço na cozinha, eles fazem toda a alimentação para os reeducandos, os que prestam o serviço na lavanderia, na limpeza da unidade, o barbeiro, o que cuida da cantina. Então todos esses trabalhos são considerados laborterapia.

C- Esses trabalhos de cozinha, da cantina e tudo mais não são remunerados?

D – Eles recebem uma remuneração. Do trabalho dessas pessoas que recebem o salário é tirado 25% para a Ong, aí a Ong repassa 15% para rateio, para todos que trabalham que fazem os serviços para o bem estar de todos os reeducandos, 15% e, 10% vai para o fundo social que é revertido em cursos profissionalizantes, cestas básicas para as famílias de alguns reeducandos mais necessitados.

C- Então quem trabalha nas empresas tem 25% tirado para o rateio?

D- Para o rateio.

C- Já houve rebelião ou motim no C.R ?

D- Não, nunca e já a quatro anos e dez meses que foi inaugurado e até hoje graças a Deus nunca ocorreu assim uma briga, um caso grave, então isso é fruto do trabalho que é desenvolvido, de um trabalho que há dignidade, que há respeito, onde há respeito com as pessoas que praticaram um erro, também tem, a gente também pode saber que há esse retorno também e isso aqui ocorre um bom relacionamento entre eles e quando a gente percebe que alguma coisa pode acontecer a gente procura evitar através de orientações, conversas, assembléias gerais.

C- O governo Estadual criou várias formas de Presídio aqui no Estado de São Paulo, que vai desde o Centro de Ressocialização ao Regime Disciplinar Diferenciado. A senhora poderia me dizer qual a grande diferença do Centro de Ressocialização em relação a esses outros regimes e como que é decidido para onde que o infrator deve ir? Em que insttância que isso é decidido?

D- Existe uma grande diferença entre todos porque o Centro de Ressocialização, ele tem uma característica de trabalhar só com os reeducandos da comarca. O objetivo é fazer com que os reeducandos fiquem bem próximo à família e pessoas que a gente investe muito, pessoas de baixa periculosidade, pessoas que a gente acredita na sua recuperação. Errou, não está ainda envolvido na vida do crime, está ainda iniciando e o trabalho é para que ele não se estruture na vida do crime, enquanto que o RDD, o Regime Diferenciado é para simplesmente ficar com pessoas de alta periculosidade, pessoas que não dera, certo nos regimes de segurança máxima, segurança máxima ou até média segurança, que tem penitenciárias que são de média segurança e penitenciárias que são de segurança máxima e se ocorre uma tentativa de fuga então essas pessoas, já dentro de uma resolução, essas pessoas são encaminhadas para o RDD e ali eles tem que cumprir todo o regulamento daquela unidade que é um regulamento bastante rigoroso, para que essas pessoas não voltem a cometer esses delitos. As pessoas que vão para lá são as pessoas de alta periculosidade então é totalmente o atendimento diferente das de máxima ou mínima, ou baixa periculosidade e muito mais ainda do Centro de Ressocialização. Em razão de quem decide, por exemplo, houve uma tentativa de fuga em uma unidade, o diretor viu que essa pessoa não tem condições mais de permanecer na unidade local, então três meses normalmente permanece e o diretor passa o que ocorreu para o coordenador e o coordenador já encaminha para a secretaria e aí então a decisão se manda ou não para o RDD.

C- Dos reeducandos que trabalham, quantos trabalham para empresas instaladas aqui dentro do C.R.?

D- No momento nós estamos com um baixo índice de reeducandos trabalhando, temos muitos do Regime Semi-Aberto, uns quarenta que trabalham externamente em empresas, em fazenda, agora aqui dentro nós estamos com uma média de sessenta trabalhando para empresas, muito baixo e, nós perdemos algumas empresas, tem duas empresas, uma iniciando, que já contratou quinze reeducandos, além das outras que existiam, outra empresa também, mais duas empresas iniciando, essa que iniciou tem expectativa de contratar até cinqüenta reeducandos, então a gente acredita que dentro de dois meses no máximo nós vamos ter no mínimo uns cem reeducandos trabalhando em empresas, agora todos, a grande maioria dos reeducandos trabalham porque são eles que cuidam da unidade, faxina, jardim, a cozinha, lavanderia, biblioteca. Então quase todos prestam algum tipo de trabalho.

C- Existem reeducandos aqui no C.R. que pertencem a facções criminosas ou não?

D- Não, não existe. Às vezes até chega para a gente que pode ter pessoas que pode ter algum envolvimento com a facção só que a gente até hoje não encontrou ninguém que faça parte. Quando a

gente tem alguma dúvida, não é certeza, a gente nem deixa na unidade para ter certeza mesmo, então a gente tira da unidade porque nós não podemos ter ninguém de facção aqui não porque senão pode atrapalhar todo o trabalho que vem sendo construído nestes cinco anos, ainda mais nesse momento que estamos vivendo, então se tem alguma denúncia, nós fazemos todos uma pesquisa para não sermos injustos também, se a gente perceber, não ter certeza, mas percebe que existe algum fundamento essa pessoa é remanejada para uma Penitenciária.

C- Depois dos ataques do Primeiro Comando da Capital, houve alguma mudança na rotina do Centro de Ressocialização?

D- Não, não houve não. A gente nenhum dia deixou de trabalhar, a gente não sentiu alteração no comportamento deles e a gente tem conversado muito, com assembléia, com reunião com todos, falando do compromisso deles e aqui é uma outra realidade e do não envolvimento com isso daí e até o presente momento a gente percebe que não há alteração em nenhum sentido, em comportamento em postura, em nenhum sentido a gente percebeu alteração.

C- A senhora acredita na ressocialização dos infratores aqui através do C.R.?

D – Acredito sim, eu acredito e nós já temos constatado. È pouco tempo ainda de trabalho, só cinco anos mas a gente acompanhou muitos reeducandos que trabalharam aqui na unidade, tiveram acompanhamento terapêutico, depois acompanhamento de orientação, laborterápico, acompanhamento nosso, ganhou o Semi-Aberto, conseguiu empresa e tem muitos que continuam trabalhando nas empresas. Eles prestam serviço enquanto estão aqui e depois são contratados pelas empresas, mas seria utopia a gente acreditar que vão se recuperar todos mas é um índice muito acima do índice de uma Penitenciária, então é muito interessante o governo estar investindo nesse tipo de trabalho que é o do Centro de Ressocialização, pois trabalhamos com menos pessoas, conhecemos mais as pessoas pelo fato de ser da nossa comunidade. A família colabora muito na recuperação porque não existe recuperação sem a participação efetiva da família, ao passo que se trabalhar com reeducandos de comarcas muito longe, de cidades como São Paulo isso aí, é muito mais complicado a gente seguir e ter esse acompanhamento para ver se deu certo o trabalho, se recuperou ou não.

Diretor de Disciplina e Segurança.

Camila- Qual a sua formação profissional?

Diretor de Disciplina e Segurança – Sou formado em Educação Física pela Faculdade de educação Física [...] e estou cursando o terceiro ano de direito na Fundação.

C- Há quanto tempo o senhor trabalha aqui no C.R.?

D- Estou desde a implantação do C.R. há aproximadamente quatro anos e nove meses.

C – Antes do C.R. o senhor trabalhou em algum outro tipo de sistema penitenciário, em presídio?

D – Eu trabalhei nove anos na penitenciária de [...].

C – E quais as diferenças que o senhor vê do C.R. e da Penitenciária de [...]?

D – Na penitenciária, o modelo de trabalho que a gente tinha era diferente porque lá eu trabalhava na segurança e na disciplina durante sete anos, durante três anos, três anos e meio eu trabalhei no setor de educação. Eu trabalhava mais com o pessoal que implementava o estudo na unidade com o setor de

educação, com os professores da Funap. No C.R. eu vim como diretor de segurança e disciplina, é um modelo de trabalho totalmente diferente porque a unidade penitenciária de [...] é de regime fechado e os presos que nós tínhamos lá na unidade na época são todos condenados em regime fechado e com um grau de periculosidade bem maior do que o do C.R. No C.R. nós escolhemos através de entrevistas os presos que vem cumprir pena aqui. Nós tiramos todos da Cadeia Pública de [...] e, o trabalho nosso aqui é diferente que são com presos de baixa periculosidade.

C- Em que consiste a sua função aqui no C.R.?

D – Bom, a minha função é a diretoria de segurança e disciplina. Nós que fazemos as entrevistas com os presos para trazer eles para cá, nós que coordenamos toda a movimentação dos presos dentro da unidade, a entrada e a saída deles e é a gente que organiza todo o setor de segurança junto com os agentes de segurança.

C- O senhor é concursado?

D- Sou concursado.

C- Qual a sua relação com os internos daqui?

D – A minha relação com os internos é a melhor possível, a gente procura passar para eles um clima bem tranqüilo quanto à estadia deles aqui na unidade para que eles cumpram a pena de uma forma bem adequada e transcorra todo o processo de cumprimento de pena de uma forma bem adequada sem transtornos para a unidade, para eles, para a família deles, para que eles cumpram a pena de uma forma bem adequada.

C- Qual a sua relação com os demais funcionários do lugar?

D – Nós temos muito diálogo, porque o trabalho a gente tem que colocar na cabeça dos agentes que todos vieram de uma Penitenciária, o trabalho aqui no C.R. é diferente, a gente tem que estar sempre orientando eles para que passem para os reeducandos tranqüilidade, que o trato para com o homem preso seja de uma forma bem tranqüila, para que a gente não tenha problema de indisciplina tanto por parte dos presos para com os funcionários como dos funcionários para com os presos.

C – E a sua rotina diária no C.R. como que ela é?

D – A rotina diária, a gente chega de manhã, a gente faz atendimentos diários com os internos, nós despachamos os benefícios, assinamos os benefícios que vão ao Fórum, às terças-feiras a gente vai até [...] fazer entrevistas com os presos que estão na Cadeia Pública e no decorrer do dia a gente vistoria os setores, a gente anda por dentro da unidade para verificar se está tudo em ordem, a gente orienta os agentes para o trabalho, despacha quando o preso é do regime Semi- Aberto para trabalhar em [...] ou aqui na área externa e orienta os presos quando vão para o fórum, assina as saídas para o Fórum e outros serviços, incluem os presos quando chegam de [...]. Todo esse procedimento é feito pela gente fora outros.

C- Muitos presos daqui trabalham em oficinas aqui dentro?

D- O setor de trabalho é mais com o pessoal da Ong, a gente quase não se envolve muito com essa parte, a gente procura ajudar o encarregado do setor de trabalho, encaminhando pessoas que pedem para a gente quando nós fazemos as entrevistas principalmente os condenados porque os condenados ganham remissão de pena e a gente procura estar encaixando eles nas oficinas de trabalho, mas a parte de trabalho interno é mais com o rapaz encarregado do trabalho interno, a gente só encaminha presos para o setor de

lavanderia, esse é um encaminhamento que eu faço, encaminhamento para o setor de administração, encaminhamento para o setor de área externa que são os presos do regime Semi- Aberto. Nós temos em média quarenta presos do Regime Semi-Aberto trabalhando fora da unidade, em [...] temos dez e temos trinta trabalhando aqui na área externa, fora do C.R., são todos eu que encaminho.

C – E esses dez que vão trabalhar, você que faz contato com as empresas ou elas que procuram o C.R.? Como é que é?

D - Muitos, a família que consegue emprego para o preso, para o reeducando, outras as firmas entram em contato conosco solicitando que possamos arrumar presos para estar trabalhando lá, de acordo com a capacidade que a pessoa tem, com a formação que a pessoa tem. Algumas empresas a gente indica, a maioria delas são a família que consegue o trabalho, só que a orientação é feita toda por mim e pelo grupo técnico, uma psicóloga e uma assistente social antes deles saírem para trabalhar.

C- E eles saem de manhã e voltam à noite?

D – Saem por volta de seis e meia da manhã, entre seis e quinze e seis e meia da manhã e retorna entre dezoito e trinta e vinte horas.

C- Você entra e sai que horas daqui do presídio? Qual o seu horário de entrada e de saída?

D- Do C.R?

C- É.

D- Eu entro por volta de oito horas da manhã e saio entre as dezessete e trinta e dezoito horas.

C- Todos os dias?

D- Todos os dias. Aos domingos pelo menos uma vez por mês eu venho trabalhar no dia de visita aqui para dar plantão.

C- Quais os tipos de Regime que existem aqui no C.R?

D- Bom Camila, os tipos de Regime. Nós quando vamos em [...], nós procuramos escolher as pessoas que não tenha muita agressividade que não tenha muita periculosidade, que não seja um crime que esteja envolvido em algum tipo de facção criminosa que nós não permitimos que grupos de facção criminosa venham para a nossa unidade.

C- Nessa unidade não tem nenhuma facção?

D- Não. Não existe grupo de facção criminosa nenhum. Os presos que vem para o C.R. de [...] são presos da região de [...], nós buscamos presos em [...] também, na Cadeia Pública de [...] e aqui em [...] também a gente procura trazer pessoas de [...]. É existe realmente pessoas aqui que tem família fora, vou dar um exemplo para você que tem família em São Paulo, eu tenho um preso aqui que tem família em São Paulo, mas só que o delito dele sendo em [...] e respondendo o processo em [...], se for um preso de baixa periculosidade se for um preso que tem bom comportamento que a gente observar que dá para cumprir pena aqui no C.R. nós trazemos ele para cá, mas a norma do sistema é que nós só trazemos presos da região de [...], que tenha família em [...]. É uma norma que a gente tem. Quando o preso chega aqui a gente procura verificar se ele não tem nenhum outro processo em outra cidade, se ele tiver a gente procura evitar. Nessa escolha em [...] a gente verifica com a assistente social e a psicóloga que se ele não cometeu um delito que tenha causado muito transtorno na sociedade, que não tenha causado muito problema à sociedade, um problema muito grave, se for envolvido, por exemplo, com quadrilha nós não trazemos para cá mesmo que seja de [...]. Ele chegando aqui ele fica em observação por volta de uma semana mais

ou menos, depois dessa uma semana a gente vai reavaliar ele, vai entrevistar ele para ver se ele não tem nenhum problema na unidade, se ele tiver problema de inimigo na unidade, a gente remove ele para a Penitenciária. O preso que comete uma falta grave aqui no CR de [...], por exemplo, se ele é pego com alguma quantidade de droga aqui dentro, ou tentando entrar com droga para a unidade, nós removemos ele para a Penitenciária de [...], se ele brigar dentro do CR, ele será removido para a Penitenciária de [...] também ou Penitenciária da região. Então nós não admitimos indisciplina aqui dentro, ta, a gente procura ser bem rigoroso nessa parte.

C- E já teve aqui algum tipo de rebelião, ou motim, fuga aqui dentro do CR? Você já teve que lidar com isso nesses anos que você esteve aqui?

D- Nesses quase cinco anos nós nunca tivemos um movimento subversivo aqui dentro, ta? De fazer rebelião, motim nós nunca tivemos. Problema com fuga nós já tivemos sim, a maioria dos problemas de fuga que a gente tem, não são nem fuga são evasão. São pessoas do Semi-Aberto que vão para a saída temporária e não retornam, pessoas que vão trabalhar em [...] e não retornam, mas fuga de dentro da unidade faz bastante tempo que a gente não tem, são poucas. Os tipos de delito que eu poderia estar passando para você que a gente tem aqui no CR são desde o artigo 155, artigo 157 que é roubo, 155 que é furto, artigo 12 que é tráfico de drogas, nós temos artigo 121 que são homicidas, nós temos artigo 214 que são pessoas que cometeram atentado ao pudor, nós temos artigo 171 que são estelionatários, artigo 180 que são receptação de coisas roubadas, nós temos artigo 14, artigo 12, 16 da lei nova do porte de arma. Temos por volta de oitenta condenados, temos sessenta, cinqüenta e cinco semi-abertos, regime semi–aberto, e nós temos em média mais uns sessenta presos provisórios respondendo processo no Fórum de [...].

Agente de Segurança Penitenciária

Camila - Qual sua formação profissional?

Agente de Segurança Penitenciária 1 -Agente Penitenciário.

Camila - Há quanto tempo você trabalha aqui no C.R.?

ASP 1 -Quatro anos e no sistema oito.

Camila - E em que outros lugares você trabalhou do sistema?

ASP 1 -Em [...].

Camila - E qual a diferença que você observou entra [...] e o C.R.?

ASP 1 -Aqui o sistema é mais brando, aqui visa realmente à reabilitação, a gente quase não vê aqui índices de criminalidade como acontece nas penitenciárias, não encontra facção, entendeu? Aqui realmente, uma das poucas coisas que o governo nosso conseguiu acertar foi na construção desse Centro de Ressocialização, mesmo, né.

Camila - Você é concursado?

ASP 1 -Sou, graças a Deus.

Camila - E qual a sua relação com os internos daqui?

ASP 1 -Tranqüila viu? Até hoje, como até nas penitenciárias nunca tive nenhum... nunca sofri nenhum desacato, tranqüilo.

Camila - E a sua relação com os demais funcionários do lugar?

ASP 1 -Também é totalmente tranqüila.

Camila - A sua rotina diária aqui no C.R., como que ela é?

ASP 1 -Olha é uma coisa muito monótona, viu? Acho que em todo o sistema. Tem nossos postos predeterminados, já entendeu? Uma coisa entediante. Infelizmente o sistema faz com que a gente caia numa rotina terrível. É chegar de manhã, bater chave, liberar preso para trabalhar, para almoçar, jantar e nada mais do que isso. É o nosso papel.

Camila - Você trabalha todo dia ou faz turno?

ASP 1 -Não, faço turno. Doze por trinta e seis.

Camila - Você entra e sai que horas aqui do C.R.?

ASP 1 -Entro às seis da manhã e saio às dezoito horas.

Camila - E existem muitos reeducandos jovens aqui no C.R. Para você o que faz com que esses jovens adentrem o caminho do crime?

ASP 1 -Olha, a minha idéia é falta de oportunidade, entendeu? Uma falta de maior investimento social do nosso governo em cima disso, um alto consumo de droga, entendeu? A droga mais conhecida como crack, estão trazendo muita população para cá. Mas o básico é isso, falta de investimento social, tem que investir mais na educação, principalmente na educação e no esporte.

Camila - E já teve aqui algum tipo de rebelião, motim, fuga? Você já teve que lidar com isso?

ASP 1 -Já. Fuga, já. Rebelião, motim, não, mas fuga eu já tive a oportunidade sim. Inclusive eu consegui até pegar um rapaz tentando pular a muralha, consegui segurar ele pela força, mas fora isso tudo tranqüilo.

Camila - E você acredita que ao sair daqui esses jovens saem ressocializados?

ASP 1 -Olha, alguns sim, alguns não, entendeu? Isso vai muito da personalidade da pessoa, porque não adianta o sistema trabalhar em cima se a pessoa não tem a vontade de se reabilitar, entendeu? Mas aquele que tem realmente vontade de se reabilitar, aqui o sistema, ele contribui para que isso aconteça.

Camila - Você gosta de se agente penitenciário ou é uma forma de ganhar a vida?

ASP 1 -Olha por mais que pareça incrível, eu gosto viu? Por incrível que pareça eu gosto.

Agente de Segurança Penitenciária.

Camila - Sua formação profissional?

Agente de Segurança Penitenciária 2 - Profissional? Eu sou contador.

Camila - E há quanto tempo trabalha aqui no C.R.?

ASP 2 - No C.R. desde o início.

Camila - Antes de trabalhar aqui no C.R. trabalhou em outro lugar do sistema penitenciário?

ASP 2 - Na Penitenciária de [...], durante três anos.

Camila - O senhor observou alguma diferença entre [...] e o C.R?

ASP 2 - Com certeza.

Camila - Quais as diferenças?

ASP 2 - Aí é difícil hein? É difícil responder, com relação ao ambiente de trabalho é outro, outro ambiente. Não tem muito o que... digamos assim o sistema, a forma de trabalho aqui é bem diferente de lá. O relacionamento entre preso e funcionário é outro. No presídio o preso não pode vir conversar com o funcionário se não tiver autorização de um outro preso chefe, aqui no C.R. não, aqui você conversa com qualquer um. Aqui nem parece que é preso, parece que é tudo um grande conglomerado de pessoas, que estão trabalhando para um bem comum, um objetivo só.

Camila - Em que consiste sua função aqui no C.R.?

ASP 2 - Agente de Segurança Penitenciário.

Camila - O senhor é concursado?

ASP 2 - Sim senhora.

Camila - E qual a sua relação com os internos daqui?

ASP 2 - É boa, a gente tem um relacionamento bom, a não ser aqueles... sempre tem um para dar problema, né? Aí a gente tem que ser um pouquinho mais rígido, um pouquinho mais exigente. Exigir um pouquinho mais de disciplina para poder conter a ansiosidade dos meninos aí.

Camila - E a sua relação com os demais funcionários do lugar?

ASP 2 - Também é boa, graças a Deus não tenho nada a reclamar não, a gente tem um relacionamento interpessoal muito bom. Sem muita divergência, coisa do dia-a –dia.

Camila - E a sua rotina diária aqui no C.R. como que ela é?

ASP 2 - Eu abro e fecho porta, revisto preso, faço revista diária, a gente vê parte de segurança, disciplina, revista de reeducando, ordem.

Camila - Você entra e sai que horas aqui do C.R.?

ASP 2 - Entro às seis e saio às dezoito.

Camila - Todos os dias, ou não?

ASP 2 - Dia sim dia não.

Camila - Existem no C.R. muitos reeducandos jovens, para você o que você acha que faz com que esses jovens sigam o caminho do crime?

ASP 2 - Drogas. Se não existisse droga e, isso não é declaração minha, isso são os verdadeiros bandidos que falam isso. Se não existisse drogas, não iria existir um terço das cadeias que existem hoje.Isso não é meu não, isso é deles mesmo. Os bandidão, bandidão mesmo, que falam.

Camila - Já teve aqui algum tipo de rebelião, motim ou fuga? Você já teve que lidar com isso no tempo que trabalhou aqui?

ASP 2 - Nem aqui, nem no outro serviço que eu trabalhei, graças a Deus. Fuga já, já peguei um pelo pé, tava pulando a cerca eu peguei o bichinho pelo pé.

Camila - Trouxe para dentro de volta?

ASP 2 - É assim, tivemos que exercer um pouquinho de atividade física, né, mais contemos ele e trouxemos para dentro da unidade novamente.

Camila - Você acredita que ao sair daqui esses jovens saem ressocializados?

ASP 2 - Aqueles que querem sim, aqueles que tem objetivo sim, senão... mais de 90 % da população jovem é muito difícil eles não voltarem, por causa da droga, porque a maioria, 90% daqui é droga, é tudo drogado.

Anexo 2- Entrevistas com a Presidência e Funcionários da ONG.

Presidente da ONG.

Camila - Qual a sua formação profissional?

Pres. ONG - Superior completo. Sociólogo.

C - Qual o cargo que o senhor ocupa na [...]?

Pres. ONG - Presidente.

C- Há quanto tempo está nesse cargo?

Pres. ONG - Há uns três meses.

C - Em que consiste as suas atribuições nesse cargo?

Pres. ONG - De um modo geral, acompanhar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela ONG lá. Tem um conjunto de serviços que a ONG administra e a gente tem que estar acompanhando os problemas afeto à esses serviços que são prestados pela ONG.

C - E qual a sua rotina em relação a esse cargo?

Pres. ONG - Apesar de não estar lá todos os dias, a gente tem uma gerente que é o elo de ligação com a direção da ONG. Eventualmente eu estou lá, a gente faz reunião com os funcionários, mas a gente faz bastante reuniões fora, com a diretoria da ONG e como o gerente nos passa os problemas, nós discutimos e depois fazemos reuniões lá com os funcionários para discutir os encaminhamentos.

C - E além da [...], o senhor exerce outra função, fora da ONG?

Pres. ONG - Pois é, não estar lá todos os dias é porque eu também estou fazendo o mestrado na área de Segurança Pública e eu exerço função no Comitê Gestor de Segurança e Qualidade de Vida que é um órgão vinculado aí à Prefeitura Municipal.

C- Antes de entrar na [...] o senhor trabalhou em alguma outra ONG?

Pres. ONG - Eu sempre estive ligado ao Movimento Social, então eu sou presidente também de uma Associação de Moradores do bairro em que eu moro e tenho uma vinculação, uma participação grande com os Conselhos Comunitários de Segurança, que de uma certa forma acaba fazendo o serviço que uma ONG faz.

C - O senhor é remunerado pela [...] ou o trabalho é voluntário?

Pres. ONG - Não, o trabalho é voluntário, tanto na [...] como na Associação de Bairro, no Conselho de Segurança.

C - E o senhor poderia falar um pouco sobre o que é a [...]?

Pres. ONG - A [...] é a filosofia, a proposta de trabalho que existe aí há cinco anos com a criação das ONGs que é uma parceria entre o Estado e a sociedade civil, ela tem por objetivo a recuperação, é uma proposta de humanização do Sistema Penitenciário. O princípio em geral é esse. E ela presta assistência

nas diversas áreas, saúde, jurídica, educacional, na geração de emprego, psicológica, então a gente procura através dessa parceria estar inserindo o reeducando na comunidade quando ele sair de lá.

C - E esse tipo de ONG existe em todos os C.R.'s?

Pres. ONG - É uma proposta do governo, que foi implantada durante o governo do Geraldo Alckmin e eu tenho conhecimento de mais de vinte C.R.'s aproximadamente, vinte cidades que dispõe dessa parceria.

C - Qual a relação que a [...] tem com o governo estadual?

Pres. ONG - É um trabalho conjunto, né. Existe as atribuições da ONG e do governo estadual, da Secretaria de Segurança Pública, ela é responsável pela parte da disciplina, dos processos que chegam até lá, da triagem, mas isso é feito também em parceria com a ONG. A ONG cuidaria mais dessa parte da assistência ao reeducando, à sua família.

C - E o governo estadual repassa verba para a [...]?

Pres. ONG - Isso. Existe um plano de trabalho, isso a cada ano é feito uma reunião de avaliação entre a diretoria da ONG com os representantes da SAP local, onde existe o C.R. e os representantes da coordenadoria da Segurança Pública, é feito uma pactuação, é feita uma avaliação do trabalho que foi desenvolvido durante o ano e é feito uma nova pactuação para renovação ou não do convênio, aí deve-se cumprir alguns critérios, o plano de trabalho, então tudo isso é verificado nesse momento que é feita a renovação do convênio e durante o processo, né? As ocorrências que ocorrem durante o processo, também elas vão sendo avaliadas e encaminhadas aí na medida do possível.

C - E o senhor tem relação direta com os internos do C.R.?

Pres. ONG - Não com freqüência. Existem as datas comemorativas, a gente está sempre por lá quando tem reunião. A gente tem alguns reeducandos que já estão integrados ali junto com a ONG, presta alguns serviços ali, então a gente tem contato. E quando tem as atividades deles comemorativas, que visa a integração da família dos próprios reeducandos, a gente tem conatos com eles, conversa.

C - E qual a sua relação com os demais funcionários do C.R.? Tanto aqueles por parte do Estado quanto da [...]?

Pres. ONG - A relação de um modo geral é boa, como eu disse, eu estou há dois meses, vai para três meses na presidência, eu não tenho tanto contato com os funcionários da SAP, meu contato maior tem sido com o conjunto dos funcionários da ONG. Da SAP a gente tem eventualmente participado de uma reunião, mas eu posso dizer que as relações elas são boas.

C - Quantos funcionários a [...] emprega?

Pres. ONG - Olha nós temos hoje por volta, um corpo formado por dezesseis profissionais, são dois psicólogos, dois assistentes sociais, uma professora, a gerente, tem um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, dois funcionários da cozinha, duas cozinheiras, um funcionário encarregado da produção e três escriturários, tem o psiquiatra também e o dentista.

C - E o senhor acredita na ressocialização a partir do C.R.?

Pres. ONG - Eu acredito, a experiência pelo menos aqui em [...] tem demonstrado, eu não tenho os números aqui, mas a experiência tem demonstrado que o índice de reincidência é baixo, é muito pequeno em relação ao modelo tradicional. Então eu acredito sim na ressocialização, além do que a parceria tem se mostrado positiva na questão da diminuição do custo para o Estado, eu não lembro os números exatos. Além do que é mais transparente, acredito que através da ONG você tem a sociedade civil organizada,

participando de uma coisa que a sociedade como um todo deveria conhecer mais, porque existe um preconceito muito grande em relação ao reeducando de um modo geral, ao detento de um modo geral.

Gerente da ONG.

Camila - Qual a sua formação profissional?
Gerente da ONG - Eu sou socióloga, formada pela Unesp de [...].
C - A senhora é funcionária da ONG?
Gerente da ONG - Sim.
C- Há quanto tempo está trabalhando aqui no C.R?
Gerente da ONG - Há cinco meses.
C - E qual a sua função na ONG?
Gerente da ONG - Eu sou gerente administrativa.
C- Já trabalhou em outros presídios?
Gerente da ONG - Não, é a primeira vez nesse segmento.
C - A senhora vê diferenças entre o C.R. e os outros presídios?
Gerente da ONG - Olha pelo que eu estou vendo agora, que é uma experiência bem peculiar há uma diferença sim entre C.R. e presídio, agora entre um e outro, pelo o que eu vejo as filosofias são bem diferentes. O C.R. tem a filosofia da ressocialização e presídio eu creio que seja mais um lugar assim para guardar as pessoas. Aqui a gente tem um propósito diferente.
C - Qual é a sua rotina diária aqui no C.R?
Gerente da ONG - Bom, aqui eu tenho uma rotina burocrática, que eu não gosto, que eu não estava preparada, mas que me foi colocada. Eu faço compras, eu tenho que fazer pesquisa de preço, cotação, eu faço a compra de todo o material que é consumido aqui, toda a alimentação que é consumida, todo material que é comprado eu tenho que fazer pesquisa de preço e eu que adquiro e também eu supervisiono o trabalho de toda a equipe. São quinze pessoas sobre a minha coordenação: as assistentes sociais, psicólogas, médico, enfermeiro, pessoal da produção e eu tenho que supervisionar até o trabalho da faxina dos presos, a parte de produção, as oficinas que existem lá fora o trabalho deles, a pocilga, a horta. Tenho que estar coordenado tudo, é tudo sobre a minha responsabilidade.
C- As oficinas das fábricas que vêm para cá são responsabilidade da ONG?
Gerente da ONG - Isso. Nós temos duas pessoas que coordenam a parte de produção, eles são responsáveis por estar arrumando os reeducandos para trabalhar e são responsáveis pelo pagamento, então como se fosse uma parte de recursos humanos de uma empresa, eles fazem aqui dentro da ONG, tratando dessa parte de trabalho.
C - Quantas empresas estão trabalhando aqui dentro?
Gerente da ONG - Atualmente nós temos cinco empresas.
C - Quais são elas?

Gerente da ONG - A [...] que é uma empresa que fabrica pastas que é de Vera Cruz, temos a [...], que tem uma loja na cidade, é tudo produzido aqui, temos a [...] que é no segmento de concreto, trabalha com concreto, tem a parte da Jazam que tem alguns serviços temporários, que o pessoal monta caixas e tem assim vários presos, que nem hoje na casa nós temos oitenta e sete reeducandos trabalhando fora da casa e mais setenta que fazem serviços internos, então desses oitenta e sete que trabalham fora nós temos em várias empresas da cidade, inclusive sindicatos, então, não só a mão-de-obra está sendo absorvida aqui com as empresas que colocam a oficina aqui mas lá fora também.

C - A [...] trabalha com o quê?

Gerente da ONG - Fabricação de cadeiras. Nós temos duas oficinas, tem a oficina do lado de fora que tem dois galpões, eles aumentaram agora, então faz a parte de serralheria, então monta-se os móveis, então quem está no regime semi-aberto pode trabalhar ali do lado de fora, quando eu falo lá fora é aqui no intra-muros ainda e, tem uma outra oficina aqui dentro onde são trançadas as cadeiras que eles fazem um trabalho tipo de vime. Então é trançado aqui para o pessoal que é do fechado, que não pode ir lá para fora, então trabalha na oficina aqui dentro, fazendo as tranças.

C - É uma porcentagem bem grande de presos que trabalham, então?

Gerente da ONG - A maioria trabalha. Nós temos aqui, de uma população de 185. Estava variando de 180 até 195, o último mês, nós estamos...no último relatório que chegou aqui são 157 trabalhando. Então, uma porcentagem boa, porque tem aquele pessoal que fica no provisório, então não quer nada, eles acham que vão sair logo, então eles não querem entrar em nada, não querem fazer nada. Tem um problema com drogas, tem um pessoal que se droga à noite e dorme de dia, embora não se tenha assim uma fala oficial de que isso acontece, mas na realidade acontece. Então tem um pessoal que tem m desinteresse por causa da droga e aqui a gente tem muito problema de depressão, tem um pessoal que chega aqui e a reclusão faz com que ele se deprima, então são pessoas que são dependentes de remédios, ou mesmo pela abstinência da droga lá de fora, então tem todo um problema, mas é uma porcentagem bem pequena se você vê pela quantidade que fica sem trabalhar por esses motivos, é pequena.

C - Você poderia falar um pouquinho mais sobre o que é a [...]?

Gerente da ONG - Bom, a [...] ela é uma Ong. Pelo o que eu sei, eu posso estar equivocada porque eu não tenho assim informações tão sólidas, foi o que eu fui captando aqui durante esses cinco meses. Quando da implantação do Centro de Ressocialização, o Estado ele pediu para que se criassem Ong's para que se pudesse gerir em parceria. Para que o CR fosse gerido em parceria do Estado com Ong's. Eu acredito que para não ter tantos problemas com a evasão do dinheiro público, com a má utilização. Então o que se pede? Que se faça uma parceria com o terceiro setor para fazer essa administração. Então pelo que eu percebo, foi isso que aconteceu e a Ong está aqui desenvolvendo esse papel. O Estado dirige a parte de disciplina, a parte burocrática, protocolar, essas coisas e a Ong trabalha a parte social, a parte de ressocialização e a parte de consumo, essas coisas.

C - Qual é a sua relação com os reeducandos do local?

Gerente da ONG - Olha, como a gente entra bastante lá, a gente cuida muito da parte de cursos, eu procuro estar trazendo sempre bastante curso para manterem ocupados inclusive aqueles que eu estava falando anteriormente que não tem ocupação. Quando eu cheguei aqui havia uma quantidade de cursos pequena e com períodos muito extensos e a escolha da clientela, do pessoal que ia fazer esse curso era

assim: eles tiravam o pessoal que já estava lá no serviço e colocava para fazer os cursos, então quando eu cheguei, eu fui direto nesse pessoal, pedi que fizesse um levantamento de quem não estava fazendo nada. Quem não estava estudando, porquê é obrigatório estudar também, só que tem gente que não vai nessa obrigatoriedade. Então eu pedi que fizesse um levantamento do pessoal que estava sem estudar e sem trabalhar e pedi para a diretoria que se fizesse uma coisa até autoritária, mas que eu achei necessária no início, de colocar esse pessoal dentro da sala de aula para pelo menos eles poderem conhecer a metodologia do curso, forçá-los a ficar ali pelo menos a primeira e segunda aula para eles verem, para eles conhecerem, falarem assim: eu não quero fazer, mas com conhecimento de causa. Então eu queria que eles tivessem oportunidade de olhar, de ter conhecimento para depois dizer não e, melhorou bastante. O pessoal tem aproveitado bastante os cursos que a gente tem trazido. Então a gente está sempre lá junto com eles, então eu coordeno a parte da cozinha, tem uma cozinheira em cada plantão, mas sou eu que compro, eu coordeno o cardápio, então eu estou direto lá com eles. No início, aqui também o pessoal que faz a limpeza, que cuida de tudo... Aqui tem gente que trabalha aqui na frente, no estacionamento, tem cinco, seis que ficam aqui, que cuidam da limpeza externa, tem mais uns cinco aqui na limpeza interna. A gente convive com eles diariamente, são pessoas. Eu procuro nem assim: ah, o que fez? Não, eu vejo o ser humano do jeito que ele está ali e vem e me respeita e eu respeito também. Eu tive uma carta branca da diretora. Quando eu cheguei aqui o pessoal vinha querer conversar e eu não sabia se podia ou não, ela falou que eu posso, então às vezes eu chamo, eu vejo que está tendo algum problema, às vezes os próprios psicólogos as assistentes trazem alguns problemas dele para mim, algum problema com a família, ou com eles mesmo, aí a gente se reúne e eu opino e às vezes eu chamo para conversar. Quando vai embora também, eu chamo para conversar, para dar assim um apoio, para tentar dar uma direção para eles lá fora. Então eu tenho um contato direto.

C - E a sua relação com os outros funcionários, tanto os da Ong quanto os da parte do Estado, como é?

Gerente da ONG - Olha, eu acho que é normal, tem sempre assim uma coisa esquisita de você estar coordenando uma coisa e você chega no local e tenta colocar uma nova filosofia é sempre mal recebida, então eu tive e estou tendo uma resistência por parte de pouquíssimas pessoas da Ong, não do Estado. Por incrível que pareça, o pessoal do Estado tem mais respeito, me respeita mais, tem mais afinidade do que...Mas é pouca, acho que é aquela coisa mesmo de gente que tem medo, tem alguma preocupação, assim que você veio abalar o status quo e não é isso, eu acho que é uma filosofia mesmo diferente que eu já tinha, de trabalhar em grupo, isso que eu estou tentando trazer para cá, um trabalho em grupo, um trabalho que eu respeito. Tem uma coisa que eu abomino que é um relógio de ponto. A gente não foi formado para trabalhar em cima de um relógio de ponto, eu acho horrível. Aqui te tipo um bedel que fica cuidando do relógio de ponto e cuidando das pessoas em função desse relógio, então eu acho muito triste, o ser humano ficar preso àquele monumento. Eu acho que é um monumento à escravidão aquilo ali, então tem certas coisas, mas eu acho que aos poucos a gente vai assimilando. Eu sempre trabalhei muito livre, porque eu trabalhei no campo durante treze anos, então sem ter que bater cartão, então é difícil você em vez de trabalhar com a capacidade do ser humano você ter que trabalhar com um horário que não é uma coisa que mede a sua capacidade de resolver problemas.

C - No C.R. existem muitos presos jovens, o que você acha que leva os jovens para o crime?

Gerente da ONG - Olha, é complicado, porque eu acho que é uma junção de valores. Uma das coisas que eu percebo aqui, o acesso que eu tenho a certas informações e que eu tenho visto, eu acho que a principal é a família desagregada, um lar que já vem desagregado desde o início, então é um pessoal que já se dirige para o vício, para certos problemas assim desde a infância, mas eu acredito que mais por esse fator, inclusive a gente tem casos aqui, muitos de rapazes que abandonaram o estudo com oito anos, mas o que já tem? Você vai olhar, é uma judiação, você vê lá a identidade dele já não tem o nome do pai, a mãe já era drogada, já tinha certos problemas, então eu creio que a maioria, então você fala: é a falta de educação, a falta de estudo. Mas eu acho que é uma coisa que já vem de lá de baixo, como um exemplo, que tem um rapaz aí que saiu da escola com oito anos, então uma criança para sair da escola com oito anos é porque não tem uma família, um pai, uma mãe que esteja ali, ou mesmo uma avó, a gente conhece N casos de pessoas que são criadas por avós, por tios e que conseguem trilhar um caminho diferente desse. Eu acredito que a base de tudo está na família, a família que não deixa ele chegar no estudo. Eu acredito nisso.

C- E você acredita na ressocialização desses jovens pelo C.R?

Gerente da ONG - É complicado falar isso, viu? No pouco tempo que eu estou aqui eu não tenho dados de reincidência no qual eu possa me basear para dar uma resposta completa, mas eu acho que o trabalho de ressocialização ele é muito, falta muita coisa ainda, sabe? Então existe um regulamento, uma coisa no papel quando foi criado o Centro de Ressocialização que se fosse seguido seria maravilhoso, só que eu estou chegando aqui agora, depois de cinco anos, até a diretora fala que se eu estivesse chegado no começo, talvez...Porque eu tenho assim uma formação e uma boa vontade de fazer certas coisas que as oito pessoas que passaram na minha frente aqui diz que não fizeram, eu não conheço, então eu acho que tem bastante coisa assim que ficou em falta. Eu não sei se foi feito, se houve algum lugar onde isso foi desenvolvido, se é plenamente satisfatório o resultado. Eu não tenho informação sobre isso, só sobre o tempo que eu estou aqui e eu acho bem falho. Eu acho que não se consegue na maioria, porque há uma reincidência, inclusive voltam para cá mesmo, tem pessoas, você vê lá, acho de mil e setecentas pessoas em cinco e seis anos, por aqui passaram, acho que mil e setecentas pessoas, mil seiscentos e pouco, então tem vários nomes que você vê quando voltaram que tem cinco números de matrícula diferente, que eles voltaram. Então é complicado falar que resolve. Acho que o problema não está bem aí, está em não chegar aqui. Depois que chegou acho que é complicado não estar voltando.

Assistente Social da ONG

Camila - Qual a sua formação profissional?

Assistente Social da ONG - Serviço Social, sou assistente social.

C - A senhora é funcionária da Ong?

Assistente Social da ONG - Sou funcionária da Ong.

C - Há quanto tempo trabalha aqui no CR?

Assistente Social da ONG - Há seis anos, desde quando inaugurou.

C - Já trabalhou em outros presídios?

Assistente Social da ONG - Já fiz estágio na Penitenciária de [...].

C - E quais as diferenças que a senhora observa entre o CR e a Penitenciária de [...]?

Assistente Social da ONG - Muitas diferenças, o CR foi uma estrutura diferenciada, voltada para a ressocialização, é a começar pela estrutura física mesmo, é o reeducando poder circular, o reeducando preservar um pouco mais a dignidade tendo o seu armário, estando em alojamentos onde existem portas e não grades, poder realizar as refeições no refeitório, sentado, tendo a sua bandeja, o seu talher, enfim, ter uma melhor condição de humanização , tomando banho em um chuveiro quente, onde é chuveiro, então esses mínimos detalhes na estrutura física já fazem diferença, porque numa penitenciária eles não têm condições nenhuma de ressocialização, são aglomerados dentro de celas, não existe circulação, trabalho, desenvolvimento de potencial, nada. Então o CR propicia essa melhoria de condição de adaptação, de aproximação da família, melhor condição para que a família venha visitá-los, não passam por revistas que são às vezes desnecessárias. Necessárias, mas que às vezes agride muito a integridade da pessoa, então a gente também procura seguir assim essa linha de trabalho, essa linha de estruturação para que a gente possa tentar passar para eles também esses valores diferentes. O reeducando circula aqui, vem para o atendimento sem algemas, conversa como eu estou conversando com você, então isso é uma inovação, isso é novidade para o sistema penitenciário brasileiro.

C- E qual a sua função aqui no CR?

Assistente Social da ONG - Como assistente social, a gente trabalha a aproximação com a família, eu faço as triagens semanalmente nas cadeias públicas, tanto de [...], quanto [...] e Penitenciárias, então toda semana eu vou para lá avaliar junto com psicóloga e o diretor de segurança e disciplina. A gente faz um diagnóstico rápido, um perfil do reeducando para ver se ele tem condições de vir para o CR ou para uma Penitenciária. Depois a gente participa de comissão de classificação, onde ali a gente define entre nós se a vinda dele vai ser favorável ou não, sendo favorável tem que elaborar um laudo, mandar para a coordenadoria com o meu parecer favorável, da psicóloga e também o da direção. Depois que ele chega aqui, a gente avisa a família dele imediatamente, logo após a chegada dele. A gente faz toda uma entrevista para estar diagnosticando todas as condições dele, mais voltada para as questões sociais, os benefícios: seguro desemprego, auxílio reclusão, assistência continuada, contato telefônico mesmo. Esse resgate familiar, esse fortalecimento familiar que é muito importante. Então a gente faz os grupos, os grupos com alojamentos, grupos com vários temas, com auto-estima, com motivação. Todos os eventos religiosos a gente que organiza, os eventos de festividade. Agora mesmo a gente está presidindo a festividade de dia das mães, terminamos aí a festividade da páscoa, que foi bem interessante, o padre veio, passou uma tarde com eles, realizou uma partida de futebol com eles, teve palestra, filme. Então, a gente tem todo um envolvimento para essa questão de desenvolvimento biopsicosocial mesmo.

C - E qual a sua rotina diária aqui no CR?

Assistente Social da ONG - Um dia da semana eu saio para avaliar, fora isso são os atendimentos que a gente realiza através da solicitação dos reeducandos, todos aqueles que precisam de atendimento mandam uma cartinha para a gente, a gente agenda. Eu tenho dias que eu realizo visitas domiciliar, dias que eu realizo atendimento às famílias aqui, porque todas as amásias, elas só podem entrar para visita mediante um relatório que a gente faz, então todas as amásias vêm, a gente faz um relatório com elas, elas fazem toda uma documentação para realizar a visita, eu faço o laudo. Todos que entram aqui, a gente faz a entrevista de reclusão, a gente tem que cadastrar no portal que é do sistema, eu tenho que cadastrar essas entrevistas lá. Todos os contatos telefônicos a gente que faz tanto faz para fora quanto recebe, o externo

também, que a família liga, quer uma orientação. Então, kit de higiene a gente que distribui, que faz o acompanhamento com eles. Todo o processo a gente está aqui, tudo que é necessário a gente participa, tem dias de reuniões, tem os dias que eu faço atendimento, tem os dias que eu saio, tem os dias de visita de família, aí depende da rotina, amanhã mesmo eu não estou aqui que eu vou para a Penitenciária, então é de acordo também com as necessidades da instituição. A gente vai se adequando.

C - Qual é a sua relação com os reeducandos daqui?

Assistente Social da ONG - Muito profissional e, uma relação assim muito tranqüila. Eu nuca tive problema com nenhum reeeducando, tem reeeducando que trabalha aqui comigo, é o reeducando que limpa a minha sala, é o reeducando que traz o café, é o reeducando que formata os relatórios e, tanto no contato com eles lá dentro, eu nunca tive problemas, eu acho que é uma relação de respeito, a gente tenta passar isso para eles, eu tenho um compromisso muito ético ouvi-los, eles têm muita necessidade de falar, eles são pouco ouvidos às vezes, compreendidos, então eu não estou aqui para julgar, eu preciso ouvir e nesse ouvir já vai amenizando a ansiedade dele, ele já vai ficando mais desarmado para que eu possa fazer uma intervenção mais eficaz, então eu tenho um relacionamento muito profissional e de muito respeito com eles, eles me tratam por Dona Ilka, eu chamo eles de Senhor, nunca de matrícula, trato pelo nome, sei o nome de todos os reeducandos que eu atendo, sei a situação de todos os reeducandos que eu atendo, procuro dar também possibilidade deles virem, deles confiarem, deles falarem e a gente tentar resolver, dentro da ética, a melhor forma para que ele possa se manter aqui. Então é uma relação muito tranqüila.

C - E a relação com os demais funcionários, tanto da Ong quanto do Estado?

Assistente Social da ONG - A gente procura também conciliar isso da mesma forma, é lógico que existem várias maneiras de pensar aqui, cada um tem uma postura e cada um tem uma função, de repente a função do agente penitenciário é totalmente diferente da minha, então a gente vai ter alguns impasses porque a função dele é a questão da segurança, é a questão mais da punição, apesar de que aqui não existe nada disso de bater, de castigo, não existe isso, mas de repente a postura que ele tem que ter é diferente da minha, então pode haver alguns impasses. O que eu acredito, enquanto ressocialização pode ser o que ele não acredita enquanto ressocialização, então pode haver algumas divergências que você tem que conciliar mesmo, isso eu acredito que entra dentro dos limites institucionais, da parte de hierarquia, todo projeto, todo trabalho tem esses conflitos mesmo, de vários pensamentos, você entende como é. A minha relação com a Ong é também, assim, muito profissional, a gente tem uma relação muito de respeito, dão a oportunidade da gente realizar esse trabalho, o que a gente precisa a gente solicita para a Ong. A gente tem uma gerente aí que está apoiando o trabalho social, trabalho psicológico, então eu acho que é um projeto que tem tudo para dar certo. Lógico que a união, o acreditar, o você estar aqui acreditando nesse projeto, acreditando na proposta é fundamental, se você está em um trabalho desse, no projeto, somente porque você precisa trabalhar, já colocando alguns valores seus lá de fora, aí trunca e não vai, mas se você está no projeto acreditando, ele tem que dar certo.

C - Você poderia falar para mim como funciona a triagem?

Assistente Social da ONG - A triagem a gente faz uma entrevista junto com a psicóloga e a gente tenta detectar o quê? O interesse deles de vir para cá, as condições familiares, uso de droga, a periculosidade do delito, a crítica dele em relação ao delito. È uma triagem feita rapidamente, ninguém tem bola de cristal, a gente tem que ir meio pelo que todo mundo percebeu, mas assim quando é um delito de alta

periculosidade, no primeiro contato você já percebe a agressividade, você já percebe o desinteresse, a debilitação e o comprometimento em relação à crimes, à drogas, à envolvimento com facções e tudo mais. Em virtude de tanto que você vai, de repente você sentou hoje, você bate o olho você já consegue de repente entender o grau do envolvimento. Então é mais ou menos por aí, a gente vê a questão da primaridade, das passagens que ele já tem, da reincidência, do interesse, do envolvimento para poder estar sendo favorável ou contrário.

C - Aqui no CR existem muitos presos jovens, o que você acha que leva esses jovens para a criminalidade?

Assistente Social da ONG - Então, foi minha tese de conclusão de curso, meu TCC, lá na Penitenciária eu fiz o trabalho "As causas que levam os jovens à vida de criminalidade", que é muito pouco comunicado e, hoje, assim, a vulnerabilidade desses jovens, eu acredito, em relação à droga é um fator assim, muito considerado, eu penso que a desestrutura familiar também, mas hoje eu acredito que os pais perderam o controle, muitas vezes eles até querem estruturar e tudo mais e atingir todas as classes, hoje a gente tem aqui o classe média, o classe alta, o classe baixa, até por conta da vulnerabilidade do uso de drogas. Antes se tinha uma visão assim: cadeia é para pobre, cadeia é para negro e tanto isso, esse preconceito que a sociedade meio que impõe nas coisas. Eu trabalho não só aqui, mas numa clínica de recuperação de dependente químico, o Projeto Vida Nova, então, eu já estou nesse trabalho de dependência química há dez anos, lá é um trabalho de prevenção, a gente previne os jovem, ele fica lá internado de seis a nove meses para trabalhar a doença da dependência química. Muitos que desistem do tratamento, de repente eu encontro aqui, porque são as conseqüências da droga que levam à vida da criminalidade. Muitos que estão aqui eu consigo levar para lá e eles deram uma continuidade no tratamento depois que saem daqui, então, é assim, hoje eu percebo que muito do que leva o jovem a entrar nessa é a falta mesmo de estrutura, que a gente tem que cobrar sim do poder público, não existe em [...] nenhum trabalho voltado à recuperação de dependentes químicos menores, não tem. Se você procurar de repente uma casa de recuperação para internar o menor, não tem. Um trabalho terapêutico, um trabalho preventivo, um trabalho que te dê condição desse jovem desenvolver as suas capacidades é muito difícil, eu penso que a escola pública é um pouco ineficaz, eu acho que deveria haver mais atrativos para que o jovem prefira não ficar na rua, não ficar em panela, não ficar em maus lugares, mas ter condições alternativas de desenvolvimento, entendeu? Investir nesses jovens, eu acho que não tem. E aí eu acho que a família se perde, a evolução, a tecnologia, o celular que é de última geração, o computador que é de última geração, tênis de última geração, sugam os nossos jovens, entendeu? Então os valores hoje dos jovens são muito distorcidos, eles dão mais interesses à essas coisas do que à família, do que à escola, do que à educação, então eu penso que é assim muito macro essa questão que leva hoje, não é só o pai, porque o filho foi preso, porque o pai foi preso, o filho foi preso porque não tem o que comer, é toda uma estrutura, são esses e mais aqueles que estão envolvidos numa sociedade vulnerável que a gente vive hoje.

C - Você acredita na ressocialização desses jovens através do CR?

Assistente Social da ONG - Acredito, tenho que acreditar. É o que me motiva a continuar aqui, a gente sabe que existe a reincidência, que eles vão sair daqui vão ter tudo o que enfrentar, o desemprego, a desestrutura. Mas eu acredito no ser humano, eu acredito que possa surgir às vezes assim, um contato que você faz com ele, em um grupo, numa coisa que você fala, eu percebo assim a emoção, eu percebo o

crescimento, eu percebo que às vezes ele precisa de um conselho, de uma orientação, então eu acredito no ser humano, enfim, eu sei que são muitas as causas, muitos obstáculos que eles vão ter que enfrentar, mas eu acredito e isso eu vou continuar acreditando porque senão, não teria porque eu estar aqui. Mas eu acredito na capacidade de cada um e que às vezes uma motivação, uma oportunidade é fundamental e, o CR é uma oportunidade. É oportunidade para que ele possa refletir sobre seus atos e com dignidade, com humanização, despertar a motivação que ele tem, o potencial que ele tem.

C - Tem algum acompanhamento posterior à saída deles?

Assistente Social da ONG - Então, hoje tem a casa do egresso em [...], um trabalho muito interessante, que eles saem daqui e já levam uma carta com o endereço da casa de egresso que é uma equipe que fica lá, elas estão organizando um trabalho legal que é de reinserção no mercado de trabalho, nós vamos começar agora no mês que vem um trabalho com família lá. É muito difícil você trabalhar família, resgatar família, seguir um investimento assim para curso profissionalizante, um trabalho formal para essas famílias é uma luta, a gente está nesse processo de conquista ainda, eu acredito que a gente vai conseguir concretizar, mesmo que sejam poucas as famílias, mas que consigam se estabilizar lá. Então eles já saem daqui com um encaminhamento para a Casa do Egresso, então eles podem estar indo lá, freqüentando, tem psicólogas, assistente social, enfim, uma estrutura para dar o respaldo. Muitos saem de liberdade condicional, de prisão aberta domiciliar e vão ter mesmo que fazer esse acompanhamento lá e hoje existindo aqui em [...] esse apoio, é fundamental, é um trabalho novo, que a casa foi inaugurada há menos de um ano, mas já é um começo para que eles possam ter condições lá fora de ter um respaldo também, de não sair e é um ex-presidiário, não sair com esse rótulo, então eu acho que isso tem mudado, aqui no CR. Agora, no desenvolvimento do trabalho que a gente tem aqui, tendo conhecimento de muitos que saem e estão conseguindo se manter lá fora, a gente percebe assim que com o apoio de algumas pessoas, de algumas empresas, esse rótulo está quebrando, as pessoas estão demonstrando alguns assim, que mesmo tendo sido preso estão conseguindo trabalhar, eu conheço, acompanho, sou amiga de reeducandos que já saíram daqui, que estão bem, eu acho isso muito legal, continuo acreditando lá fora, não tenho medo. Eu acho que é isso daí mesmo, o trabalho é isso, é a continuidade lá fora, é o respeito dele lá fora enquanto cidadão, independente de ter ficado aqui.

Psicólogas da ONG

Camila- Qual a sua formação profissional?

Psicóloga da ONG – Psicóloga.

C- Formada onde?

Psicóloga da ONG – Bauru, na Unesp de Bauru.

C- Há quanto tempo a senhora trabalha no C.R?

Psicóloga da ONG – Olha, eu já trabalhei anteriormente em 2001 até 2002, trabalhei um ano e três meses se não me engano, a primeira vez, daí eu saí, fui trabalhar na FEBEM. Trabalhei na FEBEM dois anos e três meses, aí retornei e agora está fazendo um ano e três meses.

[63] A entrevista foi realizada em conjunto com as duas psicólogas que trabalham no C.R., inicialmente era para ser realizada com apenas uma delas, mas durante a entrevista a outra psicóloga chegou e quis participar.

C- Além da FEBEM a senhora trabalhou em algum outro presídio, além do C.R.?

Psicóloga da ONG – Trabalhei na Penitenciária de[...].

C- E quais as diferenças que a senhora observa entre o C.R., a FEBEM e a Penitenciária de [...]?

Psicóloga da ONG – Tem muita diferença. É bem diferente o nosso trabalho, bem diferenciado.

Psicóloga 2 da ONG – Você não trabalhou em nenhuma FEBEM ou Penitenciária aqui, né, Vera?

Psicóloga da ONG – Não, trabalhei na FEBEM de Iaras. Mas é bem diferente.

C- E essa diferença que a senhora observou, é no tratamento com os presos, na estrutura?

Psicóloga da ONG – Em todos os sentidos, tanto na estrutura e o tratamento mesmo.

C- Em que consiste a sua função aqui no C.R.?

Psicóloga da ONG –Como psicóloga?

C- Isso. Qual o trabalho desenvolvido?

Psicóloga da ONG – Inicialmente, todos os presos que vêm para cá são passados por uma triagem, então semanalmente nós visitamos a Cadeia Pública, onde nós fazemos uma avaliação, tanto o psicólogo, quanto o assistente social, o diretor de segurança e disciplina. Nós vamos lá fazer uma triagem dos presos que virão para cá, aí é discutido juntamente com a diretora para ver qual a possibilidade daqueles que virão para cá, não só os presos de [...], mas da região. [...], algumas vezes nós vamos também na Penitenciária. [...], raramente [...], geralmente [...]. Semanalmente nós vamos a [...] fazer essa avaliação. Terça- feira, geralmente. Então esse é o primeiro trabalho que nós fazemos, chegando aqui no C.R. nós fazemos a inclusão deles, aí nós fazemos uma entrevista minuciosa. Geralmente eles são presos provisórios, então a gente faz uma entrevista com esses presos provisórios e tem uma entrevista também para presos já condenados, que é uma entrevista mais extensa que nós fazemos. E, a partir daí ele vai ser atendido por todos outros setores, pela psicologia, serviço social, advogado, saúde. E já na psicologia, nós vamos fazer uns encaminhamentos, por exemplo: para a escola ou algum problema, alguma patologia, então a gente vai encaminhar para o setor de psiquatria, o que você notar você vai fazer o encaminhamento, para trabalho e vários setores, essa é a entrevista da inclusão, que nós chamamos, que é a entrevista inicial. Fora isso a gente faz um trabalho de acompanhamento, de orientação para o trabalho na área externa, que tem os presos que já são condenados, por exemplo, do regime semi-aberto, ou que conseguiram aqui o regime semi-aberto, então é feita uma orientação desses presos que vão procurar um trabalho externo, ou para o trabalho na cozinha. Que mais Viviane? Fazemos atendimentos individuais, orientações, aconselhamento, isso nós fazemos na medida em que vem os bilhetes que eles mandam, já na entrevista inicial, na inclusão que nós fazemos, a gente já faz todas as orientações do que é o nosso trabalho aqui. O que a gente vai desenvolver com eles é um suporte com eles aqui, porque a gente acredita na ressocialização, então a gente dá todo esse suporte na área psicológica, social, então na medida em que eles pedem atendimento ou que a gente sente necessidade a gente está fazendo esse atendimento para orientação e aconselhamento. Não fazemos terapia aqui, só esse atendimento mesmo.

C- E como é feita essa triagem? Qual a função das psicólogas nessa triagem que é feita em [...], na Cadeia Pública?

Psicóloga 2 da ONG – Nós avaliamos o subjetivo. O que é o subjetivo? É o interior para ver se a pessoa, a questão agressividade, da impulsividade. É voltado para vermos a questão da reincidência. Às vezes a pessoa já teve passagens numa Penitenciária, só que naquele momento, nós percebemos que ela tem

condições de acabar de tirar a pena dela aqui, o cumprimento da pena aqui e às vezes aquela pessoa, até às vezes primária, você vê uma agressividade, às vezes ela é tecnicamente primária, ela foi pega a primeira vez, mas ela vem cometendo delitos a muito tempo, às vezes nem pela FEBEM já passou, mas em alguns casos já passou, então você vê que é uma pessoa habitual, só que tecnicamente primária. A estrutura do C.R. não tem condições de trazer uma pessoa que não tem consciência, aqui eles têm que vir para pagar o que eles devem. A estrutura física não tem condições de segurar, porque se eles quiserem pular isso daqui e ir embora, eles fazem isso e, pela quantidade de funcionários que tem, tem que ter esse critério. Claro que nós erramos muito, mas acertamos bastante. Se você traz uma pessoa errada pode acabar desestruturando toda essa, tudo isso que foi montado para esse tipo de pensamento dessas pessoas que querem pagar o que devem e retornar à sociedade.

C- As senhoras são concursadas?

Psicóloga da ONG – Não, aqui nós não passamos por concurso, nós passamos por uma avaliação, por uma seleção que foi feita logo que foi fundado, foi uma avaliação feita numa clínica psicológica, né? De recursos humanos?

Psicóloga 2 da ONG – Foi, foi.

C – E qual a relação com os internos?

Psicóloga da ONG – Sem dúvida, graças a Deus acho que nós não temos problemas aqui não. É boa.

Psicóloga 2 da ONG – Nós estamos aqui para ajudar. Tudo o que eles precisam de qualquer setor e às vezes eles não conseguem, eles vêm pedir a nossa interferência para tentar estar conseguindo algumas coisas. Então eu acredito que sempre é boa, sempre espero algo de bom. É o que eu sempre digo para eles: olha, nós não estamos aqui para julgar ninguém, nós estamos aqui para acreditar que você pode mudar, que todos nós temos as nossas dificuldades e nós estamos aqui para melhorar, isso é, se for do interesse de cada um. Desde que veio para cá, eu acho que o propósito é esse, é se reinserir na sociedade de maneira digna. Então o nosso intuito é esse, nós acreditamos no trabalho que a gente realiza, por isso que nós estamos aqui e estamos aqui para dar esse suporte, em todos os sentidos.

C- E a relação com os demais funcionários, como ela é? Com os funcionários dos outros setores.

Psicóloga da ONG – De uma maneira geral, não posso dizer que é ruim, em determinados pontos a gente tem algumas dificuldades, é claro. Poderíamos sim, trabalhar mais juntos, mas temos poucos funcionários. Acho que uma das dificuldades que temos aqui também seria essa, acho que se nós tivéssemos um pouquinho mais, não muitos também, mas um pouco mais de funcionários. O que você acha?

Psicóloga 2 da ONG – Também acho, porque se você ver, eles trabalham em quantos? Em cinco, seis funcionários. Tem que ficar um na torre, tem que ficar um lá fora, tem que ficar um aqui. Esse que fica aqui para trazer o reeducando, ele que faz revista do que aqueles que trabalham lá fora a hora que entram para almoçar, então aí ele já larga. Então não tem funcionário. Isso eu acho que acaba dificultando porque acaba causando um stress, uma preocupação, esse excesso de trabalho e que às vezes não trabalha junto com a nossa realidade. Eu estou aqui, eu preciso de um atendimento, dependo deles me trazerem, então se ele está ocupado em outro setor, então o que eu tenho que fazer? Tenho que ter paciência. Mas eu acho que eu vejo uma boa vontade da parte deles, mas é claro que o nosso trabalho é muito diferente do

trabalho deles, mas eu vejo uma questão de respeito, eu nunca tive problemas com nenhum deles, com funcionário nenhum.

Psicóloga da ONG – Sempre que a gente solicita um atendimento é sem problema nenhum, nessa parte nós não temos dificuldade não.

C- E a rotina diária de vocês como que é aqui dentro do C.R.? Desde a hora que vocês chegam? Vocês trabalham as duas de manhã?

Psicóloga da ONG – Não.

Psicóloga 2 da ONG – Não, hoje por causa do jogo[64], né? Mas, ela trabalha de manhã e eu trabalho à tarde e a gente se encontra por duas horas por período, das onze à uma, ela sai às onze e eu entro à uma, então nesse momento a gente troca algumas informações e a gente acha isso importante porque antigamente não era assim, mas na rotina existe um dia da semana que é sagrado, que nós vamos para [...], o acordo com a secretaria, fechou a Cadeia Pública de [...], e eles são levados para [...], então eles não podem ficar ali muito tempo então, tem esse acordo: uma vez por semana nós vamos, entrevistamos e o que vem para cá e o restante que não é favorável, eles vão para a Penitenciária. Então o restante dos dias é fazer inclusão desses que estão chegando, porque toda semana está chegando. Fazer inclusão, fazer o primeiro contato, fazer orientações e os atendimentos de rotina mesmo que são as orientações porque às vezes a pessoa logo que ela chega aqui é um choque muito grande, então existem pessoas que precisam desse acompanhamento até ela se familiarizar, entender o que está acontecendo com ela, então nesse sentido existe mais um atendimento quando a pessoa está chegando e quando ela está mais calma, a família está acompanhando, aí já estão chegando os outros. Nesse percurso tem pessoas que recebem condenação, a gente tem que trabalhar muito, porque por mais que eles estejam esperando é um choque, entender tudo isso.

Psicóloga da ONG – Fora esse tipo de trabalho, todas as festividades a gente faz um acompanhamento, faz um trabalho com a população no sentido de estar organizando toda a programação, estar envolvendo em trabalhos manuais, que isso nada mais é do que um trabalho terapêutico, estar envolvendo em peças de teatro, então existe todo esse trabalho. Existe também alguns cursos profissionalizantes, então não é só esse trabalho, são vários outros. O que mais?

Psicóloga 2 da ONG – Uma vez por semana vem um voluntário que faz um trabalho com usuários de drogas, então nós acompanhamos. Então, um dia na semana já está ali, a gente acompanha e é uma pessoa que já foi usuária de drogas, de álcool, já esteve presa, então ele conhece muito a realidade deles, ele já passou por isso, um lugar até pior, ele ficou um ano e sete meses na Cadeia Pública de [...], então a hora que eles conseguem identificar: puxa, tem uma pessoa que hoje conseguiu, está trabalhando dignamente, que constituiu família, se ele consegue, muitos falaram isso já para mim, eu também vou conseguir. Então, ele vem voluntariamente uma vez por semana e nós fazemos esse acompanhamento. Isso é sagrado, é uma vez por semana e, eventualmente nós fazemos grupos e a gente trabalha alguns temas, o último foi alto-estima, então nós fazemos um trabalho com os alojamentos, alojamento por alojamento, que nós achamos que é mais fácil um grupo menor, dá para estar trabalhando e fazemos acompanhamento em relação às saídas temporárias, que existem algumas durante o ano, então, nós fazemos acompanhamento a hora que eles saem e a hora que eles retornam. Fazemos uma orientação com a

[64] Referência a um dos jogos do Brasil na Copa do Mundo.

família também, porque a família tem que estar muito envolvida porque um dia ele vai sair e a gente sabe que não é fácil voltar, mas é um número muito pequeno. Aqui no C.R. a maioria volta, um ou outro caso não retornaram, então existe esse trabalho também e, um trabalho com o semi-aberto, porque tem a progressão do regime, aí ele está no regime fechado e ganha a progressão do semi-aberto, então é feito um trabalho com eles com acompanhamento, porque depois que ele sai para trabalhar na cidade, ele perdeu o contato, então ele precisa dessa preparação, ele sabe as regras, as normas, o que ele pode fazer, porque ele pode perder o semi-aberto dependendo da conduta dele, então ele tem que estar ciente de qualquer postura porque daqui a pouco ele vai estar lá fora, ele vai estar assinando um PAD, que seria prisão aberta domiciliar, que ele tem horário para chegar em casa, ele não pode freqüentar determinados lugares, então o semi-aberto já dá esse direito para eles irem se adaptando para a hora que estiver em liberdade, assistidos, porque eles vão estar assinando e eles tem que estar respeitando essas regras porque senão eles podem quebrar e retornar para cá aí não vai ter mais esse benefício.

É aberto uma sindicância quando ele infringe, quando tem alguma situação que infringe a questão da disciplina ele é passado pelo conselho, ele já assina uma sindicância, essa sindicância é aberta e esse conselho ele vai definir qual que é o tempo de inclusão dele: dez, vinte ou trinta dias e o juiz vai determinar se acata aquela decisão ou não, aí ele pode assinar mais uma condenação, ele vai responder mais um delito, mais um processo, se ele é pego com droga, se ele é pego usando droga, ele pode pegar um artigo 12 que é tráfico, um artigo 16, chegar alcoolizado na unidade, então depende, aí é aberto, é obrigatório abrir esse processo interno, e aí ele é avaliado, aí existe uma comissão em que existe uma assistente social e uma psicóloga que faz parte e aí eles só vão determinar, eles vão falar, dá para fazer uma defesa porque ele vai ter um advogado para fazer a defesa só que vai determinar, que se foi aberto existiu alguma coisa, o tempo de reclusão dele, porque ninguém pode ficar na inclusão sem ter um motivo, porque se vier uma fiscalização, alguma coisa eles vão ter o processo e vai falar: olha ele está na inclusão desde de tal data e vai ficar dez dias, ou vinte dias, ou trinta dias, então tem mais isso, mas essa reunião do conselho.

C- Vocês tem reunião com a ONG?

Psicóloga 2 da ONG – Temos, porque nós somos contratadas pela [...]. O nosso maior contato, porque o presidente é difícil ele estar aqui todo dia, é complicado, então nós temos o nosso contato com a gerente. A gerente que sabe de tudo que acontece nos setores e está trabalhando com a gente para estar facilitando o nosso trabalho, o que pode estar melhorando, o que pode estar resolvendo. É o nosso maior contato, mas o presidente e o vice-presidente, eles fazem reuniões.

C- Existe algum acompanhamento quando eles saem do C.R?

Psicóloga 2 da ONG – Nós também fazemos o encaminhamento deles para o Núcleo de Atendimento ao Egresso. Lá o que eles vão estar fazendo? Eles vão estar entrevistando, vendo a realidade de cada um, porque como é novo, o que eles podem estar fazendo? Qual é a maior necessidade deles? Tem uns que saem daqui já com trabalho, tem uma família, tem outros não, que se não tiver um apoio vai ser muito difícil, a questão da qualificação de arrumar um trabalho. Então qual que é a idéia? De montar cursos profissionalizantes, tanto para eles quanto para os familiares e o que que é comum? De repente eles saem e você vê eles em [...] novamente e você vai ver assim que depende da realidade de cada um, às vezes ele retorna para a família e não tem estrutura nenhuma, não consegue trabalho e tem filhos para sustentar,

tem a família. E qual a intenção do núcleo? É ver a realidade de cada um para ver como é novo, estar estudando para ver qual a maior necessidade para fazer os encaminhamentos na comunidade e para tentar fazer com essa pessoa retorne mesmo, com trabalho para poder sustentar a família com dignidade, esse tipo de coisa. Existe liberdade toda semana, agora toda segunda-feira, então nós fazemos essa entrevista de desligamento e fazemos as orientações que são normais que a gente sempre fazia e o encaminhamento, eles vão com uma carta falando que passou por aqui e lá eles têm assistência jurídica, tem algumas assistências que estão começando agora, dependendo da necessidade eles são assistidos, cada um dentro da sua necessidade.

C- É em [...] esse núcleo?

Psicóloga 2 da ONG – É em [...], próximo ao Fórum.

Psicóloga da ONG – O objetivo é também encaminhá-los para algum trabalho ou a alguma profissionalização até mesmo desenvolver lá alguma profissionalização até mesmo para a família, só que está iniciando ainda o trabalho, é novo, está estruturando ainda, está na fase de estruturação.

Anexo 3- Entrevistas com Jovens Detentos no C.R.

Regime: Provisório

Detento 1

Camila- Qual sua idade?
Detento-Vinte
C- Você é de[...]?
D -Sou
C- Que bairro?
D -Palmital
C- Você é casado?
D -Sou amasiado
C - Tem filhos?
D -Tenho três
C- Como que é sua relação com sua família?
D - É boa. No lugar que a gente esta aqui até que família desanima, mas a hora que começa, eles vão acompanhando a gente, porque a única força que a gente tem aqui mesmo é a família.
C- Seus pais são casados?
D -Não. São divorciados.
C - Você tem irmãos?
D -Tenho
C- Quantos?
D -Dois
C - Como você considera sua família? Ela é pobre, de classe média ou rica?
D -Pobre
C - Qual sua escolaridade?
D -Segundo grau
C - Até que ano?

D -Segundo colegial.
C - E seus irmãos?
D - Meu irmão que está aqui está no primeiro colegial. Minha irmã está no segundo colegial também.
C - Tem mais alguém da sua família preso?
D -Não. Só meu irmão mesmo.
C - Seu irmão está aqui no C.R. também?
D -Está.
C - E você trabalhava antes de entrar aqui no Centro de Ressocialização?
D -Se eu trabalhava?
C - É
D -Trabalhava olhando carro.
C - Onde?
D -Na praça São Bento.
C - E há quanto tempo você está aqui?
D -Vai fazer oito meses. Fez oito meses, oito meses e três dias mais ou menos.
C - E seu irmão?
D -Meu irmão vai fazer um mês.
C - Então faz pouco tempo que ele entrou?
D -É
C- E qual o motivo da sua entrada aqui?
D -O motivo foi tráfico de entorpecentes.
C - E foi a primeira vez que você foi preso?
D -Não, sou reincidente por porte de drogas, mas por tráfico eu nunca tinha sido preso.
C - E a primeira vez você ficou onde?
D -Fiquei aqui.
C - Aqui no C.R.?
D - É. Fiquei três dias. Aí o Décio me deu o alvará de soltura porque eu estava no provisório, aí eu fiquei um ano e nove meses na rua. Aí eu não sei o que aconteceu e eu ter uma audiência com ele e eu saí. Aí eu falei nossa , só que foi diferente, veio o 16...
C - Da outra vez veio o 12?
D -É. Essa que eu caí é um 12, da outra vez veio 16. Graças a Deus, senão eu pegava 18 anos de cadeia.
C - De quanto tempo que é a sua pena?
D -Até agora eu não tenho condenação, porque eu estou no provisório.
C - Você estuda aqui no C.R?
D -Sim
C - Na escolinha que tem aqui?
D -É
C - Porque você estuda?
D -Para falar a verdade é para matar a cadeia mesmo, para passar o tempo, não arrumar briga, para esquecer do mundo lá fora. Se for para se preocupar lá fora nós vamos acabar pirando a cabeça, arrumando confusão. Nós seguimos em frente.
C - Você trabalha aqui dentro?
D -Trabalho
C - Onde você trabalha?
D -Na lavanderia.
C - Há quanto tempo você trabalha na lavanderia?
D -Vai fazer sete meses que um mês eu fiquei parado. Agora, fez sete já.
C - E qual salário que você recebe?
D -Nós ganhamos, juntando com as firmas aí, nós tiramos um pouquinho de cada firma para a gente.
C - E dá quanto mais ou menos por mês?
D -Dá uns vinte reais, trinta reais, não tem a quantidade certa.
C - Aqui dentro você já presenciou alguma tentativa de fuga, rebelião, motim?
D - Não
C - Aqui não tem nada disso?
D -Aqui não tem nada disso não, aqui é bem tranqüilo.
C - E gente de facção tem aqui ou não?
D -Não.
C - Não também?
D - Não facção aqui não entra. Os caras não vem para um lugar desses. Mesmo quem é do "Partido", os caras não vêm.

C- E porque você acha que eles não vem para cá?
D- É que aqui é um Centro de Ressocialização, cumpre pena quem quer, agora quem não quer aí já sabe o caminho para onde deve ir, né. Já que eu vim para cá, então o jeito é me tratar das drogas, melhorar e ganhar essa liberdade, entes do fim do ano.
C- Você recebe visita aqui de final de semana?
D- Recebo. Vem minha esposa, minhas filhas, meu pai, de vez em quando vem minha irmã, mas minha irmã é meio difícil de vir porque ela não gosta da revista aqui não.
C- E como você considera o tratamento recebido aqui dentro?
D- Bom, mas é bom assim: você tem que saber com quem anda, porque tem uns aí que atrapalha a gente, você está até andando bem, outros querem te atrapalhar até o jeito de você falar errado já está te atrapalhando, você assina sindicância, mas andou certo é tranqüilo, você tira cadeia tranqüilo.
C- Porque motivo você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
D- É o setor onde a gente trabalha, onde a gente passa a maioria do dia, esquece das coisas porque é um trabalho corrido, estende, põe, já vai recolher, vai passar a roupa, tem que fazer de tudo, então aí é o nosso passa tempo, onde fica só em quatro trabalhando aí a gente fica conversando, joga um baralhinho para desbaratinar a cadeia, passa o tempo.
C- E o que essa fotografia representa para você?
D- Boas lembranças, viu. São boas lembranças.
C- E que situações vividas aqui dentro você lembra quando olha essa fotografia?
D- Olha, na minha situação de vida, primeiro eu já penso que não era para eu estar aqui, era para eu estar na rua, minha mãe está avisada porque os vizinhos mandingueiros já foram lá contar. Agora eu vim preso, mas estando preso agora, na verdade só está na mão de Deus.
C- E o que é estar preso para você?
D- Estar preso é assim uma recuperação, eu vou ter que escolher um caminho e se eu não escolher o caminho, eu posso sair, é rápido para eu sair, mas só que eu vou voltar, agora se eu quiser tratamento, vai ser demorado mas eu vou embora, mas essa é a caminhada. Sair na rua não volto para aqui não, você vai ver, minha vida vai melhorar.
C- Como é a sua rotina aqui no C.R.? A rotina de estar preso?
D- A rotina de estar preso, eu vou falar para você, em dia de semana até que é um pouco corrido a semana passa rápido de segunda a sexta, você trabalha e tem escola, trabalho e escola, volta tem o evangelho, que é a Igreja.
C- Você é evangélico?
D- Sou.
C- Você se tornou evangélico aqui dentro?
D- É.Fui batizado no evangélico, quando eu aceitei Jesus, fui batizado no evangélico.
C- E faz quanto tempo que você virou evangélico aqui?
D- Seis meses.
C- E de quando é o culto?
D- Quarta e sábado. Sábado de manhã, sábado à tarde e sábado à noite, então até no sábado você faz o dia também, aproveita o dia. A gente faz entre a gente, não fica olhando para a televisão porque bate uma agonia, uma tristeza.Dá um desespero, você olha para as quatro paredes, vê que não tem saída, pensa em fazer besteira, então se você está na rotina a semana inteira, trabalha, volta, estuda, tudo, quando volta vai jogar um baralho para dormir, é só assim, para passar a cadeia, não tem a mente para ocupar a mente vai acabar usando droga, vai acabar brigando com os outros.

Detento 2

Camila - Qual sua idade?
Detento - Dezoito anos.
C- Você é de [...]?
D – [...].
C -Qual bairro?
D -Santa Antonieta.
C -Você é casado?
D -Não.
C -Tem filhos?
D -Também não.
C - Como é a sua relação com a sua família?
D –Boa, até eu começar a usar droga.
C -Seus pais são casados?
D –Não. Só tenho a minha mãe que é amigada com um rapaz.
C -Você tem irmãos?
D -Tenho dois.
C -Você considera sua família pobre, de classe média ou rica?
D -Considero rica meu, toda a gente tem saúde e estamos tentando ser feliz de novo.
C -Mas em termos de dinheiro?
D -Ah, de dinheiro é pobre.
C -E qual é a sua escolaridade?
D -Eu fiz a quarta, ia para a quinta, mas não fiz a quinta.
C -E a da sua família?
D -Também, só a minha irmã que terminou o terceiro colegial..
C - Mais alguém da sua família está preso?
D -Não, só eu.
C -Você trabalhava antes de entrar aqui?
D -Trabalhava.
C -Onde?
D -Terra Nova, material de construção.
C -E há quanto tempo você está preso?
D -Sete meses.
C -Qual o motivo da sua entrada?
D -É... vender droga, fui acusado de vender droga.

C -Tráfico?
D -De tráfico.
C - É a primeira vez que você vem preso?
D -É
C-Que regime que você se encontra?
D -Provisório.
C -De quanto tempo é sua pena? Não te ainda, né?
D -Se for vir vai ser uns nove anos.
C -Você estuda aqui no C.R.?
D -Estudo.
C -Você trabalha aqui?
D -Trabalho.
C -Trabalha onde?
D -Eu estou trabalhando na faxina da galeria.
C -Há quanto tempo você está trabalhando?
D -Desde quando eu cheguei.
C -Qual que é o salário que você recebe?
D -Aqui ou lá fora?
C- Aqui.
D -Sessenta reais.
C -Você já presenciou aqui alguma tentativa de fuga, motim, rebelião?
D -Já. Já presenciei uma fuga sim, já.
C - E facção, você sabe se tem aqui dentro ou não?
D -Não.
C -Você recebe visita de final de semana?
D -Recebo.
C -Quem vem te visitar?
D -Minha mãe, minha irmã.
C -Elas vêm todo final de semana?
D -Todo final de semana.
C - Como você considera o tratamento aqui dentro do C.R?
D -Ah, bem. Tirando umas confusões entre a gente mesmo até que bem.
C -E você poderia falar qual é a sua rotina aqui dentro, como que ela é?
D -Ah, eu levanto cedo, vou para a escola, volto, faço minha faxina, vou pro sol, aí volto faço um boné, que eu faço artesanato também, aí vou pro almoço, volto, aí descanso, quer dizer durmo, né, aí depois eu fico andando por aí até às cinco horas de novo, aí faço faxina.
C -Esses bonés que você faz você vende? Vende aqui dentro mesmo?
D -Vendo, vendo para a rua também.
C -Quanto você recebe por cada um, mais ou menos?
D -Quinze reais.
C -È boné de lã?
D -Ahã.
C- Você freqüenta algum grupo religioso aqui dentro?
D -Não, religioso não.
C - Sobre a fotografia por qual motivo você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
D -Ah, porque é muito duro ficar só vendo grade o dia inteiro, a gente não tem a liberdade da gente.
C -E o que essa fotografia representa para você?
D -Representa...o que ela quer representar é que depois que a gente está aqui a gente só enxerga o que a gente fez pelo sofrimento, enquanto a gente está lá fora sem pensar nas conseqüências, depois vem aqui, sofre, dá problema para a família, aí quer chorar, quer ir embora.
C -E que situações vividas aqui dentro você lembra quando vê essa fotografia?
D -Ah, lembro de briga, maldade, trairagem, mas também tem o ponto bom também, né, alguns colegas da gente do mundão, só também porque felicidade aqui não tem.
C -E o que é estar preso para você?
D -Ah, o que é estar preso é isso aqui. Não tem liberdade, não vê ninguém, não tem como falar com quem a gente gosta, a gente está privado do lado de fora, da rua, né?
C-E por que você acha que tem vários jovens que vêm presos?
D -Ah porque não sabe o que quer da vida, né. Que nem, você já sabe né. Às vezes não teve oportunidade, às vezes foi sem-vergonhice, tem vários motivos, o meu foi sem-vergonhice, eu tinha de tudo para crescer e me deixei levar pela droga.

Detento 3

Camila - Qual a sua idade?
Detento - Dezoito anos.
C - Você é de [...]?
D -Sou.
C - Qual bairro?
D -Santa Clara.
C - Você é casado?
D -Sou.
C - Tem filhos?
D -Tenho.
C - Quantos?
D -Dois.
C - Qual é a relação com a sua família?
D -Com a mulher e com os meus filhos é boa.
C - Seus pais são casados?
D -Não tenho pai.
C - Você tem irmãos?
D -Não.
C - Você considera sua família pobre, de classe média ou rica?
D -Ah, a minha família da parte da minha mulher é classe média.
C - E qual é a sua escolaridade?
D -Quinta série.
C - E da sua família? Da sua mulher?
D -Ah, ela fez até o terceiro colegial.
C - Mais alguém da sua família está preso?
D -Não, só eu.
C - E você trabalhava antes de entrar aqui o C.R.?
D -Trabalhava.
C - Onde?
D -Na Coca-cola.
C - Quanto tempo que você está preso?
D -Dois meses.
C - E qual o motivo da sua entrada?

D -Posso falar o artigo?
C - Pode
D -12
C - É a primeira vez que você foi preso?
D -É.
C - Em que regime que você se encontra?
D -Provisório. Vou embora rápido.
C - Você estuda aqui no C.R.?
D -Não.
C - Você trabalha aqui?
D -Trabalho.
C - Onde?
D -Na cozinha.
C - Há quanto tempo que você trabalha na cozinha?
D -Uma semana.
C - Qual o salário que você vai receber?
D -Não tenho idéia ainda não.
C - Aqui dentro você já presenciou alguma tentativa de fuga, motim ou rebelião?
D -Nunca.
C - Você sabe se existe facção aqui dentro?
D -Não existe.
C - Você recebe visitas de final de semana?
D -Recebo.
C - Quem vem te visitar?
D -Minha esposa.
C - Como você considera o tratamento aqui dentro?
D -Bom.
C - Como que é sua rotina aqui?
D -Na verdade bóia, burra e só. Durmo e como.
C - Você pode explicar para mim? Bóia é a comida. E burra?
D -É a cama.
C - Ta.
C - Você freqüenta algum grupo religioso aqui dentro?
D -Não.
C - Qual o motivo que te fez escolher essa imagem para representar o C.R.? A imagem do jardim?
D -Porque é um lugar bom, um lugar diferente da vida da prisão.
C - O que essa fotografia representa para você?
D – não respondeu.
C -Que situações vividas aqui no C.R. você lembra quando vê essa fotografia?
D -Normal, por ser um lugar melhor que detenção melhor que os outros presídios.
C -E o que é estar preso para você?
D -Horrível.
C -E você pretende sair e nunca mais voltar?
D -Deveria nem estar aqui né, o certo, mas quando eu sair eu nunca mais volto não com certeza.
C -E porque você acha que vários jovens acabam sendo presos?
D -Por causa da polícia, a polícia persegue muito.

Detento 4

Camila - Qual a sua idade?
Detento - Vinte e um.
C - Você é de[...]?
D - Sou.
C - Qual Bairro?
D – Nova [...].
C - Você é casado?
D - Não, sou solteiro.
C - Tem filhos?
D - Não.
C - E como é a relação com a sua família?
D - É boa.
C - Seus pais são casados?
D - Separados.
C - Você tem irmãos?
D - Tenho.
C - Quantos?
D - Três irmãs.
C - Você considera sua família pobre, de classe média ou rica?
D - Classe média.
C - Qual sua escolaridade?
D - Sexta série.
C - E da sua família?
D - Tem minha irmã, uma que está no segundo colegial, uma está na sétima e uma na quarta.
C - Mais alguém da sua família está preso?
D - Não, só eu.
C - Você trabalhava antes de entrar aqui no C.R.?
D - Não.
C - Há quanto tempo que você esta preso?
D - Oito meses.
C- Qual o motivo da sua entrada?
D - Assalto.
C- Que artigo que é?
D - 157
C - É a primeira vez que você foi preso?

D - É a primeira vez.
C - Em que regime que você se encontra? Provisório, fechado ou semi-aberto?
D - Provisório.
C - Você estuda aqui n C.R.?
D - Estudo.
C - Você trabalha aqui?
D - Trabalho.
C - Onde você trabalha?
D - Faxina.
C - Há quanto tempo você trabalha na faxina?
D - Vai fazer sete meses, quando eu cheguei já comecei trabalhar.
C - E qual o salário que você recebe por mês?
D - Isso é o rateio né, não tem certo, recebe setenta reais, quarenta.
C - Você já presenciou aqui alguma tentativa de fuga, motim ou rebelião?
D - Não.
C - Você sabe se existe alguma facção aqui dentro?
D - Não.
C - Você recebe visitas de final de semana?
D - Recebo.
C- Quem vem te visitar?
D - Minha mãe e minhas irmãs.
C - E como que é sua rotina aqui dentro?
D - Normal, vou para a escola, aí faço faxina de manhã, depois vou jogar um futebol na parte da tarde.
C - Você freqüenta algum grupo religioso aqui?
D - Então quando tem missa aqui eu vou, mas nas missas só.
C - E qual motivo que te fez escolher essa imagem para representar o C.R?
D - Ah, a educação né, é uma oportunidade para você ir trampar e ir aprendendo mais.
C - E o que essa fotografia representa para você?
D - Educação.
C - Que situações vividas aqui no C.R. você lembra quando vê essa fotografia?
D - Não quero responder nada.
C - E o que é estar preso para você?
D - Estar preso é perder a liberdade, você não tem nada mano, é ruim.
C - Você pretende sair e nunca mais voltar?
D - Pretendo.
C - E por que você acha que vários jovens vêm preso?
D - Entra no mundo, no caminho errado vai ver já é tarde já, aí vai se arrepender só depois está preso para ver.

Detento 5

Camila - Qual sua idade?
Detento - Dezoito anos.
C - Você é de [...]?
D - De [...]
C - Qual bairro?
D - Jardim Nacional.
C - Você é casado?
D - Não, solteiro
C - Tem filhos?
D - Não
C - Como é a sua relação com a sua família?
D - Bem pouca agora, né.
C - Os seus pais são casados?
D - São
C - Você tem irmãos?
D - Tenho.
C - Quantos?
D - Uma irmã.
C - Você considera sua família pobre, de classe média ou rica?
D - Classe média.
C - Qual a sua escolaridade?
D - Até o primeiro grau.
C - E a da sua família?
D - Não sei.
C - A sua irmã estudou até que ano?
D - A minha irmã terminou.
C - E seus pais?
D - Eu não sei.
C - Mais alguém da sua família está preso?
D - Não, só eu.
C - Você trabalhava antes de entrar aqui?
D - Não.
C - Há quanto tempo você está aqui?
D - Faz dois meses.

C - Qual o motivo da sua entrada?
D - Tráfico de drogas.
C - A primeira vez que você foi preso?
D - Não, a terceira.
C - Nas outras vezes você ficou aonde?
D - As outras vezes eu saí.
C - Em que regime que você se encontra?
D - No provisório.
C - Você estuda aqui no CR?
D - Não.
C - Você trabalha aqui?
D - Não.
C - Você já presenciou aqui alguma tentativa de fuga, motim ou rebelião?
D - Não.
C - Você sabe se existe alguma facção aqui dentro?
D - Não posso responder.
C - Você recebe visitas de final de semana?
D - Recebo.
C - Quem vem te visitar?
D - A minha mãe e o meu pai.
C - Eles vêm todo final de semana?
D - Todo final de semana.
C - E como você considera o tratamento aqui dentro?
D - Não posso responder.
C - Como é a sua rotina diária aqui?
D - Durmo, só durmo.
C - Você freqüenta algum grupo religioso aqui dentro?
D - Não.
C - Qual o motivo que te fez escolher essa imagem da grade para representar o CR?
D - O motivo é o portão da liberdade.
C - E o que essa fotografia representa para você?
D - Representa liberdade.
C - Quando você olha para essa fotografia você lembra de alguma situação vivida aqui?
D - Eu lembro que eu estou preso.
C - E o que é estar preso para você?
D - É uma coisa que eu não passaria. É uma gaiola. Não pode sair para lugar nenhum..
C - Existem muitos jovens que são presos, o que você acha que leva os jovens para a criminalidade?
D - Falta de serviço.
C - Falta de serviço? Falta de trabalho?
D - É.
C - E você acha que o tráfico pode ser uma forma de trabalho?
D - Sim e também não.
C - Porquê sim e também não?
D - Porque em um momento você ganha dinheiro e no outro você está preso.

Regime: Fechado

Detento 6

Camila – Qual sua idade?
Detento - Vinte.
C- Você é de [...]?
D - Sou.
C- Qual bairro?
D - Vila Nova.
C- Você é casado?
D - Amasiado.
C- Tem filhos?
D - Não.
C- E como é a sua relação com a sua família?
D - É boa.
C- E seus pais são casados?
D - Meu pai faleceu e minha mãe está casada.
C- Faz tempo que ela casou de novo?
D - Fazem quatro anos.
C- Você tem irmãos?
D - Tenho nove.
C – Você considera sua família pobre, de classe média ou rica?
D - Classe média.
C- E qual é a sua escolaridade?
D - Até a quinta série.
C- E seus irmãos?
D - Minha irmã está terminando o terceiro, meu irmão parou na quinta série e trabalha e os outros estão estudando.
C- E mais alguém da sua família está preso?
D - Só eu.
C- Você trabalhava antes de entrar aqui?
D - Não.
C – E há quanto tempo você está aqui preso?
D - Nove meses.
C- Qual o motivo da sua entrada aqui?
D - Me acusaram de 157.

C- e 157 é o quê?
D - Assalto.
C- À mão armada?
D - É.
C- E é a primeira vez que você foi preso?
D - Primeira vez.
C- E em que regime que você está agora?
D - Fechado.
C- De quanto tempo que é a sua pena?
D -Cinco anos e quatro meses.
C- E você estuda aqui no C.R.?
D - Não.
C- E você trabalha aqui dentro?
D - Trabalho.
C- Trabalha onde?
D - Na faxina.
C- E há quanto tempo você está trabalhando aqui dentro?
D - Desde quando eu cheguei.
C- E qual o salário que você recebe pela faxina?
D - Entre vinte e vinte e cinco reais por mês.
C- Aqui dentro você já presenciou alguma tentativa de fuga, rebelião ou motim?
D - Não.
C- Você recebe visitas de final de semana?
D - Recebo.
C- Seus parentes vem todo final de semana te visitar?
D - Todo final de semana.
C- E como você considera o tratamento aqui dentro?
D - - É bom, porque ninguém aqui é maltratado e um respeita o outro. Os funcionários respeita a gente e a gente respeita eles também.
C- Você pode falar um pouquinho sobre como é a sua rotina aqui dentro?
D - A minha rotina aqui é fazer a faxina de manhã, depois eu jogo bola e depois faço a faxina da tarde, só.
C- Você freqüenta algum grupo religioso aqui?
D - Não.
C- E sobre a fotografia, por qual motivo você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
D - Por que eu acho muito legal esse trabalho que o pessoal faz.
C- Você faz esse trabalho?
D - Esse não, eu faço boné.
C- E o que essa fotografia representa para você?
D - Menos pátio e liberdade.
C- E que situações vividas aqui no C.R. você lembra quando vê essa fotografia?
D - O que eu penso?
C- É
D - – Penso em lá fora.
C- E o que é estar preso para você?
D - Um desastre.
C- Você espera voltar para a liberdade e nunca mais retornar para a prisão?
D - Com certeza.
C- É só isso, obrigado.

Detento 7

Camila- Qual sua idade?
Detento -Vinte e um anos.
C-Você é e [...]?
D – [...]
C-Qual bairro?
D - Vila Barros.
C-Você é casado?
D - Não.
C-Tem filhos?
D - Não tenho filhos.
C-Como é a sua relação com a sua família?
D - É boa.
C-Seus pais são casados?
D - São casados.
C-Você tem irmãos?
D - Tenho uma irmã e dois irmãos.
C-Você considera sua família pobre, de classe média ou rica?
D - É pobre.
C-Qual é a sua escolaridade?
D - Primeiro colegial.
C-E a sua família?
D - Minha família são todos quinta série, sexta série. Só a minha irmã que terminou os estudos.
C-Mais alguém da sua família está preso?
D - Não, só eu.
C-Você trabalhava antes de entrar aqui no CR?
D - Até trabalhei, mas no momento eu não estava trabalhando não.
C-Há quanto tempo você está aqui?
D - Um ano e seis meses.
C-Qual o motivo da sua entrada aqui?
D - Assalto.
C-Assalto à mão armada?

D - À mão armada.
C-Qual é o artigo? 157?
D - 157.
C-É a primeira vez que você é preso?
D - Já estive preso outras vezes e na Febem também.
C-E em que outros lugares você ficou preso?
D - Na Febem, em [...] e agora estou passando por aqui pelo CR.
C-Qual Febem?
D – De [...], mesmo.
C-Em que regime que você se encontra?
D - Fechado, no momento.
C-De quanto tempo é a sua pena?
D - Cinco anos e quatro meses.
C-Você estuda aqui no CR?
D - Não.
C-Você trabalha aqui?
D - Trabalho.
C-Onde?
D - Na [...].
C-Há quanto tempo você trabalha na [...]?
D - Dois meses.
C-E qual o salário que você recebe?
D - Uns cento e cinqüenta reais.
C-Você já presenciou aqui alguma tentativa de fuga, motim ou rebelião?
D - Já presenciei fuga.
C-Fuga? Faz tempo?
D - Há uns dois meses atrás.
C-Você sabe se existe facção aqui dentro?
D - Não.
C-Você recebe visita de fim-de-semana?
D - Recebo. Recebo quase todo domingo.
C-Quem vem te visitar?
D - Vem minha mãe, minha irmã. Tem uma pessoa que é de menor, só que não pode. Estou trocando só uma idéia, é menor, mas por pouco tempo, já está para ficar de maior, já.
C-Como você considera o tratamento aqui dentro?
D - Razoável.
C-Como é a sua rotina diária aqui?
D - Eu trabalho de dia e de noite faço uns trampinhos[65] manuais: cestas, uns negócios que eu aprendi a Fazer na Febem.
C-Você freqüenta algum grupo religioso aqui?
D - Não. Sou católico também. A Igreja aqui é igreja de crente, eu não gosto muito.
C-Qual motivo que te fez escolher essa imagem para representar o CR?
D - Por que no local aqui só tinha aquele lugar mesmo para tirar, não tinha outro. Se tivesse outro mais bonito eu tirava, lá fora, no jardim.
C-E o que a fotografia dessa grade representa para você?
D - A liberdade mais para frente.
C-Quando você olha essa fotografia, que situações vividas aqui no CR você lembra?
D - Muitas coisas ruins, se for para falar...melhor ficar quieto.
C-O que é estar preso para você?
D - É perder os espaços da rua, perde tudo na vida, fica esquecido lá fora.
C-Muitos jovens são presos, o que você acha que leva os jovens para a criminalidade?
D - As dificuldades da vida, mesmo, têm um monte de coisa, revolta, às vezes.

[65] Gíria para trabalho

Detento 8

Camila – Qual sua idade?
Detento - Vinte anos.
C– Você é de [...]?
D- Sou.
C– Que bairro?
D- Vila Barros.
C- Você é casado?
D- Não.
C – Tem filhos?
D- Também não.
C– Qual é a sua relação com a sua família?
D- A minha relação com a minha família é boa.
C – E seus pais, eles são casados?
D- São.
C– E você tem irmãos?
D- Tenho dois. Uma irmã mais velha e um irmão mais novo.
C – E você considera sua família pobre, de classe média ou rica?
D- A minha família é uma família humilde. É humilde, batalhadora. Não é nem de classe média, nem de classe rica.
C- E a sua escolaridade?
D- Eu cursei até o terceiro colegial, mas eu parei no terceiro colegial.
C – Você não se formou então?
D- Não.
C – E seus irmãos e seus pais? Chegaram a se formar?
D- Meu pai e minha mãe estudaram até a quarta série. Meu irmão está acabando e minha irmã já acabou.
C – Mais alguém da sua família está preso?
D- Não.
C – E antes de entrar aqui no C.R., você trabalhava em algum lugar?
D- De vez em quando eu ajudava meu pai, mas era de vez em quando.
C- E ele fazia o quê?
D- Ele trabalha com pintura de parede.
C- Ah, então ele é pintor?
D- É.
C – E quanto tempo que você está aqui?
D- Fazem onze meses e um dia.
C – E o motivo da sua entrada aqui, qual foi?

D- Tráfico de drogas. O artigo 12.
C – E é a primeira vez que você foi preso?
D- É.
C – Em que regime que você está agora?
D- Regime semi- aberto.
C – E de quanto tempo que é a sua pena?
D- Quatro anos. Quatro anos e cinco meses.
C – Mas você vai ficar os quatro anos aqui?
D- Não. Vou ficar um ano e quatro meses.
C- Então daqui a pouco você vai sair daqui.
D- É.
C- E você estuda aqui no C.R.?
D- Estudo.
C – Está fazendo o terceiro colegial?
D- Estou acabando o terceiro colegial.
C- E porque você estuda aqui?
D- É bom estudar. Você sai daqui com outra cabeça.
C – E você trabalha aqui dentro?
D- Trabalho.
C – Trabalha onde?
D- Na [...]. Eu estava até trabalhando agora, mas você chamou para a entrevista.
C- E há quanto tempo que você está trabalhando aí na [...]?
D- Ah, quase desde quando eu cheguei. Uns oito meses. Porque nos três meses antes eu trabalhava no doce que tinha aqui.
C- E o que você faz lá na [...]? O que a [...] faz?
D- É pasta, aquela pasta de escola, aquelas de grampo.
C– E qual o salário que você recebe para trabalhar lá?
D- É por produção. Depende do tanto que o serviço rende, como rende a produção lá dentro.
C- Por mês qual é a média?
D- Se você trabalhar bastante tira uns duzentos reais, duzentos e cinqüenta, mas não tem um preço certo, depende da produção.
C – Você já presenciou alguma tentativa de fuga, rebelião, motim aqui dentro no C.R.?
D- Não, nunca.
C- Você recebe visitas aqui de fim de semana?
D- De quinze em quinze dias a minha mãe vem me ver.
C- E como você considera o tratamento aqui dentro?
D- Considero bom. Aqui é diferente das outras penitenciárias. O diferente é que aqui dá para você parar e pensar no que fez de errado e tentar mudar.
C- E você pode falar um pouco sobre a sua rotina? Como é sua rotina aqui dentro?
D- Aqui de dia de semana eu acordo às seis horas, que é a hora da contagem, vou tomo um banho e aí começo fazer o manual, que é o boné. Depois lá pelas oito eu vou para a [...] trabalhar, paro às onze, para ir pro almoço, volto uma hora, aí fico até às cinco. Depois das cinco faço mais um pouco de boné, assisto um pouco de televisão, vou para a escola e volto.
C – E aqui dentro você freqüenta algum grupo religioso?
D- Não. Só vou de vez em quando no culto.
C- Mas é católico ou evangélico?
D- Evangélico, mas às vezes também vem padres rezar missa aqui.
C- E sobre a fotografia, por qual motivo você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
D- Por que é o seguinte: ali é o começo da liberdade. Acho que é o sonho de todo mundo aqui que não vê a hora de passar desse portão para fora para nunca mais voltar.
C- O que essa fotografia representa para você?
D- Ela representa uma lembrança bem ruim para falar a verdade, quem quer ter isso como lembrança? Ninguém quer.
C – E que situações vividas vêem à sua cabeça quando olha essa fotografia?
D- Eu só penso que é uma cadeia e um dia eu já passei por ali e não quero voltar a entrar por ali de novo.
C – E o que é estar preso para você?
D- Estar preso é estar sem a liberdade, o tempo que você fica preso aqui você nunca mais recupera, então depois de ter passado por uma cadeia tem que pensar mil vezes antes de fazer uma coisa errada para não voltar, mas aí vai da consciência dele.
C- Acabou a entrevista, obrigado.

D- Acabou?
C – Sim.

Detento 9

Camila- Qual a sua idade?
Detento– Vinte e um.
C- Você é de [...]?
D- Sou.
C- Qual bairro?
D- Nova [...] Quatro.
C- Você é casado?
D- Não.
C – Tem filhos?
D- Não.
C- Qual é a sua relação com a sua família?
D- É às mil maravilhas.
C – Seus pais são casados?
D- Separados.
C- Você tem irmãos?
D- Tenho.
C– Quantos?
D- Comigo, são sete.
C - Você considera sua família pobre, classe média ou rica?
D- Pobre.
C - E qual é a sua escolaridade?
D- Até a quarta série.
C - E seus irmãos, seus pais, até que série eles estudaram?
D- Não sei dizer.
C- Mais alguém da sua família está preso?
D- Meu irmão.
C - Está preso onde?
D- Aqui.
C – Aqui no C.R.?
D- Isso.
C - Você trabalhava entes de entrar no Centro de Ressocialização?

D- Trabalhava.
C - No que?
D- Fazia piscina.
C – E faz quanto tempo que você está aqui?
D- Um ano e cinco meses.
C – E o motivo da sua entrada qual foi?
D- Tráfico.
C– Tráfico do que?
D- De drogas.
C – E seu irmão, também?
D- Também.
C - Em que regime você se encontra?
D- Semi-aberto.
C – Foi a primeira vez que você foi preso?
D- É.
C – De quanto tempo que é a sua pena?
D- Quatro anos.
C – Você estuda aqui no C.R.?
D- Não.
C – Você trabalha aqui dentro?
D- Trabalhava.
C- Trabalhava onde?
D- Na [...].
C - Quanto que você ganhava por mês?
D- Uns cento e cinqüenta reais por mês.
C - E quanto tempo você trabalhou lá?
D- Um ano.
C – Você já presenciou tentativa de fuga, rebelião ou motim aqui dentro?
D- Não.
C – Você recebe visitas de final de semana?
D- Recebo.
C- Seus familiares?
D- Isso.
C- Eles vem todo final de semana?
D- Vem.
C- E como você considera o tratamento aqui dentro?
D- Aqui é bom, mas seria melhor se eu estivesse livre.
C- E qual é a sua rotina aqui?
D- Faço boné o dia inteiro, jogo bola, durmo e por aí vai.
C- E sobre a fotografia, qual o motivo que te fez escolher essa imagem para representar o C.R.?
D- A quadra é o melhor lugar para pensar, você está cheio de problemas, vai para o sol e fica pensando.
C- E o que essa fotografia representa para você?
D- Na verdade essa fotografia não representa nada, eu só tenho lembranças ruins dessa fotografia, que é estar preso.
C - E quando você vê essa fotografia que situações vem na sua cabeça?
D- Passa muitas coisas pela cabeça mas não quero ter lembranças, não.
C- E o que é estar preso para você?
D- É muito ruim. Só sei que eu não quero passar por isso de novo.
C- Não quer nunca mais voltar quando sair?
D- Não.
C- Acabou. É isso, obrigado.
D- De nada.

Detento 10

Camila - Qual a sua idade?
Detento -Vinte e um anos.
C - Você é de[...]?
D -Sou mariliense.
C - De que bairro?
D -Santa Antonieta, zona norte.
C - Você é casado?
D -Sou casado.
C - Tem filhos?
D -Não.
C - Como que é a sua relação com a sua família?
D -Relação com a minha família agora é bem, melhorou mais depois desse tempo que eu fiquei preso aqui o amadurecimento assim foi... está mais da hora assim o relacionamento.
C - Seus pais são casados?
D -São.
C - E como que é o relacionamento deles?
D -É bom também, não está ruim não.
C - Você tem irmãos?
D -Tenho um.
C - Você considera sua família pobre, de classe média ou rica?
D -Pobre.
C - E qual é a sua escolaridade?
D -Meu grau de escolaridade?
C - É.
D -Ensino fundamental.
C - Até que série?
D -Até a sexta.
C - E a de seus familiares? Seu irmão, seus pais, sua esposa...
D -Um irmão cursou até ensino médio, minha fundamental também, meu pai fundamental.
C - E alguém mais da sua família está preso?
D -Não, só eu.
C - E você trabalhava antes de entrar aqui no C.R.?
D -Não.
C - Há quanto tempo que você está aqui?
D -Três anos e sete dias.
C - Qual o motivo da sua entrada?
D -É assalto.
C - Assalto à mão-armada?
D -Assalto à mão-armada.

C – Em [...]?
D – [...].
C - Foi a primeira vez que você foi preso?
D -Primeira vez.
C - Antes você não passou por nenhum outro lugar?
D -Não.
C - Em que regime você se encontra?
D -No atual?
C - Isso.
D -Regime semi-aberto.
C - De quanto tempo é a sua pena?
D -Dez anos e oito meses.
C - Você estuda aqui no C.R.?
D -Já estudei. Agora como eu trabalho na rua, o trampo não ajuda.
C - Você trabalha onde na rua?
D -Trabalho numa escola.
C - Que escola?
D -Sebastião Mônaco.
C - Quanto tempo que você trabalha lá?
D -Dois meses.
C - E qual o horário do seu trabalho?
D -Das oito às cinco.
C - Você recebe salário?
D -Não.
C - Nem do rateio?
D -Só do rateio.
C - E quanto que é mais ou menos por mês?
D -Nesse mês saiu vinte reais.
C - Você já presenciou alguma tentativa de fuga ou rebelião aqui dentro?
D -Já.
C - Já? Foi bem sucedida?
D -A minha não.
C - Você já tentou fugir?
D- Já.
C - Quantas vezes?
D -Uma.
C - E como que foi?
D -Prefiro não falar no momento não.
C - Faz tempo isso?
D -Dois mil e quatro.
C - Você sabe se tem alguma facção aqui dentro ou não?
D -Não. Não quero comentar.
C - Você recebe visitas aqui de final de semana?
D -Recebo.
C - Quem que vem te visitar?
D -Mais minha esposa mesmo.
C - E como você considera o tratamento recebido aqui dentro?
D -O tratamento recebido aqui dentro é mais humano que outro lugar, como penitenciária assim. Então aqui trata um pouco mais humano, mas não deixa de ser uma cadeia. Não deixa de estar cumprindo o seu regime e ter ordem para cumprir assim, preso.
C - Você freqüenta alguma religião aqui dentro?
D -Não.
C - E, você pode falar um pouco como é a sua rotina diária, da cadeia?
D -Agora, não tem como falar muito porque eu estou na rua, então dia de sábado eu venho, bem dizer véspera de visita, dia de descansar da semana que eu trabalhei, no domingo a visita e na segunda-feira eu vou para a rotina do trabalho na rua.
C - Você levanta cedo, vai para a rua e volta que horas para cá?
D -Volto às sete horas.
C - Você volta só para dormir?
D -Só para dormir.

C - Por que você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
D -Eu escolhi essa imagem por que são os companheiros que eu moro junto, então para mim é uma família, né, então a forma que eu tive de representar nessa foto foi os caras que eu convivi direto, que eu fico lá direto com os caras.
C - E que situações vivenciadas aqui dentro você lembra quando vê essa foto?
D -Não tenho como explicar não.
C- Não? Essa foto que você tirou dos seus amigos não te remete à nada?
D -Se me lembra?
C-É. Situações daqui de dentro da cadeia.
D-Eu tirei foto com os caras por que são companheiros meu. Eu convivo com os caras lá direto, todo dia, então foi a forma que eu tirei essa foto.
C -E o que é estar preso para você?
D -Estar preso para mim é primeiramente não ter direito de ir e vir, fazer as coisas que você quer, cumprindo uma pena de uma coisa que você cometeu, infringiu uma lei. Estar preso é isso aí, logo mais vitória, sair, vencer, liberdade.
C -Como você considera o tratamento aqui no C.R?
D -Até humano, até um certo ponto humano.
C -E você é bem jovem. Como você se vê preso nessa idade, tão jovem?
D -Me vejo tipo aprendendo de novo, amadurecendo aqui dentro na, por que cheguei muito novo, muito jovem então aprendi bastante, tive como aprendizado.
C -O que você acha que leva os jovens a cometerem alguns crimes, irem para o tráfico e acabarem vindo presos?
D -Muitas coisas, primeiro que também tem pessoa que já entra porque não tem muita alternativa, né, já veio de família pobre, já não tem alternativa, muitos entram pelo dinheiro também, dinheiro fácil, ou até mesmo pela emoção, por gostar, a amizade, má influência, vários estilos de jeito de entrar no crime.
C -Você acha que pode ser uma forma de ganhar a vida?
D -Pode ser sim, tem esse jeito também.

Detento 11

Camila –Qual sua idade?
Detento- Dezenove.
C- Você é de [...]?
D- Não.
C- De onde você é?
D- De [...].
C- De que bairro de [...]?
D- Vila Nova.
C- Vila Nova é o quê, periferia ou centro?

D- Periferia.
C- Você é casado?
D- Sou.
C- Tem filhos?
D- Tenho.
C- Quantos?
D- Dois, encaminhando outro.
C- Quantos anos tem seus filhos?
D- Um está com uma ano e oito meses e o outro está com seis meses.
C- Seus pais são casados?
D- Não, separados.
C- Você tem irmãos?
D- Tenho.
C- Quantos?
D- Mais três.
C- E você considera sua família pobre, classe média ou rica?
D- Pobre.
C- Sua escolaridade qual que é?
D- Sétima série.
C- E a de seus familiares?
D- Só tem um que terminou.
C- Mais alguém da sua família está preso?
D- Meu irmão.
C- Porquê?
D- Homicídio. Meu irmão e meu cunhado.
C- Seu cunhado também? Os dois participaram do homicídio?
D – O mesmo B.O.
C- E eles estão aonde?
D – Um está em São Paulo, na Colônia de São Paulo e o outro está em Álvaro.
C- Álvaro de Carvalho?
D- É.
C- E você trabalhava antes de entrar aqui no C.R.?
D – Trabalhava.
C- Aonde?
D- Em [...], de servente.
C- Servente de pedreiro?
D- É.
C- E há quanto tempo que você está preso aqui?
D- Aqui no C.R. fazem oito meses.
C- Qual o motivo da sua entrada?
D – Tráfico de drogas.
C- Te pegaram com o quê?
D- Meio quilo de crack.
C- E é a primeira vez que você foi preso?
D – Primeira, sou primário.
C- Em que regime que você se encontra?
D- Semi-aberto.
C- De quanto tempo que é a sua pena?
D- Três anos e cinqüenta dias.
C- E você estuda aqui no C.R.?
D – Não.
C – E você trabalha aqui?
D- Trabalho.
C – Aonde?
D- Na [...].
C- Quanto que você recebe de salário por mês?
D- Cento e setenta.
C- Você já presenciou alguma tentativa de fuga ou rebelião aqui?
D – Essa semana mesmo fugiu um.
C- Fugiu como?

D – Foi embora, estava no semi-aberto, foi trabalhar e foi embora.
C- Você sabe se tem alguém de facção aqui dentro?
D – Não, esse lugar não tem facção nenhuma, só da oposição só.
C- Oposição do quê?
D – Oposição, do Comando Vermelho.
C- Tem Comando Vermelho aqui?
D- Tem uns três, quatro.
C- Você recebe visita aqui de final de semana?
D- Recebo.
C- Quem vem aqui te visitar?
D – Minha esposa, minha mãe, meus filhos.
C- Como você considera o tratamento recebido aqui dentro?
D- Agora aqui é minha vida, minha casa, normal.
C- Qual é sua rotina aqui?
D – Trabalho de dia e durmo a noite.
C- E você faz parte de alguma religião aqui dentro?
D – Não.
C- Porquê você escolheu essa imagem para representar o C.R.?
D- São os moleques que moram comigo e, principalmente são os mais ligados a mim.
C- Vendo essa fotografia, que situações vivenciadas aqui dentro você lembra?
D- Preso, principalmente preso, sofrimento, como um deles da foto estava no semi-aberto, foi para a primeira saidinha mas infelizmente chegou mais uma cadeia dele de dois anos, fechada.
C- E o que é estar preso para você?
D- Ficar longe da família, dos filhos, só.
C- Você vai sair quando daqui, você sabe?
D- Eu avalio janeiro, começo de janeiro ou no final.
C- Você pretende sair da vida do crime?
D- Pretendo.
C- E o que você acha que te levou para essa vida?
D – Dificuldade, desemprego.
C- É uma forma então de ganhar a vida?
D- Pelo menos no meu ponto de vista, quando eu fui fazer tudo isso, fui vender droga, foi.

Detento 12

Camila- Sua idade?
Detento- Dezenove.
C- Você é de [...]?
D- Sim.
C- Que Bairro?
D- Santa Antonieta.
C- Você é casado?
D- Sou amasiado.
C- Tem filhos?
D- Sim.
C- Quantos?
D- Uma.
C- Uma menina?
D- Sim.
C- Quantos anos ela tem?
D- Vai fazer uma no agora em dezembro.
C- E seus pais são casados?
D- Meus pais são.
C- E como é a relação com a sua família?
D- Nós nos relacionamos super bem.
C- Você tem irmãos?
D- Sim.
C- Quantos?
D- Nós somos em seis.
C- Você considera sua família pobre, classe média ou rica?
D- Pobre.
C- E a sua escolaridade qual que é?
D- Eu fiz até a oitava série.
C- E seus familiares?
D- Meus irmãos terminaram.
C- E tem mais alguém da sua família que está preso?

D- Não.
C- Antes de entrar aqui no Centro de Ressocialização você trabalhava?
D – Sim.
C-Onde?
D- Trabalhava como pintor, ajudante de pedreiro, serviços de construção civil em geral.
C- Quanto tempo que você está aqui preso?
D- Nove meses.
C- E qual foi o motivo da sua entrada?
D – Envolvimento com assalto.
C- Foi a primeira vez que você foi preso?
D- Sim.
D- Antes disso você passou por outros lugares?
D- Não.
C- Em que regime que você se encontra?
D- Semi-aberto.
C- De quanto tempo é a sua pena?
D- Cinco anos e quatro meses.
C- Você trabalha aqui dentro do C.R.?
D- Sim.
C- Onde?
D- Aqui dentro não, na firma, [...].
C- De quanto é o salário que você recebe?
D- Por enquanto está saindo cento e setenta, livre.
C- Você trabalha quantas horas por dia, mais oumenos?
D- Eu entro às setee meia e saio às vinte para as cinco.
C- Aqui dentro você já presenciou alguma tentativa de fuga, rebelião, essas coisas?
D- Já, fuga.
C- E faz muito tempo ou não?
D- Não.
C- E a pessoa conseguiu fugir?
D- Sim.
C- E você sabe se tem alguma facção aqui dentro?
D- Não, não tem possibilidades de haver nenhuma devido a fiscalização da diretoria.
C- E você recebe visitas de final de semana?
D – Todo fim de semana, graças a Deus.
C- Quem vem te visitar?
D- Normalmente a minha esposa e de vez em quando vem minha mãe.
C- A sua filhinha também vem?
D- Vêm.
C- Como que você considera o tratamento recebido aqui dentro?
D- Em partes é um tratamento bom, de algumas pessoas são tratamentos bons, servem até para você por a mente no lugar, estar refletindo, pensando o que você fez, o que você vai fazer a hora que sair daqui, se vai mudar ou não, se vai continuar no crime ou não, mas já tem certas situações assim que te revoltam cada vez mais, que te deixam cada vez mais revoltado.
C- Como o quê por exemplo?
D- Como você ser acusado de uma coisa que você não fez ou até pagar por uma coisa que você não fez.
C- Como que é a sua rotina aqui no C.R., diária?
D- Eu levanto, vou para o trabalho, chego, tomo um banho e vou dormir. Todos os dias, só muda no sábado. Daí a gente tem menos tempo de trabalho, a gente trabalha só até às onze e meia da manhã, aí a gente tem o dia para jogar futebol, fazer uma coisa diferente, tem o culto aí que vem umas pessoas fazer culto aí.
C- Você vai no culto?
D- Vou
C- Você é evangélico?
D- Sou.
C- Você virou evangélico aqui dentro, ou você já era lá fora?
D- Eu já ia para a igreja com a minha mãe.
C- O culto aqui é quantas vezes por semana?
D- Eles vem quarta e sábado, mas eu só posso ir de sábado, porque de quarta eu trabalho.
C- Porque motivo você escolheu essa imagem para representar o C.R.?

D- Porque aí é o alojamento onde eu moro e,é o seguinte, por mais que a gente está preso aqui nesse lugar, isolado do mundo, é a amizade, a cooperação e o companheirismo que ajuda bastante para a gente ir matando o tempo aí e vencendo essa cadeia. Um ajudando o outro, um dando força para o outro. Por isso que eu escolhi os rapazes que moram comigo para a gente estar tirando essa foto aí , para mostrar a união que a gente tem aqui apesar de estar nesse lugar.
C- O que representa essa foto para você?
D- Como eu disse para a senhora, para mim representa união, uma certa união entre a gente, apesar de estar preso, por isso que eu já tirei dentro da cela.
C- E o que é estar preso para você?
D- Estar preso, para mim, é eu estar não só atrás dos muros de concreto, mas sim estar longe de quem eu amo, de quem eu queria estar perto agora nesse momento, trocando carinho e sei lá, isolado do mundo aí, sem as coisas que a gente gosta e sem a coisa mais importante na nossa vida que é a nossa liberdade.
C- Que situações vivenciadas aqui no C.R. você lembra ao olhar para essa foto?
D- Eu lembro que, mais uma vez vou dizer, às vezes que eu estava me sentindo meio só, sem ninguém para contar, sem ninguém para ajudar, aí foi onde eu encontrei apoio, onde encontrei palavras amigas que puderam me ajudar psicologicamente a estar enfrentando esse problema que é estar preso, que são os meus amigos.
C- Quer falar mais alguma coisa sobre o que é estar preso?
D- Não, não, foi isso que eu falei mesmo, estar preso para mim é isso daí, é estar longe de quem a gente ama, de quem eu gostaria de estar pertinho nesse momento e não posso e não tem coisa pior nesse mundo do que você querer estar perto de quem você ama, sabendo que não morreu, está vivo e você não poder chegar perto da pessoa.
C- Quando você sair daqui você pretende não voltar mais para o crime?
D- Se Deus quiser não, eu já estava sossegado quando eu vim preso, já fui envolvidíssimo já no crime, mas a época que eu vim preso, a propósito eu estava até trabalhando de servente de pedreiro, servente de pedreiro e ajudante de pintor, para cuidar da minha filhinha e da minha mãe e eu já estava bem dizer, totalmente deslocado do crime já, mas de fato eu já tive muitas passagens pela delegacia, aí por virtude disso daí eles vieram me procurar, mesmo eu estando sossegado, eles vieram me procurar para eu pagar pelos meus erros do passado, que é o que está acontecendo.